

A Defesa Nacional

N.º 625

Mai/Jun 1969

Neste número :

- Marechal Nicanor Guimarães de Souza
- Ministério do Interior e Desenvolvimento Integrado
- Caxias e a Arma Psicológica
- A Brigada Aeroterrestre
- A Anemia Infecciosa Equina no Exército
- Transportes na Área da 2.^a RM
- Como Analisar um Balancete e saber muito sobre Bancos
- Leitura Dinâmica

REVISTA DE ASSUNTOS MILITARES E ESTUDOS BRASILEIROS

Rio de Janeiro — Brasil.

COOPERATIVA MILITAR EDITORA E DE CULTURA INTELECTUAL "A DEFESA NACIONAL"

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

(Eleito para o exercício de 1967/70)

DIRETORIA EXECUTIVA

Diretor-Presidente — Gen Div Humberto de Souza Mello
Diretor-Administrativo — Gen Div R/1 João Gahyva
Diretor-Secretário — Cel Cav Geraldo Knaack de Souza
Diretor-Tesoureiro — Ten-Cel (Ref) João Capistrano Martins Ribeiro

CONSELHEIROS

Gen Div R/1 — Adailton Sampaio Pirassinunga
Cel Art — Nilton Freixinho

CONSELHO FISCAL

Cel Eng — Délio Barbosa Leite
Cel Art — Sérgio de Ary Pires
Cel Inf — Oswaldo Ignácio Domingues

CORPO REDATORIAL

Redator-Chefe: Cel Cav Geraldo Knaack de Souza
Redatores: Ten-Cel Inf Heitor Cunha Teles de Mendonça
Ten-Cel Cav Cezar Marques da Rocha
Ten-Cel Eng Darino Castro Rebelo
Ten-Cel Inf Brasil Ramos Caiado Filho
Ten-Cel Prof Pedro Paulo Wandek de Leoni Ramos

**"A GUERRA REVOLUCIONÁRIA leva o perigo comunista ao
umbral de cada casa, e a última frente se situa no espírito
de cada cidadão."**

A DEFESA NACIONAL

FUNDADA EM 10 DE OUTUBRO DE 1913

ANO 55.º	Rio de Janeiro, GB — Mai/Jun 1969	Número 625
-------------	-----------------------------------	---------------

As idéias e opiniões dos artigos assinados são de inteira responsabilidade dos seus autores.

A publicação dos mesmos não significa nenhuma solidariedade por parte da Revista.

É permitida a reprodução total ou parcial dos artigos originais publicados em nossas páginas, desde que citada a fonte.

Aceita-se intercâmbio.

PREÇOS

Assinatura anual:

Brasil NCr\$ 5,00

(As importâncias deverão ser enviadas por cheque ou vale postal, correndo as despesas de remessa por conta do assinante.)

Exterior NCr\$ 20,00

(Registro e via aérea comportam acréscimos.)

Número avulso:

Mês NCr\$ 1,00

Atrasado NCr\$ 2,00

ENDEREÇO

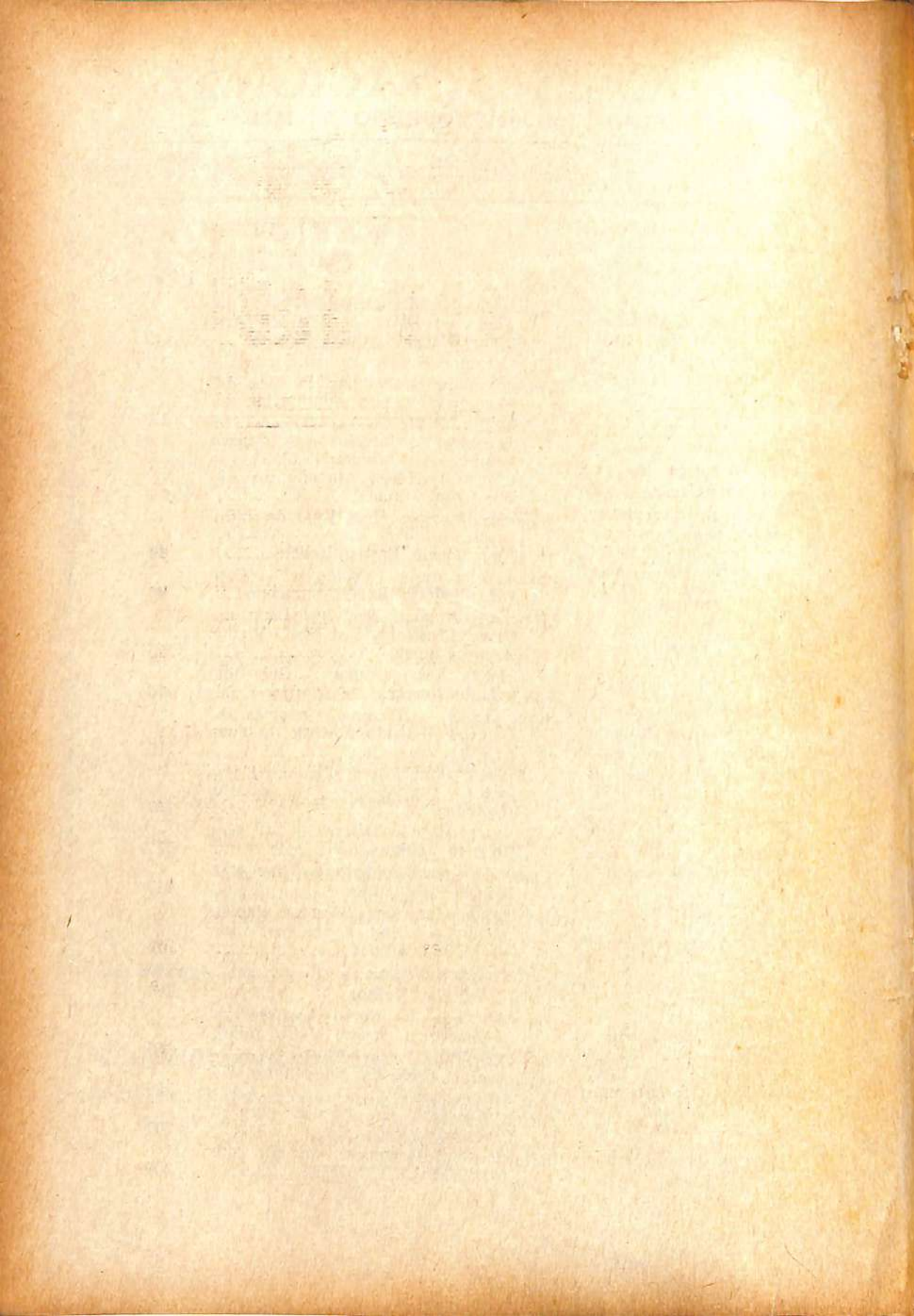
Ministério do Exército
Ala Marcílio Dias

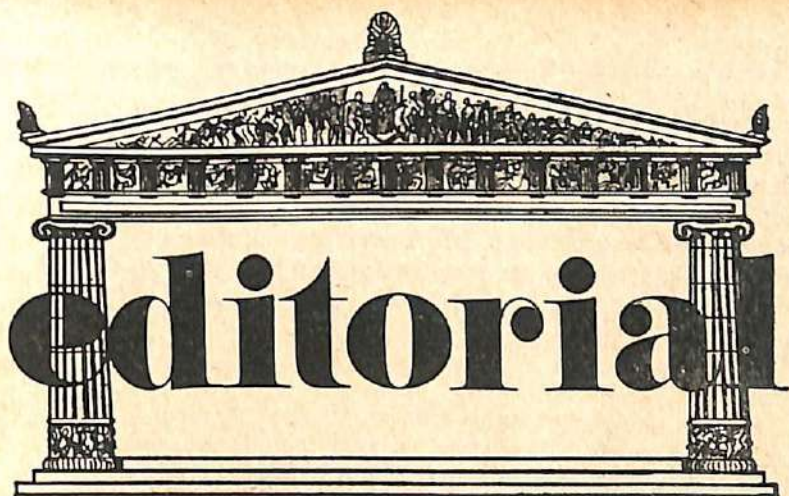
Caixa Postal 17 (DO MEX)
ZC — 55
Tel. 243-0563

Rio de Janeiro, GB
Brasil

SUMÁRIO

	Págs.
Editorial — Discurso de Posse do Chefe do EME — Gen Ex An- tônio Carlos da Silva Muricy ..	3
Mar Nicanor Guimarães de Souza ..	11
Ensaio Sobre a Doutrina Política da Revolução — Gen Bda Carlos de Meira Mattos	13
O Ministério do Interior e o Desen- volvimento Integrado-1968 — Gen Div Afonso Augusto de Al- buquerque Lima	21
Siqueira Campos: Uma Vida de Luta por um Brasil Novo — Ten-Cel Eng Darino Castro Rebelo	69
Caxias e a Arma Psicológica — Cap Inf Filadelfo Reis Damasceno ..	89
Elemento Branco: Sua Influência na Etnia Brasileira — Prof. Victor Zappi Capucci	105
A Brigada Aeroterrestre — Gen Bda Adauto Bezerra de Araújo	115
Informações — Resumo Histórico — Cel Cav Geraldo Knaack de Sou- za	119
A Anemia Infecciosa Equina no Exér- cito — Ten-Cel Vet José Alberto Baptista	127
PE — O Soldado Diferente — Cap Roberto Jenkins de Lemos	137
Quero ser bom Soldado — Gen R/1 Hermes Guimarães	145
Transportes na Área da 2.ª Região Militar — Ten-Cel Art José Luiz de Mello Campos	151
Leitura Dinâmica	181
Como Estudar Melhor	187
De "O Globo" — Como Analisar um Balancete e Saber Muito Sobre os Bancos	191
Colaboração Civil da Engenharia Mi- litar	199
Carta Semanal da Aliança para o Progresso	207
Relação dos Assinantes em dia com A DEFESA NACIONAL	209





editorial

A DEFESA NACIONAL, fiel a seu destino de cooperar para o desenvolvimento da cultura dos militares e de, principalmente, concorrer para implantar sadia e elevada mentalidade profissional, harmônica com a época em que vivemos e no quadro da realidade brasileira, solicitou ao Exmo. Sr. Chefe do Estado-Maior do Exército, Gen Ex Antônio Carlos da Silva Muricy, um de nossos destacados associados, a publicação em Editorial, do discurso de posse de Sua Excelência na Chefia do EME. Esse discurso encerra vibrante mensagem patriótica — verdadeiro guia de Ética Militar — no quadro de revigoração democrático e defesa da liberdade, adequado ao País, nos tempos de hoje, em que nós, os democratas, precisamos ser praticantes, vigilantes e coesos, escudados em lealdade e confiança mútuas, colimando integração, a mais perfeita, que permita “servir e servir bem”, para merecermos nossos mortos e sermos dignos da consideração deste grande povo do BRASIL.

Gen Div Humberto de Souza Mello
Diretor Presidente

Na simplicidade e na austeridade desta cerimônia militar — honrado pela confiança do Excelentíssimo Senhor Presidente da República e do Exmo. Sr. Ministro do Exército — acabo de receber de um grande soldado — o Eminentíssimo General Adalberto Pereira dos Santos — a atribuição de responder, perante o Sr. Ministro, pelo preparo da Fôrça de terra para o cumprimento de sua destinação constitucional.

Procurarei estar à altura do meu antecessor, chefe cuja competência, calma e energia fizeram-no respeitado desde os velhos tempos de Escola Militar do Realengo.

Soldado que sempre fui a vida inteira, sinto-me hoje ainda mais militar e, perdoem-me Vossas Excelências a confiança, aqui, hoje, se realiza, em plenitude, uma vida inteira de soldado.

Chego a este tôpo, de onde se vê o Exército como um todo, no horizonte imenso de sua capacidade operativa e no desdobramento de seu dever para, unido às Fôrças irmãs, assegurar ao povo a paz que necessita para fecundar o seu suor e poupar o seu sangue.

Chego a este tôpo com a visão bem viva e a vivência bem vivida de todos os muitos outros pequenos ou grandes observatórios de onde divisei apenas um pedaço da missão do Exército, ao longo de uma vida inteira.

Aqui chego com a consciência de que o imperativo da renovação dos quadros e o desapêgo dos homens às funções — situando no Exército, os homens a serviço das funções, antes que as funções a serviço dos homens — impõem, ao nosso Oficial-General, mais rotatividade em tempo curto como característica fundamental de sua missão.

Todo General sabe que a melhor forma de multiplicar seu tempo no cumprimento do dever está em cada um se dar integralmente a esse dever e a esse tempo. Todo militar sabe que somos como os velhos missionários que construíram as catedrais, com as suas mãos e o seu ideal, na sucessividade das gerações; que o espírito da continuidade, que o respeito pela obra alheia, que a consciência do trabalho de equipe, e que o espírito de unidade do órgão a que serve, preponderaram acima das vaidades, dos personalismos, dos interesses pessoais, das tôlas rivalidades e das ôcas susceptibilidades.

Não há tempo a perder procurando fazer obra nova; parando o que outro disparou. Tempo sempre existe para fazer a obra coletiva, para trabalhar em harmonia, para ter unidade de propósitos, para fazer o muito, para fazer o máximo — que é a soma do pouco de cada um.

Chego a esta alta chefia, não só perfeitamente identificado com o pensamento militar do Sr. Ministro sobre o emprêgo da Fôrça Terrestre, tantas vêzes explicitado em memoráveis pronunciamentos, mas, perfeitamente esclarecido do que de mim se exige e do que devo pedir de meus auxiliares em termos de disciplina intelectual. Não compreendo um chefe de Estado-Maior distante do Comandante Chefe, a êle ligado tão-só pelos tênues fios de uma fria correspondência protocolar, senão numa vivência

comum, face a face, pensamento a pensamento. Não compreendo um Estado-Maior distante dos outros grandes órgãos de direção setorial, distante dos grandes comandos territoriais, distante dos Exércitos, distante da tropa.

Só compreendo que o Chefe do Estado-Maior do Exército seja, ele mesmo, o Chefe do Estado-Maior do próprio Chefe do Exército. Só compreendo um Estado-Maior no serviço total do seu comandante, agindo de forma direta, intensa, anônima, sem formalismo, sem intermediários. Só compreendo um Estado-Maior do Exército situado na realidade deste Exército, deste País, deste povo, desta hora — bem ajustado à nossa doutrina de segurança nacional, em que preponderam os imperativos da segurança interna, atento às ameaças da guerra revolucionária e perfeitamente identificado com os ideais da Revolução de Março.

À frente desse alto órgão, integrar-me-ei, então, no mesmo sentido de pensamento e de ação, que aqui marcaram a presença não só de meu antecessor, General Adalberto Pereira dos Santos, mas também dos grandes Chefes que vieram antes dele mesmo, durante e depois de 31 de março de 1964 — Orlando Geisel, Décio Palmeiro Escobar e Humberto de Alencar Castelo Branco — que souberam fazer deste Estado-Maior um dos principais instrumentos de luta na Guerra Revolucionária em que todos hoje nos empenhamos.

Nessa luta, como um povo só é verdadeiramente dominado quando rompe com seu passado, com sua base cultural e social, com os fundamentos morais herdados dos seus maiores e com sua formação espiritual e como para os marxistas só é moral o que interessa a realização de seus propósitos, buscar os inimigos da democracia a destruição desses valores. Assistimos, no momento, à tentativa de destruição dos princípios morais, particularmente no seio da juventude, através de perigosas filosofias que exaltam o erótico e o perverso e procuram quebrar os laços que ligam os jovens ao seu passado e à sua família.

No aspecto espiritual há forte atuação no sentido de confundir valores, levando a dúvida aos menos esclarecidos, pregando até o contrasenso de uma simbiose comuno-cristã como solução ideal para os problemas sociais, solução a ser atingida mesmo através da violência. O comunismo é apresentado como solução para o levantamento do homem e para sua defesa contra o que chamam de alienação.

Se deixarmos que a mente do povo brasileiro, em particular a do jovem, seja contaminada pelo germen da corrosão moral, pela falácia do falso humanismo marxista, pela insidiosa impregnação da ideologia materialista dialética, pela persistente e solerte tentativa de eliminação dos valores espirituais, pela permanente busca da destruição da família e da sociedade democrática, poderemos obter no campo econômico as maiores vitórias, afastar do cenário político administrativo os subversivos que conhecemos, conseguir um aparente equilíbrio social, mas nem por isso

estaremos livres do perigo e, em prazo mais ou menos longo, o quadro ficará mudado e, se nos tornamos meros espectadores, poderemos ser derrotados, acarretando o esmagamento da democracia e da liberdade.

Nesse difícil combate, de prevalente tônica de natureza psicológica, não é a força bruta, não é a violência desnecessária, não é a atemorização pura e simples que produzem resultados positivos e duradouros. Há, principalmente, que esclarecer, informar, melhorar as condições de vida do povo, eliminar as contradições sociais existentes. educar para a democracia, assegurar a tranquilidade para o trabalho, buscar a compreensão, agir com firmeza e serenidade, abandonando essa orientação apenas nos casos extremos.

Esta é a opção escolhida pelo governo da revolução nesta hora de recuperação nacional. Essa opção já começa a frutificar. A mudança das estruturas ensejada pela reforma administrativa, a verdade orçamentária pela primeira vez existente no País, a simplificação da "máquina burocrática", os extraordinários resultados obtidos em diferentes setores econômicos, o renascimento do nordeste, o combate sistemático à corrupção, ao paternalismo e aos privilégios, a verdadeira busca da eliminação das contradições sociais são resultados tangíveis destes novos tempos. E melhor que os resultados palpáveis, já se nota, já se sente, a mudança de mentalidade de vários setores da vida nacional, mudança indispensável a uma obra duradoura.

Neste quadro de revigoração, situa-se também o Exército num período de fecundas realizações, no sentido de fazer-se mais forte e mais invulnerável aos perigos que o cercam. Neste quadro, situa-se este Estado-Maior, empenhado em prestar ao Sr. Ministro do Exército todo o apoio para a grande obra de fortalecimento de nossa Força Terrestre.

Assim, darei de mim o que puder pelo prosseguimento da tarefa, já encetada pelo Estado-Maior, de reaparelhamento do Exército no seu aspecto operativo; pela ultimate de uma reforma administrativa que faça a máquina funcionar melhor sem desfigurar as características essenciais da organização militar; pela definitiva formulação de uma política de pessoal e conseqüente plano de carreira que propicie ao Exército um melhor aproveitamento de seu pessoal e, ao militar, a visão completa de uma carreira cheia de desafios, atraente, ordenada e com possibilidade de opções diversas; pela simplificação do atual sistema de qualificações militares; pela racional implantação dos centros de instrução das armas, como passo definitivo no sentido da maior dimensão de nossa capacidade profissional; pela economia nos órgãos de atividades — meio em proveito dos órgãos de atividades — fim e pela existência em cada unidade de um núcleo-base operativo altamente adestrado que permita ao Exército prevenir e repelir as ameaças e os perigos mais tangíveis.

Com estes propósitos aqui venho para ser fiel à minha própria vida, para honrar a confiança do presente e do Ministro, para integrar-se ainda

mais com os companheiros do Alto-Comando do Exército e para agora, também integrar-me às responsabilidades do Alto-Comando das Forças Armadas e do Conselho de Segurança Nacional. Com estes propósitos, buscarei honrar a confiança de meus auxiliares neste Estado-Maior, a confiança de meus pares, a confiança do Exército inteiro.

A tarefa que se vem realizando no Exército é imensa e realística, está sendo empreendida com determinação, vencendo as dificuldades no período que atravessamos. Grande é a competência e o patriotismo de todos os executantes, em todos os escalões, os quais buscam como recompensa máxima apenas a satisfação do dever cumprido.

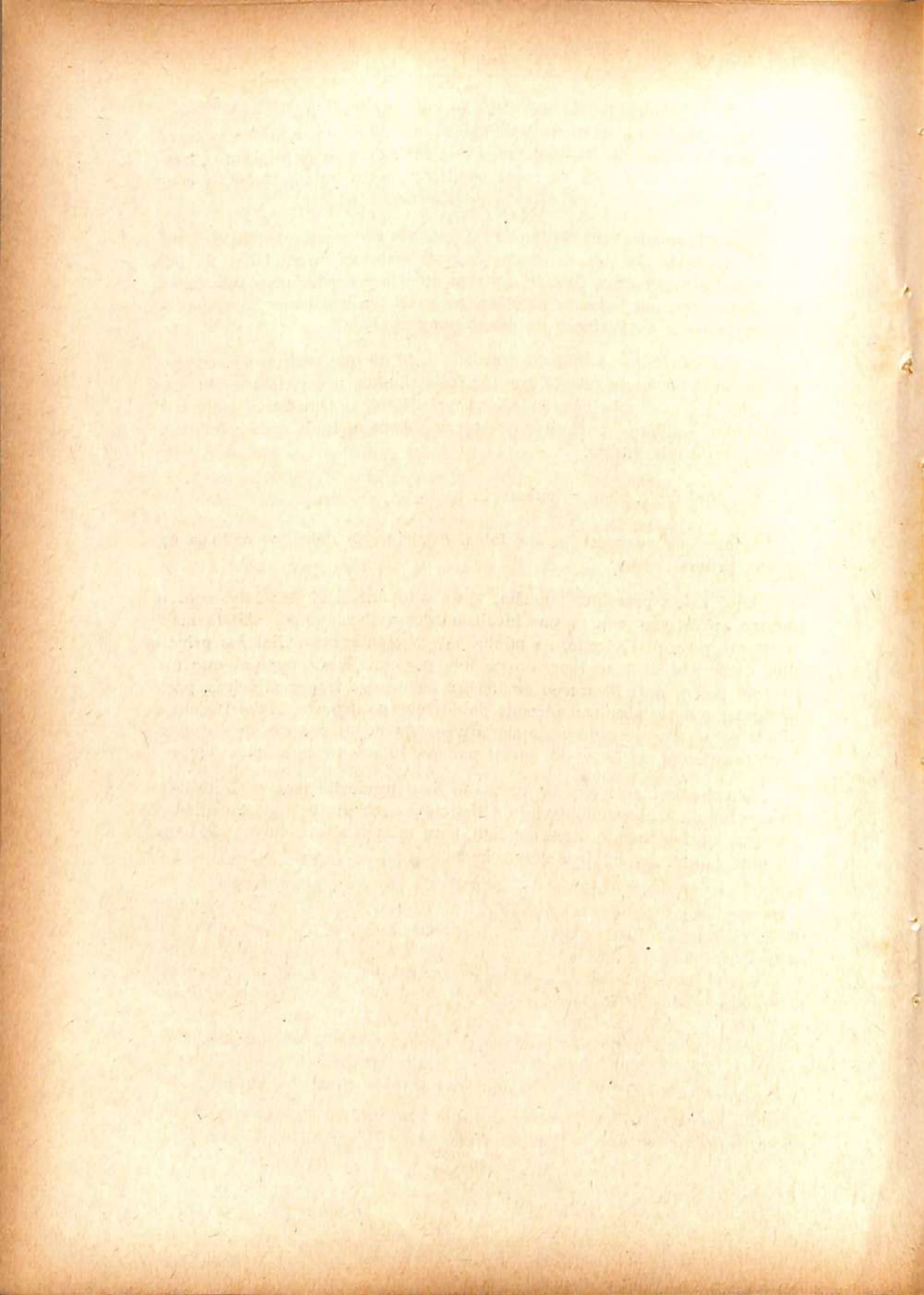
É que não falta ao soldado brasileiro a fé no que realiza, a consciência da importância da missão que lhe foi atribuída, o espírito de abnegação que faz com que não ambicione privilégios e benefícios materiais imerecidos e a força de caráter que torna o homem forte na adversidade e magnânimo da vitória.

Sr. Ministro! Meus Senhores!

Sempre estive presente aos fatos, participando deles, vivendo-os na minha própria carne.

Aqui estou presente, também, neste alto órgão. E presente, com o mesmo entusiasmo e o mesmo idealismo dos velhos tempos. Ainda mais confiante no meu Exército, na minha pátria. Manter-me-ei fiel aos princípios democráticos e ao espírito de luta por um Brasil melhor, que me fizeram partir, a 31 de março de 1964, à frente das tropas mineiras, para combater o descalabro comunizante do desgoverno deposto. Estarei sempre alerta para reforçar cada vez mais, a nossa união interna e a de todos os bons brasileiros em torno dos ideais por que lutamos e lutaremos sempre.

Não medirei esforços na tarefa de bem produzir para o Exército e para o Brasil. E invoco o nome do Altíssimo e a sua proteção para pedir-lhe energia, clarividência e discernimento, para estar à altura do grande lema da vida militar — servir e servir bem.





MARECHAL NICANOR GUIMARÃES DE SOUZA

MARECHAL NICANOR GUIMARÃES DE SOUZA

Faleceu nesta Capital, às 14h30min do dia 13 de abril do corrente ano, o Mar Nicanor Guimarães de Souza, vítima de hemorragia cerebral.

Era natural de Ladário (Corumbá), Estado de Mato Grosso e filho do Capitão-Tenente Luiz Gonzaga de Souza Junior (falecido na catástrofe do Encouraçado Aquidaban, em 1906) e de D. Octávia Guimarães de Souza. Casado com D. Lúcia Pontes de Souza, teve dois filhos Lucia Maria e Luiz Nicanor.

Após concluir o curso do Colégio Militar do Rio de Janeiro, foi matriculado na Escola Militar do Realengo, sendo declarado Asp da Arma de Artilharia, em 2 de abril de 1917.

Em sua brilhante carreira militar obteve as seguintes promoções:

2.º Ten — em 20 Fev 18
1.º Ten — em 05 Mar 19
Cap — em 16 Agô 21
Maj — em 15 Out 31, por merecimento
Ten-Cel — em 05 Mai 37, por merecimento
Cel — em 24 Mai 41, por merecimento
Gen-Bda — em 09 Mai 46
Gen-Div — em 02 Agô 52
Gen-Ex — em 25 Abr 58
Mar R1 — em 25 Abr 62.

Possuía todos os cursos, inclusive o da Escola Superior de Guerra, concluído em 22 de dezembro de 1951, realizados sempre com apreciável dedicação.

Exerceu vários Comandos, entre os quais o do 1/8.º Reg Art Mont, em Pouso Alegre, e honrosas Comissões Militares e Chefias, como: Adjunto de Ensino da Escola Militar do Realengo, Chefe do Gabinete da Inspeção-Geral de Ensino do Exército, Chefe do EM da 9.ª RM, Secretário-Geral do Ministério da Guerra, Cmt da EsAO, Cmt da 4.ª RM e 4.ª DI, Cmt da 6.ª RM, Subchefe Executivo do EME, Diretor-Geral do Material Bélico, Chefe do DGP e Chefe do DPO.

Recebeu numerosas condecorações nacionais e estrangeiras, destacando-se entre elas as seguintes: Medalha Militar de Ouro, com passadeira de platina, Medalha de Prata Comemorativa do Cinquentenário da Proclamação da República, Medalha do Pacificador, Ordem do Mérito Naval, Ordem do Mérito Jurídico Militar, Ordem

Nacional da Legião de Honra da França e Legião do Mérito dos EUA, no Grau de Comandante.

Revelou-se sempre um grande estudioso de História Militar, Geografia do Brasil e Problemas Brasileiros. Dominava com grande desembaraço a leitura em línguas inglesa e francesa. Colaborou na "Revista Militar Brasileira" com vários trabalhos valiosos ("Campanha do Norte da África", "A Luta Pela Posse de Suez", "General Douglas Mac Arthur" — tradução) e no Mesário de Cultura Militar ("O Outro Lado da Colina" — tradução de uma obra de B.H. Liddel Hart).

Foi um constante incentivador e colaborador desta Revista, e muito apreciado por seus trabalhos relativos á energia nuclear ("O ABC da Energia Nuclear" e "Da Pilha Atômica às Armas Nucleares").

Todo o seu tempo de serviço, totalizando mais de 48 anos, foi devotado exclusivamente em funções essencialmente militares, tendo recebido cêrca de uma centena de elogios de seus Chefes, todos pondo em destaque as suas qualidades de Oficial brioso e entusiasmado, de Instrutor emérito e cômso de sua missão, de Administrador operoso e probo, de Chefe de convicções bem formadas e decisões firmes, disciplinado e disciplinador, de Comandante exemplar e de Militar idealista, estudioso e honrado. Em um dos seus últimos elogios, conferido pelo Sr. Ministro da Guerra da época, consta "... cumpro um dever de inteira justiça ao consignar, em nome do Exército, um especial louvor a êsse preclaro Chefe, cuja longa vida de soldado é um exemplo de devotação ao dever, de espirito de renúncia, de acendrado civismo e inexcêdível dedicação aos superiores desígnios da Pátria". Já outro Ministro, em elogio de despedida por ocasião de sua passagem para a reserva, entre outros registros altamente elogiosos, assim finaliza: "Ao sentir o afastamento dêsse ilustre Chefe e digno camarada para o aconchego do lar, resta a satisfação de ver completamente realizada uma vocação de soldado, cujo exemplo dignificante ficará para as novas gerações".

Na realidade, foi para o lar que dedicou os últimos anos de existência, com um amor singular de filho atencioso, de espôso exemplar, de pai vigilante e devotado, e de avô muito carinhoso. Da caserna recolheu-se para junto dos seus entes queridos e dos seus livros escolhidos com notável carinho e inteligência até ser chamado para a vida eterna.

Ao vê-lo partir, seria injusto deixar de prestar-lhe as homenagens a que faz jus. Esta Revista sente-se agradecida pelos incentivos de que sempre recebeu do Chefe prestigioso. Que Deus o tenha em paz! Que seu devotamento ao Exército e aos altos interesses da Pátria sirva de inspiração, principalmente aos jovens! Que a memória do soldado, do patriota e do cidadão, seja sempre lembrada como um exemplo a seguir.

ENSAIO SÔBRE A DOUTRINA POLÍTICA DA REVOLUÇÃO

5.º ANIVERSÁRIO DA REVOLUÇÃO DE 31 DE MARÇO

CARLOS DE MEIRA MATTOS
General-de-Brigada

1. A IDEOLOGIA REVOLUCIONÁRIA

Vitoriosa a Revolução de 31 de março de 1964, empossado um Governo Revolucionário, surgiu o grande problema. Qual o programa da Revolução? Um programa político tem que ser produto de uma doutrina. E a doutrina há de ser fiel à ideologia.

Teve o 1.º Governo Revolucionário do Presidente Castello Branco, depois de empossado, que conceber uma doutrina, formular um plano político e lançar um programa para a Revolução que só tinha, clara, sua ideologia — *a sobrevivência da democracia*. Dizemos sobrevivência, porque a Revolução irrompeu-se no auge da ameaça que acutilava o nosso sistema democrático de vida.

A ideologia democrática, por si só, não fornecia o instrumental necessário a imprimir um rumo político à Revolução. É a democracia, antes de tudo, uma concepção existencial de teto, não um instrumento de ação política. Numa tentativa de comparação, diríamos que a demo-

cracia, assim como o marxismo e o nacional-socialismo, aquecem as mentes, mas são insuficientes para mover, desembaraçadamente, as pernas e os braços de seus adeptos. Apenas o fato de sermos todos democratas não nos imprimia a força motora indispensável à realização de uma obra político-revolucionária.

Precisávamos, além da inspiração ideológica, de uma dinâmica de ação política. Esta, não a tínhamos ao irromper-se o Movimento de 31 de março, há cinco anos. Os anticomunismo e antijanguismo — que serviram de impulso e de elo para a derubada da situação então vigente — não se prestavam para a formulação de uma política revolucionária.

Assim é que, nos primeiros dias de abril de 1964, o Governo empossado se deparava com um problema sério e inadiável, o de dar à Revolução um instrumento de ação política, ou melhor, o de criar uma doutrina para o movimento vitorioso que, conhecendo nitidamente sua ideologia, titubeava quanto aos rumos de sua dinâmica política.

Coube ao 1.º Governo Revolucionário, inspirado nos ideais democráticos de todos aqueles que propugnaram pelo movimento vitorioso, formular uma doutrina revolucionária e lançar o seu programa de ação política.

2. A DOCTRINA POLÍTICA DA REVOLUÇÃO

Uma doutrina política deve ser formulada em bases reais e ser autêntica. É real quando se baseia em potencialidades reais — existentes ou dinamizáveis. É autêntica quando exprime a síntese da vontade coletiva da elite que se dispõe a realizá-la.

Há que se distinguir numa Doutrina Política — conceituação, finalidade, princípios e estratégia.

Vejamos, assim, no caso da Revolução Brasileira, como foi formulada sua Doutrina Política, qual o conceito dessa Doutrina, a finalidade que se busca alcançar, quais os princípios que assegurarão a consecução fiel dessa finalidade e, por último, qual a estratégia do Governo Revolucionário visando à concretização da doutrina em ação administrativa.

— FORMULAÇÃO DA DOCTRINA

A Doutrina da Revolução deve traduzir os interesses mais prementes e as aspirações mais legítimas do povo brasileiro, e conjugar esses interesses e aspirações às realidades da geografia brasileira. Na verdade, as di-

mensões territoriais do País, os imensos recursos de que dispõe, a inteligência e engenhosidade do homem brasileiro e a dinâmica de sua expressão demográfica, são fatores capitais que suscitam interesses e motivam aspirações de grandeza. Negar-se a vocação de grandeza da Nação, seria ignorar a magnitude da terra e a capacidade de superação do homem.

Tratou-se, inicialmente, para o 1.º Chefe da Revolução colocado no Poder e para os seus assessores diretos, de fazer uma avaliação judiciosa desses interesses e aspirações nacionais.

A avaliação dos interesses nacionais — necessidades mais relevantes, tidas como indispensáveis à sobrevivência e evolução da comunidade nacional, dentro de condições compatíveis com a dignidade humana —, e das aspirações nacionais — projeção e integração desses interesses na consciência da comunidade —, permitiram a formulação dos *Objetivos Nacionais*. Sobre a consecução desses *Objetivos Nacionais* a Revolução montou sua doutrina e seu plano de ação política.

Como captou o 1.º Governo Revolucionário esses interesses e aspirações? Como os avaliou e os integrou em *Objetivos Nacionais*? Valeu-se muito do trabalho experimental da Escola Superior de Guerra, que, desde 1949, com seriedade e critério científico, vinha tentando formular uma política nacional à altura dos interesses e aspirações nacionais. Valeu-se, também, da própria sabedoria e sensibilidade do Chefe

do Governo, assim como a de seus assessôres diretos, lançados todos, repentinamente, na direção de um movimento popular vitorioso e patrioticamente ambicioso.

Êsses *Objetivos Nacionais* — cristalização dos interesses e aspirações nacionais em determinado estágio de evolução da comunidade, cuja conquista e preservação tãda a Nação quer ver realizados através dos meios de tãda a ordem ao seu alcance —, levantados pelo Governo Revolucionário e traduzidos num corpo de formulações políticas, passaram a constituir a Doutrina da Revolução.

Os *Objetivos Nacionais*, uma vez estabelecidos, assumem o sentido de metas supremas, a serem alcançadas e mantidas, através da formulação e da execução de uma Política Nacional e da aplicação do Poder Nacional. Sofrem êsses objetivos-metas, no processo histórico, o impacto permanente das pressões internas e externas, que visam a neutralizá-los (são os *desafios* de que tanto nos fala Toynbee). Caberá ao Estado, através de uma política adequada, vencer as pressões internas e externas e impor os *Objetivos Nacionais*.

Vejamos os principais *Objetivos Nacionais*, cristalização dos mais altos interesses e aspirações nacionais:

- independência;
- soberania;
- integridade territorial;

- prestígio internacional;
- integração nacional;
- prosperidade nacional;
- democracia;
- preservação dos valores morais e espirituais da nacionalidade;
- paz social.

Da análise dêsses *Objetivos* resulta que alguns têm o caráter nitidamente de *preservação e aperfeiçoamento*, pois já foram alcançados pela nacionalidade, através do seu processo histórico, tais como:

- independência;
- soberania;
- integridade territorial;
- prestígio internacional.

Outros:

- democracia;
- preservação dos valores morais e espirituais da nacionalidade;
- paz social;

embora alcançados, vivem sob o impacto permanente da pressão da guerra psicológica comunista e dos grupos anarquistas e contra-revolucionários que buscam, sob artifícios vários, destruí-los e substituí-los. Precisam ser *defendidos ativamente* pelo Governo Revolucionário.

O 3.º Grupo:

- integração nacional e
- prosperidade nacional,

representam os objetivos a *conquistar*.

Reavaliando e comparando, podemos dizer que, em síntese, os desafios maiores à política revolucionária estão na consecução de cinco objetivos nacionais considerados críticos:

- integração nacional;
- prosperidade nacional;
- democracia;
- preservação dos valores morais e espirituais da nacionalidade;
- paz social,

e sobre estes, deverá se assentar toda a dinâmica de ação política do Governo Revolucionário.

Outra conclusão é a de que todo o progresso que se venha alcançar na conquista e defesa dêsses cinco objetivos críticos resultará no fortalecimento e consolidação dos objetivos a serem preservados — independência, soberania, integridade territorial e prestígio internacional.

— Conceituação da Doutrina Política da Revolução

A formulação acima conduz à seguinte Conceituação da Doutrina Política da Revolução:

- conquistar a todo custo e a curto prazo a integração nacional e a prosperidade nacional;
- defender obstinadamente o estilo de vida democrático do povo brasileiro, os valores morais e espirituais sobre os quais se assentam a consciência da nacionalidade e a paz social;

— preservar e valorizar a independência, a soberania a integridade territorial e o prestígio internacional da Nação Brasileira.

A dinâmica da Doutrina está nos objetivos a conquistar a todo custo e a curto prazo — integração nacional e prosperidade nacional —, traduzida, como veremos mais adiante, numa Política de Desenvolvimento. Na medida em que esses objetivos venham a ser alcançados, se aliviará, progressivamente, a pressão comuno-anarquista, visando a substituir o nosso estilo de vida democrático, demolir as nossas concepções morais e espirituais de existência e destruir a nossa paz social. Igualmente, cada passo que se avance na conquista dos aludidos objetivos se refletirá no fortalecimento de nossa independência, na maior afirmação de nossa soberania, na consolidação da integridade territorial e no aumento de nosso prestígio internacional.

Referindo-se à doutrina política da Revolução, o ex-Presidente Castello Branco, por várias vezes, aludiu ao fato de ela “inspirar-se na procura do bem-estar da Nação Brasileira”, o que vem coincidir inteiramente com a tantas vezes repetida “meta homem” do Presidente Costa e Silva.

Mas, na conjuntura mundial, dominada pela arrancada sem precedentes para progresso científico e tecnológico, quem ficar para trás, dia a dia irá aumentando a distância que, dramati-

camente, separa as nações mais desenvolvidas das demais. Ficar para trás, na escalada da ciência e da técnica, significa condenar-se a posição de inferioridade cada vez mais irreversível. Por isto, *para termos o direito de ter uma vocação de grandeza, teremos que provar nossa capacidade, como Revolução, para conquistar os dois objetivos em que se fundamenta a Política de Desenvolvimento, a todo custo e a curto prazo.* Este curto prazo não poderá passar do interregno de uma geração, de 25 a 30 anos, daqui para o ano 2000.

— *Finalidade*

A finalidade da Doutrina Revolucionária, acima conceituada, pode ser assim apresentada:

- expansão *acelerada* da produção de bens e serviços, a fim de assegurar, em *ritmo rápido*, o progresso social, corrigir as desigualdades de renda, absorver os contingentes de mão-de-obra que chegam ao mercado de trabalho, alcançar a tranquilidade e a paz social" (Programa Estratégico de Desenvolvimento do Presidente Costa e Silva — 1968-1970).
- Manutenção das condições de segurança indispensáveis, no campo externo e no interno, a fim de garantir a expansão econômico-social acelerada, acima preconizada, preservando e defendendo o estilo de vida democrático de nosso povo.

- Combinando as duas metas acima, "arrancar com o país" transformando-o, no interregno de uma geração, numa potência politicamente respeitada, economicamente desenvolvida e socialmente estável.

O primeiro tópico corresponde à Política de Desenvolvimento do Governo Revolucionário e o segundo, à sua Política de Segurança.

As adjetivações aceleradas e ritmo rápido, que se lêem na caracterização da premente imperiosidade da expansão da produção de bens e serviços, respondem a duas realidades: a pressão demográfica e a corrida tecnológica e científica do mundo moderno. A pressão demográfica brasileira, caracterizada pela taxa média de crescimento populacional de 3% ao ano, nos obriga a prever uma população de cerca de 200 milhões de habitantes no ano 2000 e uma capacidade de absorção, pelo mercado de trabalho, de 1,5 milhões de brasileiros anualmente.

A corrida tecnológica e científica do mundo moderno impõe-nos um ritmo acelerado à expansão da educação e da pesquisa, a fim de encurtar, progressivamente, o nosso distanciamento na escalada das grandes potências superindustrializadas. (Vejam-se os estudos de prospectiva para o ano 2000 realizados pelo Instituto Hudson dos E.E.U.U.).

A imperiosa necessidade de manutenção das condições de segurança encontra o seu apoio

no mesmo sentimento que inspirou Thomas Jefferson ao dizer, no fim do século XVIII, quando sonhava com a construção da grande nação Norte-Americana, que "não é possível converter a Declaração de Direitos num pacto suicida". O estado de direito democrático não pode transformar-se na ruína da democracia. Não se trata, na presente conjuntura mundial, de escolher entre a ordem e a liberdade e, sim, entre a liberdade com ordem e a anarquia sem ambos.

— *Princípios*

Os princípios básicos sobre os quais se deve fundar a nossa doutrina revolucionária, inspirados no conceito e na finalidade dessa mesma doutrina, são:

- autoridade;
- austeridade;
- eficiência administrativa;
- dinâmica de ação de política;
- produtividade;
- liberdade com responsabilidade;
- livre empresa;
- justiça social;
- dignidade da pessoa humana.

— *Estratégia*

— A estratégia corresponde à concepção de como atingir a finalidade, cumprindo os princípios doutrinários estabelecidos. Desta forma, a estratégia do Governo Revolucionário pode ser assim expressa:

"Sob o escudo da Segurança, mobilizar a Nação para um período de Desenvolvimento

sem precedentes, em tudo respeitando a meta homem".

"O Desenvolvimento Nacional será não apenas acelerado, mas, também, auto-sustentado, capaz de gerar dentro de si próprio os impulsos necessários ao seu dinamismo".

"O Desenvolvimento deverá ser simultâneo e harmônico da agricultura, da indústria e dos setores da infra-estrutura econômica (energia, transportes, comunicações) e social (educação, habitação, saúde e saneamento), com o objetivo de diversificar as fontes de dinamismo de nossa economia, elevar o nível de emprego e promover a expansão do mercado interno".

"A Reforma Educacional dará grande ênfase à aceleração da pesquisa científica e tecnológica".

"O povo deve ser engajado na Batalha do Desenvolvimento. Será necessário mobilizar a opinião pública e engajar a comunidade nacional no esforço necessário ao alcance dos objetivos do Desenvolvimento".

(As citações acima foram extraídas do Programa Estratégico de Desenvolvimento 1968-1970 do Presidente Costa e Silva).

3. CONCLUSÕES

Através desta sucinta exposição, fizemos uma tentativa de

traçar as linhas básicas da Doutrina Política da Revolução de 31 de março, cujo 5.º Aniversário estamos comemorando. Essa Doutrina deu bases sólidas às políticas de Desenvolvimento e de Segurança que, iniciadas e sustentadas pelo primeiro Governo Revolucionário, vêm sendo dobradas e desenvolvidas pelo segundo Governo da Revolução.

Ancorada na finalidade e nos princípios inspiradores desta Doutrina, vem a Revolução firmando a sua estratégia de ação política, em busca da conquista dos *Objetivos Nacionais* que exprimem, na sua essência, os mais

vitais interesses e as mais ardentes aspirações de grandeza da nacionalidade.

A elite revolucionária brasileira deve ter bem presente a sábia advertência do historiador e sociólogo inglês Arnold Toynbee, quando conclui, após analisar profundamente as razões do sucesso ou do colapso de 26 civilizações: "Após uma etapa de crescimento, algumas sociedades humanas entraram em colapso, pela perda do poder criador das minorias dirigentes que, à mingua de vitalidade, perderam a força mágica de influir sobre as massas não criadoras e de atraí-las".

PREÇOS

ASSINATURA ANUAL

Brasil NCr\$ 5,00

Exterior NCr\$ 15,00

NÚMERO AVULSO

Último número NCr\$ 1,00

Número atrasado NCr\$ 1,20

NOTA — As importâncias deverão ser enviadas por cheque ou vale postal, correndo as despesas de remessa por conta do interessado.

— Haverá acréscimo nos preços acima, em caso de registro ou via aérea.

— Estes preços vigorarão a partir de Jan 69.



Alimentos ou Fome? Uma Pergunta para o Futuro

Poderemos vencer a fome? O quadro atual é de pouco mais de 4.000 m² de área cultivada por habitante — e isto não é suficiente.

Um filme informativo, colorido, existente na Filмотeca Shell, examina as possibilidades de a produção mundial de alimentos acompanhar o crescimento demográfico do mundo, indicando alguns dos meios que poderiam levar à solução do problema.

Sociedades ou instituições, em qualquer parte do Brasil, poderão solicitar por empréstimo, gratuitamente, "ALIMENTOS — OU FOME". Este é um dentre mais de uma centena de filmes em 16 mm disponíveis na Shell e que abrangem diversos campos: desde a geografia até a tecnologia industrial, da agricultura à aviação, bem como as atividades da própria indústria petrolífera.



PARA INFORMAÇÕES SOBRE FILMES SHELL ESCRVA PARA:

SHELL BRASIL S.A. (PETRÓLEO)

RIO DE JANEIRO, CAIXA POSTAL, 252 - ZC-00
SÃO PAULO, CAIXA POSTAL 2000

O MINISTÉRIO DO INTERIOR E O DESENVOLVIMENTO REGIONAL INTEGRADO

1968

Gen Div AFFONSO AUGUSTO DE ALBUQUERQUE LIMA

S U M Á R I O

I — O MINISTÉRIO DO INTERIOR E SUA ÁREA DE COMPETÊNCIA

A — Desenvolvimento Regional

A.1 — Região Norte

A.2 — Região Nordeste

A.3 — Região Sul

A.4 — Região Centro-Oeste

II — PRINCIPAIS SETORES DE INCIDÊNCIA DO PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO

1 — Saneamento Básico

2 — Irrigação

3 — Programa Nacional de Habitação

III — CONCLUSÃO

O MINISTÉRIO DO INTERIOR E SUA ÁREA DE COMPETÊNCIA

1 — Dispondo sobre a organização da Administração Federal e estabelecendo diretrizes para a Reforma Administrativa, o Decreto-Lei n.º 200, de 25 de fevereiro de 1967, enfatizou, como um dos princípios fundamentais da ação governamental, a obediência a normas e conceitos de planejamento, como condição indispensável à promoção do desenvolvimento econômico-social do País e à segurança nacional, norteados segundo planos e programas gerais, setoriais e regionais, de duração plurianual, com vistas à continuidade e coerência de aplicação de recursos, de modo a possibilitar o soerguimento de todas as atividades nacionais, harmonizadas e justapostas como um todo integrado.

Criado pelo mesmo diploma legal, ao Ministério do Interior, intimamente compatibilizado com os demais órgãos de nível superior integrantes do Poder Executivo, com atuação específica no Setor Econômico, foram atribuídos assuntos que dizem respeito aos itens abaixo especificados:

- I — Desenvolvimento regional
- II — Radicação de populações, ocupação do território. Migrações internas
- III — Territórios federais
- IV — Saneamento básico
- V — Beneficiamento de áreas e obras de proteção contra secas e inundações. Irrigação
- VI — Assistência às populações atingidas pelas calamidades públicas
- VII — Assistência ao índio
- VIII — Assistência aos Municípios
- IX — Programa Nacional de Habitação

2 — Assim, procurou-se dar uma estrutura básica e coerente às atribuições do MINTER, visando também à racionalização dos processos de trabalho e à adequação dos meios aos fins, para evitar os terríveis malefícios burocráticos, que emperram, ainda hoje, a vida administrativa do País. Realmente, para bem compreender o sentido do MINTER, segundo os preceitos da Reforma Administrativa, tornou-se indispensável proceder-se à cuidadosa análise das missões que lhe foram atribuídas para chegarmos a uma síntese que apresentamos sob a forma dos seguintes conceitos:

— conduzir o equacionamento dos problemas e suas soluções de modo a inspirar e estimular o Governo, no sentido de estabelecer um planejamento regional, não só abrangendo as regiões subdesenvolvidas, mas, também, as regiões mais desenvolvidas;

— dinamizar a capacidade de elaboração de um plano nacional de desenvolvimento regional, inclusive com a fixação de prioridades regionais, abrangendo um conjunto de planos setoriais harmônicos, por áreas geográficas;

— possibilitar o estabelecimento de uma filosofia de planejamento ascensional — de baixo para cima, dentro da realidade brasileira, com uma descentralização executiva que inclui a participação ativa dos escalões inferiores nas deliberações;

— despertar a capacidade de criar uma “consciência de desenvolvimento regional”, elaborando planos e projetos normativos, baseados

em considerações sobre desenvolvimento, coordenando ações e participando de todas as deliberações sobre planejamento e orientação, em nível federal, que tenha repercussão regional;

— criar condições objetivas para o estabelecimento de relações diretas entre a União, os Estados e os Municípios, de maneira que possa haver uma compatibilização entre os planos federais, estaduais e municipais, para execução de obras de interesse comum, segundo uma política nacional de desenvolvimento regional;

— colocar em evidência a importância crescente da urbanização, para que se reconheça a necessidade inadiável de incluí-la num amplo programa federal de desenvolvimento urbano, através da criação de um Órgão especial, a esse fim destinado, e capaz de orientar, mediante a observância de planos integrados, a atuação das unidades estaduais e municipais;

— cooperar com os grupos de planejamento setorial dos Ministérios, na formulação do dimensionamento regional dos planos setoriais.

3 — Em síntese, resulta, do que disse acima, a importância primordial do MINTER, no processo de desenvolvimento e na conquista da integração nacional. E, por isso mesmo, sob uma ação dinâmica e criadora, com pessoal técnico qualificado, deverá ele estar apto a exercer suas atividades nas regiões geo-econômicas, e segundo as necessidades de todas as áreas que reclamam a presença efetiva e eficiente da ação governamental, em moldes renovados, e em consonância com uma política de desenvolvimento regional, que lhe incumbe assistir em sua formulação e em seu dimensionamento, dentro de um balizamento traçado pelo plano global, a cargo do Ministério do Planejamento e Coordenação Geral.

4 — Diante da diversidade dos problemas afetos ao MINTER, que abrangem, especialmente, todo o Brasil na sua vasta extensão, vamos apreciar os principais, dentro do limitado tempo que nos foi concedido, segundo as tradicionais normas dessa Escola.

Assim, obedecendo à seqüência das missões atribuídas ao MINTER, vamos começar pelo **DESENVOLVIMENTO REGIONAL**, cuja importância fundamental reside no fato de que caracteriza a vontade precisa de uma coletividade que pensa nas melhorias de suas condições de vida, em função dos seus recursos naturais próprios, ao mesmo tempo que as regiões, uma vez desenvolvidas, são elementos de fixação das elites humanas e do melhor aproveitamento do espírito regional.

Haja vista o que está acontecendo no Nordeste, cujo desenvolvimento, ainda no começo, está implantando uma nova mentalidade regional e melhor aproveitamento dos técnicos, inclusive diminuindo a migração constante de lá para o Centro-Sul.

Ao analisar essa atribuição do MINTER, entendêmo-la, como características bem definidas:

- no sentido de estabelecer relações bem acentuadas com o fator tempo, sujeitas sempre a várias modificações e plano de informações sempre renovado;
- no sentido de considerar-se sempre constantemente dinamizada, embora considerando as restrições de um passado sempre presente, projetando-se para o futuro que se almeja;
- na consideração de que exige um esforço de planejamento e de coordenação, de modo a articular êsses dois fatores e torná-los, assim, suscetíveis de gerar decisões regionais para atender os objetivos de desenvolvimento segundo a conceituação assim obtida;
- na apreciação do quadro geográfico, partindo-se da definição de certa homogeneidade econômica e física, possibilitando a configuração de uma região, onde uma população com aspirações comuns, compondo núcleos que possam intercomunicar, passe a constituir, até mesmo, um centro de decisões, graças à descentralização das medidas executivas de interesse local, mas de caráter nitidamente nacional.

Dêsse modo, incidindo essa missão sobre todo o território nacional, cujas peculiaridades regionais incumbe-lhe estudar de perto, fazendo-se, assim, presente sobretudo junto às comunidades mais modestas e mais remotas do espaço geográfico brasileiro, resulta da mais alta importância o agrupamento das regiões afins, como base fundamental para aglutinação de problemas locais e para procura de soluções conjugadas aos interesses comuns a cada área assim delimitada, cujas características emprestem, de certo modo, fisionomia própria ao meio físico e aos contingentes humanos que acentuam e particularizam muitas daquelas características.

Eis o motivo da organização das cinco regiões geo-econômicas, que passaremos a discriminar, para o estudo do Desenvolvimento Regional.

A — DESENVOLVIMENTO REGIONAL

A.1 — *Região Norte*: Acre — Amazonas — Pará; Territórios Federais: Amapá — Rondônia — Roraima; Mato Grosso (até o Norte do paralelo 16º); Goiás (ao Norte do paralelo 13º) e Maranhão (a oeste do meridiano 44º).

A.1.1 — *A Política de Segurança e Desenvolvimento*

Dos estudos realizados, mediante a análise de numerosos documentos oficiais e não oficiais, das inúmeras viagens realizadas àquela região, das discussões e debates, chegamos à conclusão de que o pro-

blema amazônico, com tantas variáveis existentes no seu contexto, precisaria ser encarado urgentemente, mesmo dentro das limitações impostas pelo objetivo governamental de deter a inflação sem prejudicar o desenvolvimento. Discordamos, portanto, da corrente de tecnocratas puros que preferem, antes, incrementar o desenvolvimento de regiões já desenvolvidas, para que as demais venham a desenvolver-se por via indireta.

Assim compreendendo, ao traçar as Diretrizes de trabalho do MINTER, por questão metodológica apenas, encaramos o problema amazônico sob duplo aspecto:

a) desenvolvimento, no sentido de melhorar o padrão de vida das populações locais, nas sub-regiões onde já existem condições de atração para a iniciativa privada;

b) de segurança nacional, quando se encara a ocupação efetiva do território, o que constitui obra essencialmente governamental, principalmente no que concerne à montagem de uma infra-estrutura capaz de criar condições de desenvolvimento.

Além disso, para todos os estudos, adotamos o conceito da existência de duas Amazônia: uma a *Oriental*, voltada para o Oceano Atlântico e com fulcro em Belém, no estuário do Amazonas; outra, a *Ocidental*, em face do norte, oeste e sudoeste, gravitando em torno de Manaus e compreendendo os Territórios de Roraima, Rondônia e o Estado do Acre.

Para estudar os problemas relativos a cada um dos conceitos acima, de desenvolvimento e ocupação do território, resolvemos atribuir à SUDAM a missão específica de conduzir o desenvolvimento na direção daquela região oriental e dos pólos de desenvolvimento já existentes, como Manaus — Pôrto Velho — Rio Branco — Boa Vista e, posteriormente, com a criação do GRUPO DE TRABALHO DE INTEGRAÇÃO DA AMAZÔNIA (GTINAM), resolvemos atribuir a este Grupo de Trabalho a missão de proceder a estudos, sugerir medidas e indicar providências suscetíveis de serem utilizadas na definição e na elaboração de normas de execução da política objetiva do Governo Federal, no tocante à efetiva ocupação do território e povoamento orientado da região amazônica, notadamente quanto aos espaços vazios e zonas de fronteiras.

Assim, sem compartimentos estanques, mas com atribuições e missões definidas, as duas entidades trabalham para a Região Amazônica, sob a direção do Ministério do Interior.

A.1.2 — *Princípios Gerais*

Dentre algumas normas para os trabalhos a serem executados, procuramos elaborar diretrizes contidas nos dez princípios adiante

citados, que resumem a concepção dominante no Ministério do Interior sobre os problemas da Amazônia, a saber:

1 — A ocupação dos espaços vazios não será realizada jamais em curto tempo. Pelo contrário, para consecução de tal objetivo, o *fator tempo* deverá ser considerado ao longo de muitos anos. Por isso mesmo, *desde já*, o Governo considera de caráter altamente prioritário a necessidade de realizar, a curto e médios prazos, alguns projetos que sejam elaborados dentro da realidade nacional;

2 — A ocupação do território amazônico deverá iniciar-se pela seleção de determinadas *áreas estratégicas* e de alguns *centros de desenvolvimento*, onde já existam tênues camadas populacionais. Dêsse modo, o sentido de colonização que se deseja implantar não pode desprezar o aproveitamento dos grupos nacionais lá existentes, utilizando-os mesmo como elementos de vanguarda para outros avanços rumo ao interior da região.

3 — Nenhum PLANO DE OCUPAÇÃO terá validade se não contar com a participação decisiva das Forças Armadas, no seu conjunto, a cujo papel relevante e insubstituível caberá a defesa do patrimônio nacional. As Forças Armadas, por sua vez, deverão compreender que não se trata de uma operação meramente militar, mas de uma operação em termos bem mais amplos, de interesse econômico-social, segundo os conceitos de desenvolvimento.

4 — A ocupação da Amazônia deverá caber, inicialmente, aos nacionais da própria área, do Nordeste ou de outras regiões do Brasil. Após, então, deverão ser estabelecidas as correntes imigratórias que mais convenham aos nossos interesses.

5 — A ocupação da Amazônia não está na dependência exclusiva de seus cursos de água. Exige-se uma nova compreensão no sentido de que seja executada uma política rodoviária, de integração nacional e regional, de significado econômico. Entretanto, impõe-se, como condição essencial à vida da região, a melhoria da navegação amazônica, sob todos os aspectos.

6 — Impõe-se, igualmente, a manutenção, ainda por muito tempo, dos incentivos fiscais que são aplicados pela SUDAM. Entretanto, outros recursos deverão ser procurados para a Amazônia, inclusive buscando-se a técnica e o capital estrangeiros, nas condições por nós aceitas e aplicadas, segundo a prioridade por nós estabelecida.

7 — Não se deve esquecer que a ocupação da Amazônia é, antes de tudo, um problema de engenharia e, como tal, toda ênfase deve ser dada ao aproveitamento da nossa engenharia civil e militar, apoiada na mais apurada tecnologia.

8 — Seria conveniente o estabelecimento da desapropriação das terras ao longo das estradas, em faixa nunca inferior a 25 km, de cada lado, para a implantação, nas terras devolutas, de uma estrutura agrária, muito diferente daquela do Nordeste, responsável, em grande parte, pelos inúmeros problemas lá existentes.

9 — Recomenda-se que a ocupação da Amazônia deva dar-se através da implantação de uma infra-estrutura capaz de dar adequado apoio educacional, sanitário e social aos que para lá se dirigirem ou que lá estejam.

A.1.3 — A Ação do Governo Federal na Amazônia

A Revolução de Março não teve somente a virtude de deter, em momento providencial, a derrocada das instituições e o caos social e político em que já mergulhava a nacionalidade. Erguendo barreira intransponível à onda avassaladora da desordem que se alteava ameaçadoramente, procurou disciplinar as atividades e a vida nacional, em todos os setores, e voltou-se, com ânimo decisivo, para a solução dos problemas das áreas críticas do nosso território. Com a posse do Presidente Costa e Silva na chefia do Executivo e criado o Ministério do Interior, coube-me a felicidade de, como seu primeiro titular, mobilizar a maior soma de esforços e sensibilizar a nação, através de conferências pronunciadas nos mais altos "forums" de debates de Norte a Sul, e de repetidos depoimentos através dos mais variados meios de divulgação, inclusive atendendo a honroso convocação da Câmara dos Deputados, conseguindo, assim, atrair para a Amazônia o interesse dos nossos patrícios, de todas as classes sociais.

Repetidas vezes percorri aquela região, acompanhado de técnicos e dos meus assessores, e, em muitas delas, conduzi para uma visão objetiva daquele vasto mundo, Ministros de Estado, Representantes Diplomáticos de países da Europa, da América e da Ásia e homens de empresa do Centro-Sul, desvendando-lhes, à curiosidade e à capacidade empreendedora, o campo predileto dos nossos objetivos de desenvolvimento, ocupação e integração.

E assim procedi com o apoio integral de Sua Excelência, o Senhor Presidente da República, que demonstrou desde os primeiros dias do seu governo, um interesse todo particular pelo desenvolvimento integral da Amazônia, para cujos problemas de base tem dedicado atenção especial, mobilizando em torno deles a cooperação de todos os Ministros de Estado, cuja atuação, se vem conjugando, em termos verdadeiramente excepcionais, com os objetivos que têm sido objeto de preocupação permanente do Ministério do Interior.

De tudo isso resultou a decisão culminante do Chefe do Estado: a instalação, pelo período de oito dias, do Governo Federal na Amazônia, quando Sua Excelência, o Senhor Marechal Arthur da Costa e Silva, acompanhado de todo seu Ministério, fixou o marco histórico de sua presença na região, transformando em realidade os propósitos governamentais de promover o desenvolvimento da grande área, que abrange cerca de 60% do território nacional, através de uma política de integração regional e efetiva ocupação dos espaços vazios, promovida e definida pelo Ministério do Interior, tendo como ponto de par-

tida a identificação de Pólos de Desenvolvimento, a criação de Áreas Prioritárias de Integração e a fixação de Zonas Seleccionadas nas Faixas de Fronteiras, onde serão conjugados e concentrados esforços e recursos, de forma a produzir o máximo de rendimento no sentido da expansão económica e da ocupação regional, exercendo uma ação irradiante de progresso sobre as respectivas áreas de influência.

Os resultados positivos de tão importante acontecimento se traduziam em diretrizes e providências objetivas de ação coordenada do Governo Federal na Amazônia, as quais tiveram por base os estudos e conclusões do GTINAM — Grupo de Trabalho para a Integração da Amazônia, que realizou tarefa realmente excepcional.

Efetivamente, tomando plena consciência da problemática da Amazônia e considerando a urgência de serem adotadas medidas efetivas e eficazes no sentido da integração daquela importante área do território à comunidade nacional, sob os seus diversos e essenciais aspectos, expediu a Presidência da República o Decreto n.º 61.330, de 11 de setembro de 1967, instituindo o Grupo de Trabalho para a Integração da Amazônia, cuja coordenação ficou atribuída ao Ministro do Interior, e, assim, sob minha direta responsabilidade.

Na motivação do Decreto n.º 61.330/1967, o Senhor Presidente da República considerou a necessidade inadiável de promover a dinamização de atividades, visando à execução de planos e programas, a cargo das entidades e órgãos atuantes na Região, com o propósito de ordenar e estimular os fatores tendentes a propiciar a efetiva ocupação dos espaços vazios e zonas de fronteiras, mediante projetos de colonização e povoamento orientados.

A par disso, com a finalidade de evitar dispersão de esforços e de recursos, foi ressaltado, também, na motivação daquele diploma legal, que, sem prejuízo das competências e das atividades dos órgãos e entidades com jurisdição naquela área, impunha-se o exame e a adoção de providências aptas a promoverem a coordenação, o incentivo e a suplementação das atividades respectivas. Dentro desse pensamento, e tendo presente a amplitude e complexidade das tarefas, abrangendo setores diversos da Administração e a necessidade de se assegurar a unidade de orientação, foi estabelecido que as atividades do Grupo de Trabalho deveriam ser estruturadas e com desempenho durável.

O GT, instituído através daquele Decreto, ficou integrado de representantes dos seguintes Órgãos:

- a) Ministério do Interior;
- b) Ministério do Planejamento e Coordenação Geral;
- c) Conselho de Segurança Nacional;
- d) Estado-Maior das Forças Armadas;
- e) Ministérios da Aeronáutica, do Exército e da Marinha;

f) Ministério das Comunicações, da Saúde, dos Transportes, da Agricultura, das Minas e Energia, da Fazenda e das Relações Exteriores;

g) Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia - SUDAM, Instituto Brasileiro de Reforma Agrária - IBRA, Instituto Nacional do Desenvolvimento Agrário - INDA, Banco Nacional de Desenvolvimento - BNDE e Banco da Amazônia S.A. - BASA.

Posteriormente, com a expedição do Decreto n.º 61.480, de 5 de outubro de 1967, o Ministério da Indústria e do Comércio passou a integrar o GT.

Coube ao Ministro do Interior a missão de coordenar diretamente o GT, em virtude do disposto no Artigo 1.º do Decreto n.º 61.330/1967.

Consoante o estabelecido no artigo 1.º do Decreto n.º 61.330/1967, foi cometida ao GT a tarefa de proceder a estudos, sugerir medidas e adotar providências, tendo em vista a definição da política do Governo Federal, no tocante à efetiva ocupação e povoamento orientados da Região Amazônica, notadamente com relação aos espaços vazios e zonas de fronteiras.

De acôrdo com a orientação traçada, em documento básico que lhe foi presente, na oportunidade de sua instalação, o GT tomou em consideração, em seus estudos, a chamada Amazônia Ocidental, constituída pelos Estados do Amazonas e Acre e pelos Territórios Federais de Rondônia e Roraima, consoante o estabelecido no § 4.º, do artigo 1.º, do Decreto-Lei n.º 291, de 28 de fevereiro de 1967.

O Grupo de Trabalho para a Integração da Amazônia estruturou-se através de um Núcleo Central e de 4 (quatro) Subgrupos Técnicos, com funções específicas definidas mediante Resoluções próprias.

Procedendo a levantamentos, examinando a documentação disponível e ouvindo órgãos técnicos e estudiosos dos problemas da Amazônia, e tendo presente sobretudo as estradas já implantadas, em execução e programadas para a Região, o GT adotou como um dos principais fundamentos para a seleção das áreas e zonas onde deveriam ser assentados iniciativas e empreendimentos, os espaços compreendidos entre os principais traçados das estradas constantes do Sistema Rodoviário Nacional, dentre as quais cumpre ressaltar:

a) a BR-364 (rodovia diagonal), que liga Pôrto Velho — Cuiabá, representando valiosíssimo instrumento de circulação e de ligação da Amazônia Ocidental com o Planalto Central e, a partir daí, com o resto do Brasil;

b) a BR-319 (rodovia diagonal), sobretudo nos segmentos Pôrto Velho — Humaitá, no sentido norte e Pôrto Velho — Vila de Abunã — Guajará-Mirim, na direção sul, fazendo fronteira com a Bolívia;

c) a BR-236 (rodovia transversal), que integra o sistema rodoviário pan-americano e que, partindo de Vila de Abunã, se dirige para Rio Branco, Sena Madureira, Feijó, Tarauacá, Cruzeiro do Sul, Vila Japiim, fronteira com o Peru;

d) a BR-406 (rodovia de ligação), que estabelecerá acesso entre Lábrea e Humaitá, no Estado do Amazonas;

e) a BR-317 (rodovia diagonal), no segmento entre Lábrea - Bôca do Acre e Rio Branco;

f) a BR-174 (rodovia longitudinal), com percurso previsto entre Manaus - Caracarai - Boa Vista - fronteira com a Venezuela;

g) a BR-401 (rodovia de ligação), que partindo de Boa Vista se orienta no sentido da fronteira com a Guiana Inglesa.

As rodovias enumeradas, no seu todo ou nos trechos destacados, tendo-se presente a localização das áreas e zonas prioritárias, devem merecer alta prioridade nas iniciativas governamentais, em face de representarem instrumentos de capital importância quanto aos programas e projetos de ocupação e povoamento e a circulação regular e eficaz na Região.

De acôrdo com o destaque procedido pelo GT, foram selecionadas 4 (quatro) áreas prioritárias, localizadas nos espaços interiorizados e 8 (oito) zonas de fronteira, na Amazônia Ocidental, conforme a enumeração a seguir:

1 — *Áreas Prioritárias selecionadas nos espaços interiorizados da Amazônia.*

a) *Área Prioritária I*, situada no Território de Rondônia, no segmento da BR-364, entre as cidades de Ariquemes e Rondônia, abrangendo uma faixa de 6 km para cada lado da rodovia, conforme levantamentos e estudos que estão sendo conduzidos pelo IBRA, cabendo-lhe a implantação e/ou a coordenação dos projetos específicos adotados;

b) *Área Prioritária II*, abrangendo zonas dos Estados do Amazonas e do Acre e do Território Federal de Rondônia, demarcadas pelas cidades de Pôrto Velho, Abunã e Rio Branco, na direção Sudoeste, de Humaitá, na direção Norte, e de Lábrea e Bôca do Acre, na hinterlândia da Amazônia Ocidental; na área deverão ser assentados os 2 projetos preconizados pelo BNH e pelo DERAM, ora em estudo, a cargo dos II e III Subgrupos Técnicos;

c) *Área Prioritária III*, localizada no Território de Roraima, tendo como fulcro a cidade de Boa Vista, que se tornará centro de apoio, desenvolvimento e irradiação;

d) *Área Prioritária IV*, na calha do Rio Amazonas, zona do Tefé - Solimões, tendo como centro a cidade de Tefé, onde deverão ser realizados empreendimentos integrados visando à interiorização.

2 — Zonas selecionadas nas faixas de fronteiras

Zona A — localizada na cidade de Guajará-Mirim, na fronteira do Brasil (Território de Rondônia) com a Bolívia;

Zona B — situada na cidade de Brasiléia, na fronteira do Brasil (Estado do Acre) com a Bolívia;

Zona C — tendo como ponto de apoio a cidade de Cruzeiro do Sul (Estado do Acre), fronteira com o Peru;

Zona D — com assento na cidade de Benjamin Constant (Estado do Amazonas), fronteira com o Peru;

Zona E — localizada em Tabatinga (Estado do Amazonas), fronteira com a Colômbia;

Zona F — situada em Cucuí (Estado do Amazonas), fronteira com a Venezuela;

Zona G — a localizar-se em segmento da BR-401, a partir da cidade de Boa Vista (Território de Roraima), convergindo para a fronteira com a Guiana Inglesa.

Com a finalidade de recolher informações complementares para melhor identificar a realidade das áreas e zonas selecionadas, realizou o GT, através de uma equipe, viagem de observação e estudos à Região, onde manteve contatos com as autoridades e órgãos técnicos sediados sobretudo em Porto Velho, Manaus e Belém. Na oportunidade, foram estabelecidos entendimentos com autoridades governamentais, com o 5.º BEC, Administração da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré, SUDAM, SUFRAMA, BASA, CODEAMA, Secretaria da Produção do Estado do Amazonas, DERAM, INPA, IPEAN, Instituto Evandro Chagas, Museu Emílio Goeldi e a Comissão de Erradicação da Malária. De todos esses contatos, foram recolhidas valiosas contribuições, tornando-se, entretanto, evidente a necessidade de se realizarem levantamentos e pesquisas mais amplos e eficazes, de modo a se obterem a identificação e diagnóstico adequados à elaboração e implantação de projetos específicos.

Além disso, solicitou o GT a colaboração da Fundação Nacional do Índio, com o propósito de obter informações sobre a designação, com posição e localização das tribos e sobre as atuais condições de vida dos índios e quais as iniciativas, no âmbito governamental e de outras entidades, visando à prestação de assistência e de apoio à defesa da saúde, do patrimônio, da segurança e do bem-estar das comunidades indígenas.

Recebeu o GT três contribuições tendentes à elaboração de projetos de povoamento e colonização da Amazônia, que vão a seguir enumerados, sendo certo que todos eles reclamam estudos mais aprofundados, de modo a se tornarem exequíveis e eficazes:

a) Iniciativa a cargo do Instituto Brasileiro de Reforma Agrária-IBRA, que pretende implantar núcleos de colonização ao longo da

BR-364, entre Vila de Rondônia e Ariquemes, no Território Federal de Rondônia;

b) Iniciativa a cargo do Banco Nacional de Habitação, com o assessoramento técnico da ONU, trabalho que está sendo revisto para ser ajustado à zona compreendida na área prioritária II;

c) Iniciativa do Departamento Estadual de Estrada de Rodagem do Estado do Amazonas, que deverá ser concluída através de empre-sa de economia mista a concluir-se sob a denominação de Companhia Rodoviária do Amazonas S.A. — CRASA.

Não sendo o GT órgão executivo, nem tampouco competindo-lhe elaborar programas e projetos específicos, tomou, todavia, a inicia-tiva de definir diretrizes e linhas de ação, consubstanciadas em pro-eto de decreto onde se preconizam as seguintes normas:

a) Os Órgãos do Serviço Público da União Federal, compreen-dendo os Ministérios e demais Repartições e Entidades da Adminis-tração, centralizada e descentralizada, aplicarão os seus recursos téc-nicos e financeiros, consignados em orçamento ou mediante créditos especiais, e os a serem autorizados, para a execução e manutenção de empreendimentos, obras e serviços, em regime de coordenação e integração, tendo-se em vista os programas, planos e projetos apro-vados pela Presidência da República, para a Região, de modo a se evitarem a dispersão de recursos e a descontinuidade das iniciativas adotadas.

b) As Forças Armadas deverão criar e estabelecer Unidades da Aeronáutica, do Exército e da Marinha, das Áreas e Zonas seleciona-das, com as designações e efetivos considerados convenientes e se-gundo os seus Planos próprios.

c) Os programas, planos de ação e projetos específicos, a cargo do Poder Público Federal, sempre que conveniente, deverão contar com a participação da Unidade Federativa interessada.

d) Os projetos específicos, segundo sua natureza e objetivos a serem atingidos, serão executados através:

a) da Administração Pública, centralizada ou descentralizada, nas três esferas do Poder Público, mediante iniciativa da Agência Gover-namental diretamente responsável ou através de convênios e acórdos, ou ainda, mediante contratos com entidades privadas;

b) de empresas públicas;

c) de sociedades de economia mista;

d) da iniciativa privada;

e) das Forças Armadas.

Além disso, com o objetivo de assegurar a indispensável coorde-nação nos levantamentos que deverão ser realizados, compreendendo a climatologia, regime de chuvas e salubridade, recursos humanos e o desenvolvimento integrado urbano e rural e os recursos naturais

(compreendendo solos, recursos hídricos, recursos florestais e recursos minerais e o sistema de apropriação das terras), sugeriu-se que o trabalho fôsse executado através de equipes de técnicos e especialistas, conforme as indicações que vão adiante enumeradas:

a) *Recursos Humanos* — equipe a ser integrada de representantes do Ministério da Saúde, Fundação SESP, Ministério da Educação, órgãos técnicos regionais e locais, inclusive a SUDAM;

b) *Recursos Hídricos* — equipe a ser constituída por representantes do Ministério das Minas e Energia, Ministério da Marinha, Ministério dos Transportes, objetivando-se a identificação do potencial hídrico e seu aproveitamento para produção hidrelétrica e navegabilidade de cursos d'água;

c) *Solos e Recursos Florestais* — grupo a ser integrado de representantes do Ministério da Agricultura, do INPA, IPEAN, SUDAM e BNH, tendo em mira o levantamento da topografia dos solos, suas características físico-químicas e vocação agropecuária, ao lado do balanço das reservas florestais e economicidade de seu aproveitamento;

d) *Recursos Minerais* — unidade de trabalho a ser integrada de representante do Ministério das Minas e Energia (DNPM), Museu Emilio Goeldi, BNDE e SUDAM, com o encargo de identificar e avaliar as possibilidades dos recursos mineralógicos e grau de aproveitamento;

e) *Terras e Sistema de Apropriação* — equipe de que poderão participar o IBRA, Fundação IBGE, Diretoria do Patrimônio da União, SUDAM e órgãos locais, com vistas ao levantamento do sistema de uso e de propriedades das terras, nas áreas referidas.

Cabe, finalmente, referir que os levantamentos relativos à situação geográfica já estão sendo realizados por uma equipe de técnicos do Instituto Brasileiro de Geografia — IBGE, e a identificação dos dados relativos ao desenvolvimento integrado urbano e rural, estão sendo feitos por intermédio do SERFHAU, através do projeto denominado "Fôrça Tarefa". Os levantamentos e análises dos subsídios referentes aos recursos humanos e naturais deverão ser realizados mediante convênio com os organismos e entidades especializados, com atuação na área, tendo em vista suas respectivas especializações.

As linhas de ação e as diretrizes acima preconizadas foram transformadas pelo Governo Federal, nas medidas concretas consubstanciadas nos seguintes atos:

a) Decreto n.º 63.101, que cria o Grupo Executivo das Telecomunicações para a Amazônia, com o objetivo de proceder os estudos definitivos e implantar o Sistema de Comunicações da Amazônia, no prazo máximo de 28 meses;

b) Decreto n.º 63.104, que estabelece as áreas prioritárias e as zonas de fronteiras e respectivos pólos de desenvolvimento, com o objetivo de ocupação e desenvolvimento;

c) Decreto-Lei n.º 356, que entende os benefícios da Zona Franca de Manaus às áreas e pólos de desenvolvimento da Amazônia Ocidental;

d) Portaria Ministerial, que institui o Grupo de Trabalho para a Integração da Amazônia Ocidental, com a finalidade de supervisionar, coordenar e avaliar a execução das medidas, obras e empreendimentos programados para a Amazônia Ocidental.

Além desses atos específicos, o Ex.^{mo} Sr. Presidente da República assinou inúmeros outros importantes nas áreas dos demais Ministérios. Estes, por sua vez, elaboraram com os Estados do Amazonas e Pará inúmeros convênios para realização de serviços julgados prioritários pelos Governos Estaduais e Federal.

A meu ver, foi altamente positiva para a região amazônica a instalação do Governo Federal naquela área, pelas decisões sérias e objetivas que foram tomadas e que estão em curso de desenvolvimento.

A.1.4 — *Instrumentos de Ação*

1 — SUDAM (Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia)

Cabe à SUDAM o relevante papel de conduzir o desenvolvimento na área amazônica e a sua implantação recente, segundo o modelo da SUDENE, teve esse objetivo fundamental.

Dentro das diretrizes baixadas pelo Ministério do Interior, a SUDAM está elaborando o seu I Plano Diretor que deverá ser enviado ao Congresso Nacional para apreciação e elaboração da Lei, que compreenderá, em resumo, todas as definições básicas e os objetivos a serem atingidos, com vista a cobrir os anos de 1968, 1969 e 1970. Define, em seguida, os instrumentos institucionais, os recursos financeiros e meios de outra natureza, de que a SUDAM e o Governo Federal, de modo geral, deverão dispor na região amazônica para a execução plena dos programas, sem solução de continuidade.

De acordo com recente estudo apresentado pela SUDAM, podemos destacar a tendência atual da economia amazônica, do seguinte modo:

1.1 — *A Influência dos Incentivos Fiscais*

A partir de 1964, com o advento das leis de incentivos fiscais (Lei n.º 4.216/63 e 5.174/66) e reformulação do aparato institucional montado, visando à valorização econômica e social da região — Operação Amazônica — a economia regional recebeu estímulos à superação da estagnação secular em que esteve praticamente mergulhada, desde a catastrófica perda da supremacia mundial no mercado de borracha vegetal.

A nova sistemática desenvolvimentista implantada tem proporcionado a instalação de vários empreendimentos industriais e agropecuários. A taxa de informação de capital, como resultado direto e indireto do afluxo de recursos financeiros proporcionados pelos incentivos fiscais, é, não resta dúvida, muito superior à que ocorreria com o funcionamento espontâneo do sistema econômico regional.

O recente esquema de desenvolvimento da Amazônia funcionará com base no dinamismo e no poder multiplicador que a iniciativa privada tem para gerar novos empregos, incrementar a renda e encontrar novas formas de combinar fatores produtivos; na concentração dos recursos públicos para a execução de projetos prioritários de infraestrutura, cujo resultado final é reduzir os custos e aumentar a eficiência dos empreendimentos privados entrarem em funcionamento, maiores serão as necessidades de economias externas proporcionadas pelos investimentos governamentais. Esses investimentos públicos, por sua vez, oferecerão melhores condições para novos investimentos privados, que irão, posteriormente, pressionar por mais serviços públicos, e assim por diante, em etapas sucessivas.

Os empreendimentos privados, em razão de sua maior ou menor concentração em determinado setor, e os investimentos públicos, em função de sua alocação espacial, deverão provocar modificações na tendência histórica do comportamento setorial da economia regional, no que se relaciona com a evolução e participação de cada setor na formação do Produto Regional.

Os efeitos positivos emanados da aplicação da legislação desenvolvimentista ainda não se fizeram sentir, em toda a sua plenitude, em virtude de grande parte dos projetos industriais aprovados pelos órgãos de fomento regional ainda se encontrarem em fase de implantação, por um lado, e, também, em face do longo prazo de maturação dos empreendimentos agropecuários.

1.2 — Setor Primário: — Tendências

Somente a partir de 1966, foram realizados os primeiros investimentos no setor primário, com recursos oriundos dos incentivos fiscais. Naquele ano, apenas cinco projetos, totalizando a inversão de NCr\$ 37.978.444,00, foram aprovados pela SUDAM, enquanto isso as inversões no setor manufatureiro atingiram a NCr\$ 78.024.243,00, totalizando vinte e dois projetos.

Até 1967, cinquenta e cinco projetos, relativos ao setor primário, foram aprovados pela SUDAM, somando as inversões totais NCr\$ 338.376.023,00, que superaram em 27 vezes os investimentos industriais aprovados nesse mesmo ano. A participação do setor agrícola, no montante das inversões dos projetos que pleitearam recursos dos incentivos fiscais, foi de 73%, o que vem atestar sua supremacia absoluta sobre os demais setores, no que concerne ao financiamento da formação de capital.

Uma análise mais detida demonstra que no montante dos projetos enquadrados no setor primário, apenas um, com inversões totais de NCr\$ 48.600.000,00 destina-se à exploração agrícola propriamente dita, sendo os demais referentes à pecuária.

Dada a natureza dos investimentos agropecuários, os resultados da aplicação dos recursos no setor primário só se farão sentir, de forma acentuada, na próxima década, quando os projetos aprovados deverão completar a fase de maturação. Em vista disso, acredita-se que até 1970 o Produto Agrícola mantenha o crescimento moderado que vem apresentando, para, depois desse ano, crescer em ritmo mais acelerado, melhorando sua participação relativa no Produto Regional.

No que concerne especificamente à composição do Produto Agrícola, deverão processar-se modificações substanciais. Espera-se que a Produção Animal, a partir da fase de maturação dos investimentos agropecuários, venha melhorar consideravelmente sua participação no Produto Agrícola, em detrimento das Lavouras e, sobretudo, das atividades extrativas que já acusam, como vimos, uma tendência declinante.

1.3 — Setor Secundário: — Tendências

Durante os anos de 1964 e 1965, a totalidade dos recursos oriundos dos incentivos fiscais foram aplicados em investimentos industriais. O número de projetos aprovados pela SPVEA foi de seis, em 1964, e quinze, em 1965, totalizando as inversões NCr\$ 13.301.845,00 e NCr\$... 36.891.719,00, respectivamente.

Em 1966, o número de projetos industriais aprovados elevou-se para 22 e as inversões para NCr\$ 78.024.243,00. Nesse ano registrou-se, todavia, a aprovação de cinco projetos agropecuários e dois de navegação, o que reduziu de 100% para 55,1% a participação do Setor na aplicação de recursos dos Incentivos Fiscais.

Em 1967, o setor secundário perdeu a hegemonia que sustentava até então, na mobilização de recursos oriundos dos incentivos fiscais. Embora o número de projetos aprovados tenha-se elevado para 31 e as inversões respectivas para NCr\$ 129.233.610,00, os recursos aplicados no Setor corresponderam apenas a 27% dos investimentos totais registrados naquele ano.

Dentro das categorias de indústrias, as mais beneficiadas, como se observa, foram as de transformação, onde se destacaram, pelo volume de investimentos, as têxteis e fibras, beneficiamento de madeiras, cimento e óleos vegetais. Os recursos não chegaram a ser significativos.

A maior concentração de projetos industriais verificou-se no Pará, o que foi, em grande parte, motivado pelo fato de ser esse Estado o mais dotado de infra-estrutura.

Como resultado dos investimentos industriais realizados, o setor secundário deverá apresentar, até o fim desta década, um ritmo de expansão relativamente acelerado. Ressalte-se que, ao contrário dos investimentos agropecuários, os resultados da aplicação de recursos em indústrias, se fazem sentir em espaço de tempo relativamente mais curto. Em razão disso, parece óbvio esperar-se que o setor tenha de imediato sua participação relativa na formação do produto regional.

1.4 — *Setor Terciário: — Tendências*

Durante todo o período de vigência dos incentivos fiscais, somente em 1966, foram aprovados, pela SUDAM, projetos que se enquadram no setor serviços. Trata-se de dois projetos de navegação, com inversões totais de NCr\$ 25.540.000,00 que, naquele ano, representaram 18% do total dos investimentos.

A Lei n.º 5.174./66 e as recentes resoluções baixadas pela SUDAM abrem perspectivas otimistas para a orientação de inversões para o setor serviços.

O setor terciário, por outro lado, será o grande contemplado pelos investimentos públicos propriamente ditos.

1.5 — *Tendências Espaciais*

O grosso da formação de capital tem-se realizado predominantemente no Estado do Pará — projetos industriais e agropecuários — e ao Norte de Mato Grosso e Goiás — projetos pecuários — em função, essencialmente, da existência de economias externas, da potencialidade da demanda e da boa disponibilidade de recursos produtivos.

A curto prazo, são otimistas as perspectivas de uma modificação radical na orientação básica do processo de formação de capital. A expansão espontânea da economia amazônica dar-se-á espacialmente de maneira desequilibrada.

Isso pôsto, tornou-se premente a formulação de instrumentos de política do desenvolvimento capazes de modificar substancialmente a orientação espacial dos empreendimentos. Nesse sentido, em tese, espera-se que a nova esquematização de prioridades estabelecida pela SUDAM, dando o máximo de prioridades aos empreendimentos que se destinarem às áreas menos favorecidas, e o funcionamento da Zona Franca sejam instrumentos fundamentais a uma diminuição das disparidades regionais de crescimento.

1.6 — *Setor Público (Contribuição da União na Atual Administração)*

Em 1967, de um orçamento total de NCr\$ 81,6 milhões foram destinados à aplicação em obras de infra-estrutura econômica NCr\$ 36

milhões, aproximadamente, acrescidos de cerca de NCr\$ 8 milhões, resultantes da reorçamentação dos saldos exercícios de 1965 e 1966 da extinta SPVEA.

Para 1968, o orçamento previsto é de NCr\$ 79,8 milhões e destina a importância de NCr\$ 45,9 milhões para aplicação em obras de infra-estrutura econômica (transporte, saneamento, energia e comunicação).

Todavia, o Governo não descuidou dos demais setores, como: educação, recursos naturais, colonização e saúde, dotando-os com recursos substanciais para o financiamento de programas específicos, no sentido de promover um desenvolvimento harmônico e integrado.

1.7 — Setor Privado

As atividades dos setores industriais, comerciais e agropecuários vêm sendo objeto de esforço com a aplicação de recursos do setor privado, segundo as disposições previstas na Lei n.º 5.174, de 27 de outubro de 1966, que dispõe sobre a concessão de incentivos fiscais em favor da Amazônia.

Este novo sistema, que data de dezembro de 1963, com a implantação da Lei n.º 4.216, vem oferecendo grande receptividade, tomando impulso nos anos de 1966 e 1967, sendo que neste último registrou-se, de fato, a maior incidência de projetos econômicos, especialmente voltados para o setor agropecuário.

Até fevereiro do corrente ano, foram aprovados 123 projetos, representando um investimento total da ordem de NCr\$ 590 milhões de cruzeiros, dos quais NCr\$ 370 milhões correspondem a cotas de Imposto de Renda, NCr\$ 170 milhões de recursos próprios dos investimentos e NCr\$ 50 milhões em recursos de outras fontes.

A distribuição especial desses projetos é a seguinte:

Pará — 57 projetos com investimento de NCr\$ 266 milhões aproximadamente;

Amazonas — 8 projetos com investimento de NCr\$ 33 milhões;

Amapá — 2 projetos com investimento de NCr\$ 17 milhões;

Maranhão — 14 projetos com investimento de NCr\$ 20 milhões;

Goiás — 8 projetos com investimento de NCr\$ 19 milhões;

Mato Grosso — 32 projetos com investimento de NCr\$ 234 milhões;

Rondônia — 2 projetos com investimento de NCr\$ 1 milhão.

A distribuição setorial desses projetos assim se apresenta:

Agropecuária — 54 projetos com investimento de NCr\$ 338 milhões aproximadamente;

Beneficiamento de madeira — 9 projetos, com investimento da ordem de NCr\$ 40 milhões;

Óleos vegetais — 16 projetos, com investimento da ordem de NCr\$ 22 milhões;

Têxteis e fibras — 11 projetos, com investimento da ordem de NCr\$ 67 milhões;

Produtos alimentícios — 6 projetos com investimento da ordem de NCr\$ 3 milhões;

Mineração, siderurgia e metalurgia — 6 projetos com investimento da ordem de NCr\$ 23 milhões;

Diversos (artefatos de borracha, fósforos, beneficiamento de castanha, navegação, móveis de aço, perfumes, frigoríficos, cerveja, sal, etc.) — 21 projetos com investimentos da ordem de NCr\$ 97 milhões.

A distribuição pelos grandes setores, dos projetos aprovados até fevereiro de 1968 (agropecuária e industrial), indicada abaixo, nos dá uma idéia da repercussão desses empreendimentos:

INCENTIVOS FISCAIS

(Lei n.º 5.174)

Projetos aprovados até fevereiro de 1968

Total	123	
Agropecuários	54	43,9%
Industriais	69	56,1%

Recursos previstos (Em NCr\$ 1.000)

<i>Investimento total</i>	590.074
Incentivos (Lei n.º 5.174)	370.405 (*)
Recursos próprios	169.822
Outras fontes	49.847
(*) NCr\$ 276.915.659 ainda por captar.	

Agropecuários (Em NCr\$ 1.000)

<i>Investimento total</i>	338.131
Incentivos (Lei n.º 5.174)	249.118 (*)
Recursos próprios	88.791
Outras fontes	222
(*) NCr\$ 234.517.150 ainda por captar.	

Produção prevista:

Agrícola	6.499 toneladas
Pecuária	809.179 cabeças (após implantação)

Empregos previstos: 3.563

Industriais (Em NCr\$ 1.000)

<i>Investimento total para 69 projetos</i>	251.943 (*)
<i>Incentivos (Lei n.º 5.174)</i>	121.287
<i>Recursos próprios</i>	81.031
<i>Outras fontes</i>	49.625

(*) NCr\$ 42 milhões, aproximadamente.

Empregos previstos: 13.975

Valor da produção: (Em NCr\$ 1.000) — 320.296

Prossegue em franca expansão esta atividade da SUDAM, retratada pelos dados a seguir, extraídos dos processos que se encontram em análises pelas equipes técnicas, num total de 72, os quais proporcionarão um investimento da ordem de 573 milhões de cruzeiros novos, distribuídos pelos seguintes setores de atividade:

- Agropecuária — 51 projetos — NCr\$ 399 milhões;
- Beneficiamento de madeira — 3 projetos — NCr\$ 94 milhões;
- Têxteis e fibras — 1 projeto — NCr\$ 9 milhões;
- Produtos alimentícios — 3 projetos — NCr\$ 3 milhões;
- Mineração — 2 projetos — NCr\$ 12 milhões;
- Diversos — 12 projetos — NCr\$ 56 milhões.

RESUMO

1)

a) *Projetos Aprovados:*

	<i>DE 1964 a 1966</i>		<i>ATÉ 1967</i>	
	N.º	%	N.º	%
<i>Agropecuário</i>	5	10	49	67
<i>Industriais</i>	45	90	24	33
<i>Totais</i>	50	100	73	100

b) Recursos Comprometidos

	De 1964 a	1967	até 1967
	1966		
Rec. próprios	71,6	98,2	169,8
Incent. fiscais	98,8	271,6	370,4 (*)
Outras fontes	37,9	11,9	49,8
Totais	208,3	381,7	590,0

(*) liberados NCr\$ 93.490.000,00

2) Discriminação dos Projetos em 1967, em relação a 1964/66:

a) Agropecuários: 54

1964/66	5
1967	49

b) Industriais: 69

Óleos vegetais:

1964/66	10
1967	6

Têxteis e fibras:

1964/66	10
1967	1

Beneficiamento de madeira:

1964/66	7
1967	2

Mineração:

1964/66	5
1967	1

Produtos Alimentícios:

1964/66	4
1967	2

Diversos:

1964/66	9
1967	12

Total geral: 123 projetos

a) Projetos implantados:

— Agropecuários:

Todos os projetos estão em fase de implantação. Os primeiros deverão estar implantados em 1972, exceto um de engorda, no Maranhão, que está implantado em fins de 1968. Os tempos de implantação variam de 5 a 10 anos.

2 — SUFRAMA (Zona Franca de Manaus)

A SUFRAMA (Superintendência da Zona Franca de Manaus) é um poderoso instrumento de dinamização da economia da AMAZÔNIA OCIDENTAL. Foi legado ao Governo do Presidente Costa e Silva pelo seu antecessor, o digno e honrado Presidente Castelo Branco. Assim não poderia o Governo atual descuidar quanto à sua utilização ou imobilizar-se perante a filosofia desenvolvimentista, caracterizada pelo estabelecimento de uma ZONA FRANCA, concebida para atuar como elemento destinado a fomentar o comércio internacional e a facilitar a industrialização da área ocidental da AMAZÔNIA.

A consciência nacional precisa conservar-se alerta, desde já, para essa decisão, que não é de caráter puramente econômico-financeiro, mas, representa, essencialmente, um fato de natureza humana e de elevado sentido social, dentro da política governamental, que considera absolutamente necessário levar o progresso à AMAZÔNIA OCIDENTAL, para poder ocupá-la por nacionais, ante as ameaças das pressões extraordinárias. E por que o terá feito? Os itens seguintes responderão a essa pergunta:

2.1 — O Descompasso Entre as Duas Amazôniaas

a) A Amazônia Oriental

Desde cedo, evidenciou-se a ação de uma força centrípeta na Amazônia. Essa força, por uma razão lógica, orienta-se para a região de maiores contingentes humanos, maior número de instituições financeiras, de indústrias e de estabelecimentos comerciais, expressiva participação nos impostos federais e melhor disponibilidade de comunicações rodoviárias com os demais centros do Brasil.

Estas vantagens de economias externas e de estruturas econômicas e sociais, cabem, indiscutivelmente, ao Estado do Pará, hoje conhecido por Amazônia Oriental, a que se deve juntar a participação do Território do Amapá, na contextura geral da região.

Com efeito, a comparação das economias, denota, expressivamente, o descompasso existente entre a Amazônia Oriental e a Ocidental. A primeira leva geralmente uma participação de 50 a 60 por cento dos resultados obtidos ou gerados na Amazônia Clássica. Isso torna-se mais patente quando evidenciamos que o Pará, isoladamente, compõe êsses percentuais, em detrimento de unidades federativas como o Amazonas, Acre, Roraima e Rondônia.

b) A Amazônia Ocidental

Em virtude do crescimento expressivo da Amazônia Oriental, fácil tornou-se constatar a disparidade entre o crescimento desta e o da Amazônia Ocidental. Esta última defasou-se, em razão dos fatores

já apontados linhas acima, consistentes na capacidade de pressão da Amazônia Oriental, que passou a dispor de um sistema rodoviário ligando a sua metrópole aos centros produtivos e consumidores do País (Rodovia Belém—Brasília).

Este aspecto contrastante de duas Amazonas surgiu como consequência negativa da agência de desenvolvimento da região — antiga SPVEA. De fato, esse órgão sofreu um processo de distorção violento, propiciado pela maior capacidade de barganha, enquanto o Amazonas e as demais unidades federativas eram marginalizadas do processo de distribuição de recursos orçamentários.

2.2 — A Compensação do Desequilíbrio entre as Amazonas

O fenômeno dos desequilíbrios entre as Amazonas foi compreendido pelo Governo Federal que, em 27 de outubro de 1966, lançou a Operação Amazônia, com a finalidade de dar nova sistemática à recuperação econômica do Vale Amazônico. Com efeito, essa primeira providência figurou-se através da Lei Federal n.º 5.173, que reformulou a SPVEA, transformando-a em SUDAM, e a de n.º 5.174, que esboçou novas medidas pragmáticas para os incentivos fiscais.

Nessa contextura da Operação Amazônica incluiu-se também a reformulação da Zona Franca de Manaus, o que aconteceu, praticamente, através do Decreto-Lei n.º 288, de 23 de fevereiro de 1967.

Os fatores norteadores da reformulação da Zona Franca de Manaus ampararam-se em aspectos particulares de irrecusável importância, a saber:

a) *Segurança Nacional* — o esvaziamento da Amazônia Ocidental, de fato, implica no comprometimento da segurança nacional, pois, os seus efeitos afetariam a própria Federação Brasileira, despertando cada vez mais a cobiça internacional para tão vasta área;

b) *Revezamento das Áreas de Investimento* — com efeito, o Brasil desenvolveu-se, mediante subsídios a áreas críticas, em face da prioridade e dimensão de cada área-problema e com recursos de todo o País. Primeiramente, São Paulo e Guanabara receberam os benefícios gerados pela agricultura brasileira. Depois, o Nordeste amparou-se na SUDENE. Seguidamente, o Pará aproveitou-se dos recursos da SPVEA. E agora, na expressão do Governo Federal, seria a vez da Amazônia Ocidental beneficiar-se da ação do Poder Central;

c) *Ocupação do Espaço Geográfico* — efetivamente, a Zona Franca de Manaus é uma área-demonstração, que deverá agir com uma Experiência Piloto, para, depois, no caso de seus sucessos, ser estendida a toda área da Amazônia Ocidental.

Esses pressupostos amparam-se numa visão da nacionalidade brasileira, que, assim, procura conjugar seus recursos para desenvolver uma área-problema de alta prioridade.

A grande modificação oferecida pela reformulação da Zona Franca de Manaus, mediante o Decreto-Lei n.º 288/67, é a criação da Superintendência da Zona Franca de Manaus, dotada de uma estrutura administrativa orientada para o desenvolvimento da Amazônia Ocidental.

Com efeito, a SUFRAMA erige-se num instrumento operativo incumbido de promover, selecionar e dinamizar o crescimento das atividades capazes de estimular providências efetivas, na sua área de atividades.

Será, assim, um órgão dinâmico, embasado numa nova perspectiva de técnicas de desenvolvimento econômico e social. Com efeito, o núcleo da SUFRAMA — o seu Conselho Técnico — constituído de representantes de vários órgãos e instituições interessadas no funcionamento adequado da Zona Franca, em estreita consonância com os alvos visados pela legislação pertinente.

O Superintendente, na qualidade de executor dos princípios legais do Decreto-lei n.º 288/67 e das Resoluções do Conselho Técnico, exercerá uma atividade de grande repercussão administrativa, pois, é dessa conjugação de atividades que surgirão as grandes medidas visando a cristalizar os objetivos previstos pelo Governo Federal, na reformulação da Zona Franca de Manaus.

2.3 — *Finalidade e Localização da Zona Franca de Manaus*

Esse órgão delimita uma área de livre comércio de importação e exportação e de incentivos fiscais especiais, estabelecido com a finalidade de criar no interior da Amazônia um centro industrial, comercial e agropecuário, dotado de condições econômicas que permitam seu desenvolvimento em face de fatores locais e de grande distância, a que se encontram, os centros consumidores de seus produtos.

É configurada pelos seguintes limites: do vértice do pontão do Porto de Manaus, onde então assinaladas as cotas das cheias máximas, pelas margens esquerdas dos rios Negro e Amazonas, até o promontório em frente da Ilha das Onças; deste ponto, pelo paralelo, até encontrar a confluência do Rio Urubu; daí em linha reta, até a nascente do Rio Gueiras; deste ponto, pela margem esquerda do citado rio, até sua confluência com o Rio Negro; daí pela margem esquerda deste, até o vértice do paredão do Porto de Manaus.

2.4 — *Incentivos Fiscais Especiais da Zona Franca*

Os incentivos fiscais referem-se aos seguintes itens:

- a) Imposto de Importação sobre Produtos Industrializados;
- b) Imposto de Exportação;
- c) Imposto de Circulação de Mercadorias.

Será isenta de imposto de importação sobre produtos industrializados a entrada de mercadorias nacionais e estrangeiras destinadas a:

- a) Consumo interno;
- b) Industrialização de outros produtos, no seu território;
- c) Pesca e agropecuária;
- d) Instalação e operações de indústrias e serviços de qualquer natureza;
- e) Estocagem para reexportação;
- f) Estocagem para comercialização ou emprêgo em outros pontos do território nacional.

Não estão sujeitas à isenção do imposto de importação e do IPI (Decreto-lei n.º 340/67), as seguintes mercadorias:

- armas e munições;
- perfumes;
- fumo;
- bebidas alcoólicas;
- automóveis de passageiros.

A isenção do imposto sobre produtos industrializados recairá, também, sobre todas as mercadorias produzidas na Zona Franca, quer se destinem ao seu consumo interno, quer à comercialização em qualquer ponto do território nacional.

Estão isentas do imposto de exportação as mercadorias exportadas da Zona Franca de Manaus para o estrangeiro, qualquer que seja sua origem.

As mercadorias de origem nacional, quando exportadas para consumo ou industrialização na Zona Franca, ou reexportada para o estrangeiro, serão, para todos os efeitos fiscais, equivalentes a uma exportação brasileira para o exterior.

A isenção é total, nas mercadorias de origem nacional para consumo ou industrialização na Zona Franca de Manaus, do Imposto sobre Circulação de Mercadorias.

2.5 — Pagamentos de Impostos

a) Estão sujeitas ao pagamento do IPI e do ICM as mercadorias de origem nacional quando destinadas à Zona Franca de Manaus, com

a finalidade de serem reexportadas para outros pontos do território nacional;

b) ficam sujeitas ao pagamento de todos os impostos, as mercadorias de origem estrangeira estocadas na Zona Franca, quando saírem desta para qualquer ponto do território nacional, salvo nos casos de isenção prevista em legislação específica;

c) as mercadorias produzidas, beneficiadas ou industrializadas na Zona Franca, quando saírem desta para qualquer ponto do território nacional, estarão sujeitas:

- apenas ao pagamento do ICM (*), se não contiverem qualquer parcela de matéria-prima ou parte componente importada;
- ao pagamento do imposto de importação sobre matérias-primas ou partes componentes importadas, existentes nesse produto, com uma redução percentual da alíquota de importação igual ao percentual do valor adicionado no processo de industrialização local em relação ao custo total da mercadoria.

2.6 — Situação Atual

Aqui estão gráficos, Cifras de rigorosa exatidão, estatísticas de fonte idônea, das operações de importação e exportação realizadas através do órgão, acrescidos êsses dados do demonstrativo das operações bancárias realizadas até o mês de agosto em Manaus, para a movimentação do livre comércio da capital amazonense, onde SUFRAMA tem sua sede.

São números, são fatos, são gráficos, são levantamentos técnicos minuciosos, que demonstram o acerto da feliz iniciativa e ilustram, em termos auspiciosos, os resultados obtidos durante o curto período de 1967/68, a partir da fase em que se instalou a Zona Franca, até a presente data, embora pareça a alguns menos conhecedores do que era aquela região em termos de desenvolvimento: uma região abandonada, sem perspectivas futuras e, sobretudo, destinada a ser ocupada por outros se o Governo Federal, desde já, não tivesse voltado para lá suas vistas e tomado decisões corajosas como esta.

(*) Será isenta do ICM a indústria que se instalar no Amazonas, cujo capital seja igual ou superior a NCr\$ 250.000,00 (Lei Estadual n.º 551-66).

RELAÇÃO DAS MERCADORIAS IMPORTADAS ATRAVÉS DA

ZONA FRANCA DE MANAUS

MARÇO/DEZEMBRO - 67

ESPÉCIE DO PRODUTO	VOLUMES		PESOS		VALORES	
	QUANT.	%	QUANT. (KG)	%	NCR\$	%
Electrodomésticos	8.203	3,55	150.324	4,73	2.416.633,27	33,08
Mat.de construção	111.930	55,07	688.557	21,66	395.124,92	5,41
Embalagem (sacos diversos)	15.264	7,51	8.898	0,28	14.560,83	0,20
Agropecuária e pesca	2.984	1,47	28.350	0,89	87.822,45	1,20
Confecções	1.001	0,49	37.348	1,18	532.648,92	7,29
Veículos, motores e peças	1.363	0,67	347.242	10,92	1.858.217,25	25,44
Gên.alimentícios	55.879	27,49	1.166.405	36,69	1.297.405,74	17,77
Prod.químicos	7.097	3,49	742.821	23,37	612.707,07	8,38
Diversos	532	0,26	8.946	0,28	89.742,35	1,23
TOTAL	203.253	100,00	3.178.891	100,00	7.304.862,80	100,00

JANEIRO/MAIO - 68

Eletrodomésticos	39.584	2,54	727.228	3,06	8.540.594,83	16,58
Mat.construção	745.383	47,76	4.585.360	19,31	1.960.149,92	3,80
Agropecuária e pesca	8.437	0,54	54.730	0,23	113.664,93	0,22
Confecções	8.585	0,55	211.163	0,89	2.135.781,38	4,15
Veículos, máquinas, cas, mot. e peças	5.235	0,34	1.015.804	4,28	3.155.718,01	6,12
Gen. alimentícios	735.117	47,10	16.678.904	70,25	27.637.806,36	53,64
Prod. químicos	4.362	0,28	341.214	1,44	326.568,79	0,63
Tecidos	7.200	0,46	109.438	0,46	4.207.195,74	8,17
Maletas, bolsas e sacos p/embal.	6.629	0,43	18.136	0,08	262.690,22	0,51
Petróleo em bruto	8(lotes)	-	-	-	3.186.333,95	6,18
TOTAL	1.560.640	100,00	23.741.977	100,00	51.526.504,13	100,00

CIMENTO ENTRADO NA ZONA FRANCA DE MANAUS

DATA DE ENTRADA	QUANTIDADE		PROCEDÊNCIA
	SACOS	PÊSO - KG	
1-VI-67 20-XI-67	100,00 118.000	5.000.000 5.500.400	GDANSK - Polônia - Polônia
TOTAL DE 1967	218.000	10.500.400	
15-II-68 28-II-68 11-V-68 27-V-68 06.VI-68	110.000 178.000 196.000 116.000 197.000	5.500.000 7.107.000 9.809.000 5.800.000 9.850.000	GDANSK - Polônia Romênia Polônia Iugoslávia Romênia
TOTAL DE 1968	797.000	38.066.000	
FONTE:- Departamento de Operações da SUFRAMA.			

IMPORTAÇÕES DO ESTADO DO AMAZONAS
PRINCIPAIS PRODUTOS IMPORTADOS
PERÍODO:- 1965 / JUNHO 1968

GRANDES CLASSES	PARTICIPAÇÃO RELATIVA SOBRE O TOTAL DO VALOR MONETÁRIO DAS IMPORTAÇÕES EM US\$ CIF %			
	1965	1966	1967	1968 Até junho
Material de Construção	10,49	8,47	7,30	3,80
Matérias-primas em bruto e prepa- radas	54,54	43,76	35,38	22,98
Gêneros alimentícios e bebidas..	17,15	19,14	25,52	53,64
Produtos químicos, farmacêuticos e semelhantes	1,07	0,69	1,50	0,63
Maquinaria e veículos, seus per- tences e acessórios	13,67	22,33	20,76	6,12
Manufaturas classificadas, prin- cipalmente segundo a matéria- prima	2,94	3,77	6,18	4,15
Artigos manufaturados diversos..	0,14	1,84	3,36	8,68
T O T A L	100,00	100,00	100,00	100,00

FONTE:- SSEE / Ministério da Fazenda.

MERCADORIAS LIBERADAS PELA
ZONA FRANCA DE MANAUS

ESPÉCIE DO PRODUTO	1967	JAN/MAIO/68	ESPÉCIE
Rádios diversos.....	87.645	149.021	UNIDADES
Televisores	2.788	8.353	"
Gravadores	22.100	7.141	"
Eletrolas	834	682	"
Aparelho receptor e trans- missor	3.832	317	"
Toca-fitas	-	1.922	"
Toca-discos	-	3.657	"
Condicionador de Ar	322	256	"
Aparelho telefônico	77	159	"
Instrumentos musicais	2.345	117	"
Ventiladores	37.923	3.995	"
Relógios	6.459	140.486	"
Isqueiros	16.998	91.267	"
Câmaras fotográficas	895	4.673	"
Liquidificadores	3.896	321	"
Aparelhos de barbear	1.947	48.253	"
Motores marítimos	985	513	"
Lâmpadas.....	897	21.809	"
Arame farpado	14.946	5.500	Rolos
Cimento	218.000	797.000	Sacos
Tecidos	898.697	354.570	Metros
Banha	4.856	14.900	Latas
Biscoito	7.945	7.584	"
Cebola	9.456	10.913	Sacos
Batata	9.832	7.289	"
Presunto	2.596	4.152	UNIDADES
Bacalhau	945	490	Caixas
Azeitonas	984	11.335	"
Frutas em conservas	597	982	"
Leite	9.898	95.918	Latas
Manteiga	1.856	1.142	"
Castanha	1.231	37	Sacos

EXPORTAÇÕES DO ESTADO DO AMAZONAS
PRINCIPAIS PRODUTOS EXPORTADOS

ANO: 1966 / julho 1968

PRODUTOS	1 9 6 6		1 9 6 7		1 9 6 8 (Até julho)	
	PÊSO KG	VALOR COM.	PÊSO KG	VALOR COM.	PÊSO KG	VALOR COM.
Borracha	3.168.666	5.563.161,78	5.721.139	13.726.903,17	-	-
Castanha	5.166.920	4.696.643,06	5.725.129	7.608.013,64	5.475.209	7.335.958,05
Copaíba	86.004	409.354,13	64.594	179.171,57	19.835	55.020,78
Peles fantasia	6.198	580.861,97	16.579	1.445.016,07	40.770	3.553.480,52
Guaraná em rama	64.683	93.437,81	106.574	154.263,44	-	-
Juta	14.428.160	17.055.474,18	3.218.431	3.208.775,40	3.929.756	3.917.827,40
Jacaré	44.318	3.039.368,01	83.256	4.772.437,64	-	-
Látex	556.159	1.164.603,56	351.328	1.065.111,14	-	-
Pirarucu	656.584	605.706,98	765.925	1.025.336,60	-	-
Peles secas	374.437	1.106.973,12	567.466	2.129.272,09	695.938	2.611.775,63
Piaçaba	1.407.704	1.532.800,62	1.551.051	1.627.911,67	205.917	216.446,83
Pau-rosa	173.718	1.752.958,76	310.150	4.314.470,14	143.892	2.071.159,55
Sôrva	1.887.995	3.017.913,18	2.022.735	3.449.018,89	1.866.147	3.182.252,31
Diversos	2.120.928	1.757.770,51	1.443.064	1.284.152,97	1.990.324	1.771.456,82
Sacos de juta	-	-	7.281.211	11.926.416,60	-	-
T O T A L	30.142.468	42.379.027,72	28.228.632	57.916.270,93	14.372.858	24.715.377,90

MOVIMENTAÇÃO DE DOCUMENTOS NA
CÂMARA DE COMPENSAÇÃO DO BANCO
DO BRASIL - AGÊNCIA DE MANAUS

ANO	DOCUMENTOS	
	Quantidade	Valor -NCr\$ 1,000
1966	213,651	467.899
1967	249.700	672.323
1968	247.069	674.693
Nota:- Dados de 1968, até 20 de agosto.		

Fonte:- Banco do Brasil S.A. - Agência de Manaus.

Ano	Firmas Industriais	Firmas Limitadas	Sociedades Anônimas	Cooperativas	Total
1962	90	89	7	1	187
1963	117	134	9	4	264
1964	125	133	3	6	267
1965	144	173	1	2	320
1966	1.544	183	-	9	1.736
1967	1.069	264	5	1	1.339
1968	233	126	7	1	367
x					

Notas explicativas:

1) Números até junho de 1968 (x);

2) O acentuado número que desponta em 1966 é consequência da vigência do Código Tributário Nacional, porquanto todos os comerciantes e industriais do Estado do Amazonas foram obrigados a regularizar as inscrições no Cadastro Geral de Contribuintes e na Junta Comercial do Estado, ocasionando sensível demanda a esses órgãos, a partir do mês de agosto de 1966. Observe-se que foram atingidas as firmas individuais, ou sejam: pequenos contribuintes que viviam à margem do comércio regular.

Fonte: Junta Comercial do Estado do Amazonas.

CONSTRUÇÃO CIVILMANAUS (AM)

ANOS	ÁREA CONSTRUÍDA (em m2)
1964	26.317,47
1965	41.660,48
1966	52.909,65
1967	52.022,00
1968	31.236,00
(jan a julho)	31.236,00

Fonte: I.B.G.E. (Manaus).

Observações: Com as grandes importações de cimento e materiais de construção que se vêm verificando no corrente ano, e com a tendência crescente no que se refere a área construída, prevê-se uma elevação marcante no setor de construção, conforme já se pode visualizar no primeiro semestre deste ano.

A atuação da COHAB-AM também tem grande influência neste elevado crescimento do setor de construção.

QUADRO DEMONSTRATIVO DO MOVIMENTO
DO AEROPORTO DE PONTA PELADA

ANO	TOTAL DE PAS SAGEIROS DES.	TOTAL DE POU SOS	TOTAL DE CAR GA EM QUILOS
1965	40.563	2.241	1.395.484
1966	48.234	2.569	1.506.233
1967	53.349	3.208	1.778.483
1968	39.619	2.149	1.619.438

FONTE. - DAC (Manaus).

NOTA:- Dados de 1968 correspondem ate junho.

ARREDACAÇÃO DO ESTADO DO AMAZONAS

Imposto sobre Circulação de Mercadorias e demais elementos constitutivos da receita tributária estadual, incluindo as taxas de serviços:

1 — Arrecadação do 1.º semestre de 1967	NCr\$ 12.531.471,42
2 — Arrecadação do 1.º semestre de 1968	NCr\$ 24.089.175,53
3 — Arrecadação média mensal de 1967	NCr\$ 2.088.578,57
4 — Arrecadação média mensal de 1968	NCr\$ 4.014.862,49

DIFERENÇA DA ARRECADAÇÃO — 1967/1968

— Sobre a arrecadação de 1967
+ NCr\$ 11.557.704,11 ou + 92,22%

FONTE: Secretaria de Fazenda do Estado do Amazonas.

3 — BANCO DA AMAZÔNIA S. A. (BASA)

1. *Transformação*

A recente transformação do Banco da Amazônia S. A. — Lei n.º 5.122/66 — deu-lhe conotação predominante de instituição regional de desenvolvimento, com amplas e múltiplas atribuições que lhe permitem, em sua área de atuação, decisiva e marcante influência no fomento às atividades de elevado efeito germinativo, ficando, ainda, concretizada sua qualificação como agente financeiro do Governo Federal e da SUDAM, para a execução dos programas de desenvolvimento econômico e social, pelo exercício de funções de análise de projetos e concessão de créditos ou liberação de recursos oriundos dos incentivos fiscais, consoante as normas e critérios baixados pelo órgão regional de planejamento

Verifica-se, por conseguinte, a partir de 1966, mudanças sensíveis na posição relativa dos componentes da linha de crédito especializada. O financiamento à borracha perdeu substância em relação aos demais setores, não implicando, contudo, tal fato, em desamparo ao setor gomífero, pois ainda é plenamente assegurada, às atividades extrativistas, assistência creditícia adequada, conforme preceitua o art. 5.º da Lei n.º 5.227/67.

A demanda de crédito rural e industrial expandiu-se em virtude da nova orientação dada à política de execução dos programas de desenvolvimento econômico e social da área, cabendo ao Banco a função de análise de projetos por meio de departamentos especializados, concessão de financiamentos, através de fundos específicos e a liberação de recursos oriundos dos incentivos fiscais. A ação do BASA está condicionada, todavia, ao volume de recursos disponíveis para

tais fins, denotando-se, porém, que a posição relativa dos setores rural e industrial no volume das limitações impostas, apresenta-se com sensíveis mutações a partir de 1966.

A crescente expansão do volume de aplicações em crédito geral, em anos recentes, 1966/1967 decorreu da lenta absorção por parte dos interessados dos recursos dos incentivos fiscais — Lei n.º 5.174/66 — na implantação de empreendimentos agropecuários e industriais na área, de modo que para evitar a ociosidade dos recursos o BASA destinou-os a capital de giro das empresas localizadas na região, ressalte-se o fato de que no biênio 1966/67, a Carteira de Crédito Geral beneficiou empresas agropecuárias, que absorveram em média, 20% do total das aplicações dessa modalidade.

O Banco da Amazônia tem complementado com os seus próprios recursos e de terceiros, o financiamento para o desenvolvimento agrário e industrial, facilitando assim a eficiência do sistema montado, como meio para proporcionar o mais rápido processo de formação de capital da área.

2. Funções

Dentro de sua nova ética de banco regional de desenvolvimento, o BASA desempenha todas as funções bancárias que possam, complementar ou subsidiariamente, concorrer para ampliar a capacidade produtiva da região.

Continua a cumprir a missão que lhe foi confiada na orientação da política nacional de borracha, em virtude da significação que o produto ocupa ainda na economia regional, embora com substanciais alterações nos esquemas de comercialização e financiamento da produção.

Promove, enfaticamente, as tarefas de *banco de crédito* especializado, através do amparo financeiro, a médio ou a longo prazo, às empresas rurais e industriais, que visem a aumentar a capacidade produtiva e o nível de produtividade regionais, mediante a expansão ou modernização das já existentes ou implantação de novos empreendimentos, pelos canais abaixo:

- a) como depositário das deduções do imposto de renda efetuadas em benefício da área;
- b) como co-partícipe da decisão sobre os projetos de investimentos que absorverão esses recursos; e/ou
- c) pela concessão de créditos a esses e outros projetos que se enquadrem nas prioridades estabelecidas pela SUDAM.

Exerce, paralelamente, as funções de *banco comercial*, manipulando recursos próprios para tal fim, visando a:

- a) suprimento do capital de giro para as empresas sediadas na região;

- b) amparo financeiro às operações comerciais intra-regionais e interregionais, de interesse da Amazônia;
- c) amparo aos estoques de produtos regionais, na entressafra.

Executa, por fim, como *banco assistencial*, certas tarefas que não constituem atribuições normais de entidades bancárias de natureza puramente comercial, tais como:

- a) prestação de *assistência técnica* a empreendimentos regionais;
- b) realização de estudos e pesquisas sobre o potencial de recursos, oportunidades de investimentos, problemas estruturais e conjunturais da economia amazônica e políticas econômicas de interesse para a região;
- c) realização de programas de *treinamento* para a formação e aperfeiçoamento de pessoal técnico necessário ao banco e a empresas e instituições da região.

3. *Estrutura*

A primeira tentativa de valorização regional deu-se, sem dúvida, a partir do momento em que o Banco transformou-se em Banco de Crédito da Amazônia S. A., no qual montou-se uma estrutura mais ampla do que a original, visando, principalmente, a amparar financeiramente os setores rural e industrial, aproveitando as matérias-primas locais e subsidiariamente promover a ampliação de serviços básicos deficitários na área.

Para tal fim, foi criado o Fundo de Fomento à Produção, cuja administração ficou a cargo de uma carteira especializada — Carteira de Fomento à Produção. Contudo, a partir da criação da Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA), a instituição creditícia foi excluída do processo decisório ou executivo do referido plano, o que engendrou uma série de contradições de caráter político-econômico no processo de desenvolvimento regional.

A extensão dos estímulos fiscais a favor do Nordeste à Amazônia exigiu mudanças estruturais e de comportamento nos organismos responsáveis pelo destino sócio-econômico da área.

Como fruto dessas modificações, surgiu o novo Banco da Amazônia (BASA), apresentando as funções de cúpula da administração repartidas pela forma seguinte:

- a) *Carteira de Crédito Rural* — responsável pelo fomento ao setor primário;
- b) *Carteira de Crédito Infra-estrutural e industrial* — que se incumbem dos setores da indústria e de serviços básicos;
- c) *Carteira de Crédito Geral e Câmbio* — que trata dos assuntos operacionais do Banco não atendidos pelas demais Carteiras especializadas;

- d) *Carteira de Borracha* — com a incumbência dos assuntos relacionados com a Política Econômica da Borracha;
- e) *Superintendência de Serviços* — com a responsabilidade específica das áreas administrativa, patrimonial e financeira do Banco.

O nível administrativo imediatamente em escala descendente do Banco tem sido, tradicionalmente, o departamental. Todavia, atualmente, a estruturação dos serviços diretamente subordinados à Diretoria, na Matriz, passou a ser feita em dois ramos de igual categoria:

- a) *Gerências*, para a coordenação das atividades operacionais;
- b) *Departamentos*, para funções meramente administrativas e auxiliares.

4. Recursos Financeiros

O BASA tem-se preocupado através do tempo, devido à fragilidade e à inconstância que dominam os sistemas políticos das áreas subdesenvolvidas, em se prover de fontes estáveis e diversificadas de recursos financeiros, para fazer face às diretrizes do programa de desenvolvimento econômico e social.

É através de recursos financeiros, definidos por lei e os de caráter específico, que o BASA procura desenvolver os complexos e múltiplos encargos que lhe são atribuídos, como organismo financiador da área.

Os recursos financeiros do BASA definidos por lei resultam do:

- a3 FIDAM (Lei n.º 5.173/66 — artigo 45);
- b) dotações orçamentárias para aplicação em crédito especializado (Lei n.º 5.122/66 — artigo 4.º);
- c) refinanciamento do custeio das safras de borracha;
- d) depósitos oriundos da dedução do imposto de renda (Lei n.º 5.174 — art. 7.º);
- e) recursos de fontes nacionais, estrangeiras e internacionais, através de repasses e outras formas de aporte (Lei n.º 5.122/66, — art. 2.º, Lei n.º 5.174/66, art. 45);
- f) depósitos do Poder Público Federal da Região (Lei n.º 5.122/66, artigos 3.º e 4.º).

Para o exercício das funções delegadas deve receber recursos específicos, que lhe serão transferidos, em especial os destinados a:

- a) compra dos excedentes de borracha amazônica;
- b) formação de um estoque de reserva;
- c) controle e fiscalização do mercado nacional de borracha.

5. Diretrizes Básicas

A atuação do Banco nos próximos anos deverá, pois, ser fixada de conformidade com o quadro institucional vigente e os objetivos da política de Valorização Econômica da Amazônia. As diretrizes básicas de orientação da atividade do Banco são, em suma:

- a) a diversificação do sistema produtivo regional, em virtude dos males sociais e econômicos que acarreta a mono-especialização, evitando-se contudo, o colapso repentino dos setores decadentes, o que geraria problemas sociais e políticos de grande envergadura;
- b) estímulo à produção agrícola e pecuária, visando a:
 - aumento da oferta de alimentos para a população urbana regional, em rápido crescimento;
 - produto de matérias-primas industriais, para insumos de indústrias locais ou exportação.
- c) estímulo à industrialização regional de produtos que tenham condições adequadas:
 - em função do mercado interno regional;
 - em função do aproveitamento dos recursos naturais;
- d) fortalecimento do capital social básico da Região.

Com esta orientação, o BASA estará contribuindo para o *crescimento diversificado* da economia amazônica, caminho que nos parece imperioso para o seu fortalecimento e preservação do seu caráter nacional e sua integração definitiva no complexo brasileiro.

(*Continua no próximo número*)

A.I. - SUDAM
INCENTIVOS FISCAIS - PROJETOS APROVADOS ATÉ 20.IX.68

QUADRO I

UNIDADE POLÍTICA	PROJE- TOS Nº	RECURSOS PREVISTOS			INVESTIMENTO TOTAL
		PRÓPRIOS	OUTROS	Lei 5.174	
PARÁ	76	102.045.844,	40.890.492,	182.626.104,	325.562.440,
AMAZONAS	11	18.487.232,	9.591.639,	34.358.101,	62.436.972,
AMAPÁ	2	3.155.437,	5.262.473,	8.077.875,	16.495.785,
MARANHÃO	15	9.701.781,	1.359.692,	18.837.277,	29.898.750,
GOIÁS	8	5.322.954,	300.000,	14.938.847,	20.561.801,
MATO GROSSO	40	78.027.982,	1.514.134,	213.451.571,	292.993.687,
RONDÔNIA	3	948.815,	26.000,	2.804.444,	3.779.259,
TOTAL	155	217.690.045,	58.944.430,	475.094.219,	751.728.694,

M.I. - SUDAM
INCENTIVOS FISCAIS - PROJETOS APROVADOS ATÉ 20.1X.68

QUADRO 2

SETOR DE ATIVIDADE	PROJETO Nº	RECURSOS PREVISTOS			INVESTIMENTO TOTAL
		PRÓPRIOS	OUTROS	LEI 5.174	
1 - AGROPECUÁRIA	66	109.192.074,	222.471,	316.026.946,	425.441.491,
2 - BENEFICIAMENTO DE MADEIRA	10	13.578.242,	8.944.477,	20.402.152,	42.924.871,
3 - ÓLEOS VEGETAIS	16	7.152.731,	3.399.121,	13.727.705,	24.279.557,
4 - TÊXTEIS E FIBRAS	12	14.969.908,	27.239.008,	33.938.642,	76.147.558,
5 - PRODUTOS ALIMENTÍCIOS	9	3.174.258,	336.007,	1.753.703,	5.263.968,
6 - MINERAÇÃO, SIDERURGIA, META- LURGIA	6	6.736.438,	281.855,	19.829.204,	26.847.497,
7 - DIVERSOS (ARTEFATOS DE BORRA- CHA, FÓSFORO, BENEFICIAMENTO DE CASTANHA, NAVEGAÇÃO, MÓVEIS DE AÇO, PERFUMES, FRIGORÍFICO, CERVEJA, CELULOSE E PAPEL, AÇÚ- CAR, TINTAS E VERNIZES, SAL)...	36	62.886.394,	18.521.491,	69.415.867,	150.823.752,
T O T A L	155	217.690.045,	58.944.430,	475.094.219,	751.728.694,

QUADRO 3

INCENTIVOS FISCAIS - PROJETOS APROVADOS PELA BASA E HOMOLOGADOS PELA SUDAM - 20.IX.68

SETOR DE ATIVIDADE	PROJETOS Nº	RECURSOS PREVISTOS			INVESTIMENTO TOTAL
		PRÓPRIOS	OUTROS	Lei 5.174	
1 - AGROPECUÁRIA	4	4.502.889,	2.030.000,	9.766.171,	16.299.060,
2 - BENEFICIAMENTO DE MADEIRA	1	995.850,	786.227,	2.000.000,	3.782.077,
3 - ÓLEOS VEGETAIS	2	1.142.594,	2.100.000,	4.746.150,	7.988.744,
4 - DIVERSOS	6	25.550.054,	7.781.396,	29.243-072.	62-574-522.
T O T A L	13	32.191.387,	12.697.623,	45.755.393.	90.644.403,
RESUMO BASA E SUDAM					
AGROPECUÁRIO:	70	113.694.963,	2.252.471,	325.793.117,	441.740.551,
INDUSTRIAL:	98	136.186.469,	69.389.582,	195.056.495,	400.632.546,
T O T A L G E R A L:	168	249.881.432,	71.642.053,	520.849.612,	842.373.097,

QUADRO 4

M.I. - SUDAM

INCENTIVOS FISCAIS - PROJETOS EM ANÁLISE ATÉ 20.IX.68

UNIDADE POLÍTICA	PROJE TOS Nº	RECURSOS PREVISTOS			INVESTIMENTO TOTAL
		PRÓPRIOS	OUTROS	LEI 5.174	
PARÁ	33	75.775.808,	74.522.158,	195.203.416,	345.501.382.
AMAZONAS	7	8.331.520,	1.580.000,	19.779.744,	29.691.264.
MARANHÃO	3	2.784.380,	-	5.565.620,	8.350.000,
GOIÁS	6	8.628.556,	-	25.885.684,	34.514.240,
MATO GROSSO	37	84.937.161,	22.169.400,	251.928.156,	359.034.717,
RONDÔNIA	1	2.500.000,	-	7.500.000,	10.000.000,
TOTAL	87	182.957.425,	98.271.558,	505.862.620,	787.091.603,

AOS SRS. ASSINANTES

1 — A Direção da revista está empenhada em melhorar o processamento das assinaturas visando a oferecer maior facilidade aos seus assinantes bem como atualizar seu setor administrativo.

2 — As importâncias relativas às assinaturas, constituem um fator básico na previsão orçamentária, devido às dificuldades existentes na obtenção de outros recursos financeiros, pois a revista não tem objetivo comercial e, tão somente procura cumprir sua finalidade de divulgadora de conhecimentos úteis ao Exército, sendo a única publicação permanente que circula no meio militar, estando sempre presente em tôdas as OM do território nacional, estejam elas na fronteira, no interior ou nas capitais.

3 — Para que a DEFESA NACIONAL possa continuar realizando seus altos propósitos, tão bem compreendidos pelo seu quadro de leitores que a prestigiam com a sua procura, vimos solicitar a atenção e a cooperação de todos para as Instruções que se seguem, reguladoras das assinaturas para 1970:

a) Com o próximo exemplar n.º 626 (Jul-Agô), será distribuído o novo Cartão de renovação de assinatura para 1970.

b) Esse Cartão deverá ser devolvido à redação da revista, depois de preenchido, juntamente com o valor integral da assinatura, até 30 de novembro de 1969.

c) Caso o assinante queira remeter a importância em separado (Guia de Remessa), poderá fazê-lo. Apenas solicitamos a atenção para que seja autorizado o desconto em tempo útil. Para facilitar essa providência é que iremos remeter os Cartões com grande antecedência.

d) O prazo de 30 Nov 69 foi adotado para que possamos fazer a previsão da tiragem mensal a partir de Jan 70.

e) O atraso na remessa da importância ou a inscrição no decorrer do ano próximo, poderá prejudicar o assinante, impedindo-o de receber todos os números publicados, isto porque, a tiragem mensal será feita em função das renovações feitas em cada época, a fim de evitar sobras onerosas.

f) Para que não fiquem sem receber seus exemplares, solicitamos ainda, que mantenham sempre atualizados seus endereços, de modo a evitar extravios que talvez não possam ser reparados, pela impossibilidade de reposição.

SIQUEIRA CAMPOS: UMA VIDA DE LUTA POR UM «BRASIL NÔVO» (*)

Ten-Cel Eng (QEEMA) DARINO CASTRO REBELO

*"À Pátria tudo se deve dar e nada pedir —
nem mesmo compensação"*

SIQUEIRA CAMPOS

1. A INFÂNCIA E A FORMAÇÃO MILITAR

Natural de Rio Claro, Estado de São Paulo, Antônio de Siqueira Campos nasceu em 18 de maio de 1898, há cerca, pois, de 71 anos. Era o terceiro filho de Raimundo Pessoa de Siqueira Campos, pernambucano, com D. Luiza Freitas de Siqueira Campos, paulista de Rio Claro.

Siqueira Campos, apelidado de Tony, em criança, pertencia a uma família de classe média. Até aos 6 anos viveu no ambiente de fazenda de café. Depois a família passou a residir na Capital do Estado. Em São Paulo fez o curso primário no Grupo Escolar Sul de Sé, onde se revelou um estudante muito interessado e inteligente. No Ginásio do Estado de São Paulo concluiu o curso secundário, com raro bri-

lhanatismo, terminando-o em 1914. Naquele ano, início do período governamental de Venceslau Brás e da I Guerra Mundial, passou pelo rude golpe de perder a mãe, vítima de uma picada de cobra venenosa. Este acontecimento provocou-lhe uma profunda alteração na vida, pois o pai, pouco depois, casava-se em segundas núpcias. Inicialmente, seu desejo era estudar engenharia, mas a perda inesperada da genitora fê-lo optar por um novo ambiente: a vida militar. Obteve as melhores notas nos exames indispensáveis ao ingresso na Escola Militar do Realengo.

A 13 de abril de 1916, foi incluído no estado efetivo da 4ª Cia Inf, com o número 258. Em sua Caderneta de Assentamentos

(*) Nota do Autor: Com base nos fatos narrados em "O Revolucionário" Siqueira Campos" e "Histórias das Revoluções Brasileiras", de Glauco Carneiro e na Fé-de-Ofício de Siqueira Campos, existente no Arquivo do Exército.



A família Siqueira Campos. Antonio é o segundo, contando da direita para a esquerda

consta: solteiro, 1,68, pouca barba, boca regular, cabelos castanhos, cor branca, nariz afilado, olhos esverdeados, rosto oval, sem sinais particulares.

Desde cedo começou a distinguir-se pela agudeza da inteligência, pela vontade de tudo aprender e pelo entusiasmo vibrante pela carreira militar. Com esforço e dedicação nos estudos, sempre conseguiu colocar-se entre os primeiros da turma. Como Arma, escolheu a Artilharia, juntamente com Eduardo Gomes, enquanto Luís Carlos Prestes preferiu a Engenharia.

Em fins de 1918, justamente no ano do término da I Guerra Mundial, Siqueira Campos era declarado Aspirante. Segundo o Regulamento de 1918, os Aspirantes de Artilharia cursavam mais um ano. Assim, permaneceu na Escola do Realengo por todo o ano de 1919. Já no ano seguinte foi promovido a 2.º Ten e mandado apresentar à 1ª Bateria Isolada de Artilharia de Costa (1ª BIAC — Forte de Copacabana), sob o comando do Cap Euclides Hermes da Fonseca, filho do Ex-Presidente da República, Mar. Hermes da Fonseca (Período de 1910-1914).

Naquela época, como hoje, a vida política no Brasil não era calma. Desde a proclamação da República, o País vivia agitado por constantes pronunciamentos político-militares, de proporções diversas. O Mar Hermes assumiu a Presidência da República apoiado pelo famoso político gaúcho, Pinheiro Machado, após uma campanha eleitoral acirrada do seu opositor, o grande jurista e

ilustre tribuno — Rui Barbosa, que procurou sensibilizar o povo com a bandeira “civilista” contra, ao que chamava, de candidatura militar. A partir de 1912 e até 1916, o banditismo e o fanatismo religioso de gente humilde foram explorados apaixonadamente, culminando com os graves acontecimentos verificados na região contestada entre os Estados do Paraná e Santa Catarina. Em fins de 1915 surgiu um levante de sargentos em que esteve envolvido o deputado Maurício de Lacerda, grande tribuno e pai do Ex-Governador da Guanabara. Para suceder ao mineiro Venceslau Brás foi eleito Presidente da República em 1918, pela segunda vez, o paulista Rodrigues Alves (era a política chamada de “café com leite”, em que se alternavam na Presidência da República, mineiros e paulistas), que não chegou a tomar posse por encontrar-se gravemente enfermo, vindo a falecer em 16 de janeiro de 1919. O Vice-Presidente, Delfim Moreira, mineiro de Cristina, assumiu o Governo e providenciou a eleição de um novo Presidente. Epitácio Pessoa, paraibano, exceção da política “café com leite”, derrotou Rui Barbosa que concorria, pela terceira vez, às eleições para Presidente. As agitações iriam recrudescer-se de intensidade, prologando-se pelos períodos presidenciais do Mineiro Artur Bernardes (1922-1926) e do fluminense de Macaé, mas político em S. Paulo, Washington Luís (1926-1930), atingindo seu clímax com a revolução desencadeada em 3 de outubro de 1930.

A formação militar de Siqueira Campos processou-se sob os influxos desses movimentos político-militares, acrescidos dos ensinamentos colhidos com a I Guerra Mundial e das condições econômico-financeiras e sociais precárias, em que o País se debatia desde a Proclamação da República.

2. O JOVEM TENENTE

A 19 de janeiro de 1920, Siqueira Campos apresentou-se, pronto para o serviço, no Forte de Copacabana. Seu primeiro comando foi das torres de peças 75mm. Já em março era elogiado "pela dedicação, amor à instrução e cumprimento exato de seus deveres, bem como, pela inteligência e interesse no desempenho das suas funções". Muitos outros elogios receberia naquele Forte, assinalando-lhe a inteligência, as belas qualidades de instrutor, zelo administrativo, amor profissional e os muitos serviços prestados. Tornou-se o oficial modelo da Bateria pelo rigoroso cumprimento das missões que recebia, pelas qualidades de militar disciplinado e disciplinador e amigo dos subordinados.

Por decreto de 5 de janeiro de 1921, foi promovido a 1.º Ten. Classificado na mesma Unidade, passou a desempenhar as funções de Ajudante-Secretário, cumulativamente com as de Cmt das torres de canhões 190mm.

Apesar dos deveres no Forte, o jovem Tenente não se descuidava do aperfeiçoamento militar e dos assuntos de cultura geral. A condição de oficial solteiro per-

mitia-lhe adquirir os livros que desejasse. Aos poucos constituiu uma biblioteca apreciável. Gostava muito de História, particularmente a referente aos acontecimentos ligados ao Brasil-Colônia e à vida de Napoleão, embora lesse com frequência livros de Ciências, de Engenharia, de Medicina e outros. Surpreendia sua vontade de saber e, por certo, constituía-se num desmentido àqueles que pensam ser os militares bitolados nos assuntos militares.

O Forte, aos poucos, sob a inspiração de Siqueira Campos, foi-se tornando uma verdadeira família. A instrução militar, combinada com exercícios físicos e tratamento humano entre todos, começou a cimentar uma amizade fraterna entre os homens, despertando-lhes, espontaneamente, o "espírito de corpo". Manoel Ananias dos Santos, praça da época, um dos sobreviventes da "Epopéia dos 18 do Forte de Copacabana", ouvido por Glauco Carneiro, contou que Siqueira Campos "na instrução exigia o diabo de todos, mas era o primeiro na ginástica: fazia barra com perfeição, pegava maromba de 45 quilos com uma só mão e depois convidava a gente para descansar, nadando desde o Forte de Copacabana até o Forte do Vigia, no Leme. Na volta, comigo, José Olímpio e Pedro Ferreira, fazia corrida de resistência pelos seis quilômetros da praia; chegava ao Forte, tomava banho de água doce e saía para a Avenida a fim de beber chope com os amigos como se não tivesse feito esforço algum".

No Forte, desempenhou as principais funções: Cmt das tôres das peças de 75mm, 190mm e 305mm, Ajudante-Secretário, Fiscal Administrativo e, por várias vezes, substituiu o Cmt da Bia, revelando sempre predicados morais e intelectuais aprimorados, além de evidenciar qualidades inatas de liderança.

A última referência elogiosa a seu respeito data de 13 de junho de 1922. Seu Cmt, o Cap Euclides Hermes da Fonseca, louvou-o "pela eficaz cooperação, manifestada na montagem de uma torre de estrutura metálica, destinada a informações meteorológicas, que se achava completamente desarticulada e cujos trabalhos dirigiu com muita pericia e dedicação, dando cabal desempenho".

Em sua ficha, no 1.º Distrito de Artilharia de Costa, consta o seguinte: "Conduta civil e militar exemplar; tem inteligência; tem zelo e dedicação ao serviço; tem capacidade de comando; tem conceito perante os camaradas "muito bom"; tem grau de ilustração militar; tem distinção em revista, exame e manobras; tem capacidade como instrutor e educador". O Cap Hermes da Fonseca, em 16 de março de 1922, assim se referiu sobre o jovem Tenente: "Mantenho sobre este oficial o mesmo juízo emitido no ano passado, considerando-o como portador de qualidades admiráveis, além de subalterno modelar. A meu sentido, preenche ele tôdas as qualidades que um bom oficial deve possuir, quer como instrutor, ainda como disciplinador, estudioso, educação esmerada".

Siqueira Campos, pela sua formação cívica e intelectual, não estava alheio ao movimento de renovação que visava vencer os antagonismos econômicos, políticos e sociais do Brasil do início da década de 1920. O estado das nossas finanças, dos serviços públicos, da agropecuária, das comunicações, era desolador. Os "deficits" orçamentários aumentavam com despesas improdutivas e com a desonestidade dos homens públicos, ocasionando a elevação dos preços e do custo de vida em geral, gerando a insatisfação popular. Como medidas paliativas, recorria-se aos empréstimos externos que, por vezes, visavam, apenas, a saldar compromissos anteriormente assumidos, aumentando o nosso endividamento externo.

Epitácio Pessoa não era do agrado das Forças Armadas. A razão consistia no fato de haver escolhido para seu Ministro da Guerra o civil Pandiá Calógeras e para Ministro da Marinha, o Sr. Raul Soares. Com a eleição para Presidente da República, os ânimos se exaltaram. Diga-se de passagem que naquela época não havia voto secreto e assim os pleitos eleitorais transformavam-se em verdadeiras farsas, sabendo-se de antemão que o candidato do Governo nunca perdia. Efetivamente, a 1.º de março de 1922, o Dr. Artur Bernardes, mineiro de Viçosa, elegia-se Presidente, a despeito do episódio conhecido como das "Cartas Falsas", em cujo conteúdo o Mar Hermes da Fonseca era chamado de "sargentão sem compostura" e se fazia referência "a generais

venais", mandando comprá-los "com todos os seus bordados e galões". O Clube Militar resolveu apelar para o Supremo Tribunal Federal, levantando a suspeição do pleito. Artur Bernardes colocou-se contra a sugestão, com o apoio do Congresso. Em consequência, surgiu o regime das transferências de oficiais simpáticos ao problema levantado pelo Clube Militar para as guarnições mais longínquas. É dessa época o telegrama do Mar Hermes da Fonseca, como presidente do Clube Militar, a um coronel que se encontrava em Pernambuco, Estado em que o Governo pretendia intervir, que terminava assim: "Não vos esqueçais de que as situações políticas passam e o Exército fica". Dias depois, o Mar Hermes foi prêso, por 24 horas, e recolhido ao Estado-Maior do 3.º RI, sob o comando de um Coronel, completando-se a humilhação ao Ex-Presidente e a uma classe inteira, com o fechamento do Clube Militar, por seis meses, o que foi feito por policiais e com base "num decreto especial que autorizava a interdição — a bem da moral pública — de casas de tavolagem e lenocínio ou antros de vigaristas e rufiões".

Esses acontecimentos estavam fadados a provocar uma reação natural dos militares, particularmente dos oficiais mais moços.

Para Siqueira Campos a situação tomou coloridos perigosos e por isso urgia tomar providências. "A taça de afronta com que se feria o Exército não seria bebida sem reação".

Dos corações altivos dos jovens Tenentes partiria o grito de inconformismo. O momento exigia uma ação heróica para redimir uma geração inteira. Siqueira Campos costumava dizer, nos primeiros dias de julho de 1922: "Não somos a espada do mundo, mas temos de abrir os olhos para o Brasil. É preciso que peguemos em armas para remediar. Jamais este Exército se agachará a políticos".

Esta aversão aos políticos manteria por toda a vida, particularmente aos políticos demagogos.

O movimento revolucionário foi marcado para uma hora da madrugada do dia 5 de julho. A Vila Militar deveria descer para a Cidade, derrubar Epitácio Pessoa e empossar uma junta de Governo. O sinal seria dado pelo Forte de Copacabana, com um tiro de canhão.

3. "OS 18 DO FORTE DE COPACABANA"

Com antecipação, o Governo teve conhecimento do levante militar. Lógicamente tomou providências para abortar, de imediato, o movimento.

Terminados todos os preparativos e coordenados todos os meios no Forte, foi dado o sinal do levante a uma e quinze da manhã. Siqueira Campos fez questão de preparar, pessoalmente, o disparo de uma peça de 190mm, para o ar. O Ex-Soldado Manoel Ananias, assim contou a ocorrência: "Depois do tiro, o Ten Siqueira recomendou silêncio para ouvir disparos de outras procedências, em respos-

ta. Mas nada veio. Então, com o nojo e a repulsa a lhe desfigurarem a face, o jovem oficial explodiu: Covardes! Cadê vocês? Mas nós já começamos e vamos até o fim..." Em seguida foram feitos dois disparos sobre a Ilha de Cotunduba, dois sobre o 3.º RI — como protesto por ter esta Unidade recebido prêso o Mar Hermes — e ao Forte do Vigia, no Leme.

Esses disparos visavam também alertar a população. Os petardos seguintes visaram o Quartel-General do Exército, na Praça da República, o Corpo de Bombeiros (do outro lado da Praça da República para onde o QG se transferiu), o Batalhão Naval, o Arsenal de Marinha e a Fortaleza de Santa Cruz. As Unidades fiéis ao Governo, concentradas nas bocas do atual Túnel Velho, foram também batidas. Durante toda a manhã do dia 5, o Forte manteve fogo cerrado sobre vários objetivos da cidade.

Na madrugada daquele mesmo dia revoltou-se a Escola Militar. Alguns oficiais instrutores e mais 500 Cadetes saíram para a rua, chegando mesmo a tirar munição da Fábrica de Cartuchos para a luta. Mas o movimento na Vila Militar, decisivo para as operações, não passou da tentativa de sublevação do 1.º RI, que logo foi dominado com a prisão dos revoltosos. Assim, os acontecimentos revolucionários ficaram restritos ao Forte de Copacabana.

As providências do Governo contra o Forte foram muito retardadas. O Forte do Imbuí e a

Fortaleza de Santa Cruz só começaram a bombardear o reduto dos revoltosos, por volta das 16 horas do dia 5. Uma força terrestre foi organizada para assaltá-lo, completando-se esta medida com a suspensão do abastecimento de água e de luz.

A disposição dos revoltosos foi sondada através de uma intimação em que era pedida a rendição do Cap Hermes e de seus companheiros, cerca das 17 horas, com a informação de que o Forte era a última Unidade a combater, pois as demais estavam sob o controle do Governo, mas não surtiu o efeito desejado.

Cerca das 23 horas, a tropa legalista progredindo pela Rua Barata Ribeiro alcançou as Ruas Hilário Gouveia e Barroso (hoje Siqueira Campos) e por elas a Praça Serzedelo Correia, instalando-se o posto de comando na Delegacia Policial, situada à Rua Hilário de Gouveia.

Em plena noite, no meio das naturais agitações, Siqueira Campos, em conversa com os Tens Eduardo Gomes e Newton Prado, achava que muitos dos que se encontravam no Forte não se dispunham a morrer pela causa, como eles, por isso, disse em tom grave: "Preparemo-nos para matar e morrer".

Vendo a situação agravar-se e não pretendendo sacrificar os companheiros, o Cap Hermes decidiu facilitar a cada um dos oficiais a decisão pela resistência ou pela retirada, estendendo esta medida às praças, a pedido de Siqueira Campos. Assim, dos trezentos homens aproximadamente que se encontravam no

Forte, ficaram apenas vinte e nove: cinco oficiais (Cap Hermes e os Tens Siqueira Campos, Eduardo Gomes, Newton Prado e Mário Tamarindo Carpentres) e vinte e quatro praças.

O Governo solicitou ao Congresso o estado de sitio, o qual foi concedido imediatamente, já estando em vigor naquela hora. O Rio de Janeiro, ficaria assim, quase ininterruptamente por oito anos, com as garantias constitucionais parcialmente suspensas.

A Marinha iniciou o bombardeio do Forte com os seus melhores navios, como os encouraçados São Paulo e Minas Gerais e o destróier Paraná. Um petardo de peça 305mm do São Paulo abriu um rombo de 1,50m de profundidade, por seis de circunferência, na blindagem dos 305mm. Como revidé, o São Paulo foi alvejado por um disparo de 190mm desferido pelo grande artilheiro que era Siqueira Campos. A Aviação também andou deixando cair algumas bombas sobre o Forte.

O Ministro da Guerra tentou novamente entabular, pelo telefone, conversação de paz com os revoltosos. A situação para eles era muito crítica, pois começava a escassear alguns recursos inclusive água, além de se constituírem na única resistência, sem possibilidades de vitória. Posta em votação a ida de um emissário para dialogar com o Governo, ficou estabelecido que o Cap Hermes deveria ir, pois "era o único casado entre eles e chefe de família numerosa", e as condições que pretendiam, sabiam, de antemão, que não seriam aceitas pelo Governo. Cêrca das

12 horas do dia 6 saiu o Cap Hermes para a entrevista com o Ministro da Guerra, tendo antes passado o Comando ao Ten Siqueira Campos.

Cêrca de 12,30 horas o Cap Hermes informava, por telefone, que o Governo não aceitara as condições de rendição e que se encontrava prêso. Uma explosão de ódio dominou os quatro oficiais. O telefone foi desligado. Passaram daí a discutir a sorte do Forte, mas ninguém pensava em rendição incondicional, como queria o Governo. Duas linhas de ação apareceram: destruição do Reduto, com a explosão do paiól de pólvora, morrendo tôda a guarnição em seus postos: ou sair, oferecendo combate às forças legais, num corpo-a-corpo, em plena rua. Esta última foi a vencedora.

A Bandeira Nacional foi arriada do mastro principal. Siqueira Campos cortou-a em vinte e nove pedaços. A cada um dos remanescentes do Forte deu um pedaço, ficando com dois, o seu e o do Cap Hermes. No seu pedaço escreveu: "Ao meu pai e meu irmão e à memória dos 28 companheiros e daquela que não posso dizer. (a) Siqueira Campos". Mário Carpenter escreveu no seu: "Forte de Copacabana, 6 de julho de 1922. Aos queridos pais, ofereço um pedaço da Bandeira em defesa da qual resolvi dar o que podia... minha vida. (a) Mário Carpentres".

Foram momentos dramáticos aquêles que precedera a marcha pela Avenida Atlântica dos "Vinte e Oito", mas conhecidos como "Os 18 do Forte de Copacabana".



Siqueira Campos à frente dos 18 do Forte. Quando Zenóbio Couto, fotógrafo de O MALHO, flagrou os revolucionários em marcha, por um acaso deixou de fixar o comandante à frente dos comandados; Siqueira havia recuado até a retaguarda para concitar alguns desistentes a que prosseguissem. Miranda Júnior, fabuloso artista, é o autor do desenho acima, em que a cena original é enriquecida pela presença vigorosa e decidida do "Tentador do Impossível"

Os oficiais barbearam-se, apanharam suas armas, ajustaram os uniformes e retiraram as insígnias de oficial.

Tudo pronto, Siqueira Campos reuniu o grupo e disse: "Eles têm que atirar primeiro... Não se dá nenhum tiro antes... Deixem eu conversar com quem chegar primeiro. Agora, se derem um tiro na gente, não precisam esperar ordem de fogo..."

Eram cerca de 14 horas quando, a um sinal de Siqueira Campos, o grupo transpôs a barricada do Forte, apavorando populares que saíam correndo. Marchava firme e resolutos pela Avenida Atlântica. Todos armados de fuzil, cheios de vibração e com o coração batendo forte. Alguns populares mais afoitos davam vivas àquele pugilo de bravos.

A marcha prosseguia. De momento a momento, Siqueira Campos e os outros três oficiais, comandavam: Viva o Exército! Viva o Marechal Hermes! Vivam os defensores do Forte de Copacabana! Em certo momento, môças que pareciam conhecer os oficiais, gritaram: "Para onde vão, malucos! Ao que Siqueira Campos respondeu: Vamos até ao Palácio do Catete atrás do nosso Comandante. E o que vocês querem com o Comandante? Perguntou uma delas. Siqueira respondeu: Entregar-lhe isto — e apontou o pedaço de bandeira que fôra reservado ao Cap Hermes.

No trajeto, um civil se incorporou ao grupo. Era o engenheiro gaúcho, Otávio Correia, talvez pensando na oligarquia ins-

taurada pelo Sr. Borges de Medeiros, no Rio Grande do Sul. Sômente queria uma arma para combater...

O encontro decisivo aproximava-se. Verificou-se na esquina da Rua Barroso (hoje Siqueira Campos). Uma Cia do 3.º RI ocupava a Praça Serzedelo Correia. Tropas policiais e navais estavam nas proximidades. O Cmt da Cia destacou um Pel para a Rua Barroso e outra para a Rua Hilário de Gouveia. O encontro dos revoltosos deu-se com o Pel da Rua Barroso, cujo Cmt tentou demover daquela marcha os companheiros de farda, mas em vão, porque Siqueira Campos e seus companheiros estavam decididos a ir até o fim. Quem atirou primeiro foi este Pel, atingindo um soldado, que caiu morto. Siqueira Campos, ouvindo o disparo, voltou-se espetacularmente e atirou contra a tropa daquele Pel. E assim o combate começou. Os bravos do Forte pularam para trás da calçada da Avenida, com o brado de Siqueira Campos: "Podemos começar a morrer". Ali, protegidos pela calçada, combateram cerca de uma hora e quinze minutos, "enfrentando o ataque combinado de forças do Exército, da Polícia Militar e do Batalhão Naval". Para melhor atingir os revoltosos, alguns soldados subiam no telhado das casas, que na época não tinham o porte de arranha-céus de hoje. Conta-se que o Cmt da Cia, depois de tanta resistência dos "rapazes do Forte", exclamou: "Não combato contra inimigos valentes — combato loucos!"

Os oficiais, um a um foram sendo feridos. O primeiro foi Eduardo Gomes, que recebeu um balaço na coxa esquerda, com fratura do fêmur. O segundo foi Siqueira Campos, com um tiro na mão esquerda e algumas escoriações. Depois foi a vez de Newton Prado, com dupla perfuração no abdômen e na perna. Por último, Mário Carpenter recebeu um projétil no tórax, deixando-o inconsciente para não mais se recuperar. Logo depois do ferimento de Eduardo Gomes, o civil Otávio Correia recebeu um tiro que o prostrou na areia, morrendo em seguida. As praças que ficaram, também foram caindo atingidas por balas...

A situação dos bravos complicava-se cada vez mais. Até a munição começou a escassear. Foi quando Siqueira recomendou aos companheiros: "Defendam-se! Não deixem que a Polícia os peguem! Nós nada podemos fazer. Estamos baleados. Eu vou reservar minha última bala para quem me tentar matar".

Quando os revoltosos praticamente deixaram de atirar as forças legalistas avançaram para eles com baionetas caladas. Newton Prado ainda teve forças para atirar em um miliciano que tombou morto. Siqueira Campos, num derradeiro esforço e quase sem visar, atingiu um sargento na bôca, enquanto este, na agonia da morte, ainda teve forças para enterrar mais da metade da baioneta de seu fuzil, no fígado do bravo revolucionário. A epopéia chegava ao fim...

Conta-se que, recolhidos os sobreviventes ao Hospital, Epitácio

Pessoa foi visitá-los na noite do dia 6. Siqueira, imóvel no leito de dor — olhos fechados, com uma palidez quase mortal — não gemia. No momento em que Epitácio Pessoa se aproximou de sua cama e inclinou-se, como para ajudar as enfermeiras, o bravo chefe da revolução, fitou-o cheio de raiva e desprêzo, e num gesto brusco, impregnado de desdém, arrancou as gazes e a cinta que lhe continha o abdômen dilacerado, ficando com os intestinos à mostra e o sangue a escorrer...

Siqueira Campos teve alta do Hospital Central do Exército a 21 de dezembro do mesmo ano. Foi recolhido prêso à Escola de Comando e Estado-Maior, que ficava situada à Rua Barão de Mesquita, onde se encontra hoje o 1.º Batalhão de Polícia do Exército. Ficou lá até 10 de janeiro do ano seguinte, quando foi beneficiado por "habeas-corpus" coletivo, impetrado em favor dos rebeldes, mas na dependência da solução do Inquérito mandado instaurar pelo Governo. Tentou pedir demissão do Exército, sem resultado favorável, pela condição de indicado em inquérito.

4. O REVOLUCIONÁRIO ERRANTE

Siqueira não viu outra alternativa senão o exílio voluntário. Assim, em fins de fevereiro, iludindo a vigilância da Polícia, viajou para o Uruguai. Em Montevideu, viveu até janeiro de 1924. Como meio de vida, fundou uma firma de representação, associado a um amigo. Depois

tentou estender seus negócios à praça de Buenos Aires.

Vivia absorvido com as atividades comerciais, mas sem esquecer a Pátria, quando sobreveio, em 5 de julho de 1924, o movimento revolucionário de São Paulo, encabeçado pelo General Isidoro Dias Lopes e por Joaquim Távora (irmão de Juarez Távora), contando ainda com o apoio decidido de Eduardo Gomes e de outros oficiais ligados ao "Tenentismo".

Depois de lutas na Capital, em que perdeu a vida Joaquim Távora, os revoltosos marcharam para o interior, atingiram a fronteira de Mato Grosso e, em Três Lagoas, proclamam a "República Brasilândia".

A conspiração do Rio Grande do Sul não tardou a explodir, sob a inspiração do então Cap Luís Carlos Prestes, dos Ten João Alberto Lins de Barros, Anibal Benévolo, Oswaldo Cordeiro de Farias e muitos outros.

Tomando conhecimento dos acontecimentos no Sul, Siqueira Campos abandonou seus negócios e foi juntar-se aos companheiros. A 28 de outubro de 1924 já estava em S. Borja. Naquele dia, às 20 horas, o 2.º RC Independente foi tomado. Siqueira Campos foi designado seu Cmt, com o Posto de Cap. Na madrugada de 29, Luís Carlos Prestes sublevou o 1.º BFV, acantonado na Vila de Santo Angelo. Revoltaram-se também os 3.º e 5.º RC Independente, em São Luís e Uruguaiana, respectivamente, sob a orientação de Juarez Távora e uma Bia do 2.º R Art, de Alegrete, sob a direção do Ten João Alberto. A última Unidade a revoltar-se foi o 3.º

BE, de Cachoeira, sob o comando do Cap Fernando Távora, irmão de Juarez.

A revolução, entre os outros objetivos, visava conseguir:

— cumprir e fazer cumprir as Leis;

— unificar o ensino, submetendo-o de forma absoluta à direção do Conselho Superior de Ensino;

— unificar o regime eleitoral;

— unificar o fisco, que se encontrava dividido entre a União, Estados e Municípios;

— estabelecer a obrigatoriedade da educação primária e fomentar o ensino profissional;

— estabelecer o voto secreto e obrigatório;

— xetirpar de vez a megalomania dos gastos públicos;

— desmascarar e punir os ladrões do patrimônio do povo;

— acabar com a anomalia de um Tesouro Público endividado e pobre, enquanto os políticos profissionais deixam o poder próspero, com haveres adquiridos no exercício dos cargos que ocuparam.

Muitos desses objetivos, somente agora, após a Revolução de 31 de março de 1964, quando o "ideal tenentista" assumiu o poder, foram conseguidos, em benefícios da nação brasileira.

O 4.º Grupo de Art a Cav, de Itaqui, situada entre São Borja e Uruguaiana, não se revoltou como estava combinado. Esta quebra de compromisso trouxe um grande problema para o prosseguimento da luta. As demais forças sublevadas na fronteira da Argentina tentaram um

ataque àquela cidade, mas desistiram em virtude de precariedade de meios. Quando as forças legalistas aumentaram a pressão sobre os revoltosos, estes não tiveram outra solução senão atravessar o Rio Uruguai em busca de abrigo, na margem portenha. Isto se verificou em 13 de novembro de 1924. Foi nessa oportunidade que Siqueira Campos atravessou aquele Rio, nadando mais de duas horas para trazer à margem brasileira uma embarcação, a fim de transportar os revoltosos. Mas os choques entre outras frações revolucionárias e legalistas, em outros pontos do Rio Grande do Sul, foi muito sangrenta.

A mudança de objetivos militares levou a concentração dos revoltosos em São Luiz Gonzaga. Para aquela cidade marchou Siqueira Campos, em fins de novembro do mesmo ano, sendo recebido por Carlos Prestes com grande satisfação. É referente a essa fase a descrição de João Alberto, em suas "Memórias de um Revolucionário": "Poucos dias depois chegava o Ten Siqueira Campos. Fui pressuroso, abraçá-lo. Era a primeira vez que eu me encontrava com o homem de Copacabana, aquele apontado por Joaquim Távora como um paradigma, um exemplo a seguir. Levamos uma noite toda conversando. Lisonjeava-me a atenção que ele me dava. Sua figura simpática atraía à primeira vista. Estatura mediana, ombros fortes, olhos azuis, feições regulares, cabelos pretos, crespos e abundantes, boca enérgica, bons dentes. Falava pouco,

em frases curtas, e dando sempre um toque de ironia à conversa..."

Na cidade de São Luiz Gonzaga nasceu a Coluna Prestes, com três Destacamentos. Clauco Carneiro, resumiu deste modo os deslocamentos da famosa coluna: "Na sua origem, a Coluna Prestes foi o corpo revolucionário que saiu de São Luiz Gonzaga, em 17 de dezembro de 1924 e, depois de três meses de árduos combates nos sertões do antigo Contestado, alcançou a Foz de Iguaçu e ali se juntou aos remanescentes da Divisão São Paulo, de Isidoro Dias Lopes, que se havia levantado na Capital Paulista e rumado para o Paraná, após infrutíferos esforços para fixar-se em Mato Grosso. Reforçada assim, com algumas centenas de paulistas, a coluna, que aí passara a ser comandada por Miguel Costa, tendo Prestes como Chefe do Estado-Maior, propôs-se levar a mensagem revolucionária a todo o Brasil, ou pelo menos até onde a deixassem ir, marchando efetivamente das margens do Paraná às barrancas Parnaíba, atravessando, no caminho, a fronteira paraguaia, reentrando em Mato Grosso, investindo por Goiás e Minas Gerais, combatendo na Bahia e indo até ao Maranhão. Mas não foi só: do Parnaíba, nesse volteio infernal, avançou de novo até Minas Gerais, através do Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco e novamente Bahia, retrocedendo outra vez a Minas Gerais e Bahia, regressando ainda a Pernambuco e Piauí, de onde alcançou Goiás até Mato Gros-

so. Daí tornou a percorrer território goiano, contramarchou para Mato Grosso, para finalmente exilar-se na fronteira da Bolívia em fevereiro de 1927, deixando o seu melhor Destacamento, o 3.º comandado por Siqueira Campos, com a missão de desviar a perseguição legalista e assim possibilitar o internamento do grosso da coluna no estrangeiro, sem maiores problemas".

"O raid isolado do 3.º Destacamento de Siqueira Campos é uma epopéia dentro de outra epopéia que foi toda a marcha da coluna. A maior glória da Coluna lhe pertence. Traçando uma circunferência grandiosa de mais de 1.500 léguas em torno de Cuiabá, invadiu Goiás e por fim o Triângulo Mineiro, onde apoderou-se da cidade de Paracatu, com 80 homens! Desta cidade, Siqueira dirigiu-se para o Sul, indo internar-se, finalmente, na República do Paraguai, em 24 de março de 1927, depois de percorrer nada menos de 9.000 quilômetros em cinco meses, chegando a fazer até 20 léguas por dia". Calcula-se que, ao todo, a Coluna percorreu 33.000 km, cerca de oito vezes a distância entre os pontos extremos Norte e Sul do Brasil.

O objetivo da Coluna era contra o Governo de Arthur Bernardes, mas apenas político, sem a idéia de sua deposição. Isto conseguiu. E mais: realizou operações de guerrilhas com resultados impressionantes. O curioso é que a maioria dos comandos da Coluna estava entregue a oficiais saídos da Escola Militar de Realengo, onde as instruções

táticas eram ministradas com base nos ensinamentos colhidos na I Guerra Mundial, em que as frentes de combates, por serem estabilizadas, configuravam uma guerra de fronteira, com grande emprêgo da organização do terreno e pequenos deslocamentos na superfície. Os ensinamentos da guerra de posição foram aprofundados entre nós através de temas táticos dirigidos pelos membros da Missão Militar Francesa, contratada em 1919. Deve ser ressaltado que, antes de chegar a referida Missão, já existia um espírito de renovação na Escola Militar com a chamada "Missão Indígena", que enfatizava a escola de sacrifício e do cumprimento do dever, a todo custo. Lima Figueiredo, em "Casernas e Escolas", esclarece que os alunos adquiriam "sadio fanatismo pela profissão escolhida e, ao deixarem a Escola, findos os três anos de curso, eram magníficos instrutores — fortes, compenetrados, bem formados em tudo que dizia respeito ao coração, ao cérebro e ao espírito". Justamente da "Missão Indígena" faziam parte vários oficiais que integravam a Coluna, como Carlos Prestes e Juarez Távora. É dessa época o conceito dos Chefes daquela Coluna: "A guerra no Brasil, qualquer que seja o terreno, é a guerra de movimento".

Deve ser mencionado que em toda a marcha de 33.000 km que realizou a Coluna Prestes, Siqueira Campos "foi o que mais se destacou, e que mais resistiu e o último a depor as armas", o que lhe valeu o apelido de "Tentador do Impossível". Oswaldo

Cordeiro de Farias, disse dêle: "Ninguém era mais forte do que êle na adversidade, parecendo que sua inteligência era mais lúcida, tal a vertiginosidade com que lhe ocorriam as soluções".

Novamente em território estrangeiro, procura Siqueira Campos, de março de 1927 a princípios de 1928, fazer nos países do Prata a cobertura da Coluna, internada em La Gaíba, Bolívia, angariando "emprego para os companheiros que tentavam viver em outro local; enviando medicamentos para os que lá ficavam, correspondendo-se com os que necessitavam da sua fortaleza moral para prosseguir visando ao objetivo de sempre". Realizava pequenos trabalhos de topografia, apenas para viver, mas não por ocupação principal. "Só quer falar do futuro e viver todos os minutos no alicerçamento do Brasil que êle ajudaria a criar".

A verdade é que a vida dos exilados nos países do Prata não era fácil, embora contassem com uma "caixa" dos revolucionários. Levavam uma vida de economia rígida, gastando o mínimo indispensável. Para Siqueira Campos, o ideal era a "Grande Revolução", que se constituía para êle no grande objetivo permanente.

Carlos Prestes começou então a aparecer com idéias esquisitas. Seus companheiros do Prata não sabiam, mas a conversação dêle ao comunismo se deu na cidade boliviana de La Gaíba, em consequência de grande número de livros marxistas levados pelo jornalista Astrogildo Pereira, enviados pelo Partido Comunista, nu-

ma tentativa de catequese e que, infelizmente, deu certo. Aliás, diga-se de passagem, a bem da verdade, Siqueira Campos sempre foi contra o comunismo. Certa vez, um pouco antes de morrer, negou veementemente que êle e seus companheiros possuíssem a ideologia marxista, chegando a afirmar: "Comunista é só o Prestes".

Usando nomes supostos e disfarces, correndo tôda sorte de riscos. Siqueira Campos esteve várias vezes no Brasil, depois de 1928, para melhor articular a conspiração revolucionária. "De tal maneira era importante o papel de Siqueira na conspiração, que seus amigos tinham ordens estritas, por parte do comando geral dos revolucionários no exterior, de deixar-se prender para favorecer a fuga do imortal comandante dos 18. E Siqueira, por sua vez, corajoso entre os corajosos, colocava o interesse da revolução mais alto do que a amizade que o ligava a certos companheiros, pois sabia bem o quanto arriscava perder tôda a articulação, se acaso fôsse surpreendido pela Polícia e impedido de prosseguir nas suas atividades".

Siqueira Campos estava no Brasil, em uma de suas viagens de pregação e contatos, quando um emissário trouxe-lhe de Buenos Aires uma cópia de um manifesto comunista, que Prestes ia lançar à Nação. Ficou furioso, pois estava combinado um rompimento com os políticos, numa certa data propícia, mas não uma declaração marxista. A maioria dos revolucionários ficou con-

tra Prestes. Com aquêles manifestos, abandonava os ideais responsáveis pelos movimentos de 1922, 1924 e pela marcha da Coluna, espalhando o fogo da revolução por um "Brasil Nôvo". Num gesto extremo, partiu para Buenos Aires a fim de tentar uma mudança na atitude de Prestes. Ainda em Pôrto Alegre, confidenciou a amigos: "É impossível permitir que Prestes nos abandone assim! Se fôsse por uma questão de tática, ainda o sentiríamos dentro da Revolução, cuja vitória lhe deverá tanto. Porém, para desertar? Declara-se comunista? É impossível! Há uma confusão monstruosa em tudo isso! A outro amigo, disse que estava disposto a lutar por um "Brasil Nôvo", em que se resgatissem "aos brasileiros a posse de seu pedaço de planêta".

O encontro que teve com Prestes, realizado na noite de 9 de maio de 1930, foi improficuo. Traumatizado, saiu com João Alberto, que presenciou a conversa com Prestes, para conseguir passagem aérea, de volta ao Brasil. Na travessia do Rio da Prata, realizada na madrugada do dia seguinte, o avião da Aeropostale (hoje Air France) caiu em frente a Montevidéu, morrendo tôda a tripulação do aparelho e os passageiros, com exceção de um só: João Alberto. Supõe-se que Siqueira Campos, melhor nadador de que João Alberto, tenha se esforçado muito numa tentativa de também salvar o amigo. Possivelmente morreu de um ataque cardíaco e não afogado, pois era um exímio nadador.

Dias depois, o corpo foi encontrado, sendo repatriado para o Brasil, após algumas formalidades. A 3 de junho chegou ao Rio de Janeiro, "onde, apesar das restrições oficiais, havia uma multidão a esperá-lo". A 5 do mesmo mês chegou a São Paulo, onde foi sepultado no Cemitério da Consolação, sob grande consternação popular. Coube ao seu pai, Raimundo Pessoa de Siqueira Campos, após serem ouvidos os discursos fúnebres de vários oradores, as palavras finais, proferidas entrecortadas de pranto: "Tony ..., meu filho, a Pátria ganhou mais um herói, mas eu perdi você. Descança em paz..."

Meses depois, a 3 de outubro, deflagrava a revolução, trabalhada ativamente por Siqueira Campos, revolução que, afinal, veio a cair nas mãos dos maus políticos, resultando no seu desvirtuamento. Se êle fôsse vivo, com o seu ardor patriótico e espírito de liderança, os acontecimentos que se desenrolaram depois, talvez fôssem bem outros, e as últimas páginas da História do Brasil contemporâneo fôssem também diferentes.

A Revolução de 3 de outubro procurou fazer justiça ao bravo paulista, considerando-o promovido a Capitão, a contar de 13 de fevereiro de 1925, por Decreto de 15 de novembro de 1930, e por um outro ato de janeiro de 1931, promove-o ao pôsto de Major, "post-mortem".

5. O EXEMPLO QUE IMORTALIZA

Siqueira Campos morreu aos 32 anos, mas apesar da pouca ida-

de deixou um exemplo de luta, dedicada intensamente aos superiores interesses da Pátria, verdadeiramente admirável. Os sentimentos patrióticos aumentou-lhe com o correr dos anos. Sempre almejou um "Brasil Novo", sem os vícios tradicionais da política, sem o atraso tecnológico e educacional, sem os contínuos sofrimentos do povo, sem os desmandos do poder econômico e sem os desajustes regionais.

Ele lutava pelo progresso político, econômico e social de uma Pátria soberana, sem os extremismos importados, e, justamente por isso, discordou do seu grande amigo, Carlos Prestes, causa indireta da sua morte.

Sua grande luta tinha por motivação constante o seu País. Era luta de um homem impregnado de sentimentos patrióticos. O desenvolvimento da sua Pátria era o seu grande objetivo, mesmo que tivesse de arrostar céus e terras e fôsse preciso oferecer em holocausto seu próprio sangue. Por pensar assim, costumava dizer: "O homem que abraçou uma idéia deve servi-la ininterruptamente, pregando-a, difundindo-a, lutando, morrendo..." Foi isto que sempre fez até ser traído pela morte.

Ele tinha uma noção do cumprimento do dever em alto grau, a tal ponto que certa vez dissera: "O único argumento válido para um militar brioso, de não ter podido cumprir uma missão, é apresentar o cadáver como documento".

Seu desaparecimento prematuro foi uma grande perda para o movimento "tenentista", pelo

seu espírito de luta e pelas características de liderança no meio dos jovens, membros da conspiração revolucionária de 1930. Mas o exemplo ficou, tanto assim que, sob a inspiração dos movimentos revolucionários de 1922, 1924, 1925 a 1927 e 1930, foi feita a Revolução de 31 de março de 1964, levando ao Poder, o idealismo do "Tenentismo" daquela época, revigorado pelo Ato de 13 de dezembro de 1968, visando um "Brasil Novo", sob o signo do progresso, fundamentado na educação, na paz social, no desenvolvimento e na unidade do Brasil, como queria Siqueira Campos.

Transcorrendo neste mês de maio, quase quarenta anos da morte de Siqueira Campos, embora vivo na lembrança dos brasileiros, desejamos prestar-lhe esta homenagem, rememorando-lhe os lances mais intensos e vibrantes da vida, como um belo exemplo de verdadeiro devotamento à Pátria. Ele não admitia contemporização quando estava em jogo os altos interesses de seu País. Seu fervor patriótico chegava às raíças do sacrifício da própria vida, sem nada pedir, sem nada desejar para si, porque tinha a visão de uma entidade nacional que se tornara merecedora de toda a sua luta, de todo o seu devotamento. Sua vida foi, por assim dizer, uma constante materialização da idéia contida na frase que pronunciara em vida:

*"À PÁTRIA TUDO SE DEVE
DAR E NADA PEDIR — NEM
MESMO COMPENSAÇÃO".*

ELOGIO DO SOLDADO

Trecho de uma Carta Aberta a El-Rei
D. Carlos, por Moniz Barreto:

"Umas casas existentes no nosso Reino, onde homens vivem em comum, comendo do mesmo alimento, dormindo em leitos iguais. De manhã, a um toque de corneta, se levantam para obedecer. De noite, a outro toque de corneta, se deitam, obedecendo.

A beleza das suas ações é tão grande que os poetas não se cansam de a celebrar.

Quando êles passam na rua, juntos, fazendo barulho, os corações mais cansados sentem estremecer alguma coisa dentro de si.

A gente os conhece por militares..."

(Extraído do Livro "Exército e Nação",
do Gen Ex Aurélio de Lyra Tavares.)

PÁTRIA

A Pátria não é ninguém: são todos.

E cada qual tem no seio dela

o mesmo direito à idéia, à palavra, à associação.

A Pátria não é um sistema,

nem uma seita, nem um monopólio,

nem uma forma de governo;

é o céu, o solo, o povo, a tradição,

a consciência, o lar, o berço dos filhos e o

túmulo dos antepassados,

a comunhão da lei, da língua e

da liberdade.

Os que a servem são os que

não invejam, os que não infamam,

os que não conspiram, os que não desalentam,

os que não emudecem,

os que não se acobardam, mas resistem,

mas se esforçam, mas pacificam,

mas discutem, mas praticam a justiça,

a admiração, o entusiasmo.

RUI BARBOSA

PREZADO ASSINANTE

Com o presente exemplar (n.º 625), estamos distribuindo o 3.º número de sua revista, da Coleção 1969, procurando realizar um trabalho que corresponda ao interesse que nos tem sido dispensado.

Até a presente data, solicitaram inscrição mais de 200 assinantes novos, contando entre estes, militares das 3 Forças, OM, entidades e personalidades civis.

Por motivos já anteriormente divulgados, restringimos a tiragem, calculada em função do número real de assinantes, a fim de evitar sobras onerosas, que sobrecarregam o orçamento da revista, já tendo sido canceladas as assinaturas que estavam em débito anteriormente a 1967, inclusive.

Entretanto, ainda persistem débitos de 1968 e deste ano, apesar de já estarmos em junho, o que nos obriga a suspender a remessa a partir de julho, para esses assinantes, por desconhecermos se desejam ou não continuar como assinantes.

Caso o senhor, por qualquer razão, se encontre nesta situação e deseje continuar recebendo a revista, efetive a remessa da importância de NCr\$ 5,00 com a máxima brevidade, em cheque, até fim de julho de modo a nos permitir mantê-lo em nossa lista de expedição, não o prejudicando no recebimento dos próximos números.

Esperamos continuar contando com a sua inestimável cooperação que prestigia a revista, única publicação permanente que circula no meio militar, alcançando a totalidade de suas OM.

CAXIAS E A ARMA PSICOLÓGICA

Cap Inf

FILADELFO REIS DAMASCENO
(Aluno da ECME)

INTRODUÇÃO

Desde os tempos mais remotos o homem vem utilizando para suplantar os seus adversários o que hoje convencionamos denominar de Guerra Psicológica. A própria Bíblia está repleta de exemplos do emprêgo da astúcia, da propaganda e do poder de persuasão, além de outros recursos não violentos, visando obter vantagens sobre o inimigo. A denominação Guerra Psicológica e a metodização dessas normas, técnicas e processos é, todavia, muito recente. Foi o avanço tecnológico dos meios de comunicações e a consolidação da Sociologia e da Psicologia como ciências que propiciaram o seu atual desenvolvimento. O êxito sem precedentes obtido com o emprêgo extensivo da Propaganda — a sua principal arma — na difusão do Nazismo e do Fascismo e, posteriormente, a sua adoção como apoio à Guerra Revolucionária, garantiram um lugar de relevo para a Arma Psicológica no quadro da guerra moderna, sob qualquer de suas modalidades: Guerra Fria, Geral ou Limitada.

Dentre os historiadores que se ocuparam da atuação de Caxias, alguns deixam entrever uma

preocupação do nobre soldado com a Arma Psicológica. Afonso de Carvalho, o melhor dos seus biógrafos, afirma categoricamente: "Caxias joga sempre com o conhecimento psicológico do adversário". Astolfo Serra, declara, em seu precioso livro sobre a "Balaçada": "Compreendeu que o ódio não era só dos partidos, mas antes de famílias, e, psicólogo, resolveu agir, primeiramente pacificando os ânimos, para, depois pacificar os rebeldes. Walter Spalding assinala: "O Barão de Caxias é uma figura insinuante. Sereno e enérgico, bondoso e afável, psicólogo profundo, desde o momento em que pôs os pés nas coxilhas gaúchas viu que estava tratando com gente diferente". Souza Doca também registra com segurança: "Caxias, com intuição profunda das coisas, com perfeito conhecimento da alma brasileira e sentindo o espírito patriótico dos rio-grandenses, falou aos farroupilhas".

Após essa introdução uma pergunta se impõe: Teria Caxias lançado mão da Arma Psicológica? Acreditamos que sim. Procuraremos demonstrar no presente trabalho que o notável soldado empregou a Arma Psicológica em ambos os sentidos, tanto o defensivo, Ação Psicológica,

como o ofensivo, a Guerra Psicológica.

NA ABDICAÇÃO

Durante a crise que redundou na Abdicação de D. Pedro I, Caxias viveu um dilema angustiante. Devia colocar-se ao lado de seu pai, tio e camaradas, rebelando-se contra o "Ministério dos Marquesses" ou manter-se fiel ao Imperador que punha nêle as suas últimas esperanças de reação? O dever de soldado, jamais negado, haveria de sobrepujar os demais sentimentos. Decidiu amparar o governante até o último momento. Mestre Gustavo Barroso, em primorosa síntese do encontro de ambos, revela o sentido psicológico do plano indicado por Caxias:

"Consultado pelo soberano sobre a situação, o Major Lima e Silva disse: — Se sua Majestade quiser debelar o movimento, nada será mais fácil. Bastará seguir nesta mesma noite para a fazenda de Santa Cruz e ali reunir as Milícias, à frente das quais estou pronto a me colocar, devendo estacionarem no Campinho os postos avançados. Se, porém, se adotar este alvitre, deverá ser acompanhado de um decreto, concedendo a baixa a todos os soldados de primeira linha, que a quiserem, pois, feito isso, dentro de 24 horas, os oficiais se acharão sós".

O hábil expediente proposto por Caxias encontraria seguidores, no futuro. Além de atender a maioria das praças, que desejava o licenciamento, retirava da

tropa o seu aspecto legal. Os chefes da revolta passariam a preocupar-se duplamente: com a manutenção da disciplina de uma tropa que não queria continuar servindo, e com a possibilidade de serem condenados pela revolta, além de responsabilizados pelas despesas feitas após a data de desmobilização, em caso de insucesso.

NA BALAIADA

Nomeado Presidente e Comandante das Armas do Maranhão, o Cel Luis Alves de Lima recebeu a missão de pacificar o Meio-Norte, "segundo as circunstâncias melhor o aconselhassem". Compreendendo, de imediato, que a causa maior da revolta era a intolerância partidária, cuidou de desarmar os espíritos. Ao assumir o governo lançou célebre proclamação ao povo timbira, em que demonstra uma nítida compreensão daquela guerra insurrecional: "O terror, que necessariamente deviam infundir-vos êsses bandidos, concorreu para que se engrossassem as suas hordas: contudo, graças à Providência e às vitórias até hoje alcançadas pelos nossos bravos, seu número começa a diminuir diante das nossas armas". Depois, traçou a sua diretriz advertindo que se colocaria indiferente aos partidos e visaria somente a pacificação da Província: "Maranhenses, mais militar que político, eu quero até ignorar os nomes dos partidos que por desgraça entre vós existam". As palavras são bastante eloquentes e dispensam qualquer comentário.

Não há dúvida de que as primeiras palavras de Caxias contribuíram para o êxito de sua missão. Elas geraram um clima de boa vontade e cooperação para o seu governo, de ambos os partidos, e atenuaram as arestas. Fiel ao seu ponto de vista, Caxias manteve durante toda a guerra uma absoluta neutralidade. Podemos comprovar a lisura do seu comportamento pela correspondência enviada a Araújo Lima, Regente do Império e figura de proa dos conservadores, e, portanto, simpático aos "cabanos": "Coloquei-me no meio dos partidos políticos em que se acha dividida a Capital, e os tenho até hoje contido nos seus limites, aproveitando-me de ambos para a pacificação da Província. Não sei se esta política agrada a V. Ex^a, mas é a que me pareceu mais consentânea ao atual estado da Província". Obtida a compreensão e o apoio das forças políticas, que lhe permitiriam governar sem oposição, Caxias dedicou-se à sua tarefa de pacificar e administrar, demonstrando cabalmente que "compreendia a boa política tão bem como a ciência da guerra".

No campo militar, vamos constatar que a Guerra Psicológica foi ampla e corretamente empregada. Examinando a rebelião de massa em que se entrecrocavam cabanos e bentevis, Caxias percebeu quão heterogêneo era o grupo revoltoso. A Raimundo Gomes, vaqueiro liberal perseguido por autoridades conservadoras, então no poder, aliaram-se o Balaio e o prêto

Cosme, movidos por interesses os mais dispares. O primeiro, tornara-se bandido para vingar a honra familiar ultrajada por um oficial de polícia e o segundo empunhava a bandeira da liberdade dos homens de cor. Apenas o ódio contra a autoridade e seus excessos, representada pelos conservadores, e a vingança contra o branco e senhor, irmanavam facções tão diversas na sua gênese e nas suas aspirações.

Caxias pressentiu o artificialismo da sinistra aliança, auscultou com cuidado as divergências latentes, avaliou as contradições internas dos insurgentes para explorá-las no momento oportuno. Sabia o esclarecido general que se pudesse manipular as prevenções existentes, com habilidade, jogando um bando contra outro bando, enfraqueceria o inimigo e vencê-lo-ia mais depressa.

O Visconde de Araguaia, testemunha dos acontecimentos na qualidade de Secretário de Caxias, relata-nos como o grande soldado atritou os insurretos e conseguiu indispor-los uns contra os outros: "Por um emissário soube o Presidente Luís Alves de Lima, que Francisco Ferreira Pedrosa, chefe de mil e seiscentos facciosos, açoitados na Bela Água, desejava apresentar-se, por já não poder sustentar-se e temer não ser perdoado. Mandou certificar-lhe que o aceitaria com a condição de fazer primeiro algum serviço em desconto de haver empunhado as armas contra o governo; que fôsse bater os negros e de-

pois se apresentasse. Assim êle obrou; os negros em debandada e fugitivos depois do ataque à Lagoa Amarela, correram para a Bela Água cuidando aí achar apoio e acharam morte e sujeição". O mesmo autor completa a informação, declarando em outro trecho do seu documentado trabalho sobre a Balaiada: "Foi sempre política do Presidente impedir a junção dos escravos com os rebeldes, indispondo-os contra os primeiros, o que, de certo, foi uma felicidade para a Província". Em carta datada de 16 de agosto de 1840, escrita à sua espôsa, em plena campanha, Caxias confirmaria: "Tenho tido notícias, pelos meus espias, que a intriga que havia feito espalhar entre os rebeldes, tinha feito o que eu desejava, isto é, que êles desconfiassem uns dos outros e se principiassem a bater mutuamente".

Um fato muito conhecido dá-nos a medida exata da incompatibilidade entre as facções rebeldes. Num choque entre os insurgentes o prêto Cosme conseguiu aprisionar Raimundo Gomes, o chefe dos "balaios". Após aproveitar-se dos conhecimentos do vaqueiro para a fabricação de pólvora, Cosme marcou a data do seu fuzilamento. Por uma questão de sorte, Raimundo Gomes conseguiu evadir-se exatamente no dia em que seria executado.

Valhamo-nos ainda uma vez da opinião ilustre de Magalhães, o Visconde de Araguaí, sobre a intriga entre os bandos: "E como em sua política providente e cau-

telosa procurava o presidente frustrar tôdas as tentativas, impedir futuras insurreições, e obstar a aliança dessa gente bruta com os escravos aquilombados, consentiu temporariamente, o uso das armas aos rebeldes rendidos, que com nossas partidas quisessem ir perseguir e capturar os negros do Cosme, que por êsse tempo andava proclamando por aqueles lados. Destarte, chamou em serviço nosso, boa parte daquela gente, e colheu, como sempre felizes resultados". Não teria sido Caxias, nessa ocasião um precursor das Forças Especiais? A resposta vamos encontrar em um ofício dirigido a Caxias por um dos comandantes de coluna, o Major Feliciano Antonio Falcão descrevendo um dos seus êxitos: "Devo significar a V. Ex^a que o capitão de guerrilhas Domiciano José Aires tem preenchido a minha expectativa nesta exploração, e a êle em grande parte se devem os resultados que menciono, pelo perfeito desempenho que deu às minhas ordens".

Utilizando-se da anistia concedida pelo Imperador quando de sua posse, explorou o momento psicologicamente para atrair os chefes e milhares de rebeldes.

Apreciando a ação de Caxias na Balaiada notamos o emprêgo da Arma Psicológica em inúmeras ocasiões. Utilizou a Ação Psicológica quando se conservou equidistante dos partidos e fê-los contribuir para a pacificação. Quando deixou parte de suas tropas guarnecendo as vilas e cidades e exigiu o máximo de respeito no trato com a população: punia, severamente os atentados

à propriedade e os excessos de toda ordem. Usou acertadamente a Guerra Psicológica, quando fez espalhar boatos visando inimizar os diversos bandos armados e, uma vez obtido o antagonismo, aticou-os uns contra os outros. Quando aproveitou a ocasião propícia da anistia para desfalar as fileiras adversas, re completando os próprios efetivos. Empregou, sem dúvida, algo muito parecido com as Forças Especiais e também a atualíssima técnica conhecida como "counter-gangs" ou seja a guerrilha contra a guerrilha.

NA REVOLUÇÃO DE SÃO PAULO

Caxias foi incumbido de fazer a pacificação da rebelião liberal de 1842 e as suas instruções eram bastante incisivas: "O fim é obter que a sedição que acaba de aparecer na Província de São Paulo seja sufocada no seu princípio, antes que tome maior força. Os meios deixam-se à inteligência, discrição e atividade de V. Ex^a, fazendo o uso que julgar mais conveniente da força de linha".

Em menos de 24 horas Caxias chega a Santos com um contingente de 400 homens, sendo a maioria de recrutas e sem experiência de combate. Os liberais cometem, então, um erro imperdoável, segundo Napoleão: menosprezar o inimigo. Antonio Carlos, líder liberal comentaria irônico, do alto de seu orgulho andradino. "Como! Para combater fôsse a quem fôsse, e espe-

cialmente para combater homens da pátria de Amador Bueno, para subjugar paulistas, mandam-se 400 cadáveres ambulantes!" Outro oposicionista, Tristão de Abreu Rangel declara, em carta, referindo-se ao desembarque legalista: "Quarenta almas do outro mundo, as quais estavam batendo o queixo no Rio Pequeno".

O grande erro dos liberais foi não dar a devida atenção ao nome do comandante da tropa legal. Assim, Caxias desencadeia a seguir uma série de golpes psicológicos que vão alterar por completo o otimismo exagerado dos rebeldes. Para neutralizar a arrogância dos insurretos, que poderia afetar o moral de seus soldados, Caxias recorre, a contra-propaganda direta, através de inteligente estratégia. Em Santos, determina que se preparem rações para 3.000 combatentes e, através do telégrafo, solicita igual providência das autoridades das cidades por onde iria passar. A notícia em pouco chegava ao conhecimento dos chefes rebeldes por intermédio de sua rede de informações. É fácil imaginarmos as controvérsias, as indecisões e como deve ter influído para fazer os liberais mudarem de atitude e se mostrarem bastante cautelosos.

Quando os revoltosos se põem em marcha, após a conquista de Itu, sofrem uma tremenda decepção: encontram a Capital ocupada por Caxias. Outra coluna que se dirige a Campinas tem a surpresa de encontrá-la em mãos dos legalistas. Ao se

aproximar de Pinheiros os liberais recebem uma nota de Caxias em que ele procura demovê-los da idéia de prosseguir com a revolta. Pelo seu conteúdo nitidamente psicológico merece ser transcrita na íntegra: "Amigo Sr. Major Galvão. Que pretende? Quer, com efeito, empunhar arma contra o govêrno legítimo de nosso Imperador? Não o creio porque o conheço de muito tempo, sempre trilhando a carreira do dever e da honra. Eu aqui estou, e não lhe menciono minhas fôrças para que não julgue que exagero. Responda-me e não se deixe fascinar por vinganças alheias. Acampamento de Pinheiros, 26 de maio de 1824. Seu amigo e camarada — Barão de Caxias". Note-se a sutileza, a técnica de propaganda, diríamos nós, com que foi escrito êsse simples recado. Caxias exime-se de pedir lealdade para Monte Alegre, Presidente legal recusado pelos liberais. Apela, em vez disso, para o respeito ao Imperador, jamais pôsto em dúvida pelos sediciosos. Depois, toca nos brios profissionais do Major Galvão, exaltando o seu passado legalista. A parte mais importante, todavia, é quando se refere ao seu efetivo: sugere que possui um grande contingente de tropas, mas, não o revela, deixa o adversário roído de dúvidas e, ainda por cima, reconhecido pela sua consideração. Se o Major Galvão possuísse um bom serviço de informações constataria que a situação real era bem diversa: Ante suas tropas, desencasadas, bem armadas e municadas, es-

tavam as de Caxias, inferiorizadas em número e esgotadas por marchas forçadas e noites sem dormir...

O fato resultante foi uma atitude tímida por parte dos rebeldes conservando-se na defensiva. Para alguns autores, que não perceberam o dilema psicológico causado pela carta de Caxias, a atitude de Galvão foi considerada incompreensível. Disse Marinho ser "inexplicável a maneira porque êste oficial, aliás bravo e honrado, comprometeu a causa que abraçara". Outro historiador observa no mesmo sentido: "Após a troca de epístolas, deixou o Major Galvão o acampamento do Jaguaré, retirando-se dessa vez para Bariri. Com efeito, a inação que manteve êsse militar, não poderá ser facilmente compreendida, tendo em vista a sua reconhecida capacidade bélica, assim como a participação sincera que tivera no movimento contra o ministério".

As medidas acertadas tomadas por Caxias, a rapidez com que as executou, a velocidade e surpresa postas na ação, deixaram os chefes da rebelião atônitos e desorientados. Os insurgentes estavam derrotados antes de ser disparado o primeiro tiro. Quando chegou a Sorocaba a notícia do desastre de Venda Grande, a debandada foi geral e completa. Antes de penetrar vitorioso na cidade de Sorocaba, onde esperava encontrar resistência maior, Caxias recebe a famosa carta de Feijó, o maior nome do movimento, que começava com a célebre indagação: "Quem diria

que em qualquer tempo o Sr. Luís Alves de Lima seria obrigado a combater o Padre Feijó? Tais são as coisas dêste mundo". Na carta, o ex-regente demonstra surpresa ao se ver combatido por Caxias, cita as razões do movimento rebelde e propõe uma "acomodação" para pôr fim à rebelião. Exalta, a seguir as grandes qualidades humanas do General e conclui por remeter-lhe, pelo portador da carta, alguns exemplares do periódico que dirigia em prol do movimento rebelde. A análise da missiva revela um hábil político tentando contemporizar, buscando uma saída honrosa para o seu fracasso. Com muito tato, revela surpresa, por estar num campo contrário ao do ex-colaborador da Regência. Procura sensibilizá-lo visando torná-lo acessível às propostas que fazia para o término da luta. Apela para os sentimentos de humanidade e de justiça de Caxias e procura influenciá-lo com a remessa de alguns exemplares do jornal em que pregava a sedição.

Caxias responde-lhe com outra carta igualmente célebre e que é um primoroso exemplo de contrapropaganda direta, refutando item por item ao seu eventual antagonista. Inicia afirmando: "Respondo a V. Excia. pelas mesmas palavras de sua carta, hoje recebida. Direi: Quando pensaria eu em algum tempo que teria de usar de força para chamar à ordem o Sr. D.ogo Antonio Feijó? Tais são as coisas do mundo! As ordens que recebi de S. M. Imperador são

em tudo semelhantes às que me deu o Ministro da Justiça em nome da Regência, nos dias 3 e 17 de abril de 1832, isto é, que levasse a ferro e fogo todos os grupos armados que encontrasse, e da mesma maneira que então as cumpri, as cumprirei agora". Observamos pela apreciação de toda a carta que Caxias demonstra a mesma surpresa ao se deparar com Feijó como rebelde. Mostra-lhe, com energia e altivez, que estava disposto a debelar o movimento, como o fizera na Regência e repele as condições propostas por Feijó. Mostra a sua superioridade, como a insinuar a impossibilidade de prosseguirem com a rebelião, e omite, mais uma vez, o valor dos seus efetivos, cuja avaliação deixou a cargo da imaginação dos revoltosos. Finalmente, emprega mais uma vez a contrapropaganda remetendo exemplares da proclamação do Presidente legal em resposta ao periódico de Feijó.

NA REVOLUÇÃO FARROUPILHA

A mesma rivalidade existente entre liberais e conservadores, agravada por injustiças regionais, fôra o estopim da Guerra dos Farrapos. Os chefes enviados para debelar a revolta mostraram-se incompetentes para a obra de pacificação e a rubra labareda da insubordinação percorria a campanha gaúcha, há sete anos, ao sópro devastador do minuano.

Incumbido pelo governo imperial de pôr um fim na luta fra-

trícida Caxias rumo para o território sulino. Demonstra, desde a sua chegada, uma superior compreensão do problema, bastante diferente do procedimento dos seus antecessores. Ao mesmo tempo em que inicia a reorganização do seu exército, ele procura obter a pacificação dos ânimos exaltados. Coíbe a politicagem e os gastos supérfluos, corrige injustiças, evita abusos e restabelece o comércio com o Rio de Janeiro. Age com a sua costumeira imparcialidade, imbuído da sua responsabilidade de delegado do Império e não representante de qualquer partido.

Caxias percebeu, de imediato, a gravidade da situação na heróica Província de S. Pedro, sentiu as causas profundas da contenda e compreendeu que uma solução "manu militari" seria incompleta. Mesmo obtida a vitória através das armas, a solução seria epidérmica, as raízes da crise permaneceriam e o seu ressurgimento poderia ocorrer, mais cedo ou mais tarde. Para conquistar a população para a causa imperial recomendou, mais uma vez, completo respeito à propriedade alheia, intensificação da instrução e punições rigorosas contra os que cometessem excessos contra os habitantes.

Logo no início da campanha lançou mão de um recurso psicológico — o boato — aproveitando-se da bem montada rede de informações dos revoltosos. Desejava incorporar às suas tropas uma cavallhada, que adquirira, e

não desejava ainda engajar-se em combate com os farrapos. Propalou que ia dividir o exército em duas colunas, para atuar ao longo das fronteiras dos rios Pardo e Grande. Quando Neto e Canabarro para elas se dirigiram, julgando encontrá-lo, recolheu a cavallhada e reuniu-se ao grosso em Cachoeira, sem avisar-se com o inimigo e sem disparar um único tiro.

Fato de grande influência para a conduta futura das operações foi a adesão de Bento Manuel Ribeiro aos imperiais. Com o tato e habilidade que lhe eram peculiares Caxias consegue atrair para as suas hostes o grande guerrilheiro. Fê-lo valendo-se de amigos comuns, exaltando-lhes os méritos, mostrando-lhe a necessidade que tinha o Império dos seus serviços. Bento Manuel era um homem rude e suas questões pessoais haviam feito com que mudasse constantemente de partido, ora lutando pelos imperiais, ora pelos republicanos. Ninguém desconhecia que era um líder nato, um verdadeiro caudilho, e o seu conhecimento da guerra na campanha era igualado por poucos, talvez Neto, talvez o próprio Canabarro. A vitória parecia acompanhá-lo e pertencia ao lado que o possuísse em suas fileiras.

Caxias recebeu-o com grande satisfação. Elevou-o a Brigadeiro do seu exército e nomeou-o comandante da principal coluna de combate. Sabia o Pacificador que estava aplicando o risco calculado, conforme se depreende de suas declarações ao Ministro

da Guerra: "Eu julgo, como V. Ex.^a, impolítico o dar comando a Bento Manuel, e muito menos antes de ele ter dado prova de sua contrição; porém creio também que ele me vai ser muito útil, suprimindo-me naquilo que me falta, que é conhecimento prático do terreno, e com suas relações na campanha espero obter mais alguma gente de cavalaria e cavalos". Apesar dessas declarações, Caxias deu provas públicas de confiança em Bento Manuel: nomeou-o comandante da Divisão que operou na margem direita do rio Santa Maria. Sob suas ordens serviram um tio e um irmão de Caxias, além de oficiais de seu estado-maior e parte de suas ordenanças. Para o líder sorocabano tudo talvez representasse uma alta distinção, mas, para o experimentado general, talvez essas medidas fôsem uma maneira de precaver-se das repetidas indecisões e infidelidades de seu subordinado...

Outro ponto importante no comando da contra-insurreição nos pampas foi o das relações entre a sua tropa e a população civil. Como medida preliminar determinou maior rigidez na disciplina. Via de regra, havia na tropa uma predisposição ao ócio, à anarquia, ao saque. A falta de energia e a incúria de comandos anteriores instituíram práticas condenáveis, como o furto dos bens dos civis e a degola de prisioneiros. Como resultado desse comportamento semelhante ao dos rebeldes a população era francamente hostil às tropas im-

periais. O anônimo autor das "Reflexões" não-lo confirma em vários trechos do seu precioso livro: "Os rebeldes dominavam toda a campanha". "O nosso exército, além de não ter tanta cavalaria, tinha poucas simpatias no campo". "A causa do Governo tinha na campanha poucos afeiçãoados". Caxias enfrentou tal estado de coisas com desasombro e não mediu esforços para acabar com a barbárie reinante. Exemplos abundantes das medidas adotadas acham-se em suas ordens do dia, proclamações e recomendações. Citemos algumas delas retiradas das "Reflexões". "A mais pequena falta era punida pronta e severamente. Os comandantes de forças de ocupação tinham uma restrita recomendação do general para não deixarem insultar por seus soldados nenhum habitante, sob pena de sua pessoal responsabilidade". Desde o primeiro momento procurou ganhar a confiança da pobre gente sulina através da conciliação e correção de propósitos. Para remediar a situação de fome e penúria, causadas pelo conflito, "o general determinou por uma bem entendida filantropia, que se matasse um certo número de reses e fôsse distribuída a carne pelas famílias indigentes, independente de pertencerem a este ou àquele partido". Em outra oportunidade, "o Conde de Caxias determinou que todos os uniformes que se tivesse de fazer para o exército nas povoações do campo, fôsem distribuídos pelas famílias necessitadas, e que o seu trabalho seria razoavelmente arbitrado e

pago à boca do cofre". Outra medida de caráter psicológico adotado foi a concessão de anistia aos rebeldes. Além de contribuir para conquistar a simpatia da população civil desfalcava os republicanos de numerosos combatentes. Em dois anos de luta Caxias concedeu mais de mil anistias, solicitadas pelos rebeldes diretamente ou através de seus familiares. "O general em chefe não dificultava as anistias; antes, pelo contrário, facilitava-as; e muitas vezes chegou a fazer concessões, muito além dos desejos ou pretensões dos solicitadores". O altruísmo com que eram aplicadas essas medidas de ordem psicológica, um governo eficiente e firme e o êxito das operações contra-guerrilha mudavam o destino da Revolução Farroupilha. A revolução definhava pouco a pouco, antes pela conquista da população para o lado legal e pela ocupação dos pontos-chaves, do que pela escassez de recursos. Bento Manuel ratifica as esperanças nele depositadas por Caxias e premia-lhe com o importante triunfo de Ponche Verde. Chico Pedro ataca de surpresa o acampamento de Canabarro, em Porongos, e colhe estrondosa vitória.

Aproxima-se a decisão militar do conflito a favor dos imperiais. Caxias, contudo, persiste em obter um triunfo sem ódios e deseja coroá-lo com o retorno do Rio Grande do Sul ao convívio da família brasileira. Compreendendo o interesse oculto dos orientais na dilatação da con-

tenda, adverte os nossos patriotas rebeldes, com proféticas palavras: "Lembraí-vos que a poucos passos de vós está o inimigo de todos nós, o inimigo de raça e de tradição. Não pode tardar que nos meçamos com os soldados de Rosas e de Oribe; guardemos para então nossas espadas e nosso sangue. Vêde que esse estrangeiro exulta com essa triste guerra com que nós mesmos estamos nos enfraquecendo e destruindo. Abracemo-nos e unamo-nos para marcharmos, não peito a peito, mas ombro a ombro, em defesa da Pátria, que é nossa mãe comum". As palavras de Caxias ecoaram pelas coxilhas, despertaram o patriotismo adormecido, trouxeram à tona a desconfiança contra os platinos. Canabarro responderia sem demora: "Um poder estranho ameaça a integridade do Império e tão estólida ousadia jamais deixaria de ecoar em nossos corações brasileiros". Coroando os esforços do nobre soldado que foi Caxias a pacificação se efetivou segundo a sua vontade. Os nossos irmãos riograndenses foram integrados na comunidade nacional, sem mágoas e sem ressentimentos, graças à competência do Pacificador. O episódio ocorrido em Bagé, quando mandou o pároco substituir um Te-Deum em ação de graças pelo triunfo por uma missa de finados, revela a profundidade de seu caráter sadio e talvez seja a melhor explicação do seu sucesso onde muitos haviam anteriormente fracassado.

NA GUERRA EXTERNA

Caxias utilizou também a Arma Psicológica nas lutas externas de que participou. Citaremos apenas alguns exemplos do emprêgo da Ação Psicológica, para fortalecer o espírito de corpo de suas tropas e torná-las imunes à propaganda inimiga, e, também, de Guerra Psicológica, visando abater a vontade de lutar do adversário. Na Guerra do Paraguai, por exemplo, esteve sempre atento ao problema: "Finalmente, o moral da tropa mereceu carinho especial do Comandante-Chefe, visando elevá-lo e melhorar o estado disciplinar, que era desolador. Instalaram-se, nesse sentido, teatros, casas de diversões, levantou-se uma igreja e até organizada foi uma Chefia de Polícia ao comando de um Tenente-Coronel". É sabido também que o emprêgo dos balões cativos na observação aérea causou alvoroço e pânico entre os guaranis. A tal ponto que, nas ascensões seguintes, o General Bruguez colocou obuses em posição para derrubar "a coisa descomunal que lhe assombrava os soldados". Em Itororó, Caxias foi o próprio símbolo da bravura. A sua frase histórica, "sigam-me os que forem brasileiros", foi a centelha mágica que transformou uma derrota iminente em estupendo triunfo.

As proclamações e ordens do dia de Caxias são modelo de Ação Psicológica. Por intermédio delas fortalecia a coesão do seu exército, com palavras candentes de exortação e de estímulo. O espí-

rito de ordem que delas emanava, as medidas administrativas precisas, o rigor na disciplina, a confiança fundamentada na vitória, tudo refletia a segurança de um Comandante respeitável, tanto mais quanto parecia conservar para si o privilégio da invencibilidade. A proclamação que lança em Vileta aos seus soldados é um perfeito exemplo de suas exortações e onde o seu estilo mais se aproxima de Bonaparte: "Comaradas! O inimigo vencido por vós na ponte de Itororó e no arroio do Avaí, nos espera em Lomas Valentinas com os restos do seu exército. Marchemos sobre ele e, com esta batalha mais, teremos concluído as nossas fadigas e provações. O Deus dos exércitos está conosco. Eia! Marchemos ao combate, que a vitória é certa; porque, o general e amigo que vos guia, ainda até hoje não foi vencido".

CONCLUSÃO

Focalizamos no presente estudo o emprêgo da Arma Psicológica pelo lúcido guerreiro que foi Caxias. Mostramos, através de numerosos exemplos, que ele conhecia perfeitamente as leis que regem o comportamento humano e que utilizou a Propaganda e a Contra-Propaganda de forma magistral. Agiu talvez movido pelo seu extraordinário bom senso ou genial intuição, mas, ficou comprovado que sabia manipular os sentimentos e emoções tão bem como manejava a sua invencível espada. Caxias utilizou a Arma Psicológica em

apoio das suas operações militares como o faria um moderno Oficial de Guerra Psicológica. Inserimos no texto, intencionalmente, inúmeras citações de renomados historiadores, para fundamentar a nossa tese. Agora, acreditamos poder concluir dando razão àqueles autores que vislumbraram uma preocupação psicológica no modo de Caxias atuar. Ele, de fato, conhecia as principais técnicas e "leis" da Propaganda e sabia manipular os ambientes físico e simbólico, através de atos e palavras, para obter comportamentos preestabelecidos.

Através de nossa exposição verificamos que Caxias conseguiu levar a dissensão às hostes inimigas através do emprêgo da Guerra Psicológica. Na Balaiada, o preto Cosme voltou-se contra Raimundo Gomes e, na Revolução Farroupilha, Bento Manuel enfrenta os republicanos. Os métodos de persuasão variaram grandemente mas os resultados obtidos foram os mesmos. Observamos também o emprêgo do boato em inúmeras oportunidades, utilizando a própria rede de informações do inimigo, para levá-lo, indiretamente, a uma ação desejada. A política de conciliação empregada por Caxias abriu-lhe o caminho para o "contrôle da população e dos recursos". As anistias e os indultos, reforçadas por medidas disciplinares enérgicas, completaram a pacificação dos espíritos

e "esvaziaram" as insurreições de suas motivações. As deserções dos chefes e seguidores vieram logo em seguida por confiarem na autoridade que lhes oferecia perdão. O uso sistemático de incursões fulminantes contribuiu para o desequilíbrio espiritual dos seus adversários e deixou-os sem ânimo de prosseguir.

Finalizando, afirmamos, sem medo de errar, que o uso da Arma Psicológica por Caxias muito contribuiu para as suas vitórias, sobretudo na Contra-Insurreição. Enquanto os seus contemporâneos limitaram-se a empregar as suas forças de acordo com as rígidas táticas de combate da época, ele foi mais além. Antecipando-se aos seus coevos, Caxias percebeu as outras dimensões de uma rebelião e avaliou muito bem as suas implicações políticas, econômicas e psicossociais. Talvez resida nessa compreensão exata do problema a explicação do seu constante sucesso, onde muitos outros haviam fracassado. A confirmação da nossa afirmativa pode ser observada nos conflitos atuais onde vemos adotados como verdadeiros princípios muitas das medidas utilizadas por Caxias. Os nomes são outros mas as ações são as mesmas. Ao findar, conclamamos um estudo aprofundado da ação de Caxias, na certeza de que nela encontraremos as bases necessárias para o estabelecimento efetivo de uma Doutrina Militar Brasileira.

BIBLIOGRAFIA

- CAXIAS — Afonso de Carvalho.
- AS DUAS PAIXÕES DE CAXIAS — Brígido Tinoco.
- VIDA DO GRANDE CIDADÃO BRASILEIRO LUIS ALVES DE LIMA E SILVA — Pinto de Campos.
- OS GUERREIROS — Hernani Donato.
- A BALAIADA — Astolfo Serra.
- A EPOPEIA FARROUPILHA — Walter Spalding.
- CAXIAS EM SÃO PAULO — Vilhena de Moraes.
- REFLEXÕES SOBRE O GENERALATO DO DUQUE DE CAXIAS — Anônimo.
- GUERRA PSICOLÓGICA — Paul M. A. Linebarger.
- ARMA PSICOLÓGICA — NE 16-66 da ECEME.
- FM 33 — 5 — Psychological Operations.
- PSYCHOLOGICAL OPERATIONS EXTENSION COURSE — da U S Army Special Warfare School — Fort Bragg.
- REVISTA MILITAR BRASILEIRA — Edição Comemorativa do 133.º Aniversário do Nascimento de Caxias — 25 de agosto de 1936.
- DEFESA NACIONAL — Principalmente, os seguintes artigos: "O Significado de Caxias" de Rubens Mário Jobim, "Caxias e a Guerra Insurreccional Farrapa" de Hernani D'Aguiar, "Caxias e Uma Grande Operação Antiguerrilha" de Francisco Ruas Santos e "Caxias em Itororó" de Jonas Correia Neto.
- CAXIAS E NOSSA DOUTRINA MILITAR — Amerino Raposo Filho.

PUBLICAÇÕES RECEBIDAS NO MÊS DE ABRIL

- "Revista Marítima Brasileira" — 2.º Trimestre 1968
- "Revista de Publicaciones Navales" — Argentina — n.º 568
- "Revue de Défense Nationale" — França — abril 1968
- "Revista Militare" — Itália — fevereiro 1969
- "A Galera" — BRASIL — dezembro 1968
- "Defesa Nacional" — Portugal — novembro 1968
- "El Caballo" — Argentina — março 1969
- "A França em Revista" — março 1969
- "Boina Negra" — Espanha — janeiro e fevereiro 1969
- "TAM" — França — fevereiro 1969
- "Ejército" — Espanha — fevereiro 1969
- "Resúmenes Analíticos" — Argentina — novembro e dezembro 1968
- "Revista de Las Fuerzas Armadas" — S. Domingo — dezembro 1968
- "Administración Militar y Logística" — Argentina — janeiro e fevereiro 1969

LIGHT APLICA ÊSTE ANO NCr\$ 96 MILHÕES NO PROGRESSO DA GUANABARA

As indústrias instaladas na Guanabara e nos 18 Municípios Fluminenses abastecidos pela Light — Serviços de Eletricidade S.A. consumiram, no ano passado, 1.270 milhões de kWh — mais 12,8% que em 1967. Esta quantidade de energia foi utilizada através de 14.000 ligações e indica que os estabelecimentos industriais existentes na região se recuperaram amplamente da estagnação de consumo observada a partir de 1964.

A mesma taxa de crescimento anual se verificou também no consumo da energia distribuída às 849 mil residências ligadas às redes da Light, na chamada Região Rio, às quais foram fornecidos, durante o ano, 1.307 milhões de kWh. Incluindo a energia fornecida ao comércio, às dependências dos Podêres Públicos, à iluminação pública e à tração elétrica, a Light distribuiu, em 1968, na Região Rio, 4.624 milhões de kWh, cabendo a cada um dos 6 milhões de habitantes dessa área cerca de 770 kWh anuais, ou seja, um dos mais altos índices de consumo *per capita* de toda a América Latina.

Para atender à crescente demanda de mais de um milhão de consumidores na Guanabara e no Estado do Rio de Janeiro (1.014.993, exatamente, em 31 de dezembro), a Light executou, no ano passado, uma série de obras de vulto em seu sistema de transmissão, transformação e distribuição de energia. Entre os serviços mais importantes que a empresa realizou, em cumprimento de seu plano de expansão, podem ser citados a construção de cinco circuitos aéreos e três circuitos subterrâneos de transmissão, inauguração de 16 novas estações transformadoras e instalação de 179 km de condutores subterrâneos e de 7.240 km de condutores aéreos de distribuição. Graças à essas obras, 80.028 novos consumidores foram ligados às redes, passando a utilizar imediatamente, assim como os antigos usuários, cerca de 380 kWh em média por mês.

ACRÉSCIMO

Em fins de 1968, o plano de expansão da Light, iniciado em 1966 e destinado a duplicar, em cinco anos, a capacidade do sistema de distribuição de energia na área concedida à empresa, já havia absorvido NCr\$ 198,5 milhões em equipamentos, instalações e serviços. Em consequência dessas aplicações, foram acrescentados ao sistema 260 km de linhas de transmissão, 460.000 kVA na capacidade transformadora das estações e 412.000 kVA na capacidade das redes aéreas e subterrâneas de distribuição, além de terem sido instalados 250.000 medidores de consumo nos pontos de entrega da energia.

Para 1969, o orçamento de obras e serviços da Light especifica somente na Região Rio, aplicações no valor de NCr\$ 96,1 milhões — isto é, NCr\$ 8 milhões em média, por mês. O programa de expansão das redes prevê a realização, este ano, dos seguintes serviços principais:

- 1) No setor da transformação, o acréscimo de 280.000 kVA na capacidade das estações a 132 kV e de 26.000 kVA, na capacidade de 6 estações a 25 kV, na Guanabara e no Estado, do Rio;
- 2) No setor da transmissão a 132 kV, o acréscimo de 133,4 km de linhas aéreas e de 9,7 km de cabos subterrâneos, entre os quais se destaca o cabo que ligará as estações do Flamengo e Humaitá, com quase 4 km de extensão;
- 3) No setor da distribuição, a Light pretende instalar mais 90.800 kVA de transformadores na rede aérea e 40.000 kVA na rede subterrânea. As redes aéreas receberão o acréscimo de 1.086 km de condutores em alta tensão e 3.280 km em baixa tensão; nas redes subterrâneas, que alimentam o Centro, a Zona Sul e alguns trechos da Zona Norte do Rio de Janeiro, serão instalados mais 58,5 km de cabos em alta tensão e 300 km em baixa tensão. A empresa espera colocar ainda em serviço, durante o ano, 17.700 postes e 83.000 medidores de consumo, monofásicos e polifásicos.

MAIS CINCO ESTAÇÕES

Além de melhorar as condições de voltagem em toda a área servida, os projetos de construção das novas linhas de transmissão, programados para 1969, visam a dois objetivos principais: trazer para o sistema da Light a energia produzida pela usina de Funil, ora em fase de conclusão, e ligar ao sistema as cinco estações que serão inauguradas este ano (Copacabana, Rio Comprido, Pedro Ernesto, Vila Rosali e Tanque Nova). O funcionamento dessas estações deverá reduzir consideravelmente os problemas de sobrecarga ainda observados em certos trechos da região.

As obras destinadas à instalação do sistema subterrâneo de distribuição à área do Leblon deverão começar também este ano, estando previsto um investimento de NCr\$ 1,5 milhão somente para o início dos trabalhos. Outro serviço de vulto no setor da distribuição de energia será a construção da rede subterrânea secundária na área do Flamengo, a qual deverá custar à empresa mais de NCr\$ 5 milhões.

As obras de expansão dos serviços da Light, contudo, não pararão aí. Ela tem planos detalhados de trabalho pelo menos até 1973, a fim de que não falte à indústria energia indispensável ao seu rápido desenvolvimento.

ASSEMBLÉIA-GERAL ORDINÁRIA

A DEFESA NACIONAL realizou, no dia 2 de maio de 1969, sua Assembléia-Geral Ordinária, relativa ao ano de 1968, na qual foram aprovadas: O Balanço Geral de 1968 que acusou um deficit de NCr\$ 5.827,71; emendas aos Estatutos em decorrência da modificação do art. 31 aprovada em Assembléia-Geral Extraordinária, realizada em 13 de dezembro de 1968; agradecimentos ao Exmo. Sr. Ministro do Exército, Gen Ex AURELIO DE LYRA TAVARES e Exmo. Sr. Gen Div Secretário-Geral do Exército, ANTONIO JORGE CORRÊA pela irrestrito apoio que têm dado à Revista; votos de pesar pelo passamento do Gen BERTHOLDO KLINGER e Marechais NICANOR GUIMARÃES DE SOUZA e MARIO DE ARY PIRES. Foi eleito o seguinte Conselho Fiscal para o ano de 1969:

- Cel Eng DELIO BARBOSA LEITE
- Cel Art SÉRGIO DE ARY PIRES
- Cel Inf OSWALDO IGNÁCIO DOMINGUES

Suplentes:

- Cel Art ALACYR FREDERICO WERNER
- Cel Inf HÉLIO FREIRE
- Cel Art JOSÉ DE SÁ MARTINS

ELEMENTO BRANCO: SUA INFLUÊNCIA NA ETNIA BRASILEIRA

Prof VICTOR ZAPPI CAPUCCI,
da Univ. do Est. da Guanabara

Coube ao homem branco exercer uma influência preponderante na composição do povo brasileiro, destacando-se fundamentalmente nessa formação o elemento português. Antropológicamente falando, os primeiros portugueses que vieram para o Brasil pertenciam em sua maioria ao tipo mediterrâneo, moreno, de média estatura, dolicocefalo, embora os lusitanos históricos, aqueles que aqui chegaram no século XVI e subseqüentes, pertencessem a um variado grupo étnico, apresentando uma diversidade de tipos humanos com características culturais diferentes.

As relações de raça entre europeus e mulheres indígenas devem ter começado logo após ao ato da Descoberta: dois grumetes que haviam desertado de bordo, às vésperas da partida de Cabral, e mais dois degredados, que foram deixados intencionalmente pelos portugueses, terão sido, certamente, os iniciadores desse cruzamento inter-racial.

Aliás, foi muito variada a proleitura branca de nossos primeiros mestiços.

Além de elementos lusitanos, era comum integrarem a equipagem das naus ibéricas, nove-

ses, napolitanos, biscainhos e alemães. E logo após a divulgação da notícia da terra descoberta começaram a aparecer os primeiros brancos de diversas nacionalidades em pontos esparsos da costa brasileira. Missionários, contrabandistas, homens de fortuna, degredados, naufragos e desertores, deram então, início à exploração desse imenso território. Alguns ligaram-se por laços de sangue aos indígenas e adquiriram grande prestígio, desempenhando o histórico papel de primeiros povoadores da nova terra; outros, menos felizes, desapareceram ingloriamente, sacrificados, na maioria das vezes pelos naturais, em festins antropofágicos. Entre os aventureiros que desempenharam o papel de primeiros povoadores, responsáveis, portanto, pelo aparecimento dos primeiros mestiços, que mais tarde exerceriam um papel de relevo na penetração e conquista do interior, citam-se Diogo Álvares Correia, o "Caramuru" e João Ramalho. Esses dois patriarcas tiveram grande importância no despontar da nossa História Pátria, não somente por terem ajudado seus patrícios e se estabelecerem na terra recém-desco-

UM PATRIARCA



João Ramalho, um dos primeiros povoadores da Terra de Santa Cruz, com seu filho mameluco, neto do cacique Tebyriçá. Ao fundo do quadro os muros de um baluarte de Santo André da Borda do Campo (1550)

berta, mas pela descendência numerosa que deixaram, facilitando dêste modo a tarefa da colonização lusitana. Entretanto, é bom não esquecer que desde os primeiros anos da vida colonial outras culturas vieram juntar-se à herança fundamental portuguesa, contribuindo, em menores e desiguais proporções, para a formação do povo brasileiro: no extremo sul, náufragos e desertores de Castela; em pontos diversos da costa leste e nordeste, os franceses e, em tôda a parte, ciganos e judeus. Estes últimos espalharam-se pelo território da Colônia, comerciando, a princípio, como mascates, e mais tarde fazendo sentir sua influência na lavoura açucareira.

A contribuição espanhola também foi bem expressiva em São Paulo e no Sul.

Quanto aos franceses, trinta anos após a Descoberta de tal forma andavam êles ativos nas costas brasileiras, que difícil seria afirmar-se a quem ficaria a Colônia pertencendo: se aos portugueses ou aos franceses.

EMBRIÃO SOCIAL

Só o estabelecimento de núcleos de povoamento português poderia afastar o perigo que pairava sobre o domínio lusitano. Recaiu em Martim Afonso de Souza o cumprimento de tal tarefa, sendo-lhe confiado o comando de uma Armada que partiu de Lisboa em 1530. Trazendo em seu bôjo guerreiros, religiosos, oficiais mecânicos (artífices), agricultores e letrados, a expedi-

ção transportava o “embrião social do Brasil”.

Em S. Vicente, Martim Afonso de Souza deu início ao povoamento da terra, introduzindo ali as culturas da vinha, trigo e cana-de-açúcar. Regressando em 1533 a Portugal o Capitão-Mor deixou no Brasil as bases de uma civilização: a casa do Conselho, o pelourinho, símbolo da Justiça de El-Rei, a igreja, o estaleiro, o trapiche etc.

CAPITANIAS E GOVERNO GERAL

A persistência dos franceses, que teimavam em não deixar os domínios lusitanos da América, obrigou a Coroa Portuguesa a instituir no Brasil o regime das Capitanias. A experiência veio provar que nas regiões onde os donatários não se estabeleceram (Rio de Janeiro, Sergipe, Paraíba, Rio Grande do Norte, Ceará e Maranhão) os franceses se instalaram e enfrentaram os portugueses; mas, nos demais pontos do litoral, onde se fundaram as primeiras vilas, as invasões estrangeiras foram repelidas.

A fraqueza de algumas Capitanias face aos indígenas ou aos invasores estrangeiros fez com que a Coroa Portuguesa instituisse um Governo Geral, sendo nomeado Tomé de Souza para êsse importante cargo.

Acompanhou o 1.º Governador Geral a primeira tropa regular vinda de Portugal para o Brasil. Seu número é estimado em cerca de 600 soldados. Além desses homens de armas vieram colonos, artífices, sacerdotes e degreda-

dos. Incentivou-se a emigração. Como a finalidade de facilitar o casamento de portugueses com mulheres brancas, escassas na Colônia, o governo de Lisboa, mandou para a Bahia várias remessas de órfãs, de boa família.

Em 1551, chegou a Salvador a primeira leva, constituída por sete jovens donzelas, oriundas do Mosteiro das Órfãs, de Lisboa.

A fim de aumentar o número de povoadores a acudir às necessidades da colonização, o governo português recorreu aos habitantes dos Açores, pedindo-lhes que emigrassem para o Brasil. Antes de findar o século XVI o Brasil já era um grande escoadouro dos excedentes da população portuguesa. A fusão das coroas ibéricas resultou igualmente numa intensa emigração para o Brasil. As ilhas atlânticas, muito povoadas, forneceram grandes contingentes de colonos para diversas regiões brasileiras: Maranhão e Pará (século XVII), Santa Catarina e Rio Grande do Sul (século XVIII).

OS MIÚDOS

Não apenas fidalgos, militares e degredados, vieram povoar o Brasil, mas, principalmente, homens do povo, chamados de "Os Miúdos" em Portugal, constituíram o grosso dos elementos lusitanos que mais fortemente influenciaram a transculturação no Brasil de origem portuguesa.

O elemento português transplantou para a nova terra a paisagem urbana e rural do Reino. Não somente a habitação, mas o próprio sistema de vida, deram a

várias regiões do nosso país uma paisagem evocadora a todo instante da Metrópole. Diversos tipos de casas introduzidas pelos lusitanos no Brasil ainda hoje são encontrados em várias localidades de Portugal, reproduzindo fielmente o estilo das construções, bem como o aspecto acanhado e tortuoso das ruas portuguesas. Mas a casa-grande de engenho que o colono luso edificou no Brasil não reproduziu nenhum tipo de habitação portuguesa. Ela foi o resultado das exigências de um novo ambiente físico. Nos séculos XVI e XVII as casas-grandes tiveram aspecto de praças fortes, destinadas a resistir aos ataques dos índios ou do invasor europeu. Nos séculos XVIII e XIX as casas-grandes se desmilitarizam, oferecendo aos viajantes uma fácil hospitalidade.

CATOLICISMO

A Igreja Católica, por seu turno, teve forte influência na formação da sociedade brasileira. Os elementos religiosos, tanto do Hábito de S. Pedro, como das Ordens Regulares, agiram como fatores equilibrantes nas perturbações ocasionadas pelos colonos europeus ao violarem os direitos básicos dos povos do Novo Mundo. Os Sacerdotes, em geral, desempenharam papel importantíssimo na formação e expansão do território pátrio, na defesa do país contra invasores estrangeiros, nas lutas pela Independência e nos fundamentos morais da família brasileira, combatendo os desmandos do elemento branco, completamente solto numa terra

imensa habitada por povos de civilização rudimentar.

A presença da civilização portuguesa no Brasil não se fez sentir apenas no lado espiritual, mas também materialmente. E a arquitetura é a que melhor concretiza aos nossos olhos essa herança fundamental legada aos brasileiros. No tocante a essa arte, grande foi o desenvolvimento da arquitetura dada pelos jesuítas. Foram eles que, trabalhando inicialmente como simples operários, construíram e orientaram a edificação dos grandes colégios, igrejas, habitações rurais e urbanas, pontes, canais e outras obras de engenharia de vulto.

A sobriedade forçada foi a nota dominante em todos os setores da vida colonial dos primeiros tempos. Mas à medida que a civilização se enraizou na nova terra, nota-se, entretanto, uma certa inclinação pelo conforto e até mesmo pelo luxo. O mobiliário se enriquece: as redes e os catres dos primeiros anos vão, aos pouco, sendo substituídos por mobiliário mais artisticamente trabalhado.

MUNICIPALISMO

Do povo português herdamos ainda a base da nossa organização política, o município, cabendo ao Paço um papel de destaque no governo das primeiras povoações brasileiras, cujo mecanismo administrativo, bastante simplificado, facilitou a intervenção da Câmara na marcha de todos os negócios das vilas.

TIRANETES

Administravam essas incipientes povoações os funcionários do Rei, que, introduzindo na Colônia a complicada burocracia da Metrópole, se aproveitavam dos demorados e custosos recursos administrativos ou judiciários para transformarem-se em autênticos tiranetes. As "Ordenações do Reino", vigorantes em Portugal, foram o fundamento de nossas instituições jurídicas. Para fiscalizar o cumprimento de tais "Ordenações" os reis de Portugal mandavam os Ouvidores Gerais percorrerem seus domínios.

PAPEL DO AÇÚCAR

Um papel muito importante coube, outrossim à indústria açucareira, pois, além de fixar o colono à terra, serviu de chamariz para pessoas e famílias de boa categoria do Reino, que se passaram para o Brasil atraídos pelas vantagens financeiras daquela cultura. A fazenda açucareira, de enormes proporções, tornando-se auto-suficiente, isolou seus habitantes. Essa cidade em miniatura era dominada pela autoridade absoluta do Senhor do Engenho, cuja palavra era lei para a espôsa, filhos, escravos e agregados em geral.

Este panorama social teve seu apogeu no período da maior preponderância do açúcar (séc. XVI e XVII) e só mui lentamente foi sendo modificado com a gradual desintegração da família patriarcal nos séculos XVIII e XIX, devido ao nascimento da vida ur-

bana e ao aparecimento de uma nova classe poderosa, a burguesia rica, que, pouco a pouco, foi fazendo sua ascensão na escala social.

GAULESES

Apesar das inúmeras tentativas de fixação feita pelo elemento gaulês em terras do Brasil, desde os tempos da Descoberta, não deixaram os franceses senão vestígios insignificantes do ponto de vista da antropologia física. Só com a chegada da Corte Portuguesa começaram os franceses a entrar no Brasil como cientistas, técnicos, artistas, visitantes, enfim. A partir daquela data foi preponderante a influência francesa social e intelectual na formação brasileira.

HOLANDESES

A anexação de Portugal à Espanha trouxe-nos, em contrapartida, a inimizade da Holanda que lutava nos mares contra o monopólio comercial ibérico.

A invasão holandesa, de curta duração, deixou, todavia, pequenos vestígios entre a população da área dominada; mas, na realidade pode-se afirmar que, ao se retirarem em massa, seus remanescentes foram absorvidos pela miscigenação e intercasamento. Povo de civilização avançada deixou-nos diversos legados: por exemplo, a introdução de vários tipos de embarcação, algumas delas de tonelagem fora do comum para a época. A influência holandesa também fez aparecer em Recife os primeiros sobrados, o fe-

lhado de duas águas e o sótão, dando-se ainda o emprêgo do tijolo em maior escala.

O TÊRÇO

As tradições militares vigentes em Portugal no século XVI foram, obviamente, introduzidas no Brasil pelos colonizadores, mas não há dados positivos sobre a organização dessas primeiras tropas, que desembarcaram com Tomé de Souza e bem assim o número de soldados que, às ordens de Mem de Sá e de Estácio de Sá combateram os franceses do Rio de Janeiro. No século seguinte, o XVII, foi um período de grandes lutas pela preservação da integridade da Colônia. Aparecem os terços de brancos, pretos e índios. Comandados por um mestre-de-campo e assessorados por um sargento-mor, compunha-se o terço de 10 companhias de 100 homens cada, chefiadas por um capitão. Esses corpos de auxiliares foram a grande escola de aprendizagem militar do Brasil. Seus batalhões, armados e fardados à custa de particulares ricos e poderosos, recebiam instrução militar e em tempo de guerra, tais forças auxiliares tinham a incumbência de defender das invasões inimigas suas próprias famílias e propriedades. Após a Independência essas forças passaram a constituir a Guarda Nacional. Tais milícias recebiam os elementos oscilantes da sociedade colonial. Os terços constituídos por gente branca não acolhiam, a princípio, negros e mulatos. Contudo, tal interdição encontrava certa dose de tolerância e com o decorrer dos

tempos desapareceu dos terços o preconceito de cor.

Já as insurreições do século XVIII mostram uma preponderância acentuada de mestiços nas milícias, inclusive entre a oficialidade. O papel que coube a essas formações militares foi muito importante. A elas se deve, em boa parte, a expulsão das forças invasoras e a conquista definitiva de terras no Sul do país.

MESTIÇAGEM

A sociedade brasileira formou-se desde o instante da Descoberta sob os auspícios de uma intensa mestiçagem contra a qual não houve preconceitos apreciáveis. Nesse processo colonizador o português teve ocasião de mostrar a plasticidade dos seus traços de cultura, que facilitaram os contatos bio-sociais com outros povos de civilização inferior. Por essas qualidades o colonizador lusitano mereceu ser apontado como o colonizador ideal para os trópicos. Essa característica inata contribuiu, de modo ponderável, para atenuar as relações de raça e de cultura com os grupos indígenas e negros, processados de modo muito menos destrutivo do que nas demais áreas do domínio não português. No Brasil Colonial e Imperial a miscigenação do branco com o negro operou-se em larga escala na área rural e o cruzamento do branco com o índio se processou de preferência na área pastoril. O mulato surgiu nos engenhos de açúcar e o mameluco se originou nas fazendas de gado. Entretanto, a existência de outros exemplares hu-

manos, resultantes de ligações as mais variadas, mostram que os entrecruzamentos inter-raciais iniciados no período colonial ainda não terminaram. Exemplo: o **cafuso**, mistura de negro com índio, e o **cabra**, fusão de negro e o **mulato** e os **pardos**, mais numerosos, oriundos de cruzamentos secundários. A maior percentagem de mestiços (pardos) verifica-se na região norte; ao passo que no sul predominam os elementos brancos; mas é inegável que os elementos de cor branca procedentes de troncos europeus asiáticos predominam entre nós. Tal predomínio tende a aumentar pela cessação de entrada do elemento negro, desde meados do século passado, pela constante diminuição dos mestiços que se cruzaram com indivíduos de cor branca e, finalmente, com a chegada de novos contingentes brancos através da imigração.

ABERTURA DOS PORTOS

Até a abertura dos portos a entrada de estrangeiros no Brasil teve mais um caráter invasor do que propriamente colonizador ou imigratório. Com a abertura dos portos brasileiros ao comércio direto e da assinatura do decreto permitindo a concessão de sesmarias a estrangeiros, ambos promulgados por D. João, criaram condições favoráveis à imigração espontânea, marcando o início de uma nova fase na colonização do país.

Os primeiros europeus, não portugueses, que ingressaram no país na qualidade de imigrantes dirigidos e amparados pelo go-

vêrno, foram 100 famílias suíças, que se localizaram em Nova Friburgo.

GERMÂNICOS

Por volta de 1820-30 iniciou-se a imigração alemã, que durou até 1850, quando foi proibida pela Prússia. Nessa ocasião tomou novo impulso a imigração portuguesa, que diminuía desde 1822 devido aos acontecimentos políticos ligados às lutas pela nossa Independência. Dessa data em diante a imigração lusitana foi sempre uma corrente contínua.

Ao se tornar o Brasil independente o governo imperial resolveu incrementar a colonização no extremo sul, mas o desbravamento de uma área densamente florestada e habitada por índios hostis exigiu um tipo especial de colono, que fôsse ao mesmo tempo um misto de agricultor e de soldado. Os militares desligados dos exércitos napoleônicos e as massas oprimidas de camponeses da Europa Central, que estavam naquela época dispostas a partir para qualquer parte do mundo, forneceram esse tipo de colono necessitado pelo nosso país.

Os primeiros grupos de alemães chegados ao Brasil tiveram pois de enfrentar um árduo trabalho de pionerismo, abrindo claros nas florestas, construindo estradas e edificando suas próprias casas.

ITALIANOS

Quanto aos italianos sua influência se fez sentir também desde muito cedo, antes mesmo

de ter início a grande corrente imigratória do século XIX. Na época colonial Américo Vespúcio, Francisco Antonio Pigafeta, Sebastião Caboto e os irmãos Adorno, estes últimos fundadores dos primeiros engenhos de açúcar do continente. Também nas bandeiras do século XVI e XVII não faltaram elementos italianos. O mesmo se pode dizer nas lutas contra os holandeses. Na obra da catequese também vieram missionários italianos percorrendo desde muito cedo o nosso litoral participando da árdua tarefa de evangelização dos indígenas. O italiano contribuiu com boa dose do seu sangue e da sua civilização na tarefa da formação étnica e cultural dos brasileiros. Sua origem mediterrânea e a plasticidade de seus costumes igualou-o ao português na assimilação dos padrões da civilização encontrada. Sabe-se, outrossim, que, em 1836, havia no Rio de Janeiro 180 italianos. A partir de 1874 começou a entrar um número cada vez maior de imigrantes dessa nacionalidade. O maior contingente de imigrantes peninsulares destinou-se ao RGS, S. Paulo, Minas, Rio de Janeiro, Sta. Catarina e Paraná. Em S. Paulo o italiano iniciou suas atividades na lavoura do café; em 1887 constituíam eles 2/3 dos trabalhadores rurais do Estado.

CASTELHANOS

Embora as tentativas de penetração castelhana não lograssem alterar os fundamentos étnicos e culturais portugueses, tiveram alguma ascendência nas zonas pe-

reféricas do domínio lusitano, principalmente no sul da Colônia. Sta Catarina mesmo teve um princípio de colonização espanhola constituída por náufragos, desertores e aventureiros de expedições castelhanas. O elemento espanhol pela grande semelhança de sua cultura com a portuguesa é uma corrente imigratória das mais favoráveis ao progresso do país e que se tem processado em ondas bem numerosas.

No Brasil, desde o seus primórdios, a miscigenação se vem processando praticamente sem nenhuma resistência. O brasileiro soube manter uma herança preciosa que lhe foi legada pelo antepassado português: o espírito

de tolerância, de fraternidade e de adaptação, que tanto caracterizou a colonização lusa. Graças a essa característica e interpenetração étnica e cultural das correntes européias e mesmo das não européias vem se elaborando pacificamente no Brasil sem os tropeços que costuma caracterizar o fenômeno em outras áreas do mundo.

Dentro desse estado de espírito de ampla liberdade processou-se entre nós a ascensão social e política do imigrante e de seus descendentes, fato que se tem verificado em todo o território nacional e de modo particular nos Estados do Sul.

“A AÇÃO CÍVICA DO EXÉRCITO NA AMAZÔNIA é vasta e variada: Nas vias de transportes, na manutenção de indústrias pioneiras, na vivificação da faixa de fronteiras, no desenvolvimento inicial de regiões vitais, na grande batalha da educação, na realização de pesquisas técnico-científicas de toda a ordem, na assistência em casos de calamidade pública e outras muitas atividades sociais.”

“Não enfrentar completamente a realidade não é proteger sua liberdade. É simplesmente deixar uma força, que não é a da razão, amoldar essa realidade. Esta força pode ser uma emoção descontrolada — a cupidez, a agressividade, o ódio, a ignorância ou simplesmente a inércia. Pode ser qualquer coisa, menos a razão. Mas seja qual for, não sendo a razão que domine o homem este não realiza tudo de que é capaz.”

(Mac Namara — Conf em JACKSON
Missipi: 24-II-1969)

SENTIMENTO ARTILHEIRO

Na Bateria do Colégio Militar, o aluno n.º 2 vinha se mantendo como Chefe da 1.ª peça, nas solenidades e nas demonstrações externas, em vista da sua aptidão para a função, demonstrada logo no início do Curso de Formação de Reservistas de Artilharia.

Já no segundo período de instrução, a Bia deveria dar salvas de gala, em posição no Campo de Santana. O Cap Cmt decidiu sortear as guarnições, considerando que eram poucas as vagas, para uma "piruação" sempre grande.

Proclamado o resultado do sorteio, o Cap foi abordado por um grupo de alunos, transcorrendo o seguinte diálogo:

- Alunos: Cap, o 2 está muito triste porque não foi sorteado. O Senhor não podia dar um jeito?
- Cap: Mas como? Sorteio é sorteio. Para favorecer a um, iríamos prejudicar a outro.
- Alunos: Mas, Cap, o 2 está inconsolável, meio choroso, é capaz até de ter um "troço"...
- Cap: Vou falar com ele, mas não posso alterar agora a "regra do jogo".
- Um aluno: Cap, eu fui sorteado CP. Se o Senhor concordar, abro mão do posto em favor do 2!
- Cap: Você desistiria dessa oportunidade, para favorecer ao seu colega?
- O mesmo aluno: É, Cap, para mim seria ótimo ser CP, mas para o 2, seria um sofrimento se ficasse sem função.
- Cap: Bem, concordo. As atitudes tomadas honram a vocês todos, e fico satisfeito de dar o lugar ao 2. Ele está de parabéns, vocês também, mas principalmente o nosso CM!



A BRIGADA AEROTERRESTRE — UMA NOVA ORGANIZAÇÃO

Gen Bda ADAUTO BEZERRA DE ARAUJO

1. O Diário Oficial de 8 de novembro de 1968, publica o Dec n.º 63.573, de 7 do mesmo mês, que transforma, cria e muda a denominação de organizações militares vinculadas ao então Núcleo da Divisão Aeroterrestre, sediado nas vizinhanças do Campo dos Afonsos, GB. Por este ato, que consubstancia parte da execução do Plano Diretor de Rearticulação e Reorganização das Forças Terrestres, o Presidente da República transforma o Núcleo da Divisão Aeroterrestre em Brigada Aeroterrestre; o Regimento de Infantaria — Regimento Santos Dumont — em 1.º Batalhão Santos Dumont; cria os 2.º e 3.º Batalhões de Infantaria Aeroterrestre, o Grupamento de Unidades de Apoio e o Grupamento de Saúde Aeroterrestre.

Atribui o Dec n.º 63.573 ao Ministro do Exército regular, mediante atos complementares, a

execução pormenorizada e progressiva das disposições do Decreto citado, inclusive quanto à nova subordinação das OO MM que constituíam o Núcleo da Divisão Aeroterrestre.

Em 21 de janeiro, o Ministro do Exército baixou atos administrativos que tratam da organização e de efetivos das novas unidades (Port. 02 e 03, Bol Ex Res n.º 1-C) e estabeleceu uma nova e revolucionária sistemática da vida administrativa destas OO MM (Portaria Ministerial n.º 32-GB, de 21 Jan 69).

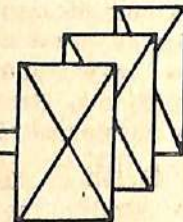
A Brigada Aeroterrestre, assim, em termos de estrutura de comando, organização e subordinação administrativa, apresenta características que entrosam a GU Aet no plano das grandes inovações sugeridas pelo EME.

2. A estrutura de comando da Brigada Aeroterrestre se apresen-

Bda Aet

TROPA

GRUPAMENTO DE QUALIFICACAO AEROTERRESTRE



GUA

CI Aet

Sup Mnt
Pqd

GRUPT
Sau Aet

ta disposta em dois grandes grupamentos (vide organograma): o da tropa, conjunto operacional exclusivo e por excelência; o da reunião de organizações, quase que exclusivamente técnico-administrativas, capazes e indispensáveis para a qualificação aeroterrestre da tropa o Centro de Instrução Aeroterrestre General Penha Brasil (vide Port número 292-GB, de 12 agô 68), a Cia de Suprimento e Manutenção de Pára-quedas, o Grupamento de Saúde Aeroterrestre.

a. Os Batalhões de Infantaria têm uma organização típica e aligeirada: 3 Cias de Fz (3 Pelotões de Fz, 1 Pel PP) e uma Cia Comando e Serviço (Pelotões de Com, Rec, Saúde, AC, Mnt, Mat. Pesado, Apoio e Seções de Comando e de Vigilância Terrestre).

Suas formações elementares foram concebidas para serem transportadas em um só avião de transporte de tropa (C-119, C-115).

b. O GUA Aet — este comando do nível batalhão, reúne todas as organizações militares tipo subunidade: Cia Engenharia, de Comunicações, de Intendência, de Material Bélico, de Saúde e mais as formações operacionais tipicamente aeroterrestre, tais como o Destacamento Precursor (elo de ligação técnico-tático com as unidades aéreas de transporte de tropa) e o Destacamento de Forças Especiais (Comando de Major). A Banda de Música também foi reunida sob este Comando.

O GUA Aet, se de um lado torna-se responsável pela conduta

da instrução deste conjunto de formações militares e correspondente ação disciplinar, de outro, realiza atividades administrativas básicas, aliviando o estado-maior da Brigada de afazeres diretos e imediatos de instrução e administração, para as quais não se encontra preparado adequadamente em pessoal e meios materiais.

Este novo escalão de comando, peculiar à tropa aeroterrestre consolida, também, uma experiência de mais de doze anos levada a efeito inicialmente pelo General Djalma D. Ribeiro e mantida pelos demais comandantes. O GUA Aet constitui, sem dúvida, uma reserva de comando, tão necessária nesta tropa, para conduzir e realizar, se oportuno, a ação de uma "fôrça-tarefa" ou o apoio da Grande Unidade.

c. O Grupamento de Saúde Aeroterrestre foi constituído com o objetivo de reunir todos os meios relacionados com os encargos e atribuições pertinentes, quer no atendimento de ambulatório, nas clínicas, nas pesquisas e análises, nas hospitalizações, quer mesmo nas atividades permanentes de inspeção de saúde de controle anual ou não, peculiares a esta tropa. Há então um núcleo base, orgânico, para guarnecer e operar o sistema e há uma mobilização e enquadramento técnico-pessoal das organizações de saúde da tropa.

3. No plano administrativo, o Ministro do Exército, pela Port Ministerial n.º 32-GB, de 21 de janeiro 69, institui a unificação da administração no QG/Bda e a concessão de semi-autonomia aos

comandos de Batalhões, do Grupo de Artilharia, do GUA Aet, do Centro de Instrução, da Cia de Suprimento e Manutenção de Pára-quedas.

Nestes casos, no QG/Bda ficaram centralizadas as atividades de suprimento interno (material e subsistência), finanças e assistência médica dos elementos integrantes da GU; às demais OO MM, estabeleceu-se a figura da semi-autonomia administrativa, referentes aos demais assuntos não especificados acima,

inclusive o controle integral de material e respectivas cargas.

Como se constata, esta sistemática administrativa constitui, por si só uma experiência inédita e até certo ponto corajosa e para a implantação do novo sistema carecia encontrar-se receptividade e compreensão; a colaboração e a força de vontade para superar as dificuldades que decorrem da inovação; a mudança de atitude diante de novos fatos — e isto a administração do Exército soube onde encontrar e com quem contar!



INTERCÂMBIO CULTURAL

Atividades no Colégio Militar de Fortaleza — Clube de Matemática no Colégio Militar

Fundado no dia 28 de agosto do ano passado, com a finalidade de despertar, estimular e desenvolver o interesse dos alunos do Colégio Militar de Fortaleza pela Matemática, o Clube de Matemática daquele Colégio, satisfeita as exigências regimentais, acaba de obter pronunciamento favorável ao Governing Council OF MU ALPHA TETA, constituindo-se a partir de 4 de março próximo passado, em um Capítulo do National High School and Junior College Mathematics, com sede na Universidade de Oklahoma, nos Estados Unidos da América.

O Clube de Matemática MU ALPHA TETA do Colégio Militar de Fortaleza é o primeiro da América do Sul a filiar-se àquela organização que possui mais de 1.000 Capítulos em escolas dos Estados Unidos da América do Norte, na Suíça, Inglaterra, Japão, México, Porto Rico e Canadá.

INFORMAÇÕES — RESUMO HISTÓRICO

Cel Cav
GERALDO KNAACK DE SOUZA

1. INTRODUÇÃO

A previsível explosão da II Grande Guerra provocou a imprevisível explosão tecnológica de nossos dias, resultante do avanço sem precedentes da ciência e da técnica.

O mundo encurtou-se, os homens se aproximaram e os meios de destruição alcançaram poder jamais imaginado. Um equilíbrio de terror estabeleceu-se e, dispondo de potentes e eficientes meios de comunicações que permitem melhores entendimentos entre governantes e, também, levar, rápida e diretamente, ao povo conhecimentos sobre todos os assuntos, os homens passaram a investigar mais intensa e cuidadosamente, sobre os objetos de suas decisões e conseqüentes ações.

A humanidade tornou-se ávida de saber e uma verdadeira revolução, *a do saber*, no dizer de Walter Lippman, está ocorrendo e já apresentando como indiscutíveis conseqüências: "a derrubada da ordem ancestral; obstáculos aos recursos da guerra, fazendo da guerra clássica a exceção, enquanto surgem como forma normal de luta a Guerra Revolucionária e a inclusão da *paz social* entre as metas da política quotidiana dos governos."

Nessas circunstâncias, vamos encontrar as Informações — significando conhecimento — segundo Sherman Kent, alinhadas entre as atividades humanas que mais se desenvolveram nesta segunda metade do século XX.

Nos dias de hoje, as informações estão pleiteando sua inscrição no grupo das ciências sociais, como capazes de analisar e interpretar fatos e acontecimentos, a fim de transformá-los em conhecimentos indispensáveis às decisões e necessários à educação do homem.

Entendemos que o homem educado para o desempenho de uma função na sociedade é o que, além de possuir cultura geral e específica, mantém-se convenientemente informado sobre todos os assuntos correlacionados com a função. Somente assim atualizado, ele poderá aplicar adequadamente sua cultura.

Educação, nestes termos, como processo de aperfeiçoamento, é resultante de *cultura mais informação*: admitindo-se cultura como *conhecimentos e tradição*.

A raiz da palavra educação — “ex-ducere” — significa levar adiante o que se acha em potencial. Em linguagem de informação. Educado é o que pode empregar o poder de sua cultura à luz das informações, que lhe fornecem atualizadamente a imagem, a idéia, e o conceito da situação para trabalhar um conjunto de fatos na busca da decisão mais conveniente.

2. INFORMAÇÕES ATRAVÉS DOS TEMPOS

A atividade de informações, em sua forma mais simples, é uma quase resultante do instinto de preservação e do senso comum, e sua aplicação sob este aspecto é tão antiga quanto a própria humanidade.

A inteligência humana, sempre dinâmica, fez das informações arte e ciência como procuraremos mostrar.

2.1 Na antiguidade

Sabe-se que tanto as tribos de índios americanos quanto as tribos bíblicas, utilizaram largamente as informações. Entre muitos exemplos, podemos citar: Moisés — que no dizer do Marechal Montgomery, foi o maior chefe militar de todos os tempos — ao enviar seus agentes para além Jordão.

Determinou Moisés aos seus doze agentes (um representante de cada tribo):

“Subi pela parte do meio-dia. E, quando tiverdes chegado aos montes considerai que terra é essa, e o povo que a habita, se é valente ou fraco; se é pequeno ou grande número; se a mesma terra é boa ou má; como são as cidades, murada ou sem muros; se o terreno é fértil ou estéril, com arvoredo ou sem árvores. Tende coragem e trazei um dos frutos da terra”.

Josué, seu sucessor, usou largamente a espionagem, sendo bem conhecido o episódio de dois de seus agentes em Gericó.

Os Faraós recebiam relatos de seus agentes de além Jordão e os orientais também usaram as informações como elementos básicos das decisões dos chefes.

Destaca-se naquela fase da História, Sun-Tzu, autor de um dos mais antigos tratados sobre a guerra — A Arte da Guerra — 500 a.C.

Em seu livro, demonstrou Sun-Tzu ser um experimentado mestre de informações. As máximas que escreveu no capítulo sobre informações são válidas até hoje. Além disto, foi dos primeiros a apresentar uma idéia de organização para as informações.

Vejamos algumas das máximas daquele grande chefe militar:

“Se conheceis o inimigo e a vós mesmo, não deveis temer o resultado de cem batalhas. Se conheceis a vós mesmo, mas não conheceis o inimigo, para cada vitória alcançada sofrereis uma derrota. Se não conheceis nenhum dos dois, sereis sempre batidos”.

- Com libras de prata gastas em informações economizam diàrriamente milhares de libras, além de evitar comoções externas e internas, a exaustão dos exércitos e distúrbios das atividades de centenas de milhares de famílias”.
- “Sêde perspicazes e usai os espíões para todos os tipos de negócios”.

Preconizou Sun-Tzu a organização da espionagem e afirmou que “a mais preciosa faculdade dos soberanos” era “a manipulação divina dos cordéis”, que consistia em pôr em funcionamento o sistema secreto de espionagem constituído de cinco tipos de espíões.

É muito interessante uma análise sôbre o preconizado pelo antigo mestre, que traçou uma verdadeira doutrina de informações, encarando-as como ainda hoje o fazemos, sob o triplice aspecto — conhecimento, organização e atividade.

Utilizou-se da informação para a guerra, mas não sômente para êsse fim, e teve nítida compreensão da informação — ciência e arte. Ainda encontramos outra tentativa de organização de informações em Kautalya que, por volta do ano 300 a.C., num livro de conselhos aos governantes, escreveu um verdadeiro tratado de informações.

Kautalya dividiu os exércitos em cinco armas — elefantes, carros, cavalaria, infantaria e espíões — e afirmava que “os que pretendem vencer, devem aprender a apreciar as fraquezas próprias e as do inimigo”.

2.2 Na Idade Média

Da tomada de Roma por Alarico (410) à queda de Constantinopla (1453) as informações foram utilizadas em grande escala no campo militar, muito mais defensivamente que na antiguidade com a finalidade nítida de contra-informação, conforme é possível incluir-se no tratado *De Re Militari* de Flavio Vegetius Renatus, espécie de Bíblia para todos os chefes militares, desde aquela época até Napoleão.

O mais brilhante general daquele período, Belisário, utilizou-se largamente da informação, com raro bom êxito, para iludir os inimigos quanto a seus verdadeiros propósitos. Ainda, nitidamente, para contra-informar.

Daquela época sem brilho, pouco tivemos especificamente sôbre informações, mas é preciso que não nos olvidemos ter vivido na mesma faixa da História Santo Tomás de Aquino, autor do Tomismo, a filosofia do bom senso, que a nosso ver determina a posição ideal para o homem de informações — a do realismo moderado. Todo o sistema de raciocínio tomista é magnificamente aplicável às informações, pelo que contém de *humildade e prudência*.

Santo Tomás baseava seu raciocínio, sôbre todos os problemas, numa judiciosa reunião de dados, que denominava investigação ou inquisição.

Nítido trabalho de informações, que pode bem ser distinguido na interpretação que deu ao "concilium" (Conselho) tanto do ponto de vista individual, quanto do coletivo.

O conceito que, segundo seus melhores interpretadores, fazia do "Conselho" era o de ser um instrumento de investigação sobre o que se há de fazer e sobre os meios para alcançar determinado fim.

A investigação, isto é, a reunião de dados, de informes ou informações, termina num "judicium eligendis" que deverá proporcionar a tomada da decisão, expressão da vontade pela *razão prática*. Razão prática que se distingue do intelecto especulativo pelo *fim prático ou ação*, que exige o conhecimento do verdadeiro, porque versa sobre assunto particular e contingente sobre o qual deverá incidir a ação.

E está aí, vindo da Idade Média, todo um método de raciocínio baseado na informação e, mais ainda, uma primeira idéia da reunião de informações, obtidas por diversos elementos de uma comunidade, com a finalidade de selecionar os melhores dados para o equacionamento e solução dos problemas. Caso do Conselho Coletivo, cuja técnica de trabalho, em sua estrutura básica, conserva-se até os nossos dias.

2.3 No Renascimento

O renascimento viu ressurgirem as Informações em seu aspecto ofensivo.

Naquela fase, estabeleceu-se o hábito da troca de embaixadores entre os principais Estados da Europa, principalmente porque as potências achavam vantajoso possuir um fluxo contínuo de informações acôrdo de seus inimigos em potencial.

Na sátira "Um Jôgo de Xadrez" de Thomaz Middleton, dramaturgo inglês (1570 e 1627), encontra-se uma relação completa das informações que hãbilmente deviam ser procuradas segundo as palavras de Condomar, o embaixador espanhol, o vilão da peça.

"Sirvo-me de minhas férias de verão

Para conhecer melhor o Reino; não há fortificação

Nem pôrto, nem foz ou desembarcadouro

Na costa, que eu não conheça

Fiz um croquis e aprendi de cor

A profundidade dos canais e dos bancos;

Recifes e Rios convenientes para a invasão;

Um catálogo sobre a Marinha,

A carga dos navios, o armamento;

A tripulação, o seu destino

Para conhecer as ilhas tôdas

Visitei não só todos os condados

Como conheço em todos os estados

Melhor que seus moradores,

Conheço em todos êles
O número de homens e cavalos,
A fortuna de sua nobreza,
Os que nos são favoráveis,
Os contrários, os neutros
E seduzi trinta e oito mil consciências."

É espantosamente atual êste conjunto de informações que desde aquela época interessava aos estadistas.

2.4 Na Idade Moderna

Na Idade Moderna, as informações aparecem organizadas em departamentos e êstes vêm-se tornando cada vez mais complexos à medida que a técnica e a ciência fazem evoluir, na forma e na essência, as relações entre os agrupamentos sociais.

O valor das Informações cresce, primeiro por que o homem passou a dispor de melhores meios de comunicações e segundo porque passou a ter a necessidade de saber mais e mais oportunamente, enquanto a evolução técnico-científica integrava cada vez mais tôdas as atividades humanas dentro dos grupos sociais.

É nesse período que aparecem alguns casos célebres da utilização das informações no campo econômico e financeiro, como, por exemplo, os da Casa Bancária de Rothschild em 1815 com Nathan Rothschild, e em 1865 com Lionel Rothschild. Êste último, permitiu a Disraeli um de seus grandes golpes políticos — a compra das ações que deram ao governo inglês o controle absoluto da companhia do Canal de Suez.

O mundo assistiu à ascensão gradativa das Informações. De Sir Francis Walsingham, Ministro do Exterior e Chefe da Espionagem de Elizabeth I e primeiro organizador de um serviço de Informações profissional, até as grandes organizações oficiais de nossos dias como CIA, BIS, KGB, etc.; houve duas grandes guerras que evidenciaram a necessidade de informação organizada a cargo de gente especializada.

Pode-se mesmo afirmar, neste particular, que as informações influíram decisivamente no último conflito mundial.

Richard Sorge, Lucy (Rudolf Roessler) Orquestra Vermelha, Allen Dulles etc. certamente, muito contribuíram para os resultados obtidos.

No após-guerra, vamos encontrar as informações exercendo tremenda influência nos acontecimentos em geral e provocando até mesmo, e somente devida a elas, mudanças do equilíbrio político, quando, por exemplo, os russos obtiveram o segredo atômico e os americanos o do estabelecimento pelos russos de bases de foguetes em Cuba.

Nos conflitos denominados Guerra Fria e Revolucionária, como também nas Guerrilhas, as Informações constituem verdadeira arma, se não forem a principal entre tôdas. Sem elas quase nada é possível fazer.

O mais importante, entretanto, é terem as informações tomado aspectos diferentes de acôrdo com ideologia política; terem se expandido acompanhando a ampliação de alguns conceitos, em particular o de estratégia, e terem-se generalizado com o desenvolvimento dos meios de comunicação, aos quais estão intimamente ligadas.

Até pouco depois da II Grande Guerra existiam organizações oficiais de Informações nos países democráticos somente para tratarem das informações para o chefe. A diferença principal entre estas e as organizações mais antigas dos mesmos países residia apenas na extensão das atividades. Eram pouco mais que organizações típicas de espionagem, embora tivessem que produzir levantamentos estratégicos, abordando assuntos gerais e de toda ordem. Todas visavam exclusivamente o estudo de inimigos atuais ou potenciais e alguns profissionais de Informações do quilate de Sherman Kent, classificavam de Informação Estratégica somente a Informação Externa.

A informação para o povo era inteiramente deixada a cargo das organizações de divulgação privadas, em particular de imprensa, de rádio e de cinema, sob um diminuto ou nenhum contrôle dos governos.

Essa atitude apoiava-se, certamente, em uma ética democrática, fixada pelas decisões tomadas nos conclaves ou reuniões internacionais, como, por exemplo, o que ficou estabelecido em Chapultepec, em 1945 e o que proclamaram as Nações Unidas como Direitos do Homem em 1948.

Entretanto, nos países totalitários, mais conscientes do valor da guerra psicológica, encontramos, mesmo antes da II Grande Guerra, a solução oposta — Informações para o chefe e para o povo nas mãos do govêrno, com cerrado contrôle dêste sôbre os meios de comunicação, haja vista as opiniões de Lenin e Hitler, segundo Liddell Hart:

“A estratégia mais segura é aquela que adia as operações até que a desintegração moral do inimigo torne seu desencadeamento um golpe ao mesmo tempo possível e fácil” (Lenin).

“O povo somente mata quando não pode atingir seus objetivos por outros caminhos ...

Há uma estratégia mais ampla com armas intelectuais. Por que deverei desmoralizar o inimigo com meios militares, se posso fazer melhor e mais barato por outros meios?

Nossa estratégia consiste em destruir o inimigo por dentro para conquistá-lo com seus próprios meios” (Hitler) (2).

As informações para o povo objetivavam conduzi-lo e não esclarecê-lo: informava-se ao povo pela propaganda. Na Alemanha nazista, Canaris fazia as Informações para o chefe, Goebbels, um gênio da propaganda, pretendia informar ao povo e até mesmo educá-lo, quando, na realidade, amestrava-o.

Divergiam também os totalitários dos democratas, quanto ao campo de atividade das Informações Estratégicas e também quanto aos métodos de trabalho. Os totalitários davam grande importância às Informações para a Segurança Interna, que consideravam também estratégica, e as suas organizações de informações colocavam, oficialmente, seus elementos em tôdas as demais organizações do governo. Nesse campo, o da Segurança Interna, não visavam apenas a Contra-Informação, mas a Ação Subversiva e tudo o mais que fôsse contrário ao equilíbrio interno.

Nos países democráticos, Informações Estratégicas diziam respeito apenas ao inimigo externo. E a Contra-Informação, a Ação Subversiva, etc., eram deixadas à cargo dos organismos policiais. Nos dias de hoje, pode-se constatar uma evolução no sistema democrático: no que concerne à organização das informações para o povo já encontramos instituições como, por exemplo, a British Broadcasting Corporation e vem sendo cuidadoso o tratamento da segurança interna, encarada também no campo estratégico, por parte das organizações de informações para o chefe, em particular, nos países onde não há estabilidade política.

Mais recentemente, em documento de indiscutível autoridade, a Igreja, ao encerrar a segunda sessão do Concílio Ecumênico Vaticano II, baixou um decreto sobre os Meios de Comunicação Social, que em seus n.ºs 5 e 12 do Capítulo 1.º, realçando a importância das informações para o povo, proclamam:

DIREITO À INFORMAÇÃO

É necessário, sobretudo, que todos os interessados formem uma reta consciência acêrca do uso desses meios, em especial no que se refere a problema acementemente discutidos em nossa época.

O primeiro problema refere-se ao que chamam informação, ou investigação e divulgação de notícias. É evidente que tal informação, em vista do progresso da sociedade moderna e dos vínculos mais estreitos entre seus membros, tornou-se utilíssima e muitas vezes necessária, pois, o intercâmbio público e pontual de notícias sobre acontecimentos e coisas possibilita a cada homem um conhecimento mais perfeito e contínuo dos fatos, de modo que possam contribuir eficazmente para o bem comum e promovam mais facilmente o progresso de toda a sociedade civil. Existe, portanto, na sociedade humana, o direito à informação sobre aquelas coisas que interessam aos homens, segundo as condições de cada qual, quer individualmente quer reunidos em sociedade. O reto exercício desse direito exige, todavia, que a notícia seja sempre objetivamente verdadeira e íntegra a respeito da justiça e da caridade; além disso, quanto ao modo, seja honesta e conveniente, isto é, que se observem as leis morais do homem e os seus legítimos direitos e dignidades, tanto na procura de notícias quanto na divulgação delas; na verdade, nem toda a ciência aproveita a caridade, porém, é construtiva" (1 Cor 8,1).

DEVERES DAS AUTORIDADE CIVIS

Nesta matéria compete à autoridade civil deveres especiais em razão do bem comum para o qual são ordenadas tais meios. Cabe à mesma autoridade, em virtude do seu officio, defender e tutelar a verdadeira e justa liberdade de informação absolutamente necessária ao progresso da sociedade moderna, particularmente no que se refere à imprensa; incrementar a religião, a cultura e as belas artes; defender os receptores para que gozem livremente de seus legítimos direitos. Além disso, compete à sociedade civil favorecer aquelas iniciativas que, sendo especialmente úteis à juventude, não poderiam substituir de outra forma.

Finalmente, este poder público que legitimamente trabalha para o bem dos cidadãos, tem o dever de procurar justa e zelosamente, mediante a oportuna promulgação e diligente execução das leis, que não se cause dano aos costumes e ao progresso da sociedade através do mau uso destes meios de comunicação. Essa cuidadosa vigilância, de modo algum, restringe a liberdade individual e social, sobretudo se faltam as devidas precauções por parte daqueles que por motivo do seu officio manejam tais instrumentos.

Tenha-se um especial cuidado na defesa dos jovens contra a imprensa e os espetáculos que possam ser nocivos a sua idade.

3. CONCLUSÕES

Do exposto pode-se deduzir que:

- Filiados a cada uma doutrina, democrática de um lado e totalitária da outra, existem diferentes concepções sobre as Informações.
- As divergências decorrentes de bases ideológicas, materializam-se técnica e executivamente, em particular no que concerne, à utilização das informações e às organizações de informações.
- No tratamento do problema da informação é necessário distinguir as informações para as decisões do chefe, das que se destinam a esclarecer o povo. Ambos os tipos de informações devem ser objeto da atenção das autoridades pelas mais lícitas razões de segurança. Num caso, para obter a segurança do acerto das decisões; noutro, para dar a segurança ao povo de decidir sobre seu próprio destino pelo conhecimento correto dos fatos.
- As Informações apresentam-se amplamente utilizadas e, no mesmo grau de intensidade, nos diversos campos. Enquanto antes, elas predominavam nos campos políticos e militar, hoje, são também largamente empregadas nos campos econômicos e psicossocial.

A ANEMIA INFECCIOSA EQUINA NO EXÉRCITO

JOSÉ ALBERTO BAPTISTA
Ten-Cel Vet
Chefe da Seção Técnica da DV

TRANSCRIÇÃO AUTORIZADA

1) Notificação da Zoonose. Pro- vidências preliminares

Desde o ano de 1965 que a Diretoria de Veterinária do Exército vem recebendo informes, principalmente da 3.^a RM (RS) que nos levaram a acreditar na existência da Anemia Infecciosa Equina em nossos efetivos. Esses informes vinham, nos atestados de óbitos remetidos, em que se via, como "Causa Mortis" — Anemia de causa indeterminada.

Em 1966, na Escola de Equitação do Exército, 3 cavalos, após regressarem de uma competição hípica no Sul do País, apresentaram-se com um quadro clínico bem suspeito: fraqueza dos posteriores, edemas, ligeira icterícia e febre. O Chefe do S V da Escola de Equitação do Exército diagnosticou porém, clinicamente, de Nutaliose. Submetidos a exame laboratorial, seu resultado foi negativo.

A Diretoria de Veterinária, ao receber o relatório do ocorrido, determinou ao Chefe do S V da Escola que procedesse exames hematológicos nos referidos ani-

mais, procurando chegar a outras conclusões.

Os resultados nada confirmaram, porém, já naquela época houve a suspeita de Anemia Infecciosa Equina nos animais em questão. Dos 3 cavalos, dois morreram posteriormente e, pela necropsia, nada de anormal foi observado.

No Encontro Anual de Veterinária, realizado no Rio Grande do Sul, em 1966, três veterinários relataram um caso ocorrido na Sociedade Hípica em que os profissionais (entre eles o Dr. Edgar do Trein, Catedrático de Anatomia Patológica) diagnosticaram como Anemia Infecciosa Equina. Tal comunicação não teve a repercussão necessária, em virtude de, na época, não estar a zoonose bem estudada por nossos técnicos e nem ter havido conhecimento de outros fatos.

Revistas técnicas também, da República Argentina, davam notícias em 1965, da presença da Anemia Infecciosa Equina nos hipódromos do país irmão.

Finalmente, no término do ano de 1967, a Anemia Infecciosa Equina foi oficialmente confirmada em

nosso meio, obrigando ao Ministério da Agricultura a tomar as primeiras medidas restritivas para o seu controle.

2) Medidas adotadas pelo Exército

Uma vez confirmada oficialmente o aparecimento da zoonose, a DV tomou suas primeiras providências, colocando todo o seu dispositivo de segurança sanitária em estado de alerta e em contato permanente com todas as Inspetorias de Defesa Sanitária Animal e elementos das Secretarias de Agricultura Estaduais.

Publicada a Portaria n.º 3 de janeiro de 1968, foi baixado o Bol. Tec n.º 2 de 17 de janeiro de 1968, com Instruções tornando extensivo ao Exército a proibição do trânsito de equídeos em todo o Território Nacional. O Bol Tec em questão, ainda, autorizou aos Chefes dos Serviços de Veterinária Regionais a sacrificarem todos os animais que, a critério das Comissões para a Anemia Infecciosa Equina do Exército, assim o julgassem necessário; que entrassem em ligação permanente com os Inspetores e com eles trabalhassem em estrita colaboração e finalmente, baixando instruções técnicas para serem cumpridas no âmbito do Ministério do Exército.

Em maio do corrente ano, o Ministério da Agricultura, baixou sua Portaria n.º 136 fixando medidas para o controle da Anemia Infecciosa Equina, visando os interesses econômicos e de segurança nacional e baixando ainda novas instruções.

Em consequência, a Diretoria de Veterinária baixou novas instruções em seu Bol Tec n.º 3, de 15 Mai 68, determinando então o início do levantamento epizootiológico em todo o efetivo do Exército. Visando maior perfeição no trabalho, foram constituídas Comissões para a Anemia Infecciosa Equina em todas as Regiões Militares e iniciados então os trabalhos.

Como normas para o levantamento epizootiológico foram exigidos, dentro das possibilidades de cada RM, os exames clínicos (obrigatórios) e laboratoriais (hematológicos, sideroleucócitos e eletroforese) onde fossem possíveis realizar.

Em 21 de junho de 1968, o Ministério da Agricultura baixou sua Portaria n.º 197, com novas Instruções e fixando índices que deveriam ser observados para considerar os animais suspeitos. Tendo porém esta Portaria sido publicada após iniciado o levantamento no Exército e, visando não mais tumultuar o serviço, foi determinado, por intermédio do Bol Tec n.º 4, que os trabalhos continuassem como havia sido orientado pelo Bol Tec n.º 3.

Os principais itens das Instruções baixadas pela DV sobre a Anemia Infecciosa Equina, por intermédio de seu Bol Tec, foram:

- 1) Vigilância constante em todo o efetivo do Exército, com a observação periódica da curva térmica e exame das mucosas.

- 2) Isolamento de todo animal febril até o afastamento de suspeição da Anemia Infecciosa Equina.

3) Pesquisa de sideroleucócitos de todos os animais suspeitos.

4) Sacrifício imediato de todos os positivos.

5) Levantamento epizootiológico anual de todo o efetivo equino.

6) Regulamentação do trânsito dos equídeos do Exército.

7) Medidas que deverão ser adotadas pelas Comissões de Compra de Animais, etc.

3) Desenvolvimento dos Trabalhos

Os primeiros trabalhos para o controle da Anemia Infecciosa Equina, no Exército, foram realmente iniciados, em princípios de fevereiro do corrente ano, quando foi organizada a Comissão para o Controle da Anemia Infecciosa Equina do Exército e pertencente à 1.^a RM. Posteriormente, foram organizadas as Comissões da 2.^a, 3.^a, 4.^a, 5.^a e 9.^a RM.

Os primeiros casos confirmados nos equídeos do Exército foram os cavalos Virtuoso e Ibañez, ambos do plantel da Escola de Equitação do Exército, com campanhas hípias na Argentina, Rio Grande do Sul e São Paulo.

As dificuldades encontradas foram muitas, sendo que a primeira, resultou em que o Exército, assim como o próprio Ministério da Agricultura foram colhidos de surpresa e não estavam em condições de realizarem os exames necessários para diagnóstico.

O material, principalmente no Exército, foi sendo adaptado dentro das possibilidades e, mais tarde, foram adquiridos 3 Beck-

man, importados diretamente dos EE.UU.

Outra dificuldade encontrada foi a falta de pessoal habilitado para os exames. Alguns oficiais foram designados para estagiarem em laboratórios oficiais e, após o estágio, iam preparando novos oficiais veterinários e assim, lentamente, foram as Comissões se instalando e iniciando seus trabalhos.

Não foram somente as deficiências em pessoal e material que concorreram para tornar o trabalho difícil. A maior dificuldade se encontrava na própria localização de nossas unidades hipomóveis. Espalhadas em todo o Território Nacional, muitas vezes situadas em locais desprovidos de quaisquer recursos técnicos, e, em que até a própria energia elétrica era deficiente, não permitia que exames, da natureza de uma eletroforese, fossem realizados.

Tendo em vista todos esses fatores tornou-se necessário fazer um estudo da situação em que se procurou equacionar os seguintes problemas, em função da Missão recebida (Levantamento epizootiológico).

1) Quais as principais características da AIE.

2) Onde e como se encontra a AIE no Exército.

3) Quais os meios de que dispomos para combater ou controlar a AIE.

Em conclusão a este Estudo da Situação a DV tomou a seguinte decisão:

1) Realizar o levantamento epizootiológico a base de exame clí-

nico, por um período de 30 dias, dando-se especial atenção a curva térmica, em tôdas as Regiões Militares.

2) Realizar todos os exames laboratoriais previstos, nas RM, onde isso fôsse possível.

3) Baixar Instruções definitivas, visando o controle diário e permanente de todos os animais do Exército.

Essas Instruções visavam principalmente:

- a) Economia de meios, isto é, somente realizar exames (geralmente onerosos) em animais com sinais clínicos de suspeição para AIE.
- b) Evitar a propagação da doença — pelas retiradas em massa de sangue, para exames.
- c) Evitar as repetições de exames causados pelas discordâncias geralmente observadas entre êles.
- d) Permitir que a Instrução da tropa não fôsse interrompida pelos excessos de exames a realizar.

Uma vez iniciado o levantamento epizootiológico e, para dirimir dúvidas, viajaram para as principais zonas atingidas pela AIE, o Exmo. Sr. Gen Presidente da CCCCN e DGRV, Gen Diretor de Veterinária do Exército, Cel Chefe do Gabinete da DGRV e o Chefe da Seção Técnica da Diretoria de Veterinária. Assim estiveram em Curitiba, Porto Alegre, São Borja (Coudelaria de Rincão) e Campo Grande (Coudelaria de Campo Grande) fiscalizando os trabalhos, dirimindo dúvidas e estabelecendo

entre veterinários militares e civis, bem como com as autoridades civis.

Em todos os pontos percorridos notou-se o perfeito entrosamento entre os técnicos militares e civis, todos trabalhando dentro das dificuldades encontradas, porém, procurando do melhor modo possível, cumprir com seus deveres.

Dentro desse ambiente foi feito o levantamento epizootiológico do Ministério do Exército com o seguinte resultado:

Animais examinados	12.000	
aproximadamente.			
Sacrificados	152	— 1,2 %
Mortos pela AIE		7	— 0,05 %
Suspeitos existentes em 25/11/68		330	— 2,7 %

Do total acima, foi tirada uma amostragem, na qual constavam 2.271 animais em que foram realizados todos os exames exigidos e feito um estudo comparativo de seus resultados com os resultados encontrados em 40 necropsias realizadas.

4) Interpretação da Amostragem.

As principais conclusões chegadas pelo estudo da amostragem foram as seguintes:

1) A maioria dos animais submetidos ao exame clínico nada apresentou digno de nota, estando pois, fora do acesso febril.

2) A duração das observações sobre os animais foi superior a 5 meses, demonstrando assim que, o intervalo entre os acessos febris pode ultrapassar esse período.

3) Em mais de 50% dos animais submetidos a pesquisa de

sideroleucócitos deu resultado negativo; 23% foi considerado suspeito (4/10.000).

4) Mais de 80% dos animais submetidos a eletroforese deu resultado negativo.

5) Dos animais que realizaram duas provas eletroforéticas constatou-se que:

32% confirmaram o 1.º exame

24% agravaram o 1.º exame

24% não confirmaram o 1.º exame

20% atenuaram o 1.º exame

6) Dos animais submetidos a exame, menos de 1% apresentou 3 provas positivas (clínico, sideroleucócitos e eletroforese).

— Na parte referente às provas complementares, observou-se:

- (1) O número normal de hemátias para os animais do Exército varia de 6 a 8 milhões por mm³.
- (2) Pesquisa de hematócritos, de bom valor diagnóstico.
- (3) Hemossedimentação, apresentou bom valor diagnóstico.

5) Considerações Gerais

a) Vejamos, inicialmente, alguma coisa sobre a doença:

- (1) A febre, normalmente, aparece sobre a forma de acessos separados por períodos de duração irregular.
- (2) O primeiro acesso é o mais grave. Os outros sobrevivem em períodos variados, espaçados de alguns dias a alguns anos.
- (3) O número de acessos é muito irregular, podendo até só ocorrer um acesso.

(4) Não há maior regularidade na gravidade dos acessos em sua repetição.

(5) A temperatura sobe rapidamente em 1 ou 2 dias e baixa um pouco mais devagar, tendo uma duração total de 5 a 6 dias.

(6) Finalmente, não são raras as formas inaparentes.

Pois bem, essas são as principais características da doença, sendo pois, seus principais sintomas, os acessos febris e as alterações do sangue.

Vejamos agora como se comportam os principais elementos de diagnóstico: — Sideroleucócitos — Hemátias e Gamaglobulina.

a. Nos cavalos sadios não se encontram sideroleucócitos no sangue circulante.

b. Durante as fases de latência e nos momentos afastados dos acessos, o soro tem sua composição normal e só a inoculação ao cavalo ou ao burro pode decidir a presença do vírus.

c. O sangue para ser examinado deve ser extraído, de preferência, durante a crise de um acesso febril, isto porque, no período compreendido entre as crises a quantidade de sideroleucócitos vai diminuindo lentamente até desaparecer.

d. No apogeu da febre, inicia-se também, a diminuição do número de hemátias que continua na desfervescência e perdura por algum tempo.

e. Após o período febril o número de hemátias começa a aumentar lentamente, até voltar ao normal. Neste período observa-se também que a taxa de hemo-

globina acompanha o número de hemátias.

f. Assim sendo, a especialidade dêste teste (sideroleucócitos) não é absoluta, pois pode-se encontrar uma pequena quantidade de sideroleucócitos no sangue periférico de cavalos afetados de piroplasmos e tripanosomose.

g) A finalidade dêste teste tão pouco é muito absoluta.

Concluiu-se pois, que as alterações do sangue estão intimamente ligadas com o acesso febril.

h. Quanto ao quadro protéico do soro sangüíneo, êle sofre profundas variações no curso da vida.

i. Em condições normais as variações no espectro protéico, no cavalo, apresentam oscilações individuais e diárias importantes, ao ponto de, em um exame ultrapassar a 35% e noutro, logo a seguir, cair para 20% — 25%.

CONCLUSÃO

Vimos então, que tôdas as alterações do sangue estão intimamente ligadas ao acesso febril.

Sabe-se também que os sintomas cardinais da doença são a febre e as alterações do sangue. Como as alterações do sangue são uma consequência da febre, as provas em questão são de pouco ou nenhum valor, quando realizadas fora dêste período.

A pesquisa de sideroleucócitos, tem real valor diagnóstico quando o sangue a ser examinado tenha sido extraído durante um acesso febril e, a porção para exame seja posta a sedimentar e a parte a examinar seja retirada de 10 a 30 minutos após o início da prova.

A mesma pode-se dizer, com referência a contagem de glóbulos vermelhos, taxa de hemoglobina, velocidade da sedimentação e hematócitos que, durante os acessos estão com seus índices alterados.

Na parte referente à dosagem da Gamaglobulina, observou-se que é, de um modo geral, uma prova relativamente boa para diagnósticos. Tendo em vista, porém, as variações observadas em seus resultados, para que seja considerada válida para diagnóstico, deve-se proceder do seguinte modo:

1) — Partindo de um sinal clínico de suspeição, realizar duas dosagens, em períodos diferentes e, somente considerar positivo, quando a segunda dosagem confirmar a primeira;

2) — Somente considerar o animal positivo, quando confirmado por outro exame laboratorial.

6) Procedimento a adotar

Tendo em vista os dados colhidos durante o levantamento epidemiológico realizado no Exército e suas conclusões e, mais ainda:

Considerando:

— a grande discordância havida entre as diversas provas realizadas, obrigando repetição por várias vezes de determinados exames.

— a grande dificuldade na realização de todos os exames em efetivos numerosos e situados em regiões muitas vezes afastadas dos grandes centros.

— em nosso meio, em que vamos encontrar a tripanosomose e

a piropasmose, o valor diagnóstico da presença no sangue de sideroleucócitos, deve ser mais estudado.

— nos animais sem manifestações clínicas não foi encontrado o sideroleucócito no sangue, assim como nos portadores e nos casos crônicos que se desenvolvem sem elevação térmica podem faltar por completo ou encontrar-se em um número muito reduzido. (1 x 10.000).

— a não observação de qualquer sintoma particular em casos de infecção latente o que torna difícil e oneroso o reconhecimento dos infectados latentes.

— somente um conjunto de sinais positivos concordantes em meio interno, permitirá concluir pela existência da zoonose.

— a possibilidade de transmissão da doença por uma simples picada da agulha suja com o sangue de um animal doente.

— e, finalmente, que quase todas as provas laboratoriais somente tem valor quando pesquisadas durante a fase febril da doença, propomos as seguintes medidas:

(1) Embora não se discuta o valor das informações prestadas pelo conjunto das provas laboratoriais, o diagnóstico deve se basear, sobretudo, nos dados clínicos.

(2) Em virtude da possibilidade de transmissão da zoonose pela picada da agulha, as colheitas de sangue para exames hematológicos deverão ser limitadas aos cavalos suspeitos pelo exame clínico. Em caso algum, a totalidade do efetivo de um estabele-

cimento em que apareceu a zoonose, deverá ser submetido a tais colheitas de sangue.

Seja então observado o seguinte procedimento:

1 — Levantamento epizootológico anual, em todo o efetivo equino.

O levantamento deverá ser baseado em dois dados principais:

a) — Curva térmica

b) — Exame cuidadoso da maneira pela qual os cavalos se comportam em trabalho.

CURVA TÉRMICA: Proceder, por um período longo de tempo (30 a 60 dias) a tomada bi-quotidiana da temperatura. A tomada sistemática da temperatura de manhã e a tarde e o exame da curva térmica são susceptíveis de fornecer indicações e permitir, muitas vezes, orientar o diagnóstico; denunciando os excessos sucessivos, a curva térmica fornece preciosas indicações.

A tomada de temperatura, em horas pré-determinadas poderá ser feita de dois em dois dias, quando se tratar de zonas indenes.

EXAME CUIDADOSO DO ANIMAL: Em seu comportamento no trabalho, também dará dados preciosos para o diagnóstico.

O animal será então considerado positivo:

1) — Quando apresentar dois acessos febris sucessivos separados por um período de remissão. Os acessos são geralmente observados após um trabalho severo.

2) — Quando apresentarem elevação térmica sem causa aparente

ou que no transcurso de seu trabalho apresentarem oscilações acentuadas de performances e, submetidos às provas laboratoriais reagirem positivamente.

A notificação aos órgãos oficiais dos animais suspeitos é sacrificados deverá ser obrigatória. Esta notificação terá por finalidade o controle estatístico e a limitação das áreas afetadas.

O trânsito de equídeos em todo Território passará a ser controlado pelos órgãos oficiais e não proibido. Esta medida permitirá que animais se desloquem de um para outro local desde que o órgão competente assim o permita, dentro das condições técnicas sanitárias vigentes.

NORMAS PARA COLHEITA DE SANGUE PARA EXAMES DE ANEMIA INFECCIOSA EQUINA

1) Contagem de Sideroleucócitos

a) Num tubo de ensaio ($\pm 20 \times 200$) colocar 2 ml. de Solução de E.D.T.A. (anticoagulante) a 50% (ou citrato de sódio a 50%).

b) Coletar o sangue por punção da jugular não precisando usar seringa (diretamente com agulha de punção esterelizada), e deixar o sangue fluir para o tubo com o anticoagulante (EDTA ou CITRATO), até que complete o volume final de 20 ml. (2 ml de anticoagulante + 18 ml. de sangue).

Notas:

a — Assim que o sangue começar a entrar em contato com o líquido anticoagulante é SEMPRE

NECESSÁRIO, ligeira homogeneização, por movimentos de rotação ou de lateralidade no tubo, para impedir a coagulação do sangue.

b — Os tubos deverão ser munidos de rolhas de borracha para facilitar a homogeneização final, isto é, após completado o volume é necessário a inversão do tubo umas 3 vezes para facilitar a dita homogeneização.

c — Se o material levar mais de 12 horas para chegar ao Laboratório é NECESSÁRIA a refrigeração do mesmo.

d — Para marcar o volume certo nos tubos procedemos da seguinte maneira: com uma pipeta de 20 ml. pipetamos este volume para o tubo de ensaio e marca-se com lápis demográfico ou tira de esparadrapo o volume correspondente a 20 ml. no tubo; retiramos 18 ml. do anticoagulante e ficaremos com os 2 ml. no tubo. Basta completar com o sangue até a referida marca, reconstituindo assim o volume final de 20 ml.

e — Não esquecer de marcar os tubos (fita gomada, esparadrapo, etc.).

2) Proteinograma (taxa de gammaglobulina).

a) Basta, coletar num tubo de ensaio uma quantidade de sangue entre 15 e 20 ml. Não agitar. Manter em repouso em temperatura ambiente (1 hora).

b) Se por ventura, fôr possível, a separação do soro sanguíneo por centrifugação, será sempre uma boa norma enviar ao Laboratório o soro já separado (aproximadamente 8 ml. de soro).

Notas:

- a — Se não fôr possível a separação prévia do sôro é conveniente; se o material não fôr enviado ao Laboratório após 12 horas da colheita, acondicionar os tubos em refrigeração. Isto tem a finalidade de impedir a hemólise

- b — Não esquecer de marcar os tubos (fitagomada, esparadrapo, etc...)

3) Pesquisa de Hematozoários

Fazer sempre dois esfregaços em lâminas de todos os animais em que se colha o sangue. Marcar as lâminas diretamente sobre o esfregaço com lápis de grafita ou caneta esferográfica.

ASSEMBLÉIA-GERAL DE A DEFESA NACIONAL

Em 13 de dezembro de 1968, foi decidido pela Assembléia-Geral, modificar o Art 31 dos Estatutos, extinguindo o cargo de Diretor-Geral e criando os de Diretor Administrativo e Diretor Tesoureiro, para os quais foram eleitos por aclamação, o Gen Div R-1 JOÃO GAHYVA e o Ten-Cel (Ref) JOÃO CAPISTRANO MARTINS RIBEIRO.

Foi exonerado, a pedido, do cargo de Redator, o Ten-Cel Art Dávio Ribeiro de Farias e eleitos para o mesmo cargo o Ten-Cel Prof Pedro Wandec de Leoni Ramos e o Ten-Cel Inf Brasil Ramos Caiado Filho.

Na mesma ocasião, foi decidido ainda, nomear uma Comissão constituída pelo Gen Div R-1 João Gahyva, Cel Art José de Sá Martins, Ten-Cel Prof Pedro Paulo Wandec de Leoni Ramos e Ten-Cel (Ref) João Capistrano Martins Ribeiro, para proceder à revisão dos Estatutos.

FÔRÇAS ARMADAS

A destinação das Fôrças Armadas é a defesa da Pátria e a garantia dos poderes constitucionais, a manutenção da lei e da ordem.

O povo, de um modo geral, tem consciência nítida desta ação protetora, pois nos momentos mais conturbados da vida nacional, volta-se esperançoso para as Fôrças Armadas, em busca daquela segurança tão necessária para o trabalho, para a produção e para o progresso.

As Fôrças Armadas conscientes de suas responsabilidades para com a Pátria, com o mesmo desprendimento que tantas vezes já deu provas no passado, nada ambicionando senão assegurar à Nação as condições de segurança essenciais para o seu desenvolvimento, têm-se dedicado de coração e alma, ao cumprimento de suas missões.

Conscientes de que a sua eficiência é função do desenvolvimento do país, não só acompanham as Fôrças Armadas com interesse, o desenvolvimento sócio-econômico do país, como também, mercê de sua organização, de seu preparo profissional e sobretudo do patriotismo que as empolga, tem contribuído para esse desenvolvimento.

A DEFESA NACIONAL

ASSINATURAS

Qualquer pessoa categorizada ou entidade civil pode tomar assinatura desta Revista, que se sentirá prestigiada com isto.

Para fazê-lo, bastará comunicar-se com a Secretaria da Revista, indicando nome e endereço (para remessa) e enviando cheque ou vale postal correspondente à assinatura desejada (anual — NCr\$ 5,00).

POLÍCIA DO EXÉRCITO: O SOLDADO DIFERENTE

Cap Inf
ROBERTO JENKINS DE LEMOS

1 — PE, A DESCONHECIDA

A função policial peculiar da Fôrça Armada de Terra, tem uma doutrina bem definida na maioria dos Exércitos, o que não ocorre no caso brasileiro.

Estruturada nos moldes de Military Police norte-americana, a Polícia do Exército, malgrado vinte e cinco anos de atividades, ainda é uma grande desconhecida para o Exército. Pela inexistência de uma especificação funcional bem definida, suas atividades são calçadas nas da MP, com adaptações regionais, o que, evidentemente, não é a solução ideal.

Dai o registro de várias observações sôbre suas atuações — os conceitos pessoais dos observadores vão criando raízes e apresentando distorções proporcionais ao mapa interior de cada um, o que, não contribuindo de modo positivo, lança outras dúvidas sôbre suas atividades, ainda não devidamente codificadas.

A Polícia do Exército existe, e existe o elemento de PE, embora inexista uma nítida compreensão do que seja, de suas reais atribuições e o que se pode esperar dêle.

Quando a evolução brasileira necessita de uma PE cada vez mais atuante, ela se vê envolvida num desconhecimento inexplicável, tem seu modo operacional mudado ao sabor de determinações ocasionais e sem fundamentos técnicos, e o que é pior, difundem-se opiniões as mais contraditórias a seu respeito, como se fôsem verdades finais.

2 — PE, O ANTIPÁTICO

As atividades do elemento PE revestem-se, à primeira vista, de características profundamente antipáticas: fiscalizar, controlar, limitar, proibir, coibir, revistar, deter, impedir, prender.

É difícil descobrir no observador da PE o desejo de aprofundar-se um pouco mais nesta primeira análise, de modo a descobrir que a

sua principal missão é *Proteger*, e que, para atingir esta fase, muitas vezes é necessário passar pelas anteriores.

O PE sofre, portanto, um desgaste contínuo.

É preciso ainda levar-se em conta que para muita gente a atividade policial é constrangedora, mesmo nas suas manifestações elementares, em certos casos. E, crescendo-se a faixa de idade própria aos soldados, teremos um reforço ao constrangimento que surge inicialmente.

Sentir-se antipático e ser antipatizado.

A falta de conhecimento sobre a Polícia do Exército e a ausência de uma norma seguramente estabelecida, colocam o elemento PE numa posição nada cômoda: PE, o antipático.

3 — PE, O DIFERENTE

Num primeiro passar-de-olhos, sentimos que a natureza de sua missão afeta diretamente o PE, marcando-o como um elemento diferente — e diferente, queremos destacar, não significa melhor ou pior — significa exatamente que não é igual aos demais militares.

Por outro lado, é importante que o PE não seja oriundo da mesma área onde irá atuar, para evitar-se o surgimento de futuros problemas — este fato, de tão meridiano, dispensa maiores comentários; todavia, não deixa de ser mais um ponto no registro de uma diferença.

Sua designação para a Polícia do Exército, fruto de uma seleção que independe de sua vontade, coloca-o numa situação diferente da maioria dos conscritos — é apartado do conjunto e passa a integrar uma parcela minoritária, que agirá sobre o todo.

4 — O ÔNUS DA DIFERENÇA

Para vencer o constrangimento inicial causado pela ação policial, será necessária a utilização de uma farta bagagem de argumentos, para vencer a resistência interna do jovem e para não permitir, depois, que ele seja conduzido pelo seu entusiasmo juvenil, na direção oposta.

A sua falta de amadurecimento deverá ser compensada por uma orientação segura e constante, transmitida nos detalhes mínimos e em todas as oportunidades, de modo a colocá-lo rapidamente no nível de compreensão devido, para que possa atuar como PE.

E aqui cabe um registro: a diferença a que nos referimos anteriormente, deve ser enfatizada para o jovem, na argumentação justificatória da ação policial, mas de tal forma que não venha a transformá-la de função auxiliar numa superfunção.

O PE age motivado pelo comportamento alheio, e este comportamento será determinado pelas experiências dos indivíduos. Mas ele, o PE, também é um ser humano e possui o seu próprio comportamento individual — ganha assim o problema um complexidade profunda, e que deverá ser convenientemente tratada para evitar distorções de conduta.

É preciso não esquecer que o valor fundamental do PE consiste exatamente no sentido de proteção que existe em suas atividades, mesmo quando a ação desenvolvida tiver o caráter repressivo.

Os conflitos provocados pela falta de compreensão para com a missão da Polícia do Exército, a antipatia da ação fiscalizadora e repressiva, a própria constatação de uma diferença, se não forem contornados com habilidade, *Se não forem compensados*, conduzirão o PE a um desequilíbrio interno que talvez só venha a ser percebido no momento em que se fizer necessário lançá-lo em missão — e, convenhamos, este não será o melhor momento para verificarmos que algo não está bem.

O perigo do desequilíbrio interno do policial reside no fato do mesmo poder atingir o ponto em que não mais diferencie quem deve proteger contra quem.

5 — DIFERENÇAS FUNDAMENTAIS

Até o presente falamos de uma diferença entre os militares, de um modo geral, e o elemento PE.

Quais são as diferenças?

Partamos da existência de dois grupos:

- a) o que engloba o total das OM, com os seus componentes, a grande maioria; de preferência oriundos da mesma área;
- b) o dos elementos PE; de preferência, oriundos de áreas diferentes daquela onde irão atuar.

Os dois grupos são recrutados dentro da mesma faixa de idade, com variações de educação e cultura semelhantes; sem que possam influir no processo de seleção, em dado momento vêm-se em grupos distintos.

Analisemos diversos aspectos condicionantes do comportamento e determinantes da formação militar e suas conseqüências sobre os dois grupos.

ASPECTOS	SOLDADO DE UM MODO GERAL	SOLDADO PE
Origem da Tribunação	Da mesma área da OM	De área diferente da OM.
Efetivo	Maioria	Minoria.
Preparação Militar	Normalmente dirigida para emprêgo remoto, em se tratando de Operações Militares. Quando para emprêgo imediato, dentro de um ângulo de prestação de serviços.	Dirigida para emprêgo imediato.
Relação Sd/Quartel	O Quartel é o seu local de trabalho.	O Quartel é o seu local de adestramento e a sua casa.
Relação Sd/Cidade	A cidade é o seu local de diversão e onde geralmente reside sua família — nela o Sd preocupa-se apenas com o seu procedimento.	A cidade é o seu local de diversão e o seu local de trabalho — nela o PE preocupa-se com o seu procedimento e com o procedimento alheio.
Imagem na Classe	É visto pelos Sd de outras U como um colega, um companheiro.	É visto pelos outros Sd como um elemento "do outro lado".
Ação	Age enquadrado por superiores, na quase totalidade de suas atividades.	Age quase sempre isolado e por vezes defronta-se com transgressões cometidas por superiores.
Tomada de Decisões	Por agir enquadrado, dificilmente é obrigado a tomar decisões que envolvam terceiros.	Constantemente decide por si mesmo, sabendo que a decisão tomada TEM QUE SER A CERTA.
Obtenção de Efeitos	Seu maior rendimento será função de sua organização dinâmica — o movimento é condição básica.	Seu maior rendimento será função da sua firmeza, da sua inflexibilidade, fatores estáticos — o dinamismo é recurso.
Maior Eficiência	Obtida quando em contato com o inimigo, o problema ou a situação — contato, aqui, significa o corpo-a-corpo, ou quase isto.	Obtida pelo ato de presença utilizando co-recurso final o contato.
Objetivo	Age contra um adversário do grupo, tendo um objetivo definido — e o seu grupo significa o Exército, a Nação.	Age para proteger o grupo, fiscalizando os seus componentes: tem seus objetivos genéricos por excelência, relacionados com o comportamento de seus próprios companheiros.
Auto-Conceito	Sente-se igual aos seus companheiros do grande conjunto.	Sente-se diferente dos demais Sd, pelo desempenho de missões diferentes.

6 — SUA VIOLAÇÃO PSÍQUICA

Um aspecto importante, neste ligeiro estudo, reside no levantamento das violações psíquicas que sofre o PE, por força do desempenho de suas missões.

O ser humano tem as suas *Necessidades Básicas*, que rompem o seu equilíbrio interno, independente de sua vontade consciente; o homem então procura no meio ambiente, por trocas, a gratificação de seus anseios.

A de *Relacionamento*, é restringida para o PE aos seus próprios companheiros de Unidade — dadas as implicações decorrentes de sua função, é-lhe limitado o contato com os demais componentes do contexto social-militar.

A de *Transcendência* é bastante afetada, pois a ação policial, embora objetive preservar o certo contra o errado, o bom contra o mau, dentro do quadro geral de *Proteção*, aparentemente é destrutiva, o que fere a natureza humana.

A de *Identidade* também é atingida, pois o PE não influenciou na sua seleção — é obrigado a amoldar-se aos novos padrões comportamentais, bem mais rígidos do que aqueles para os quais preparou-se na expectativa da prestação do Serviço Militar — passará a aplicar sobre terceiros, normas regulamentares que nem sempre estará em condições de entender, capitalizando uma hostilidade que não desejou nem provocou.

Pelo seu pouco amadurecimento, pelos choques provocados pela nova situação, o PE tende a acumular experiências negativas, iniciando uma verdadeira coleção de frustrações. Seu equilíbrio interno passa a exigir-lhe *Gratificações* cada vez em volume maior.

O sistema de defesa do Ego, agindo inconscientemente, poderá acelerar sua destruição como elemento equilibrado, marcando-o dentro de um quadro geral de insatisfação ou inadequação. Em qualquer das duas novas situações, o primeiro sinal será a queda de seu rendimento, caracterizado pelo “fazer-vista-grossa”, nos momentos em que seu concurso fôr solicitado.

7 — GRATIFICAÇÕES

Analisadas de um modo geral, as agressões psíquicas sofridas pelo PE, materializando grosseiramente, diríamos que elas suprimem elementos internos que necessitam substituições imediatas, por intermédio de *Gratificações*, para falarmos dentro da linguagem da moderna psicologia.

Mas o que viriam, em síntese, a ser *Gratificações*?

Seriam um reforço às respostas das perguntas formuladas pelos próprios PE: por que somos diferentes?... por que somente nós o somos?

A diferença existe, e acreditamo-la um ponto pacífico. Temos agora que materializá-la para o elemento que irá corporificá-la — é de suma importância que o jovem a visualize; e devido à sua falta de vivência, é preciso incutir-lhe um sentimento diverso dos demais jovens — e, o que é importante — é preciso que ele aceite e acredite ser, não “um eleito”, mas apenas um elemento diferente.

E aqui cabe um exemplo: embora não pretendamos chegar à sombra, recordamos que pequenos detalhes no uniforme, como as golas altas, insígnias sóbrias e rígidas, a predominância de cores escuras e aplicações em couro, transformavam os joviais arianos das SS de Hitler em presenças terrificantes, ainda que não emitissem um único som ou executassem um só gesto.

E não queremos deixar de lado, neste mesmo aspecto, um ângulo bem diverso: o chapéu de abas largas, o dólman vermelho, os culotes justos e as botas polidas, num conjunto harmônico, emprestavam e emprestam ao Polícia Montada do Canadá uma irradiante sensação de proteção, equilíbrio, serenidade e justiça.

Este modo de caracterização externa é uma — *Gratificação* — ambos diferenciavam-se dos demais, por força de suas missões e, por isto mesmo, ao lado de outras peculiaridades, vestiam-se de modo diferente.

As *Gratificações* que pretendemos sejam possibilitadas ao PE, deverão ater-se ao nosso panorama sócio-econômico-cultural, ligadas apenas à idéia de uma especificação funcional que possa ser assimilada pelo nosso jovem de 18 anos, despertando-lhe, pelo seu aspecto geral, uma noção de diferença apenas, sem conduzi-lo ao perigoso caminho das superioridades grupais.

8 — MEDIDAS FUNDAMENTAIS

Dentro do quadro analisado, acreditamos que as medidas que se seguem, reúnem condições para recomposição do equilíbrio interno, rompido pelo desgaste provocado pela ação policial:

a — Plano de Uniformes Específico — objetivando uma conotação marcial, sóbria e eminentemente peculiar à função; de fácil identificação à distância, para as missões de Policiamento Ostensivo, e Ação de Choque quando o objetivo deva ser alcançado pela ação de presença pura e simples;

b — Efetivo Serviço de Relações Públicas — a divulgação da PE no âmbito do próprio Exército, facilitar-lhe-ia o contato com os companheiros, e daria ao PE a oportunidade de mostrar as suas outras facetas, além daquelas, desagradáveis, tão difundidas pelos que foram seus patrocinadores, ao mesmo tempo que anularia esta última — e destacamos a impossibilidade de anular uma propaganda negativa no meio dos Sd, exceto pela revelação dos determinantes da ação crítica;

c — Ordem Unida Específica — a OU cria um reflexo no Sd, ritmando-lhe os movimentos; pretender que o PE aja no ritmo do Infante, é o mesmo que desejar que este galgue a posição inimiga em uniforme de gala, armado de cassetete — a OU está para o PE na mesma razão que a Maneabilidade está para o Infante — ela tem que dar-lhe a rigidez da postura, a segurança de uma cadência, o reflexo dos movimentos; é regra elementar das lutas que não se corre sobre o inimigo: a OU deve criar este reflexo para o PE — a aproximação firme e irreversível, com movimentos destacados e bem definidos;

d — Prática Desportiva Intensa — mais do que qualquer elemento, o PE necessita do esporte, e, por serem tão óbvias as implicações, dispensamos maiores explicações.

9 — CONCLUSÕES

Evidentemente existe uma diferença, ditada pela missão específica da Polícia do Exército.

Negá-la, seria querer negar a própria necessidade de sua existência.

O Exército cresce paralelamente ao contexto nacional. E com ele deverá crescer também a esfera da ação policial. Cada vez mais a Polícia do Exército ver-se-á a braços com novos complexos problemas.

Sua missão fundamental de proteção, exige que seus componentes sejam cada vez mais selecionados. Disto infere-se que, sem nenhuma dúvida, ela é uma tropa de elite.

Ou não haveria lógica em atribuir-lhe a missão de fiscalizar o todo.

Uma tropa só será de elite quando os seus elementos acreditarem em suas próprias condições internas. E não existe vontade arraigada o bastante para suportar um desgaste contínuo sem uma compensação mínima no conjunto, mas suficiente o bastante para registrar uma diferença real.

Para acreditar em si, o homem precisa ter certeza de que acreditem nele. Para aceitar um procedimento diferente, o PE necessita sentir-se diferente.

O homem médio atual procura fugir de si mesmo e de sua liberdade, procurando transferir a responsabilidade de suas decisões para terceiros. Em "*O Medo à Liberdade*", Erich Fromm analisou este aspecto de modo bastante positivo e objetivo.

Para Karen Horney, em "*A Personalidade Neurótica de Nosso Tempo*", os desequilíbrios internos de nossos dias são muito mais numerosos do que rezam as estatísticas, e frutos indiretos do progresso vertiginoso que a humanidade vive presentemente, pelas conotações de insegurança e violações psíquicas provocadas pelas frustrações.

Não há de ser uma designação de incorporação que transformará um jovem em autêntico PE. É preciso fornecer-lhe, além dos conheci-

mentos pertinentes à função, um subsídio interno, de modo a condicioná-lo para o exercício da função policial.

O que não podemos é transformar o PE num simples "fazedor-de-presos".

Sua melhor capacitação é um problema que deve ser enfrentado enquanto temos tempo para prepará-lo, e com isto preparamo-nos também.

A autoridade policial deve ser cuidadosamente estabelecida, para evitar que venha a transformar-se em cerceadora de liberdade pelo fato de pretender compensar suas frustrações com ações drásticas. Mas deve ser sólidamente estruturada, para não provocar a desmoralização do princípio de ordem e disciplina.

Sendo uma autoridade delegada, só poderá ser exercida por elementos que tenham um verdadeiro equilíbrio interno.

E se a missão do PE o faz diferente, respeitemo-lo, reconhecendo e materializando esta diferença.

"Dai-nos força, Senhor, para aceitar com serenidade tudo o que não possa ser mudado. Dai-nos coragem para mudar o que pode e deve ser mudado. E, sobretudo, dai-nos sabedoria para distinguir uma coisa da outra."

Almirante Hardt

BIBLIOGRAFIA

PSICANÁLISE DA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA

Erich Fromm
Zahar Editôres — 1959

ANÁLISE DO HOMEM

Erich Fromm
Zahar Editôres — 1963

O MÉDO À LIBERDADE

Erich Fromm
Zahar Editôres — 1963

ELEMENTOS DE PSICOLOGIA

David Krech e Richard S. Crutchfield
Livraria Pioneira Editôra — 1963

A PERSONALIDADE NEURÓTICA DE NOSSO TEMPO

Karen Horney
Editôra Civilização Brasileira S/A — 1964

AMAR E SER AMADO

Pierre Weil
Editôra Civilização Brasileira S/A — 1965

PSICOLOGIA GERAL

Mira y López
Edições Melhoramentos — 1967

EDUCAÇÃO MORAL

QUERO SER BOM SOLDADO

Pelo Gen R/1

HERMES GUIMARÃES

PERÍODO DE ADAPTAÇÃO AO QUARTEL

Eu digo :

QUERO SER BOM SOLDADO
porque ficarei tranqüilo ante minha
própria consciência de ter cumprido
meu dever com lealdade.

QUERO SER BOM SOLDADO
porque a minha família e meus ami-
gos se orgulharão de mim.

QUERO SER BOM SOLDADO
porque terei as seguintes vantagens :

1.º. Posso aprender depressa a
manejar as armas que defendem a
ordem e integridade do Brasil.

2.º. Posso conquistar o oficia-
lato se fôr disciplinado, trabalhador
e estudioso e, no campo de batalha,
por bravura, todos os postos hierár-
quicos .

3.º. Posso ser promovido a
cabo, com seis meses de caserna, se
estudar.

4.º. Posso ganhar mais, com
seis meses de caserna, se fôr aplica-
do à instrução.

5.º. Posso sair na 1.ª turma de
licenciados, se não cometer nenhu-
ma falta.

6.º. Posso receber uma cader-
neta militar que honra e dignifica a
minha passagem pela caserna, sem
punição, ao contrário, com elogios.

7.º. Posso apresentar com or-
gulho a minha caderneta militar e
dizer a meu patrão: "seu emprega-
do, agora, vale por dois homens"; a
meu pai, a minha mãe, a minha irmã,
ou a minha noiva: "seu filho, seu
irmão ou seu noivo é um bom solda-
do"; e à minha consciência: "Agora
sou um bom Brasileiro e posso con-
tinuar trabalhando, tranqüilo, pelo
MEU BRASIL".



EU PREFIRO E QUERO SER BOM SOLDADO, para isso, não devo me esquecer, um só instante, estas VIRTUDES MILITARES:

- I) *Pontualidade*: — Nunca eu devo chegar atrasado a qualquer obrigação.
- II) *Camaradagem*: — Eu, somente eu, devo fazer as minhas obrigações e assumir toda responsabilidade de meus atos para não deixar o companheiro sofrer as consequências de minha fraqueza, colaborando com todos para o êxito da missão a cumprir.
- III) *Decôro*: — Eu devo, sempre, tanto no *quartel* como na *rua*, andar bem fardado em boas companhias, não me embriagar, não jogar e evitar atitudes incompatíveis com o militar (como sejam: encostar-me nos postes, nas paredes, dormir no bonde ou no trem, freqüentar botequins ou casas suspeitas).
- IV) *Presteza*: Eu devo cumprir todas as ordens com rapidez e precisão.
- V) *Iniciativa*: — Eu devo raciocinar tão depressa quanto a situação exigir para cumprir da melhor maneira a ordem que me foi dada.
- VI) *Coragem*: — Eu desprezo o perigo para cumprir o meu dever “mais vale morrer com honra que viver sem ela”.
- VII) *Amor à ordem*: — Amor à ordem porque só com *Ordem* há *Progresso*.
- VIII) *Sentimento do dever*: Devo ir me acostumando a cumprir os pequenos deveres para ficar treinado e não titubear ante o perigo.
- IX) *Amor ao quartel*: — Amor ao quartel como o fiel o seu templo, porque me ensina a combater o analfabetismo, a amar e defender meu Brasil.
- X) *Fôrça de vontade*: — Cumpro as minhas obrigações com prazer porque me dão fôrças para executar com naturalidade os meus deveres, assim, nunca se abate a minha vontade de ser um Bom Soldado para possuir uma *Bela caderneta militar*.

EU NÃO ME ESQUEÇO que dedicarei aos meus superiores hierárquicos uma amizade sincera porque me ensinam a ser *Bom Soldado*, são defensores dos meus direitos e, ao sair da caserna, deixarei um amigo em cada um, se eu fôr um “Bom Soldado”.

A DISCIPLINA

Para se criar o reflexo da disciplina, baseado nas prescrições regulamentares e, se manter sempre acesa a chama sagrada que alicerça o Exército, relembramos do Regulamento de Continências:

Número 6:

- “O militar manifesta respeito e aprêço aos superiores e camaradas assim como confiança que nêles deposita:
- a. pela continência;
- b. pela forma segundo a qual a *êles se apresenta*, atende ou se dirige;
- c. pela maneira como lhes honra a precedência.”

Número 7:

- “Mesmo em exercícios e em campanha, os sinais exteriores de respeito são obrigatórios.”
- VOCE É UM MILITAR DISCIPLINADO?
- Não responda já.
Vejam os que diz o R D E.

ARTIGO 3.º — São manifestações essenciais da Disciplina Militar:

1. obediência pronta às ordens do Chefe;
2. rigorosa observância às prescrições regulamentares;
3. o emprêgo de tôdas as energias em benefício do Serviço;
4. correção de atitudes;
5. a colaboração espontânea à disciplina coletiva e à eficiência da instituição”.

— PODE RESPONDER A PERGUNTA?

- Sim. Sou disciplinado porque:

1.º. Cumpro as ordens e venho dizer “ordem cumprida” porque obedeço as ordens sem complexo de inferioridade;

2.º. Observo as prescrições regulamentares, e não faço o que quero e sim o que o regulamento manda e, nos casos omissos, o meu bom senso;

3.º. Emprego tôdas as energias em beneficio do serviço. Não perco tempo conversando durante o expediente, não leio jornais, romances e outras atividades estranhas à minha função, durante as horas de serviço ou instrução;

4.º. *Correção de atitudes.* Sempre falo com os meus superiores hierárquicos, tal qual como falo com as pessoas que me são caras, isto é, em atitude de respeito. Se estou sentado, mil vezes me levanto se mil vezes o superior se dirigir a mim, mesmo sendo do meu pôsto.

Isto prova a deferência ao meu colega e amigo, prestigiando-o nas funções de Comando, como também o dominio do meu espírito sôbre o corpo, muita vez, fatigado das árduas tarefas cotidianas:

5.º. Colaboro expontâneamente à disciplina coletiva para eficiência do nosso Exército, porque chamo a atenção de quem está errado, corrigindo-o e ensinando-o sem qualquer complexo de superioridade, baseado no espírito da justiça que visa corrigir e aproveitar o individuo a trabalhar na sociedade. Mesmo, sendo de outra Bateria, ou Unidade ou de qualquer Serviço ou Arma, procuro corrigi-lo e ensiná-lo.

É um êrro pensar assim: "É de outra Bateria ou é de outra Unidade ou eu sou Intendente ou do Corpo de Saúde e eu não tenho nada com isso".

Porque o Artigo 7.º do RDE diz... "todo militar, desde que encontre um subordinado na prática de ato irregular é obrigado a adverti-lo quando êsse ato não chegue a constituir transgressão".

Também, não pondero A TÔDAS ordens que recebo porque sei que "*ordens e contra-ordens significam desordem*".

Assim colaboro na coletividade, desempenhando bem as minhas funções sem procurar resolver os problemas fora da esfera de minhas atribuições, deixando de cumprir os meus próprios.

E, finalmente, para incutir e aperfeiçoar as virtudes militares estou sempre lendo o "Quero sem bom soldado".

A DEFESA NACIONAL é a sua Revista
de estudos e debates profissionais. É a sua
tribuna.

MANDE-NOS SUAS COLABORAÇÕES!

SENHORES ASSINANTES

A Defesa Nacional depende dos Senhores e é feita sem qualquer idéia de lucro.

O preço de sua assinatura é calculado na base do mínimo indispensável para pagar as despesas inevitáveis, também feitas rigorosamente, pelo mínimo possível.

A assinatura para o ano de 1969 passou a ser NCr\$ 5,00 (cinco cruzeiros novos).

Aos assinantes que, até o presente, enviaram apenas NCr\$ 3,00 (três cruzeiros novos), anuidade antiga, solicitamos a gentileza de remeterem o restante da importância e aos que nada enviaram, a gentileza de o fazerem integralmente, a fim de facilitar nosso trabalho.

Agradecemos a todos os que atenderam prontamente nossos apelos para saudarem seus débitos.

A DIRETORIA

1871

1871

1871

1871

1871

1871

1871

1871

1871

1871

1871

1871

TRANSPORTES NA ÁREA DA 2.^a RM

Ten-Cel Art (QEMA)
JOSÉ LUIZ DE MELLO CAMPOS

1. 2.^a REGIÃO MILITAR — ESTADO DE SÃO PAULO

É o maior centro de transportes da América do Sul.

1.1 Ferrovias

É o único Estado da Federação proprietário de ferrovias, num total de 6 empresas, a saber:

— Estrada de Ferro Sorocabana	2.061 Km
— Cia. Paulista de Estradas de Ferro	1.523 Km
— Cia. Mogiana de Estradas de Ferro	1.476 Km
— E.F. Araraquara (em incorporação a C.P.E.F.)	431 Km
— E.F. São Paulo-Minas (idem a C.M.E.F.)	167 Km
— E.F. Campos do Jordão (Tôda eletrificada)	46,6 Km
	<hr/> 5.704,6 Km

Além dessas, há duas pequenas empresas privadas: A E.F. Perus-Pirapora, com 23 Km e a E.F. Votorantim, com 14 Km.

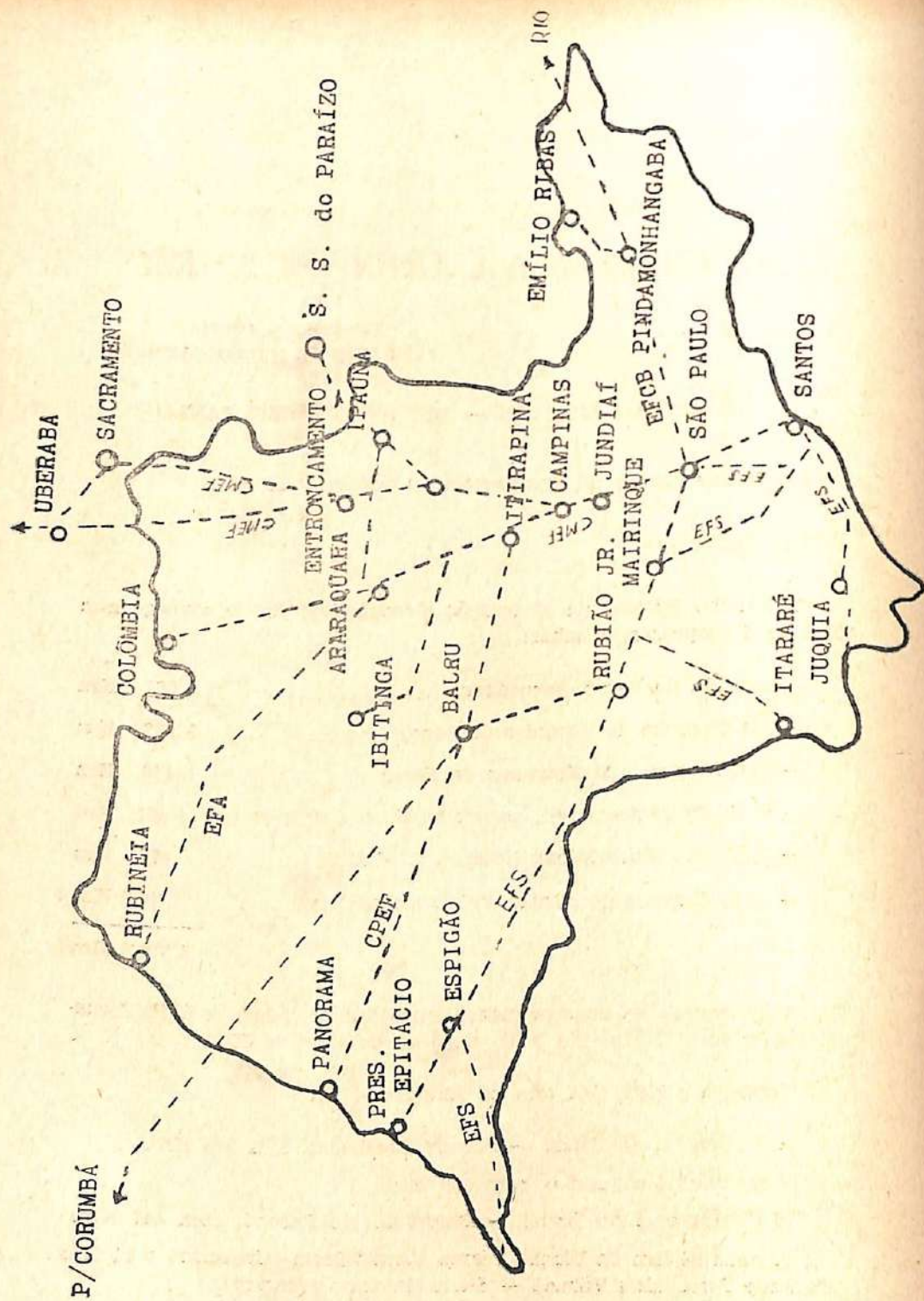
Também a RFF S/A tem no Estado:

E.F. Central do Brasil — São Paulo-Queluz, com 278 Km.

E.F. Santos a Jundiaí, com 139 Km.

E.F. Noroeste do Brasil — Bauru ao rio Paraná, com 447 Km.

E mais 24 Km da Viação Férrea Centro-Oeste (Cruzeiro) e 11 Km da Rede Ferroviária Paraná — Santa Catarina (Itararé).



Construções, Estudos e Projetos

- Anel Ferroviário (cêrca de 137 Km, 48 já em tráfego).
- Metrô da Capital — Ligação Paratinga-Cubatão.
- Tronco Sul, de Itanguá (Itapeva) rumo a Ponta Grossa.
- Prosseguimento da E.F. Sorocabana no Pontal do Paranapanema (faltam 40 Km para atingir a barranca do rio Paraná). Sua diretriz visa a Dourados (MT).
- Encurtamentos da Cia. Paulista de Estradas de Ferro; Cia. Mogiana de Estradas de Ferro e Estrada de Ferro Noroeste do Brasil.

1.2 — Rodovias

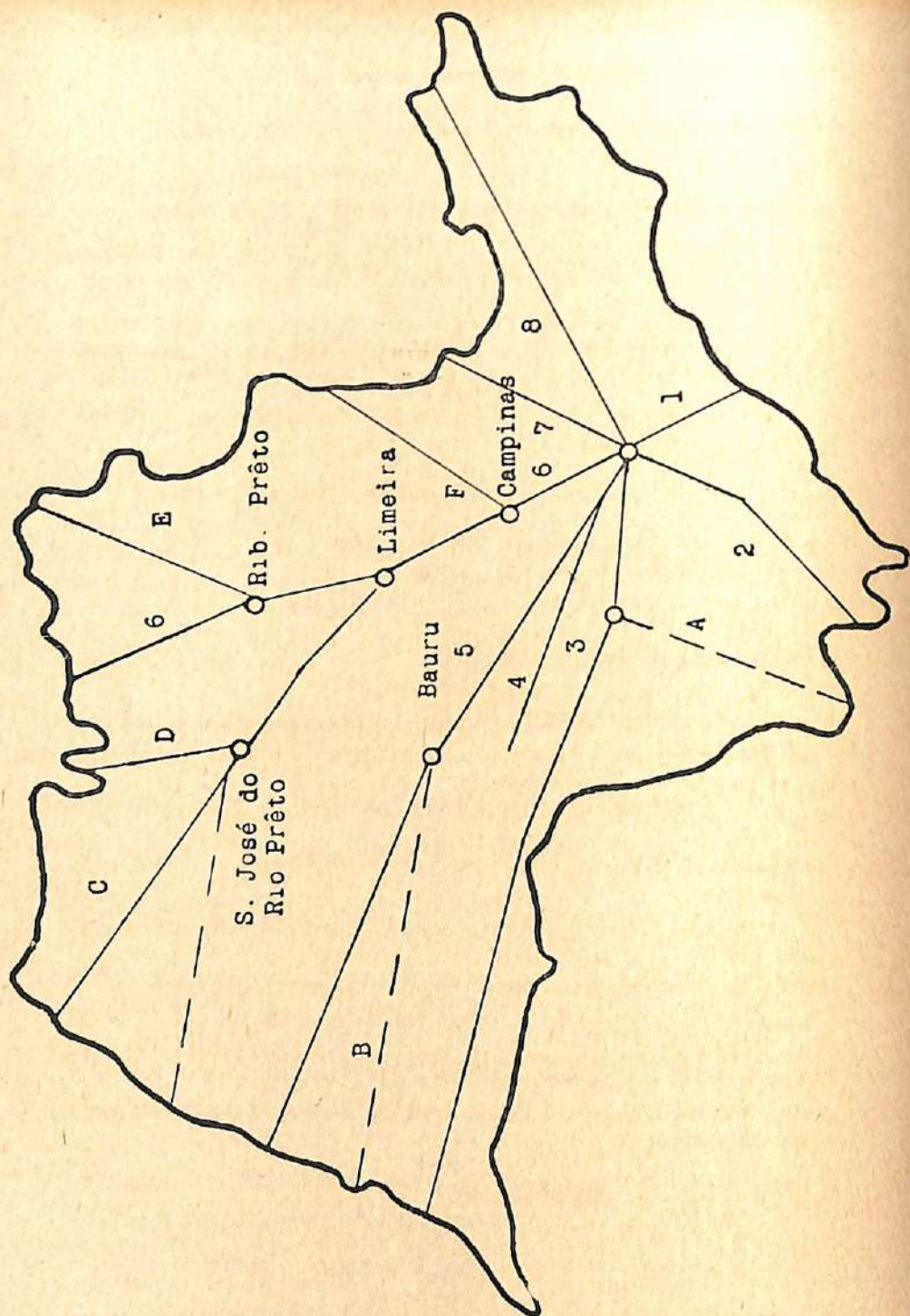
O seu território é totalmente recortado de rodovias pavimentadas, segundo rede bem planejada setorialmente, porquanto em termos de transportes integrados essa plethora de meios, prejudicou econômica e financeiramente as suas tradicionais e famosas estradas de ferro.

Consta, em síntese, a sua rede de:

- Nove grandes radiais totalmente pavimentadas, partidas de São Paulo:

- 1 — Via Anchieta — prolonga a BR-050 — SP 1 — Santos — 65 Km.
- 2 — Via Regis Bittencourt — parte da BR-116 — SP 2 — Curitiba — 305 Km.
- 3 — Via Raposo Tavares — SP 3 — Mato Grosso (Campo Grande) — 658 Km.
- 4 — Rv Castelo Branco (ex-Auto-Estrada d'Oeste), inaugurada agora (10 Nov), com 170 Km iniciais — a melhor estrada da América do Sul, comparável às melhores do mundo.
- 5 — Via Mal. Rondon — SP 4 — Três Lagoas — 671 Km.
- 6 — Via Washington Luis — SP 5 — Pereira Barreto — 622 Km 634 Km.
- 7 — Via Anhangüera — SP 6 — BR-050 — Uberaba — 451 Km.
- 8 — Via Fernão Dias — SP 7 — Pouso Alegre — 102 Km.
- 9 — Via Dutra — SP 8 — Rio de Janeiro — 252 Km.

NOTA — Apenas as duas sublinhadas são administradas pelo DNER; as demais são estaduais.



— Há além dessas Radiais, inúmeras sub-radiais:

- A — Itapetininga — Ribeira — 186 Km.
 - B — Bauru — Panorama — 340 Km.
 - C — Mirassol — Pôrto Pres. Vargas — 185 Km (55 sem asfalto).
 - D — Araraquara — Icém (rumo a Frutal-MG) — 175 Km.
 - E — Ribeirão Preto — Rifaina (rumo Araxá-MG) — 148 Km.
 - F — Campinas — Mococa (rumo MG) — 156 Km.
- e outras mais.

— Há cerca de 4 grandes transversais ou roçadas, que ligam praticamente os Estados de Minas Gerais e Paraná, sem passar pela Capital, em formidáveis arcos, quase todos pavimentados.

Além dessas transversais, existem centenas de ligações e diagonais, na maioria pavimentadas.

Extensão da rede rodoviária pavimentada (Dados de 1964):

BRASIL: 19.000 (sendo 14.000 federais) Km.

Estado de São Paulo: 8.500 Km (1968).

Não pavimentada:

BRASIL: cerca de 550.000 Km.

Estado de São Paulo: 15.500 Km (1968).

Acrescente-se a essa rede rodoviária uma fabulosa soma de milhares de Km de estradas de rodagem municipais, de boas características, pouco superior a 100.000 Km.

Estudos, projetos e construções:

- Pequeno Anel Rodoviário (cerca de 70 Km já em construção adiantada).
- Grande Anel Rodoviário (em estudos, extensão aproximada de 213 Km).
- Rodovia do Imigrante (São Paulo — Santos), implantação.
- Rodovia da Integração — Pres. Epitácio — Jales (em obras).
- Rodovia Santos — Rio — 512 Km — (Convênio DER-DNER-Petrobrás).
- Rodovia Campinas — Jacareí (grande contorno da Capital, em obras). 75 Km.

1.3 — Aquavias ou vias interiores

Litoral Norte

Canal de Bertiooga.

Rio Juqueriquerê.

Litoral Centro

Estuário de Santos.

Rios Diana — Sandi — Jurubatuba — Quilombo — Mogi — Perequê — Cubatão — Casqueiro Branco — Santana — Piassabuí.

Litoral Sul

Itanhaém — Negro de Peruibe — Comprido — Una do Prelado — Juquiá — Pedras — Itinguçu — Una da Aldeia — Peroupava — Canal de Arapira — Mar Pequeno. Ribeira de Iguape, único de expressão.

Rio Tietê.

Rio Paraná.

Os estudos da CENAT sobre a navegabilidade do Tietê — Paraná, desde Laranjal Paulista (próximo de Tietê), até Guaíra, num total de 1.400 Km, estão concluídos. São 680 Km no Tietê e 720 no Paraná. Comportará três eclusas, Barra Bonita, Bariri e Ibitinga, inicialmente. Uma delas já está pronta. Prevê-se um total de 11 eclusas, que comportará o tráfego de um milhão de toneladas por ano.

1.4 — Restrições nos diversos meses do ano

Não há restrições em nenhuma época do ano. As vias atendem a demanda dos transportes. Poder-se-ia considerar a época das safras como perturbação do ritmo, porém são tantas as safras, tantas as vias e tal a disseminação das áreas de produção, que é fator desprezível quanto a "vias de transportes", poderá contudo prejudicar o item "meios de transportes", pela maior absorção de vagões ou caminhões, haja vista os congestionamentos do porto de Santos.

1.5 — Recursos locais

O Estado de São Paulo mede 247.898 Km² que estão divididos em 572 municípios, todos possuidores de razoável trama de estradas vicinais, cujo total já em 1964 chegava a 90.162 Km, a maior rede dentre todos os Estados. Hoje estima-se em mais de 100.00 Km.

Reunidas as ferrovias e rodovias, ter-se-á um alto índice de estradas por Km², fator que prova a assertiva — maior núcleo de transportes da América do Sul.

1.6 — Conexões terrestres com os Estados vizinhos

— Rio de Janeiro:

1 — Via Dutra (Queluz).

2 — E F C B — Entre Queluz e Eng.º Passos.

3 — Antiga Rv Rio — São Paulo — entre Bananal e Pouso Sêco.

— Minas Gerais:

- 4 — Rv Cruzeiro-Passa Quatro (pavimentada).
- 5 — Rv Cachoeira-Lorena-Piquete-Itajubá (pavimentada).
- 6 — Rv São Bento do Sapucaí-Paraisópolis (não pavimentada).
- 7 — Ramal de Sapucaí, da Cia Mogiana de E.F.
- 8 — Via Fernão Dias — Bragança-Pouso Alegre.
- 9 — Rv Lindóia-Monte Sião, segue para Ouro Fino (pavimentada).
- 10 — Itapira-Jacutinga (não pavimentada).
- 11 — Rv Pinhal-Andradas (não pavimentada).
- 12 — Ramal da Cia Mogiana de E.F. para Poços de Caldas.
- 13 — Rv Águas da Prata-Poços de Caldas (pavimentada).
- 14 — Ramal da Cia Mogiana de E.F. para Casa Branca-Guaxupé-Passos.
- 15 — Rv S. José do Rio Preto-Guaxupé (pavimentada).
- 16 — Rv Mococa-Guaranésia (pavimentada).
- 17 — Ramal da E.F.S. Paulo-Minas — Altinópolis a S. Sebastião do Paraíso.
- 18 — Rv Altinópolis-S. Sebastião do Paraíso (em pavimento).
- 19 — Rv Franca-Cássia (pavimentada).
- 20 — Ramal da Cia Mogiana de E.F., de Franca a Uberaba.
- 21 — Rv Franca-Araxá (pavimentada). Ponte de 258 m.
- 22 — Tronco Sul — Tronco da Cia Mogiana de E.F. Uberaba-Araguari (ponte rodo-ferroviária).
- 23 — Via Anhangüera-Igarapava-Uberaba (ponte anterior, sobre o Rio Grande). 319 m.
- 24 — Tronco da Cia Paulista de E. F. até Colômbia.
- 25 — Rv Barretos-Frutal (pavimentada) ponte Gumercindo Penteado, de 1.244 m.
- 26 — Rv Olímpia-Icém-Frutal (pavimentada) Ponte Mendonça Lima.
- 27 — Rv S. José do Rio Preto-Icém-Frutal (Idem-Idem).

— Mato Grosso:

- 28 — Tronco da E. F. Araraquara, até Rubinéia.
- 29 — Mirassol — P. Vargas (em pavimentação) Rubinéia-Taboada (balsa).
- 30 — Via Washington Luiz (em pavimentação) (futura barragem de Ilha Solteira) — Pereira Barreto.
- 31 — Via Mal Rondon — Andradina-Três Lagoas (ponte rodo-ferroviária ou barragem de Jupia).
- 32 — Tronco da E. F. Noroeste do Brasil — Bauru-Três Lagoas-Campo Grande (ponte rodo-ferroviária), 1.023 m.
- 33 — Rv pavimentada até o rio Paraná — Panorama-Brasilândia (balsa).

- 34 — Tronco da E. F. S. até Pres. Epitácio — pôrto no rio Paraná.
35 — Via Raposo Tavares (ponte Mauricio Joppert, de 2.250 m. Pres. Epitácio-Bataguaçu-Campo Grande).

— Paraná:

- 36 — Rv Pres. Venceslau-Teodoro Sampaio (rio Paranapanema) (não pavimentada) (sem ponte).
37 — Rv Pres. Prudente-Pôrto Firmino (pavimentada). Idem.
38 — Rv Iepê-Alvorada do Sul (ponte de concreto armado de 425 m (pavimentada). Pôrto Giovani.
39 — Rv Assis-Londrina (pavimentada).
40 — Rv Palmital-Rio Paranapanema (pavimentada). Sem ponte.
41 — Rv Ourinhos-Cambará (ponte rodo-ferroviária, pavimentada).
42 — Rv Ourinhos-Jacarêzinho (pavimentada).
43 — Conexão ferroviária da E.F. Sorocaba com a Rêde de Viação Paraná-Santa Catarina, em Ourinhos (ponte).
44 — Rv até a Divisa — Xavantes-Rib. Claro (ponte pênsil) (pavimentada). Barragem da Usina Xavantes.
45 — Rv Fartura-Carlópolis (ponte sobre o rio Itararé, antiga, será substituída por outra, majestosa, a ser pavimentada).
46 — Conexão ferroviária entre a E. F. Sorocaba com a Rêde de Viação Paraná-Santa Catarina, em Itararé (ponte sobre o rio Itararé).
47 — Rv Itararé-Jaguariaíva (2 pontes) (não pavimentada).
48 — Rv Bandeirantes (antiga SP-PR) (pavimentada, ponte no rio Ribeira). 110 m.
49 — Rv Regis Bittencourt (BR-116) (ponte sobre o rio Pardinho).
50 — Canal do Varadouro (Navegação da E.F. Sorocabana).

2 — DISPONIBILIDADE E NECESSIDADE DE MEIOS DE TRANSPORTES PARA A ÁREA

2.1 — *Aquartéis*

Disponibilidade:

O Estado, quer no setor público como no privado, não registra grande interesse pela navegação marítima. Toda iniciativa é federal. Basta verificar o número e a importância dos armadores e estaleiros paulistas. Quanto aos primeiros podemos citar: Transmar (4 navios) — L. Figueiredo — Matarazo (1 navio) — Cia. Navegação Santense (local).

Quanto aos segundos, cerca de 30 pequenos estaleiros. Há em Santos 58 agências de navegação.

Em contrapartida, tão grande quanto recente, tem sido a preocupação pela "Navegação Interior". Existe de pouco a CENAT — Comissão Especial de Navegação do Tietê, cujo propósito é o de abrir a navegação desde Lavras até a foz do Tietê e desta até Guaíra.

Em termos reais há apenas a exploração de navegação fluvial da E.F. Sorocabana, no rio Ribeira de Iguape, com cerca de 5 a 6 barcas e mais alguns barcos para o transporte de banana.

No rio Paraná, há numerosas chatas e barcas de transporte de gado, também a EFS explora o porto de Pres. Epitácio.

2.2. Terrestres

— Ferrovias (dados de 1966, do DNEF e QI de 1967 da CR/2).

	LOCOMOTIVAS			VAGÕES				
	Vapor	Elétr	Dias	Fechados	Pranch	Gaiola	Gôndula	Carros
EFS	103	60	159	5.117	1.396	713	1.298	584
CMEF	50	—	—	1.478	165	273	379	243
CPEF	94	90	89	3.428	431	538	956	422
EFA	26	—	17	394	19	94	164	103
EFSPM	29	—	—	124	11	3	51	37
GOV SP	302	136	219	10.541	2.022	1.621	3.048	1.389
EFJSJ	20	16	54	2.087	509	527	1.613	250
EFNOB	48	—	71	2.600	25	592	1.588	191
EFCEB	11	—	52	378	110	58	412	145
RFF	79	21	155	5.065	644	1.177	3.613	586

Foi tomado para a EFCEB um fator empírico (1/7 do seu total), uma vez que se torna difícil determinar uma frota para a Regional de São Paulo, enquanto da EFNOB foi tomada a sua totalidade, em virtude da sua sede ficar em Bauru.

— Empresas Rodoviárias Mobilização rodoviária

No que respeita a mobilização rodoviária, a CR/2, atualmente, tem relacionadas as seguintes empresas de transportes:

Carga	868	Asfalto	6
Autos	4	Cimento	1
Combustíveis	11	Frigoríficos	4
Líquidos	13	Mudanças	10
Pesado e máquinas	22		

Total de 939

Reboques	72	Empresas interestaduais ...	3
Empresas de ônibus particulares	81	Transporte de passageiros (urbanos)	33
Transporte de passageiros (interurbanos e interestaduais)	532		

Total de 649 Empresas

Obs.: Dados esses consolidados entre informações colhidas no DET, IBGE, Listas Telefônicas, DER e DNER.

Além das empresas acima, a CR/2 possui, devidamente fichadas, as seguintes empresas:

Capital: Passageiros	55	Interior: Passageiros	251
Carga	77	Carga	94
Total	132	Total	477

— Oleodutos

Meio de transporte mais econômico e prático, de alto rendimento para os suprimentos líquidos a grandes distâncias e em terrenos acidentados. Caso típico da serra do Mar. Excelente emprego em operações militares de envergadura. Pode haver também os aquedutos e gasedutos. O oleoduto pode ser aproveitado para o transporte de gás.

Existência na área

A Santos = São Paulo (Rêde da EFSJ).

Início na Estação de Alemôa, no Pôrto de Santos, receptora do óleo bruto e derivados chegados ao cais do Saboó (Ilha de Barnabé e do Cais do Valongo, através das linhas de oleodutos da Cia. Docas de Santos).

Destino — Estação de bombas de Cubatão, para galgar a serra do Mar, ou

Refinaria Presidente Bernardes

A Estação de bombas do Alto da Serra ejeta para a Refinaria de Capuava e para o Terminal de Utinga, em São Paulo. Junto ficam os depósitos das empresas distribuidoras (Esso-Texaco-Atlantic-Ipiranga-São Paulo-Matarazzo).

Consta resumidamente de:

1 linha tronco — Alemôa = Cubatão = Utinga (3 linhas de 49 km).

5 ramais especiais:

N.º 1 de 4 linhas de 7,9 Km, cada.

N.º 2 de 6 linhas (1 de 12 Km e 4 de 22 Km, cada).

N.º 3 de linha de 12,5 Km — serve a Termelétrica de Piratininga.

N.º 4 de 1 linha de 35 Km para a Refinaria União.

N.º 5 de 2 linhas de 9,5 Km, da Refinaria União à Utinga.

B São Sebastião = Cubatão — Rêde Petrobras.

Começa no Terminal Marítimo Almirante Barroso, pôrto de São Sebastião e termina na Refinaria Presidente Bernardes, em Cubatão. Mede cêrca de 120 Km em diâmetro nominal de 24". Destina-se ao bombeamento de óleo cru. Vazão de 275.000 barris por dia.

Estudos e construção

1 — A EFSJ está ampliando sua rêde com a construção de uma outra linha destinada a produtos claros, GLP entre Cubatão e Utinga.

2 — Há planos ainda em definição, para a construção de um oleoduto de São Sebastião até a região de Campinas (sede de futura refinaria).

— Aéreos

O Estado possui 89% das ações da VASP, empresa que está em plena recuperação financeira.

A Sadia Transportes Aéreos — 6 aviões Dart Herald turbo-hélice.

Além dessas, há as seguintes empresas de táxi-aéreo registradas na DAC:

Aerosita — de Itapeirica

Servencim — Capital — especializada em malotes

Marília (TAM) — 9 aparelhos Piper.

Araçatuba

Lider São Paulo — Capital 14 aviões, sendo 13 bimotores.

Conta com 114 funcionários.

2.3 — Necessidades de meios de transportes

Obviamente o desenvolvimento do País e a respectiva demanda são espirais de exigências.

No território da 2ª RM em generalidade, existe o problema comum de saneamento da sistemática ferroviária para sua maior eficiência (espírito empresarial) — velocidade e agressividade comerciais — recuperação de 30 anos de amissões — flexibilidade tarifária, reforço das vias e melhoria dos traçados — ausência de política — descentralização — supressão de ramais antieconômicos — redução de funcionários.

As "necessidades" estão devidamente equacionadas pelo Governo do Estado, através de algumas obras em andamento, estudos e projetos, tais como:

Nas ferrovias há previsão de investimentos na infra-estrutura, com construção de novas ligações, melhoria de traçado e da via

permanente, reforma e ampliação de pátios, de subestações, do sistema de sinalização e das comunicações; reequipamento das oficinas, mecanização e conservação da via permanente; aquisição de carros e vagões.

As ferrovias paulistas já estão sendo unificadas. A E.F.S. Paulo-Minas na Cia. Mogiana de E.F.; e E.F. Araraquara na Cia. Paulista de E.F.

Há várias hipóteses quanto à integração das ferrovias.

1ª — Sistema atual de 3 grandes Unidades (EFS-CMEF-CPEF);

2ª — Formar 2 sistemas grandes (bitola métrica e 1,60m);

3ª — Sistema único;

4ª — Integração com as ferrovias federais.

Obras ferroviárias em andamento:

Retificação dos trechos:

Lins-Araçatuba (EFNOB); Guedes-Mato Sêco e Tambaú-Bento Quirino (CMEF); Bauru-Garça e St. Gertrudes-Itarapina (CPEF).

Construção da ligação Paraitinga-Piaçaguera (EFS).

Construção de Euclides da Cunha ao rio Paraná (EFS).

Instalação do CTC e de freios a ar comprimido.

O Governo do Estado contratou a Sofrerail, firma francesa, para a reforma administrativa de suas ferrovias (contrato de 4 milhões de cruzeiros novos). Adotará também o uso de computadores.

Na parte de aeroportos dimensionou-se para menos as pavimentações, reservando-as apenas para aeroclubes.

Recuperação da VASP. Desenvolvimento da Sadia e das empresas de táxi-aéreo.

Reforma de aeroportos, com pretensões a construção de um, supersônico.

No setor rodoviário:

Construção da nova Anchieta — obra vital ante a ameaça de um colapso, conseqüente a provável interdição.

Reformas inadiáveis de grandes trechos de rodovia, devido ao considerável aumento de tráfego, com recapeamento de 4.000 Km.

Prosseguimento da Rodovia Castelo Branco.

Construção de estações rodoviárias.

Pavimentação em curso, de 130 Km de novas estradas e início de mais 1.300 Km.

Reorganização do DER por firmas especializadas (contrato), com adoção de computadores.

Adoção de "containers" (contentores) — caixas metálicas, portadoras de carga de domicílio a domicílio, por rodovia, ferrovia e navio.

Expansão da rede de oleodutos, para o interior, de forma a descongestionar as estradas, dos carros ou vagões tanques.

Construção do Metrô e dos Anéis Ferroviário e Rodoviário.

Organização de uma Cia. de Navegação Costeira, para servir o Litoral Norte.

Na parte hidroviária:

Melhoramento do Porto de São Sebastião, um dos melhores portos naturais do mundo.

Medidas para a efetivação da navegação fluvial no sistema Tietê-Paraná, em convênio com o Governo Federal.

2.4 — Metrô de São Paulo

Assunto justaposto ao quadro de necessidades, como exigência incontestável. O Grande São Paulo, constituído de 32 municípios, de população superior a 7,5 milhões (será a dôbro em 25 anos), sofre constante e galopante congestionamento de trânsito. Por isso mesmo, já se cogita até da transferência da sede do Governo para uma região central do Estado.

Metrô é transporte que exorbita a estrutura municipal para integrar o Sistema rodo-ferroviário do Estado.

Sua rede determinou os locais de novas estações rodoviárias e buscou pontos de conexão com as ferrovias, em especial na parte de trens de subúrbio.

Extensão de 60 Km (32,4 Km subterrâneo; 20,6 Km elevado; 4,8 Km em túnel; 2,4 Km em nível).

Linha Norte-Sul 21,7 Km (Santana-Jabaquara).

Linha Leste-Oeste 16 Km (Bairro do Limão-Tatuapé).

Linha Sudoeste-Sudeste 18 Km (Pinheiros-Ipiranga).

A Norte-Sul é prioritária e deverá estar pronta em 1972.

20 Consórcios se candidataram à sua construção.

Características: bitola de 1,60 m — Raio mínimo de 300 m — Rampa máxima de 4% — Trilho de 57 Kg/m, possivelmente soldado — Dormente de madeira, tratado (2,60 m) — Lastro de pedra britada de 0,25 a 0,30 m — Carros de 21,75 m (maior que os existentes), com quatro portas, para 330 pessoas, todos motorizados — Composição de 6 carros — Previsão de 80.000 passageiros/hora, com 40 trens por hora, intervalo de 90 segundos — velocidade de 80 a 100 Km/h — Custo da 1ª linha (N-S): 180 milhões de dólares.

3. NECESSIDADES OU CONVENIÊNCIAS DA EXPLORAÇÃO PELO EXÉRCITO DE TERMINAIS FLUVIAIS

Na 2ª RM, podemos mencionar, com terminais fluviais de maior destaque, os seguintes:

Registro e Iguape, no rio Ribeira de Iguape;

Presidente Epitácio, ponta da EFS e pôrto do rio Paraná;

Panorama, ponta da CPEF e pôrto no rio Paraná, com serviço de balsa daquela ferrovia;

Pôrto Presidente Vargas — ponta da EFA, no rio Paraná, com serviço de balsa.

E pequenos portos no rio Tietê.

Assim, particularmente para a nossa área, apenas no interesse da instrução, poderia haver necessidade de o Exército empenhar-se também nessa atividade. Por conseguinte, não nos parece também haver conveniência em tal prática regular.

Contudo na Amazônia, em Mato Grosso ou outras regiões menos providas de transportes, possivelmente seria conveniente a participação do Exército nessa iniciativa para suprir serviços públicos necessários e imperativos à integração do homem pela sua fixação em todas as nossas áreas.

4. PORTOS

Há 2 portos marítimos e alguns encoradouros no litoral do Estado de São Paulo.

Santos e São Sebastião, ambos são homologados pelo Plano Nacional de Viação.

— *Pôrto de Santos* — explorado e administrado pela Cia. Docas de Santos, sociedade anônima totalmente brasileira, desde 1892. Possui mais de 10.000 funcionários. Extensão atual de 8.147 m de cais, sendo 567 na outra margem do estuário e 301 m na Ilha de Barnabé. Conta com 31 armazéns internos ou de cais e 28 externos ou fora da faixa do cais, 40 pátios na 1ª faixa. Um silo para 30.000 toneladas, para trigo e cereais. 101 tanques para líquidos e gás, num total de 433.067 m³ de capacidade.

Equipamentos:

51 guindastes sobre pneus, capacidade de 4,5 a 10 t.

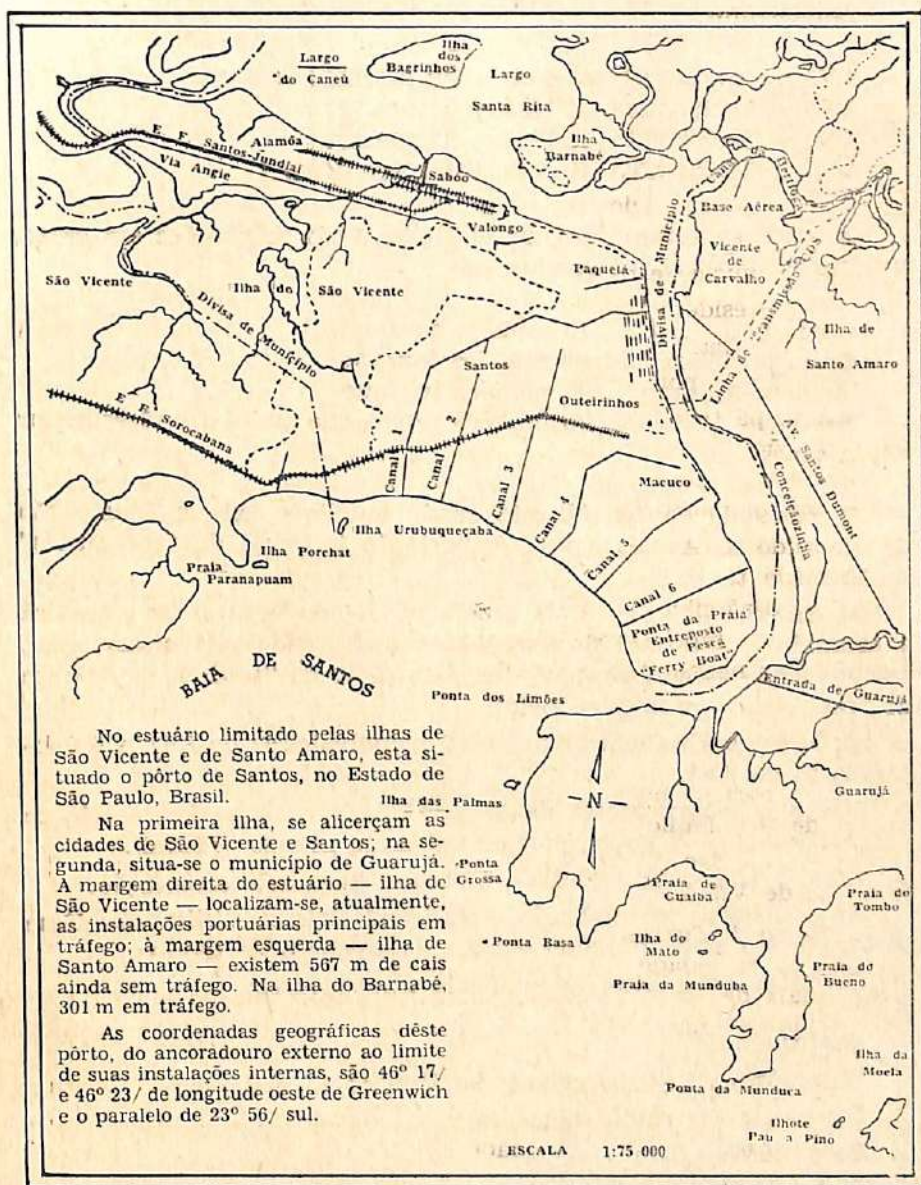
28 guindastes sobre lagartas, de 4,5 a 9 t.

307 empilhadeiras, para 800 kg até 4,5 t.

149 guindastes elétricos sobre trilhos, de 1,5 a 30 t.

74 carrinhos elétricos para 2 t e 139 pontes rolantes.

Há 11 sugadores para trigo, esteira para sal e outra de 1.184 m, para sacos e caixas e 10 sugadores para milho.



Conta com 140 km de linhas férreas, de 1,60 e 1 m.

Possui 35 locomotivas, 436 vagões, 48 caminhões, 49 tratores, 52 cavalos mecânicos, 14 carros tratores e 173 reboques.

Na parte de navegação: 3 rebocadores, 12 lanchas, 3 dragas, 2 cábreas, 3 barcas d'água, 4 chatas de desembarque, 2 "ferra-boats", 21 flutuantes.

Possui ainda, uma rede de oleodutos de cerca de 25 km e uma usina hidrelétrica própria.

Movimento:

1961 = 12.774.688 t — 1962 = 12.925.822 t
1963 = 13.263.858 t — 1964 = 12.264.727 t
1965 = 12.958.091 t — 1966 = 13.972.127 t
1967 = 14.564.629 t (índice 130 sobre 1958).

A extensão futura será de 36.318 m, após ampliações em curso, que permitirão um movimento de:

Carga geral 15 milhões ton/ano.
Granéis sólidos 28 milhões ton/ano.
Líquidos a gran ... 35 milhões ton/ano.
Total de 78 milhões p/ano, que será 6 a 7 vezes maior que a atual.

O porto de Santos já está sendo ampliado com a construção de mais 840 m de cais e será importante terminal de "containers" do Brasil.

— *São Sebastião* — Cais de 476 m, calado natural de 4 a 8 m 2 armazéns. Terminal da Petrobrás. Está sendo melhorado e há estudos sobre viabilidade para torná-lo porto de "containers". Ponte de "ferry-boat" para Ilha Bela.

O Governo Estadual adquirirá 2 empilhadeiras de 2,5 t e 6 carregadores de 2,5 t.

Nos 8 primeiros meses de 68 já atracaram 25 navios, excelente prognóstico para o maior porto natural do mundo (14 km).

Será criada uma sociedade anônima para sua exploração.

As indústrias do Vale do Paraíba decidiram utilizar-se desse porto, por ser mais próximo e para desafogar o de Santos.

Há além dos portos, os seguintes atracadouros:

Santos:

Entrepôsto de Pesca (Ponta da Praia);
Vicente de Carvalho (Guarujá);
Base Aérea (ID);
Clube de Pesca;
COSIPA.
"Ferry-boat" do DER (Santos-Guarujá-Bertioga).

Litoral Norte:

Ubatuba (pesqueiro) e Ilha Anchieta;
Porto Novo — Privativo da Anglo, e Ilha Bela (Perequê, Barra Velha e Centro da Cidade).

No Canal de Bertioga:

Buracão — Cachoeira — Caivara e Monte Cabrão.

No sistema Ribeira de Iguape — rio Juquiá:

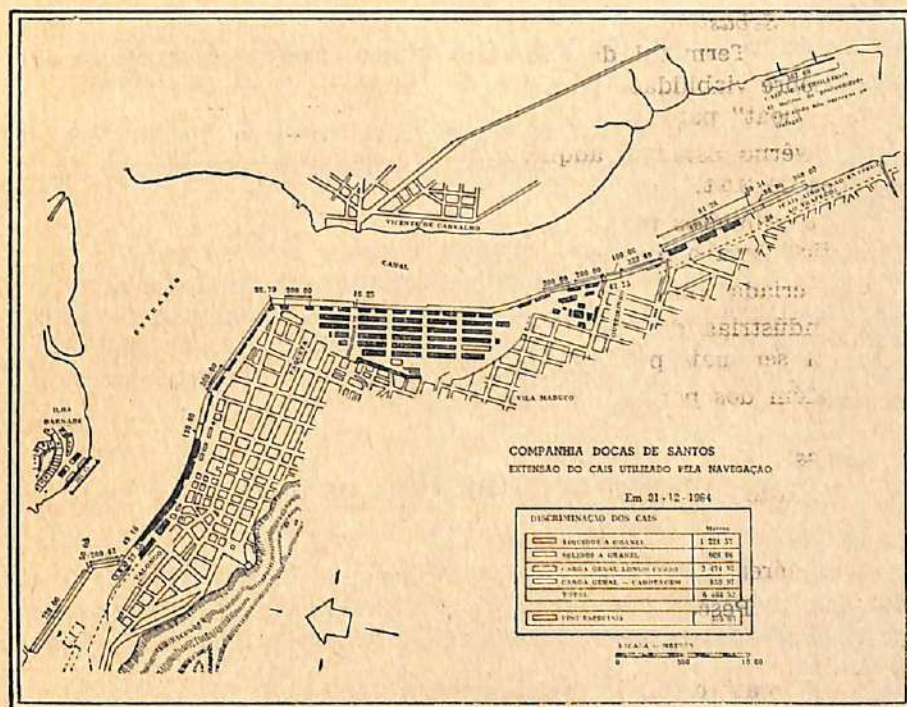
Registro — Sete Barras — Juquiá — Iguape — Peroupava — Icapará — Cananéia e Ararapira.

No rio Paraná:

Presidente Epitácio — Castilho — Panorama — Jupiá — Pres. Vargas.

Na margem de Mato Grosso:

Primavera — D. Bosco — Junqueira — Cabral — Ariranha — Taquaruçu e XV de Novembro.



5. LEVANTAMENTO DE RECURSOS

Fastidioso e ininterrupto trabalho, precípua e silencioso de uma CR. Está mencionado superficialmente na parte inicial deste trabalho.

6. AVALIAÇÃO DE RECURSOS

Consiste, quanto à parte ferroviária, no levantamento do Quadro de Capacidade de Tráfego (nas suas diversas Seções de Tração, consideradas as obras d'arte, disponibilidades de material rodante, o estado da via permanente, regiões que serve e outros fatores). São dados reservados.

Na parte rodoviária, demanda o conhecimento das vias, suas condições técnicas, capacidade das obras d'arte e meios disponíveis de transporte e de apoio (oficinas, postos e depósitos de combustíveis) e órgãos de manutenção e conservação das vias.

Na parte fluvial, o conhecimento dos trechos navegáveis, suas profundidades, problemas de estiação, existência de atracadouros e trapiches, bem como disponibilidade de meios (barcos, chatas etc).

7. COOPERAÇÃO DA C REDE COM O E 4

É o liame natural das ligações e há que existir por imposição da própria logística.

Entretanto, na prática o volume e encargos de uma 4ª Seção indica e recomenda passar-se o assunto transporte para encargo total das Comissões de Rede.

Não deve haver a menor intenção de levar uma CR para os QG, pois seria frustrar, retardar e dificultar as atividades daquela junto aos meios, órgãos, autoridades e empresários de transportes, nos dois sentidos. Muito ao contrário, os Sv de Mobilização Industrial para maior eficiência terão que trabalhar justapostos às Federações de Indústria.

8. TRANSPORTES (NA ÁREA DA C REDE)

A área de jurisdição da CR/2 corresponde às 2ª e 9ª RM ou a toda área do II Exército e mais um pequeno trecho de Minas Gerais, até onde penetra a CMEF (Araguari — Guaxupé e Passos — Poços de Caldas).

9. EMPREGO DE TRANSPORTES EXISTENTES — ESTATÍSTICA

9.1 — Não há gasedutos em operação; apenas cogita-se desses estudos.

No mais, passamos a estatísticas levantadas em várias fontes:

Estatística de movimento — Tráfego aéreo — Aeroporto de Congonhas.

ANO	AVIÕES		PASSAGEIROS		CARGA (Kg)	
	Chegada	Partida	Partida	Chegada	Partida	Chegada
1965	25.935	25.450	497.173	490.989	7.741	6.111
1966	27.161	27.267	527.825	538.016	7.015	5.173
1967	32.834	32.875	599.499	582.834	7.233	3.917

Aeroporto de Viracopos

1965	3.339	3.340	36.134	36.193	1.281	838
1966	4.064	4.059	41.121	69.543	1.353	1.640
1967	4.396	4.399	46.932	76.615	1.307	2.423

Estatística do 1.º trimestre de 1968:

Aeroporto de São Paulo (Congonhas)

Aviões:	1.509 jatos	Passageiros:	embarcados	152.048
	14.626 outros		desembarcados ...	148.163
Total	16.135		trânsito	16.584

MOVIMENTO, SEGUNDO AS COMPANHIAS (1.º Trim 68)

COMPANHIAS	Aviões (n.º)	Passageiros (n.º)	Carga (Kg)
Cruzeiro do Sul	1.306	45.156	80.858
Lider	546	1.271	28.825
Paraense	87	1.147	121.477
Sadia	1.003	19.912	261.499
T. A. Marília	114	158	—
Varig	3.965	121.027	1.828.062
Vasp	2.978	81.980	626.784
Militares	783	1.855	8.476
Diversos	4.067	4.453	73.550
TOTAL NACIONAL	14.849	276.959	3.029.531

TOTAL INTERNACIONAL (Aerolíneas Argentinas — Cruzeiro do Sul — Líneas Aéreas Paraguayas — Lloyd Aéreo Boliviano — Primeras Líneas Uruguais de Navegación Aérea — Varig etc.).

	1.286	39.836	106.986
TOTAL GERAL	16.135	316.795	3.136.517

Movimento aeroviário do Interior (na ordem de valor):

Presid. Prudente — Bauru — S. José do Rio Preto — Rib. Preto — Marília — Lins — Ourinhos — Araçatuba — Tupã.

VIRACOPOS	NACIONAL	INTERNACIONAL	TOTAL GERAL
Aviões	4.177	4.678	8.795
Passageiros	24.557	148.645	173.202
Carga (Kg)	79.966	6.478.117	6.555.083

9.2. Pôrto de Santos (1967)

Exportação (animais, matérias-primas — alimentos, bebidas, químicos, veículos, máquinas, manufaturas etc).

Total 2.117.143 t — Valor em NCr\$ 1.000 — 1.475.952

Importação (Idem, Idem).

Total 8.832.027 t — Valor em NCr\$ 1.000 — 2.059.721

Dessas 8 milhões de ton, 5.049.789 foram de petróleo bruto.

Entrada de embarcações:

1965 — 3.283 — Tonelagem = 14.633 — 1966 — 3.420 — Tonelagem = 15.471 (maior que os demais portos nacionais).

“Ferry-boat” (1967): Bertioga — 115.339 veículos

Guarujá — 1.364.265 veículos

Ilha Bela — 48.955 veículos.

9.3.— Oleodutos

Começou a operar em 1954.

Em 1958 bombeou um total de 6 bilhões de litros.

Nos anos de 63, 64 e 65 esteve em cada ano em torno de 8 bilhões.

Resumidamente, consta de 3 sistemas:

1.º — produtos claros, gasolina, óleo diesel e querosene.

2.º — transporte de óleo combustível.

3.º — óleo cru (petróleo bruto).

9.4 Rodovias do Estado de S. Paulo

PRINCIPAIS ESTRADAS (MÉDIA VEÍCULOS/DIA)

	1960	1962	1964	1967
1 — Via Anchieta				
Sacomã	19.625	30.454	28.229	30.450
Cubatão	9.018	12.821	18.298	21.287
2 — Via Raposo Tavares				
Saída	5.432	6.101	7.264	8.992
Sorocaba	2.882	3.846	3.684	4.221
Itapetininga	1.701	2.566	2.716	3.226
Ourinhos	1.097	1.669	2.389	3.014
Pres. Prudente	1.164	1.228	1.642	3.508
Pres. Epitácio	—	427	594	891
3 — Via Mal Rondon				
Osasco	3.406	5.050	6.250	7.273
Itu	878	1.413	—	2.314
Botucatu	670	1.379	1.662	2.067
Bauru	771	1.563	1.807	2.203
Araçatuba	1.265	1.662	2.376	2.891
Divisa	—	—	493	808
Jundiaí—Itu	1.701	2.759	3.267	4.144
4 — Via Washington Luiz				
Cordeirópolis	244	2.662	3.162	4.777
Araraquara	2.030	3.029	3.948	4.830
S. J. Rio Preto	1.566	1.974	1.906	2.803
Mirassol	1.538	1.855	2.688	3.610
Pereira Barreto	335	385	379	512
5 — Rv Matão—Colômbia				
Matão	781	1.058	1.244	1.547
Barretos	750	710	1.854	1.775
Colômbia	650	543	749	750

6 — Rv Mirassol—Pres. Vargas

Tanabi	493	656	1.334	1.629
Pôrto Pres. Vargas	—	—	—	245

7 — Rv Bauru—Panorama

Bauru	757	990	1.046	1.422
Marília	876	1.377	1.407	2.301
Panorama	—	286	381	393

8 — Via Anhangüera (BR-050)

Lapa	9.553	11.085	14.963	22.343
Jundiaí	8.755	11.639	14.274	21.415
Campinas	6.442	9.235	10.299	14.898
Limeira	4.155	5.167	6.515	8.611
Ribeirão Preto	1.372	1.847	2.686	3.077
Divisa MG	763	1.012	1.250	1.478

9 — Rv Rib Preto—Franca

Rib. Preto	1.058	1.363	1.789	2.197
Franca	354	507	679	1.208
Pedregulho	265	174	424	410

10 — Via Fernão Dias

Início Dutra	1.555	2.626	3.433	5.628
Bragança	974	384	1.944	4.042
Divisa	582	1.100	1.439	1.596

11 — Rv Pres. Dutra

Guarulhos	6.745	14.022	12.558	19.052
S. J. Campos	4.559	5.980	8.519	10.710

12 — Rv Regis Bittencourt

Itapecirica	—	—	2.638	3.740
Registro	—	1.961	2.525	3.631

9.5 Relatório do Movimento das Ferrovias — 1966 (*)

	NÚMERO DE TRENS				Percorso (mil km)	Receita em NCr\$ 1,00	Pessoal	Cap/Tráfego D/R
	Total	Passag.	Misto	Carga				
CMEF	71.750	30.834	10.554	30.362	5.794	11.684,7	6.620	2,2
CPEF	77.864	30.299	47.568	—	10.695	17.769,9	12.899	2,0
EFA	14.307	7.267	2.716	4.324	1.911	3.751,5	3.375	3,0
EFCJ	19.188	16.785	900	1.503	321	144,8	364	7,6
EFSPM	4.523	1.462	1.028	2.033	366	373,6	707	6,6
EFNOB	15.916	6.953	—	8.963	5.512	16.709,3	7.947	1,7
EFST	164.511	131.751	—	32.760	6.080	28.193,1	6.887	1,1
EFS	—	—	—	14.419	14.419	41.114,7	19.775	1,7
EFCB	310.587	266.125	12.524	31.938	27.077	85.433,6	42.267	2,1

(*) Estatística do DNEF, de 1966, publicada em 1967.

PRINCIPAIS MERCADORIAS TRANSPORTADAS

CMEF:

CPEF:

Milho	255.444 Ton.	— Mil Cr\$ 1.886	Acúcar	535.569 Ton.	— Cr\$ 251,8
Cimento	215.323 Ton.	— Mil Cr\$ 887	Café	300.352 Ton.	— Cr\$ 1.191,5
Acúcar	104.460 Ton.	— Mil Cr\$ 526	Óleo D.	232.942 Ton.	— Cr\$ 901,0

Seguem-se café, bauxita, sal, óleo, trigo, pó calcáreo.

Seguem-se gasolina, milho, forragem, algodão, adubos, frutas etc.

EFA:

Caroço de Algodão	52.536 Ton	271,3 (Mil NCr\$)
Café	48.377 Ton	118,1 (Mil NCr\$)
Milho	47.367 Ton	179,4 (Mil NCr\$)

Seguem-se algodão, óleo combustível, açúcar, gasolina, arroz, farelo.

EFS:

Madeira	561.168 Ton	4.708,7 (Mil NCr\$)
Milho	516.062 Ton	3.103,1 (Mil NCr\$)
Cimento	439.120 Ton	1.636,4 (Mil NCr\$)

Seguem-se clínquer, café beneficiado, adubo, trigo, açúcar e de-merara.

EFSM:

Cimento	93.156 Ton	261,4 (Mil NCr\$)
---------------	------------	-------------------

Seguem-se cal, pó calcário, açúcar, madeira, café etc.

EF Votorantim:

Cimento	189.231 Ton	151,0 (Mil NCr\$)
---------------	-------------	-------------------

Seguem-se cal, areia, tecidos, madeira.

EF Vitória—Minas (a título de ilustração, específica de minério de ferro):

Minério	11.471.408 Ton	42.330,8 (Mil NCr\$)
Carv. Min.	514.502 Ton	2.308,6 (Mil NCr\$)
Fer. e Aço Lam.	434.863 Ton	2.416,9 (Mil NCr\$)
Calcário	278.235 Ton	429,8 (Mil NCr\$)

EFCB: (a título ilustrativo e para base de comparações)

Minério	4.955.888 Ton	29.708,1 (Mil NCr\$)
Carvão Min.	671.690 Ton	3.605,5 (Mil NCr\$)
Fer. e Aço Lam.	448.676 Ton	4.238,5 (Mil NCr\$)
Cimento	361.579 Ton	4.020,3 (Mil NCr\$)

EFNOB:

Clinquer	75.901 Ton	1.190,3 (Mil NCr\$)
Óleo Diesel	64.715 Ton	593,9 (Mil NCr\$)
Cimento	60.443 Ton	589,3 (Mil NCr\$)

Seguem-se madeira, café, óleo combustível, algodão, arroz, gasolina etc.

EFSJ:

Óleo Comb.	524.746 Ton	1.037,4 (Mil NCr\$)
Adubo e Res.	497.344 Ton	1.728,9 (Mil NCr\$)
Carv. Min.	475.212 Ton	1.149,8 (Mil NCr\$)

Seguem-se minério de ferro, óleo diesel, açúcar, trigo, gasolina, algodão, sal etc.

TRENS SUBÚRBIO

	EFCB	EFSJ	EFS
1966	43.678.425	13.391.500	20.124.688
1967	38.395.377	—	—

9.6 Combustíveis e Lubrificantes (Cap. de Armaz.) Depósitos das Distribuidoras na Área da 2.^a RM

Cia Atlantic

	Litros
Gasolina	13.301.000
Óleo Diesel	13.301.000
Querosene	1.215.000
Alcool	1.356.000

Petrominas Petróleo S/A

	Litros
Gasolina	3.070.000

Cia São Paulo

	Litros
Alcool	154.950
Gasolina	7.013.904
Óleo Diesel	2.647.083
Querosene	767.152

Shell Brasil S/A

	Litros
Gasolina	122.684.872

Cia Brasileira de Petróleo Ipiranga

	Litros
Alcool	163.936
Aguarrás	455.632
Gasolina	30.532.023
Hexana	545.674
Óleo Diesel	12.889.252
Solvente	234.111
Querosene	1.570.903

Texaco

	Litros
Gasolina	5.593.831
Óleo Diesel	2.300.493
Alcool	359.348

Esso Brasileira de Petróleo S/A (MT)

Esso Brasileira S/A

	Litros
Aguarrás	7.568.542
Gasolina	25.588.950
Gás	1.319.816
Óleo Diesel	9.895.914
Óleo Comb	20.159.316
Querosene	3.450.930
Stanship	2.285.600
Turbo Fuel	6.846.734

	Litros
Gasolina	2.651.000

Texaco (Mato Grosso)

	Litros
Gasolina	545.463
Óleo Diesel	214.306
Querosene	79.789

As empresas situadas no Estado de São Paulo possuem postos redistribuidores nas principais cidades e rodovias do Estado.

Existência de postos em rodovias (Resumo fornecido pelas Companhias):

<i>São Paulo</i>		<i>Mato Grosso</i>	
Atlantic	39		
Ipiranga	33		
São Paulo	28	Ipiranga	11
Esso	82	Esso	4
Petrominas	90	Shell	6
Shell	32	Texaco	4
Texaco	31		

A CR/2 está realizando um cadastramento dos postos e oficinas existentes nos principais eixos rodoviários.

Das fichas rodoviárias, após as inspeções, constam as oficinas e postos de serviço de cada rodovia percorrida.

A CR/2 possui um registro de 224 municípios do Estado de São Paulo, contendo os principais meios de transporte de combustíveis líquidos, num total de 3.437 veículos especializados para esse fim, que poderão transportar em uma só viagem 39.108.169 litros.

Os municípios com maior capacidade de transporte de combustível são:

<i>Litros</i>		<i>Litros</i>	
São Paulo (Capital) —	15.185.000		
São Caetano do Sul —	1.919.000	Campinas	2.858.000
Ribeirão Preto —	1.679.400	Santos	1.588.900
Ourinhos	1.555.400	Leme	1.587.900
Bauru	847.000	Limeira	1.317.500

9.7. "Containers" — Contenedores

A única firma nacional é a Transrodo, cujo material consta de: 150 caixas "Containers";

12 cavalos de pau (trator).

Sede— Estação Eng.º São Paulo — Central do Brasil.

A Comissão de Rede n.º 2 espera ter atendido aos interesses da EsCEME, desejando sobretudo que o trabalho seja útil.

São Paulo, em 18 de novembro de 1968

José Luiz de Mello Campos, Ten-Cel Chefe da Comissão de Rede/2

I. A. A. COLABORA PARA A MODERNIZAÇÃO DO MONUMENTO AOS MORTOS DA II GUERRA MUNDIAL

Em sessão extraordinária do Conselho Deliberativo do Instituto do Açúcar e do Alcool, o Dr. Francisco Elias da Rosa Oiticica, Presidente do I.A.A., fez entrega de uma contribuição à Comissão de Modernização do Monumento aos Mortos da Segunda Guerra Mundial, representada naquele ato pelo General Antônio Jorge Corrêa, Secretário-Geral do Exército e Presidente da mencionada Comissão.

A solenidade compareceram várias personalidades, entre elas o Dr. José Fernandes de Luna, Ministro-interino da Indústria e do Comércio; General Joaquim Ascensão, Diretor do Serviço de Segurança do MIC; Brigadeiro Roberto Brandini, Coronel Eduardo Rocha de Oliveira, da Comissão de Modernização do Monumento aos Mortos da Segunda Guerra Mundial; Coronel Asdrubal Esteves, Instrutor da Escola Superior de Guerra; Coronel Onaldo Raposo, Capitães Roberto Carvalho de Mendonça e Luiz Machado.

Presentes ainda os membros do Conselho Deliberativo, Srs. Francisco Ribeiro Silva, Juarez Marques Pimentel, Boaventura Ribeiro da Cunha, Amaure Raphael de Araújo Fraga, Fernando Egydio de Souza Murgel, Mário Pinto de Campos, Arrigo Domingos Falcone, João Soares Palmeira, Francisco de Assis de Almeida Pereira, Hamlet José Taylor, Adérito Guedes da Cruz, além das Sras. Vera Oiticica, esposa do Presidente do I.A.A., Marina de Abreu e Lima, Secretária-Geral do CONDEL, e dos Srs. Jarbas Gomes de Barros e Omer Mont'Algre, respectivamente, Chefe de Gabinete e Assessor da Presidência do I.A.A.; Francisco

Franklin da Fonsêca Passos, Diretor da Divisão Administrativa; Hélio Cavalcanti Pina, Diretor da Divisão Jurídica; Antônio Rodrigues da Costa e Silva, Diretor da Divisão de Estudo e Planejamento; Normando de Moraes Cerqueira, Diretor da Divisão de Controle e Finanças e José Pessoa da Silva, Assessor do Ministro da Indústria e do Comércio.

FALA O PRESIDENTE

Dando início à solenidade, o Presidente do I.A.A., dirigindo-se aos presentes, pronunciou o seguinte discurso:

Esta solenidade tem o sentido de afirmação e, ao mesmo tempo, de compreensão para os problemas que dizem respeito ao nosso sentimento para com a Pátria.

A Comissão de Modernização do Monumento Nacional aos Mortos da II Guerra Mundial tem por objetivo dar realce a uma homenagem que deve ser permanente e para isso havia necessidade de apresentar aos brasileiros e àqueles que visitam a nossa terra, um monumento aos mortos da II Guerra Mundial em condições de representar o reconhecimento da Nação aos que se imolaram na defesa de um ideal.

É, portanto, a projeção no futuro de sentimento de brasilidade. Ai dos povos que não sabem cultivar os seus heróis. Ai dos povos que não têm o sentido da projeção no futuro das suas glórias do passado.

RECONHECIMENTO

Convocado, o Instituto do Açúcar e do Alcool cumpriu apenas um dever e a contribuição que ele dá aos trabalhos de modernização do monumento tem apenas

o propósito da nossa participação, também singela, embora vá nisso nosso preito de reconhecimento.

E como nunca é demais para que saibamos demonstrar em solenidade como esta, a nossa participação e o nosso reconhecimento, quis a Presidência do Instituto dar o maior realce a este ato simples, porém representativo da nossa posição, da nossa atitude e da nossa afirmação de brasilidade.

Sr. General, pode V. Exa. ficar certo de que os homens do Conselho Deliberativo do Instituto do Açúcar e do Alcool, ao votarem este auxílio, tiveram presente a certeza de que estavam todos unidos aos demais órgãos governamentais, contribuindo para essa homenagem que se presta àqueles que, na defesa dos seus ideais, imolaram a sua vida, em defesa da Pátria e essa identidade que aqui se faz entre as Forças Armadas e órgãos da administração pública tem o sentido da unidade que deve existir entre os militares e os civis.

E neste momento, mais do que nunca, essa identidade é indispensável à preservação daqueles princípios, daquelas normas, daqueles ideais que são base de progresso e de prosperidade e é o reconhecimento, no presente, do passado, para maior glória e grandeza do futuro."

FALA O SR. AMAURE FRAGA

Franqueada a palavra, dela fez uso o Sr. Amaure Fraga, Representante do Ministério do Planejamento e Coordenação Geral, manifestando-se nos seguintes termos:

Recebi, dos demais membros do Conselho, uma honrosa delegação; a de procurar exprimir os sentimentos deste Colegiado, no momento em que se realiza esta singela solenidade, muito mais significativa, porque a nossa colaboração constitui a afirmação de um estado de espírito, de compreensão a esses irmãos brasilei-

ros, que morreram numa época de definição de ideologias, fato que no futuro outros talvez tenham que repetir; muito mais significativa já disse então, de um estado de espírito que irmana brasileiros, fardados ou não, por um ideal comum, do que pelo aspecto material que representa, traduzindo, em dinheiro, apenas uma contribuição modesta para uma finalidade extremamente elevada, qual seja a do culto àqueles que morreram defendendo no exterior os ideais do Brasil.

Desta maneira, e para não me estender muito, eu transfiro ao Sr. Secretário-Geral do Exército minhas homenagens pessoais e as deste Colegiado, onde têm assento homens da área industrial, homens da área agrícola e homens do Governo, que immanados por um mesmo empenho de servir, da maneira mais elevada e mais objetiva possível, aos programas e às metas do Governo e no propósito de melhor colaboração, melhor convivência entre todas as classes sociais."

FALA O GENERAL ANTÔNIO JORGE CORREIA

Após os pronunciamentos dos Srs. Francisco Oiticica e Amaure Fraga, o Secretário-Geral do Exército, General Antônio Jorge Correia, pronunciou a seguinte oração:

Eu gostaria que aqui estivessem todos os membros da Comissão de Modernização do Monumento Nacional aos Mortos da II Guerra Mundial, mas os representantes do Ministério da Indústria e do Comércio — Claudionor Souza Lemos e da EMBRATUR — Joaquim Xavier da Silveira, retidos por suas ocupações, aqui não puderam comparecer.

O monumento aos mortos da II Guerra Mundial passou a ser, talvez, o ponto mais visitado da cidade do Rio de Janeiro, de acordo com levantamentos recentes, por sua esplêndida arquite-

tura, por sua magnífica localização, pelos ideais que encerra, pelo carinho com que aqueles que dêle cuidam dedicam aos seus mortos, enfim, por isso tudo que constitui aquêlê monumento, hoje, num ponto importante de atração.

Diariamente lá vão ter patriotas nossos vindos de todos os recantos do país; escolares que, conduzidos por suas mestras, lá vão homenagear os mortos; turistas estrangeiros que, obedientes à programação das companhias organizadoras de passeios, são levados aquêlê ponto.

ENTUSIASMO

Bem compreendendo o que pode representar aquêlê monumento como veículo de divulgação do civismo, S. Exa, o Sr. Ministro do Exército acolheu com entusiasmo proposta que foi ter às suas mãos, da EMBRATUR.

Na idéia inicial, verificou-se a possibilidade de se criarem atrações novas, que pudessem mais facilitar a divulgação do que aquilo representa.

Dentro desta idéia, apresentado o problema ao Ministro do Exército, mereceu dêle cuidadoso estudo e, afinal, aceita a proposta com estímulo extraordinário do Ministério da Indústria e do Comércio, fêz-se um convênio e estamos em pleno trabalho de execução do que se projeta.

Projeta-se, entre outras coisas, o seguinte: transformar o museu em um museu de imagem e de som, também; a colocação no salão do museu de painel eletrônico, que permita aos visitantes acompanharem o roteiro glorioso da Força Expedicionária Brasileira.

Imaginou-se, igualmente, que deveria haver uma melhor disposição do armamento que está exposto naquele museu, obra já realizada e que, realmente, contribui para muito melhor apresentação do que lá temos como armamento.

Imaginou-se, também, que poderia haver uma melhor apresentação do vultoso material fotográfico que a Força Expedicionária conseguiu reunir e imaginou-se que seria de todo desejável que houvesse uma sala de projeções cinematográficas, na qual se pudesse apresentar ao público que visita aquêlê monumento filmes relembrando a ação das Forças Armadas Brasileiras e a mobilização do nosso povo por ocasião do segundo conflito mundial.

E aí está onde haverá a aplicação desta contribuição do Instituto do Açúcar e do Alcool. E justamente na sala de projeções cinematográficas e êste talvez seja o item da programação em maior estado de adiantamento, porque o cinegrafista Jean Manzon propôs-se a fazer um filme, com base nos documentos existentes e realizou uma obra extraordinária.

Alguns dos presentes já tiveram oportunidade de assistir à primeira apresentação dêsse filme e, realmente, repito, é um filme extraordinário e quando nós já tivermos pronta a nossa sala de projeções e em funcionamento eu pedirei ao Sr. Presidente que nos reserve uma data para que nós possamos apresentar a êste Conselho Deliberativo e demais presentes o que está feito. É uma obra extraordinária.

O Sr. Jean Manzon nos deu a grata surpresa de, depois de terminado o filme, oferecê-lo como uma homenagem da sua organização ao monumento.

LIÇÃO DE CIVISMO

Meus senhores, eu me estendi um pouco nas informações que acabo de dar, para que os senhores soubessem bem que, ao votarem esta contribuição, estavam, de fato, concorrendo para uma obra bastante importante.

Quando fui convidado por S. Exa. o Sr. Presidente dêste

Instituto e do Conselho Deliberativo para participar desta reunião, evidentemente procurei juntar algumas idéias para apresentar aos senhores que estivessem presentes a ela e confesso que me fixei, sobretudo, num tema que julgo de magna importância — a união de todos os brasileiros, a nossa união, a união que civis e militares, mas, em aqui chegando, verificando o ambiente que existe nesta Casa e, sobretudo, depois de ouvir as palavras de S. Exa. o Sr. Presidente e de S. Exa. o Sr. Representante do Conselho Deliberativo, se tivesse escrito qualquer oração teria que rasgá-la, porque neste instante recebemos nós uma esplêndida lição de civismo, uma esplêndida lição daquilo que é o espírito de brasilidade, nos dias que correm, a despeito de tudo o que vemos por aí.

Senhores, em nome do Presidente da Comissão Modernizadora do Monumento Nacional aos Mortos da II Guerra Mundial, agradeço a esplêndida lição de doação que fizeram os Senhores,

do Instituto do Açúcar e do Alcool, ainda mais do que isso, agradeço a esplêndida lição de civismo que os Senhores acabam de dar. Muito mais do que a doação que é feita, valerá o registro desta lição, que ficará em nossas atas e em nossos arquivos, para exemplo dos que nos seguirem.

AGRADECIMENTO

Retomando a palavra, o Presidente do I.A.A., Sr. Francisco Oiticica, disse:

Ao encerrar esta reunião, quero agradecer a presença de todos aqueles que quiseram testemunhar este ato, que é, como disse o Sr. General Secretário-Geral do Exército, uma demonstração de civismo e de unidade. Unidos, nós poderemos estar certos de que o Brasil será aquilo que todos nós desejamos — forte, progressista e com o seu lugar no futuro.

(Transcrito da "Revista Brasil Açucareiro", do mês de fevereiro de 1969.)



LEITURA DINÂMICA

1. O MOVIMENTO

Se o movimento 3, ao introduzir a *leitura de área*, já assegurou um aumento considerável de velocidade, a série de alternativas apresentadas pelo movimento 4 é que vai permitir a rapidez ideal de leitura.

Os gráficos abaixo apresentam estas alternativas, indicando como executá-las.

2. QUE MOVIMENTO USOU ?

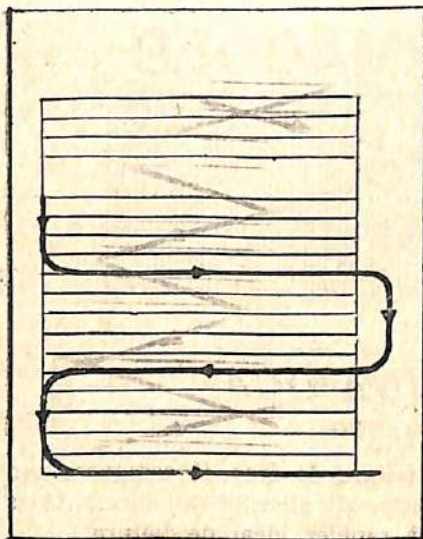
Eis uma pergunta que se impõe, já que foram apresentados quatro diferentes movimentos, o último englobando, por sua vez, quatro alternativas.

Dir-se-á, como resposta, que o movimento a utilizar será função da *natureza* do documento a ler ou, ainda, da *maior ou menor capacidade de adaptação* do leitor a cada um dos movimentos apresentados. Não obstante, uma coisa se nos afigura quase rígida: documentos de importância maior exigem leitura mais acurada, com maior concentração. Neste caso, compõe-se como solução ideal a utilização do movimento 1. Já a leitura de documentos de importância menos expressiva pode ser feita apelando-se para o movimento 2 (ou 3), sem qualquer prejuízo. O movimento 4, porém, tende a ser generalizado, fornecendo uma visão global do texto. Será muito usado em leituras mais gerais (romances, contos, jornais, revistas). Nada impede, todavia, que muitas pessoas, através de intensa exercitação, possam chegar a empregá-lo com êxito na leitura de documentos da maior importância. Será um caso à parte.

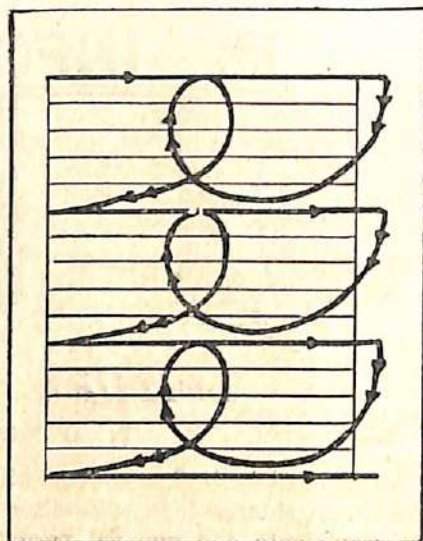
3. LEVANTAMENTO DO TEMA

Falou-se, ao longo deste curso, na necessidade de ler com mais rapidez, *sem prejuízo da compreensão*. Nada foi dito, porém, sobre como realizarmos isto. Vamos tentar fazê-lo agora.

MOVIMENTO 4.1



MOVIMENTO 4.2

4.1- MOVIMENTO EXTREMAMENTE
CONFORTÁVEL4.2- MOVIMENTO IDEALIZADO PARA
AUMENTAR A COMPREENSÃO

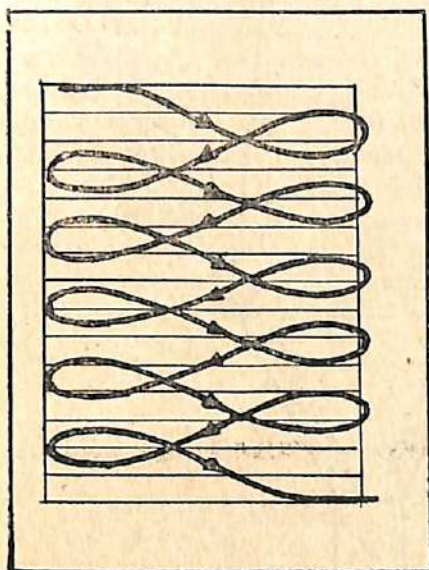
→ Mão inteira
→ Dedo indicador

Qualquer texto, se redigido com lógica, gira em torno de uma idéia central, o *tema*. Cada parágrafo, por sua vez, desenvolverá um pensamento integrante desta idéia central. Ler bem é captar de relance o *tema* do texto, elemento substantivo, encarando o restante como elementos circunstanciais, restritivos ou atributáveis.

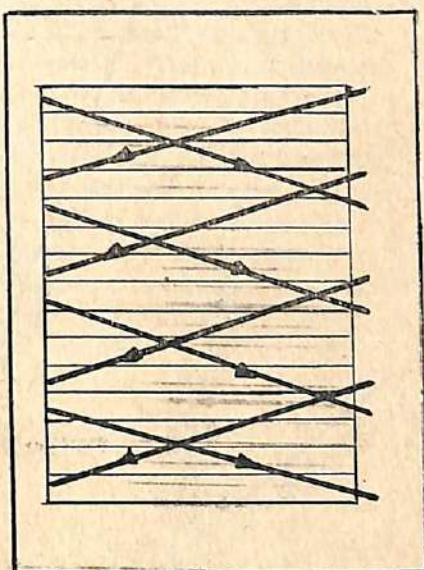
Vejamos, como exemplo, o parágrafo abaixo:

É importante deixar bem claro: nenhum Governo, de 1950 para cá, deixou de aumentar, contínua e rapidamente, os dispêndios correntes, e em particular, de pessoal. E isso a despeito dos esforços dos Ministros da Fazenda e Planejamento, e da proibição legal de promover novas admissões. Tal fato se devia, principalmente, à inexistência de controles adequados, que permitissem identificar onde, e por que, se realizavam os dispêndios excessivos. Dentro da política de elevação da eficiência do setor público, o

MOVIMENTO 4.3



MOVIMENTO 4.4



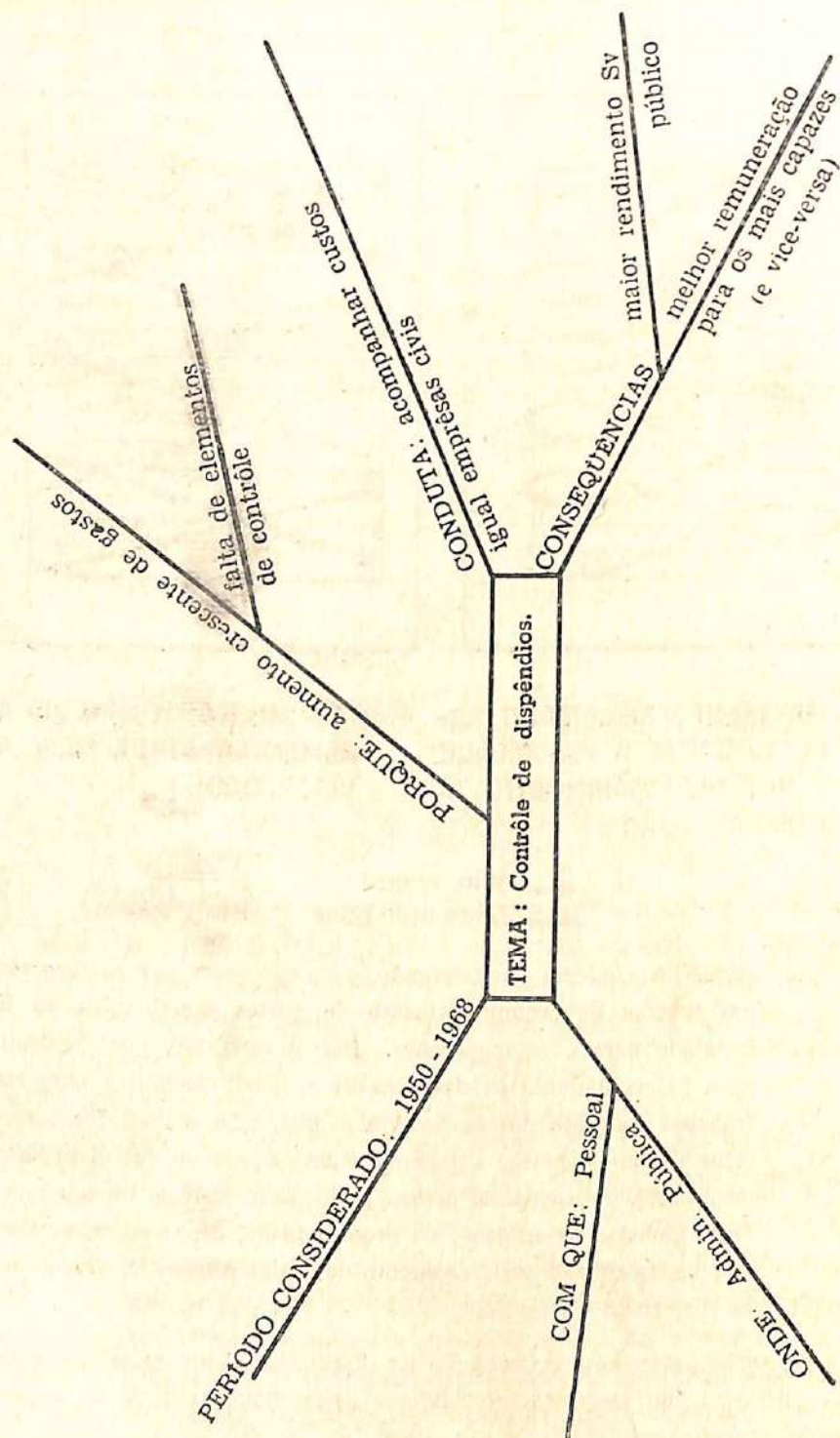
4.3. MOVIMENTO IDEALIZADO PARA AUMENTAR A VELOCIDADE E NÃO NECESSÁRIAMENTE A COMPREENSÃO

4.4. MOVIMENTO DESTINADO A AUMENTAR AINDA MAIS A VELOCIDADE

→ Mão inheira
→ Dedo indicador

atual Governo está estabelecendo, para os órgãos governamentais, um sistema de acompanhamento de custos semelhantes ao já instalado para o setor privado. Esse mecanismo, que se destinará principalmente às despesas de pessoal, permitirá que, em trabalho conjunto dos órgãos de coordenação e dos Ministérios setoriais, se estabeleça acompanhamento adequado dos dispêndios de pessoal, indispensável a uma política de controle do seu montante global e de aumento de produtividade, capaz de remunerar adequadamente os mais capazes e de maior eficiência, corrigindo as distorções existentes.

O tema parece-nos ser *controle de dispêndios*. Tudo mais que aparece no texto são elementos revestidores desta idéia-chave. É o que nos indica o gráfico:



4. EXERCÍCIO

Recomenda-se que os estudantes passem a realizar, a partir de agora, mais este exercício: determinar o tema de diferentes textos, elaborando posteriormente gráficos calcados no apresentado. Trata-se, agora, de apelar para outra faculdade mental, a *memória*, diretamente aplicada à *síntese*. O leitor, com o movimento 1 (depois passará aos subsequentes), irá levantar o tema dos textos lidos, *sem consultar mais de uma vez cada texto*. O gráfico será, então, realizado de memória. A técnica só será plenamente dominada quando se fizer a leitura com o movimento 4, na maior velocidade alcançável. Em nosso próximo capítulo, o último de nossa série, iremos fornecer outros dados importantes. A partir daí, podemos garantir, o leitor poderá ler dinamicamente.

AVISO IMPORTANTE

Aos Srs. Assinantes :

1. O valor da assinatura a partir de 1969 (NCr\$ 5,00), não mais será descontado em fôlha, devendo ser remetido diretamente à Redação, mediante cheque, pelo assinante.

2. A revista publicará, em cada número, a relação dos que remeteram aquela importância, valendo essa transcrição como recibo para o interessado.

3. Se até a distribuição do 2.º número subsequente à data da remessa da importância não fôr publicado o nome do assinante, solicitamos ao interessado informar-nos com a maior brevidade, a fim de que sejam tomadas as medidas necessárias.

4. Aquêles que o desejarem, poderão efetuar o pagamento diretamente na Redação, sendo o recibo passado conforme o n.º 2 acima.

5. Encarecemos a todos, a necessidade de manterem atualizados seus endereços a fim de que não haja retardo ou extravio na expedição dos exemplares e a Direção da revista possa alcançar o objetivo visado com a publicação deste Aviso.

INSTRUÇÕES PARA O CONCURSO DE COLABORAÇÕES

1 — Conforme anunciamos em nosso n.º 624, a Direção de A DEFESA NACIONAL realizará um Concurso de Colaborações, com a finalidade de estimular todos aqueles que tenham realizado estudos sobre os temas em referência, colocando as páginas da Revista à disposição para a divulgação desses trabalhos.

2 — TEMAS

Os trabalhos versarão sobre os seguintes temas:

- a — Estudo de interesse para os candidatos à EsCEME.
- b. Estudo de interesse para a Instrução da Tropa, no Quadro da Arma ou Sv ou de âmbito geral.

3 — INSCRIÇÃO

- a — Poderá concorrer ao trabalho da letra "a", qualquer assinante.
- b — Poderá concorrer ao trabalho da letra "b", qualquer assinante até o posto de Major.
- c — Os trabalhos deverão dar entrada na redação da Revista, até o dia 15 de dezembro de 1969, apresentados em duas vias datilografadas em um só lado de cada folha, espaço 2, com um mínimo de 10 páginas e um máximo de 30 páginas.

4 — COMISSÃO JULGADORA

Oportunamente será divulgada a Comissão encarregada do julgamento dos trabalhos.

5 — PRÊMIOS

Em cada categoria, serão conferidos prêmios aos 3 primeiros trabalhos classificados, além de serem publicados pela Revista.

O resultado do julgamento será divulgado no número de março-abril de 1970.

6 — DISPOSIÇÕES FINAIS

- a — A Direção da Revista se reserva o direito de publicar outros trabalhos não classificados e que sejam julgados de interesse geral.
- b — O original e a cópia não serão devolvidos aos interessados.

COMO ESTUDAR MELHOR

(Transcrição do folheto de mesmo título, da Diretoria do Pessoal, Ministério da Marinha — 1959, pág. 8-11.)

1. Estudar não é decorar. Você deve estudar "compreendendo", pois só assim você poderá "saber" e progredir.

2. Mas, decorar também é importante, muitas vezes, para um bom rendimento do estudo.

3. Planeje o seu estudo para cada semana.

a. Programe racionalmente o tempo disponível, distribuindo-o para o estudo de cada disciplina, conforme as suas necessidades.

b. Altere esse seu planejamento sempre que houver necessidade, mas nesse caso, continue seguindo um "programa de estudo" para uma semana.

c. Procure estudar segundo esse programa até isso se transformar num hábito.

4. Melhore os seus hábitos de leitura.

a. Procure familiarizar-se com o vocabulário da matéria, de modo que, quando fôr estudá-la, já saiba o que significam os termos menos comuns.

b. Aumente a sua velocidade de leitura. Cronometre a sua velocidade de leitura e procure melhorar o seu tempo.

Procure ler, numa olhada só, grupos de palavras e não palavras isoladas.

c. Para cada parágrafo lido, procure resumir na cabeça a idéia principal nele contida.

d. Não pare sempre para rere cada frase. Faça isso no fim da leitura do trecho completo, pois então, muitas frases antes não entendidas tornar-se-ão claras.

e. Procure caracterizar o esquema das idéias, a organização e as conclusões a que pretende chegar o autor do livro.

Para isso, antes de ler parágrafo por parágrafo, um capítulo por exemplo, passe os olhos por alto pelo índice e sequência dos capítulos e depois, pelas partes principais dentro do capítulo em questão.

f. Elimine os movimentos dos lábios durante a leitura, que deve ser silenciosa.

5. Treine a sua memória.

Decorar é gravar mecanicamente, memorizar é gravar inteligentemente!

a. Não decore. Não procure gravar uma coisa de cada vez isoladamente.

b. Memorize procurando integrar as idéias num todo inter-relacionado, com os fatos e idéias, interligadas e interdependentes.

c. "Organize" as idéias antes de procurar memorizar. Não decore!

d. Auxilie-se de métodos mnemônicos, isto é, que ajudam ou facilitam a memorização.

e. Relacione o assunto com outro que já conhece.

6. Aumente o seu poder de concentração.

a. Concentração é a habilidade em dirigir e controlar a própria atenção.

b. Qualquer pessoa pode aumentar o seu poder de concentração...

c. Procure descobrir as causas de sua falta de concentração, ou seja, de suas divagações ou distrações.

d. Siga hábitos de estudo que o ajudem a obter maior concentração:

(1) Estude com uma tarefa definida e um objetivo imediato palpável. Não planeje seu estudo em termos muito vagos.

Estabeleça uma área bem definida de estudo e exercício.

(2) Escolha uma seqüência e uma ordem para fazer suas tarefas e levar avante seu estudo.

(3) Comece a trabalhar (estudar...) imediatamente, uma vez decidido a isso e fixadas as idéias quanto a 1 e 2 acima.

(4) Faça uma coisa de cada vez, estude uma coisa de cada vez.

(5) Tire da cabeça e mesmo da mesa tudo que não lhe interessa, senão interferirá com a tarefa a que você se propôs.

(6) Em último caso, tente o seguinte, para melhorar, e veja qual é mais conveniente para você.

— Faça um sinal num papel cada vez que se distrair e depois procure diminuir o número de sinais, de estudo para estudo.

— Antes de começar a estudar, faça somas e subtrações

mentalmente, a fim de "aquecer a cabeça". Isso talvez o ajude a reduzir a falta de atenção, a diminuir as suas distrações e preocupações.

— Use o processo de "parar para perguntar". Leia um trecho ou parte do livro e pare para perguntar-se o que foi que você leu, quais os pontos importantes. Se as suas próprias respostas não forem satisfatórias, releia o mesmo trecho, mas desta vez, parando para perguntar, lendo novamente dois parágrafos, etc.

7. Tome poucas notas durante a aula.

Estude o assunto de cada aula, antes de ter essa aula.

Durante a aula:

a. Tome notas breves. Não faça taquigrafia de tudo o que o professor diz.

b. Anote apenas o essencial, com suas próprias palavras.

c. Não perca a aula ou o fio da meada para tomar notas.

d. Faça anotações concatenadas e não desorganizadas.

e. Use o seu próprio sistema de abreviaturas.

Se quiser fazer anotações durante o estudo de um livro:

(1) Anote organizadamente apenas as frases-título, as palavras-chave e as idéias ou conceitos principais.

(2) Ou, então, em vez de escrever notas, faça marcas e sublinhe as palavras no próprio livro, se este for de sua propriedade particular.

8. Prepare-se para as provas.

a. Procure dominar qualquer medo ou nervosismo antes das provas e durante as mesmas. Para isso, faça o seguinte:

b. Enfrente a situação realisticamente.

c. Veja quais os seus pontos fracos.

d. Estude o assunto das aulas antes de o professor explicar o tópico em sua classe.

e. Preste atenção às aulas para tirar dúvidas que tiverem surgido do estudo prévio do assunto dessa aula.

f. Recapitule uma vez por semana um dos assuntos.

g. Imagine as possíveis questões ou perguntas que podem sair na prova.

h. Dê especial atenção aos seus pontos fracos.

i. Na hora da prova, leia antes todas as questões e comece pelas que lhe parecem mais fáceis ou que você tem certeza de que sabe.

9. Reduza ao mínimo os inconvenientes físicos e mentais.

a. Cuide de sua saúde.

b. Não se deixe ficar muito tempo com sono atrasado; se estiver sonolento, não force o seu estudo.

c. Sente-se com a coluna vertebral ereta e os músculos relaxados.

d. Domine ansiedades, preocupações e distrações.

e. Use a melhor luz possível.

f. Regularmente, faça exercícios ou esportes.

g. Relaxe os músculos sempre que sentir necessário.

10. Use de preferência os tempos de estudo obrigatório para estudar de antemão as lições que serão ainda dadas pelos professores de todas as matérias.

11. Use os tempos de estudo facultativo para rever e recapitular os pontos importantes das diversas matérias, e principalmente da matéria da próxima prova.

12. Recorra aos tempos de licença ou recreação para recuperar atrasos do estudo programado e para estudar os assuntos em que você sabe estar fraco.

13. Lembre-se de que com provas de "matéria acumulada", você não pode "abandonar" os pontos importantes do que você já estudou anteriormente.

14. Não deixe acumular matéria.

15. Não deixe acumular dúvidas.

16. Não jogue fora o tempo em que você está em aula. Preste toda atenção possível. Afaste distrações de qualquer espécie.

17. Não procure descobrir defeitos no professor. Procure descobrir suas qualidades. Tire partido do professor. Não o menospreze.

18. Finalmente, lembre-se de que:

Quem tem de vencer suas dificuldades é VOCÊ mesmo!

Aprenda a estudar e... força de vontade!

REFERÊNCIAS:

1. Studying Effectively — Gilbert Wrenn e Robert Larsen, Stanford University Press.
2. An Outline of Best Methods of Study — Smith e Little Fields, Barnes and Noble, Inc.

NOSSO APELO

VOCÊ, que tem idéias sôbre muitos problemas do Exército e do Brasil, ponha-as no papel e remeta-as para esta Redação. Use a sua tribuna para difundi-las.

VOCÊ, que estuda para a ECEME e organizou seu ponto, mande-nos para que seja publicado, servindo assim a todos.

VOCÊ, S 3 de unidade, que montou e executou um exercício no terreno, envie-no-lo para ser publicado.

VOCÊ, oficial instrutor das inúmeras Escolas e Cursos do Exército, que redigiu um nôvo ponto de instrução, que leu um artigo interessante em revista estrangeira, que montou uma demonstração, que fêz algo nôvo, interessante, digno de ser divulgado e apresentado a todo o Exército, tome a iniciativa de nos mandar uma cópia, para inserirmos na Revista.

VOCÊS, sargentos, da tropa, das escolas, monitores, alunos, enviem-nos suas colaborações.

Serão bem-vindos!

A REDAÇÃO



DE "O GLOBO"

COMO ANALISAR UM BALANCETE E SABER MUITO SÔBRE BANCOS

Os bancos têm sempre num canto do balcão em que atendem ao público um pequeno monte de folhetos geralmente em papel de sêda, bem impresso. Todo cliente deve apanhar um para consultas.

Até bem pouco tempo não era assim, os bancos não tinham essa preocupação de levar aos clientes tantas informações, prestar serviços fora da rotina. A razão é simples: êste País esquentou os motores, foi para a pista da embalagem e — "take off!" — levantou vôo.

O sistema bancário está estruturado em tórno do Banco Central, que além de suas funções de disciplinar a política monetária e financeira, interna e externa, coordena as atividades do mercado financeiro e do mercado cambial.

A lei exige que os bancos publiquem seus balancetes todos os meses. É por êles que os bancos informam aos depositantes, a seus clientes, a situação real da empresa. Quando se fala em bancos, no que toca à obrigatoriedade de publicação dos balancetes, entenda-se também casas bancárias, sociedades de crédito, financiamento e bancos de investimento que além dos balancetes mensais devem publicar balanços semestrais.

Mas o depositante pode não estar familiarizado com o que significam as colunas do ativo e do passivo de um balancete. Quer, no entanto, saber. Sente-se frustrado porque não se lembra mais das noções estudadas anos atrás ou de nunca ter aprendido isso, embora tenha lido aqui e ali alguma coisa a respeito.

É para esses que "O Globo" publica hoje mais uma reportagem quase didática, em termos os mais simples possíveis, com respostas do Professor Geraldo La Rocque, assessor do Ministro Delfim Neto e autor de livros sobre a matéria, como "Auditoria e Análise de Balanços".

É possível, pela leitura de um balanço, saber a situação real de uma empresa?

Sim, desde que, é evidente, os dados de sua contabilidade estejam corretamente apurados, bem como não haja sentido doloso em sua publicação, visando a fraudar resultados com a apresentação de elementos adulterados.

Em relação aos bancos, casas bancárias e sociedades de crédito e financiamento e investimento, há obrigatoriedade de publicação de balancetes?

Sim, pois esses tipos de empresas são obrigados a publicar, mensalmente, até o último dia do mês, os seus balancetes referentes ao dia 5 de cada mês, sendo dispensados os que se referem a 5 de janeiro e a 5 de julho, uma vez que os balanços semestrais devem ser encerrados em 30 de junho e em 31 de dezembro e substituirão os balancetes das datas referidas.

Como devem ser apresentados esses balancetes?

Os balancetes devem ser publicados de modo uniforme, em modelos condensados, com bastante aproximação dos grupamentos preconizados pela lei das sociedades anônimas, o chamado Decreto-lei n.º 2.627.

Há obrigatoriedade de serem os valores dos bancos demonstrados por grupos nos balancetes condensados?

Sem dúvida. É claro que os balancetes serão divididos em Ativo e Passivo. No grupo geral do Ativo haverá o disponível, o realizável, o imobilizado, o de resultados pendentes e o de compensação. Para o grupo geral do Passivo deverão constar os seguintes: não exigível, exigível, dos resultados pendentes e o de compensação.

Que representam os valores de ativo e de passivo?

Ativo, na conceituação clássica, é constituído de tudo aquilo que a empresa possui e do que lhe devem terceiros, bem como os resultados negativos até o período publicado, com o acréscimo das contas de compensação, que nada valem. O passivo compreende as obrigações da empresa, o capital e reservas, acrescidos dos resultados positivos do período em evidência, com o acréscimo das contas de compensação, que igualmente nada valem. Em virtude da reunião desses valores todos e da aplicação do princípio das partidas dobradas, vamos encontrar o Ativo

igual ao Passivo, conforme verificamos em qualquer publicação. Não obstante essa igualdade, podemos apurar o patrimônio real da empresa através dos seguintes grupamentos:

ATIVO	PASSIVO
disponível	exigível
realizável	
imobilizado	

A soma dos três grupos do Ativo dá o que se denomina de ativo real, isto é, os bens econômicos e os direitos da organização. É o patrimônio ativo. O total apresentado pelo único grupo referido do Passivo dará o total das obrigações da empresa, isto é, aquilo que ela deve a terceiros. É o passivo real. A diferença entre essas duas parcelas é o chamado patrimônio líquido. Se o ativo real é maior do que o passivo real, a situação pode ser considerada boa. Se, no entanto, o passivo real for maior do que o ativo real, a situação é precária. Tanto assim, que no primeiro caso a diferença se denomina superavit patrimonial e no segundo estará ocorrendo deficit, ou seja, passivo a descoberto.

Poderia explicar cada um dos grupos do Ativo e do Passivo, esclarecendo o que eles evidenciam nos balancetes?

O disponível, integrante do ativo real, demonstra a quantidade de dinheiro e de depósitos em outros bancos. O realizável demonstra os devedores para com o banco por empréstimos que este fez ao comércio, à produção, à instituições financeiras, etc., além de outros valores correspondentes a recolhimentos ao Banco Central, parcelas em poder de correspondentes no País, no exterior, ordens ainda a receber, títulos entregues à ordem do Banco Central, etc. O grupo imobilizado, ainda do Ativo, demonstra o valor dos imóveis de uso, instalações, móveis e utensílios, almoxarifado, máquinas, etc., englobando o custo histórico com o acréscimo das correções monetárias, o que lhes tira um pouco da sua realidade, pois o valor das correções se compensa no grupamento do não exigível do Passivo, ou por incorporação ao capital ou pela manutenção em reservas de correção para futuras incorporações. O grupo de Ativo denominado de resultados pendentes representa, em última análise, todas as contas subsidiárias de lucros e perdas com saldos devedores, isto é, provavelmente, o prejuízo bruto do período demonstrado. Em relação ao Passivo, temos como grupo principal o exigível, que demonstra tudo que o banco deve a terceiros, pelos depósitos de sua clientela, cobranças em trânsito, etc. O grupo do não exigível se destina a demonstrar o capital, as reservas e os fundos, nisso tudo incluídas as correções monetárias já efetuadas, incorporadas ou não ao capital. É

a parcela inexigível do Balanço, isto é, que não representa nenhuma obrigação de liquidar. As contas de resultados pendentes do Passivo representam, em resumo, as contas subsidiárias de lucros e perdas de saldo credor, ou seja, os lucros brutos do período apontado. As contas de compensação de Ativo e de Passivo, como seu próprio nome indica, representam praticamente um pró-memória de valores que não se vinculam ao patrimônio da empresa, tais como os títulos em cobrança recebidos de terceiros, os valores em custódia, etc. Não se incorporando ao patrimônio do banco estas contas, para um exame rápido, poderão ser excluídas de qualquer apreciação.

Então, para se saber o resultado obtido no período basta verificar as contas de resultados pendentes?

Até certo ponto sim. As contas de resultados pendentes de Ativo resultam de operações negativas, executadas pelo banco, tais como juros pagos, comissões pagas, despesas gerais e semelhantes, assim como as contas de resultados pendentes de Passivo se prendem a operações positivas realizadas, tais como juros recebidos em descontos, comissões de cobranças, e outras semelhantes. O confronto desses dois valores dará uma idéia razoável do estado operacional do banco, na data do balancete.

Sendo os resultados pendentes do Ativo maiores que os do Passivo, estará havendo prejuízo?

Sim. Assim como, se os resultados pendentes de Passivo estiverem em valor maior do que os resultados pendentes do Ativo, provavelmente estará havendo lucro operacional. Dever-se-á dizer provavelmente em relação a lucros ou prejuízos, pois que o documento é um balancete, e neste ainda não estão apurados os resultados finais, que se evidenciam sempre pelo chamado balanço geral de Ativo e de Passivo, que nos bancos são levantados semestralmente. Nos valores apontados em balancetes não estão computados outros movimentos formadores de lucros ou prejuízos, tais como os juros semestrais, as depreciações, as amortizações, etc., que muitas vezes, podem transformar um panorama evidenciado pela simples leitura dos números de um balancete. No entanto, a grosso modo, a posição de confronto das contas de resultados pendentes poderá indicar uma tendência de resultados finais, em que pêssem às operações de reajustes que deverão ser promovidas no balanço.

Para melhor esclarecer a posição da clientela de um banco, poderá explicar onde se encontra, num balancete, o depositante?

O depositante de um banco tem a sua parcela que entrega para guarda do estabelecimento de crédito escriturada no passivo exigível, no agrupamento dos depósitos, conforme a sua natureza, isto é, seja à vista, a curto prazo, ou a longo prazo. O exigível, como se demonstrou, aponta todos os compromissos de ordem real que o banco assumiu.

E se o cliente precisa levantar um empréstimo, onde figura?

Todos os empréstimos efetuados pelo banco a terceiros, seus clientes, está no grupo de Ativo, na parte de realizável, sob o grupamento geral de empréstimos.

Como o banco costuma negociar com dinheiro, onde se encontra esse valor necessário às suas operações?

Está registrado no primeiro grupo de apresentação, ou seja, o grupo chamado de disponível.

E o dinheiro dos acionistas, onde é apontado?

Em princípio, o dinheiro dos acionistas de um banco está compondo o seu capital. No entanto, cabem aqui certas ressalvas, para que o exame de um balancete não leve o interessado à conclusões distorcidas. Com o advento da legislação fiscal que introduziu a correção monetária do ativo imobilizado para incorporação ao capital, esta conta que figura no passivo não exigível deixou de ter o significado de representar unicamente o valor do dinheiro dos acionistas, que entrou para a formação do quantitativo inicial das operações do estabelecimento de crédito.

Por outras palavras, isto quer dizer o seguinte: suponhamos que um certo estabelecimento de crédito — e isto poderá ocorrer com qualquer outra atividade, já que a correção monetária do ativo imobilizado não é privilégio dos bancos — iniciou suas operações com 100, parcela realmente arrecadada dos acionistas, para constituição de seu capital. Com o correr do tempo, através de sucessivas correções, esse capital poderia ter-se elevado a 200, 300 ou mais, tendo sido distribuídas as bonificações, ou filhotes, como são chamados os produtos dessas correções. Assim, aquele que era de 100, hoje figura com 200, 300 ou talvez mais, sem que se tenha havido efetiva entrada de numerário. Em compensação, o ativo imobilizado, isto é, os imóveis e outros valores, terão sofrido um acréscimo de igual valor. Eles que, por hipótese, eram de 60, passaram a 160, 260, ou mesmo mais, representando a contrapartida daquelas parcelas de aumento de capital.

Então, tudo isso representa simples jogo de contas, não tendo configuração real?

De certa forma sim. Tanto que determinadas empresas, quando corrigem seu Ativo com a conseqüente incorporação ao capital, costumam distribuir as bonificações ao mesmo tempo que fazem chamadas complementares de capital, através de partes de aumento por subscrição. Digamos, por exemplo, que certa empresa tivesse um capital de 100 e pela correção do ativo imobilizado passasse a 300. Nesta hipótese, poderia convocar os acionistas para distribuir duas ações para cada uma que tivessem, chamando-os, no entanto, para uma subscrição proporcional, que elevasse o capital para 500, imaginemos. Assim, cada ação usufruiria de uma bonificação de duas, mas obrigaria a uma subscrição de mais duas. É um recurso. Somente correções não traduzem fortalecimento econômico-financeiro, pois resultam, exclusivamente, de jogo de contas.

Que diferença há entre balanço e balancete?

O balancete representa um extrato dos saldos apresentados na contabilidade, na data escolhida, como as que são determinadas para os estabelecimentos de crédito. Isto é, a cada dia 5 do mês. Como os balancetes não demonstram resultados, mas simplesmente relacionamento de saldos, as instruções vigentes impõem os grupamentos que tivemos oportunidade de examinar, para facilitar, até certo ponto, a leitura por parte do leigo. Mesmo assim, há dificuldades, como acentuamos. O exame rápido do balancete deverá ser levado às contas de resultados pendentes, isto é, se as contas do Passivo são mais elevadas do que as do Ativo, estará talvez havendo saldo favorável de operações, ou melhor dito, lucros operacionais. Caso contrário, o prejuízo é certo. Já os balanços são documentos definitivos de uma época. Os balanços semestrais, ou anuais mesmo, demonstram o estado apurado até àquele momento, já com as regularizações de todas as contas, e seus consequentes reajustes. As contas de resultados pendentes constantes de um balanço têm sentido diverso daqueles que um balancete apresenta. Quando os grupamentos de resultados pendentes figuram num balanço, estes se referem a resultados que estão sendo transferidos para outro exercício, por pertencerem a ele. Citemos, como exemplo, o caso dos juros de empréstimos feitos pelo banco a seus clientes. Quando um balanço é encerrado, todos os juros de descontos cujos vencimentos ultrapassam a data de encerramento desse mesmo balanço não são considerados como resultado daquele ano, mas são transferidos para o ano seguinte, para posterir regularização, como descontos de semestre futuro. É a aplicação da regra das receitas e despesas diferidas, isto é, receitas e despesas que embora já realizadas, pertencem ao ano seguinte, visto o vencimento do direito ou da obrigação se prender à época futura.

Poderia estabelecer um esquema para um leigo apreciar um balancete publicado por um banco?

Sim. Bastaria colocar os valores dentro desta sistematização:

ATIVO	PASSIVO
Resultados pendentes: NCr\$	Resultados pendentes: NCr\$

Confronto de parcelas para encontrar provável estado de lucro ou de prejuízo até a data do balancete. O Ativo indica os prejuízos brutos e o Passivo os lucros brutos. Logo, a diferença será o lucro ou prejuízo líquido.

ATIVO	PASSIVO
Disponível: NCr\$	Exigível: NCr\$
Realizável: NCr\$	
Imobilizado: NCr\$	

A soma dos três grupos acima do ativo apontam o ativo real do banco. O valor do passivo exigível é o passivo real, assim classificado. A diferença entre as duas somas dá o deficit ou o superavit patrimonial. No segundo caso o ativo será maior do que o passivo, e no primeiro caso, o passivo será maior do que o ativo. Se o ativo é tudo quanto a empresa possui ou terceiros lhe devem, e o passivo é tudo quanto ela deve, a conclusão é meridiana, diante dos números. Ou o passivo está coberto pelo ativo, ou a situação é precária.

Finalmente, de todo esse exame, haverá relações que poderão ser consideradas ótimas, no confronto desses valores?

A relação ótima é a do equilíbrio, evidentemente respeitada uma certa dose de folga, relativamente à garantia que deve ter o passivo da empresa, em função de seu ativo, todos em termos reais. Sempre que o equilíbrio chegar a um grau tão apertado, que evidencie tendência a apresentar passivo a descoberto, evidentemente, a situação é considerada perigosa, pois estão acabando as garantias da cobertura do passivo, posição fundamental de qualquer empresa.

O PREÇO DESTA REVISTA...

“A DEFESA NACIONAL” vem-se impondo, cada vez mais, à consideração, ao interesse, à simpatia dos nossos leitores — já dos militares (oficiais e sargentos), já agora de destacadas personalidades dos meios oficiais e culturais civis. Até no exterior, ao que sabemos, vem tendo bastante aceitação entre as Forças Armadas amigas.

Entretanto, o preço do exemplar (NCr\$ 0,50) há um ano alterado, está ainda em descompasso com a realidade. E isto porque a Diretoria, apesar das alterações, tem-se empenhado em agüentar enquanto possível. Agora, não é mais possível: a Revista tem de aumentar o seu preço, para torná-lo mais apropriado com o custo da edição (embora ainda inferior...).

Estamos certos de que tal necessidade, aliás imperiosa, será bem compreendida e apoiada por todos os nossos assinantes, leitores, amigos — que continuarão a honrar-nos com a sua preferência e a prestigiar-nos, como sempre.

A DIRETORIA

REPRESENTANTE!

A Revista precisa manter ligação mais constante e íntima com o senhor. Pretende fazê-lo, mas necessita da sua máxima cooperação. Assim, para iniciarmos nova fase de entendimento entre a Redação e o Representante, pedimos-lhe comunicar-se conosco, com a possível brevidade e preferentemente por carta, informando-nos detalhadamente da situação da Revista na sua Unidade. Esperamos, também, a sua colaboração não somente no tocante a sugestões para melhoria da nossa "A Defesa Nacional", como também no envio de matéria para publicação. Estamos às ordens, aguardando sua palavra.

COLABORAÇÃO CIVIL DA ENGENHARIA MILITAR

VALIOSA PARTICIPAÇÃO SOBRETUDO NOS PLANOS INTEGRADOS DOS TRANSPORTES

A engenharia militar no Brasil, desde os primórdios da nacionalidade, tem sido fator significativo de afirmação das *Fôrças Armadas na integração sócio-econômica do País*. O sentido pioneiro das missões que lhe tem cabido realizar traduz uma participação importante e de grande sacrifício no desbravamento deste interior vazio que é o sertão brasileiro.

Mãos-de-Obra — Na formação dos quadros técnicos, o *Exército* foi alicerce, com a criação da Academia Real Militar, ampliada, depois para a Escola Central do Velho Largo de São Francisco, onde foram preparados engenheiros civis do mais alto valor, os quais prestaram e continuam a prestar serviços relevantes. O ensino técnico-científico tem sido professado por militares, com brilho e dedicação. O Instituto Militar de Engenharia, além de outros estabelecimentos, compõe hoje o dispositivo que supre em mão-de-obra de nível supe-

rior as necessidades militares e participa, ativamente por complementação, dos encargos nacionais nas mais difíceis paragens.

Fronteiras e Desenvolvimento — Na definição das nossas fronteiras, foram ainda as *Fôrças Armadas que demarcaram os limites que caracterizam a soberania territorial do Brasil*. Na instalação do sistema de comunicações elétricas em muitas áreas do país, inclusive na construção das Linhas Telegráficas no Oeste Brasileiro, em que Rondon, com o sacrifício de muitos bravos, ligou a rede fluvial da Amazônia à da Bacia do Paraná, foi ainda o *Exército que construiu milhares de quilômetros*. Na implantação do Telégrafo Sem Fio, no fim do século passado e princípio do atual, foram *militares que lançaram com êxito as ondas hertzianas*. Também no campo da indústria, a Engenharia Militar tem participado procurando atender em termos pioneiros muitos dos setores onde os capi-

tais privados não encontram possibilidades. Mas, sobretudo, destaca-se a cooperação que têm prestado as Unidades de Engenharia do Exército, na construção de estradas, rodovias e ferrovias, de Norte a Sul.

Interligação — Na Amazônia ante o imenso da região e a descontinuidade aparente da geografia, para a integração territorial, o Exército constrói a Acre-Brasília no trecho que corta a hiléia. No Oeste, as penetrantes de ocupação e defesa das áreas insuladas e de intercâmbio internacional nos levam à Argentina, Paraguai, Bolívia e Peru. No Nordeste, o sentido maior é o sócio-econômico, com vistas à recuperação do "quadrilátero das secas", para a sua efetiva integração no ecúmeno geopolítico do Brasil. Nas regiões centrais, para atender o pioneirismo corajoso da colonização e do comércio o Exército leva por diante em muitas partes, os seus soldados e os seus equipamentos.

No Sul, vem atendendo, desde a Primeira República, as necessidades estratégicas e logísticas

do sistema militar que, na paz, serve e integra a rede vascular da economia de São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. O tronco Principal Sul, que vem de ser entregue ao tráfego e que duplica a corrente na direção Centro-Sul, representa mais uma participação de significação econômica das Unidades de Engenharia do Exército.

Colaboração — Não poderiam os militares fugir ao compromisso de participar do desenvolvimento do Brasil em todos os aspectos que promovem o engrandecimento do seu povo pelo alteamento de sua economia e padrões culturais. Não só a Segurança Nacional, na defesa da soberania, deve preocupar os Altos Comandos mas, também, aqueles problemas que, na execução da política nacional, com o Poder Civil, somam esforços no campo da técnica e da ciência. Assim, em muitos setores da vida brasileira, e particularmente nos Planos Integrados dos Transportes, as Forças Armadas, principalmente em sentido pioneiro, vêm emprestando suas energias.

DISPOSITIVO E MISSÕES DAS UNIDADES DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO DO EXÉRCITO
EM COOPERAÇÃO COM O MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES

UNIDADES	SEDE	MISSÕES	OBRAS REALIZADAS E EM CURSO		
			Ferrovias	Rodovias	Outras
1.º Batalhão Ferroviário	Bento Gonçalves (RS)	Inicialmente construir ferrovias no RS. No TPS teve a seu cargo o trecho: <i>Maíra — Barra do Jacaré — Pôrto do Rio Grande.</i>	642 Km	—	Obras de arte e túneis
3.º Batalhão Rodoviário	Vacaria (RS)	Cooperar com o 1.º Btl Fer na construção do TPS. BR-285.	—	567 Km	"
2.º Batalhão Ferroviário	Araguari (GO)	Inicialmente construir o TPS entre Rio Ponte Alta do Norte — Lajes. Complementação ferroviária do trecho Pires do Rio — Brasília.	784 Km	—	"
2.º Batalhão Rodoviário	Lajes (PR)	Cooperar na construção do TPS com o 2.º Btl Fer e 1.º Btl Fer. BR-116 e BR-282.	—	367 Km	"
Comissão de Estrada de Rodagem n.º 1	Ponta Grossa (PR)	Construir o trecho: Ponta Grossa — Guarapuava Cascavel — Foz do Iguaçu (BR-277).	—	277 Km	"
Comissão de Estrada de Rodagem n.º 2	São José do Rio Preto (SP)	Construir o trecho: Frutal — Ourinhos (BR-153).	—	397 Km	"

UNIDADES	SEDE	MISSÕES	OBRAS REALIZADAS E EM CURSO		
			Ferrovias	Rodovias	Outras
Comissão de Estrada de Rodagem n.º 3	Jardim (MT)	Construir o trecho: Maracaju — Jardim — Pôrto Murinho e Bela Vista.	—	407 Km	„
Comissão Especial de Obras n.º 5	Lorena (SP)	Conservação da BR-459.	—	—	Conservação
1.º Grupamento de Engenharia, integrado pelos 1.º, 2.º, 3.º e 4.º Batalhões de Construção	João Pessoa Caicó (RN) Terezina Natal (RN) Cratêus (CE)	Em cooperação com o Ministério dos Transportes, desenvolver o Plano Integrado das Vias de Transporte do Nordeste e promover a integração da sua população.	645 Km	1540,4 Km	Obras de arte e hidráulicas 1210 casas populares.
5.º Batalhão de Construção	Pôrto Velho	Implantação e conservação da BR-364; BR-319; BR-236. Construir a Rio Branco — Peru.	—	900 Km	Conservação 2144 Km

PRODUÇÃO DE VEÍCULOS

JAPÃO: O MAIOR PRODUTOR DE VEÍCULOS UTILITÁRIOS

Observando-se a composição da indústria mundial de veículos destacam-se alguns aspectos aparentemente surpreendentes, que apresentam um verdadeiro manancial de análise de mercado e de estrutura produtiva.

Revelações — O primeiro é que o Japão é o maior produtor do mundo de veículos utilitários, superando os Estados Unidos nos

últimos dois anos. Essa não parece uma revelação aparente, pois é realmente espetacular. Note-se também a presença da Espanha em nono lugar na produção de carros de passageiros, à frente da União Soviética, e em 10.º na produção de veículos utilitários. A União Soviética fornece duas revelações: sua insignificante produção de carros e a terceira co-

PRODUÇÃO MUNDIAL DE VEÍCULOS

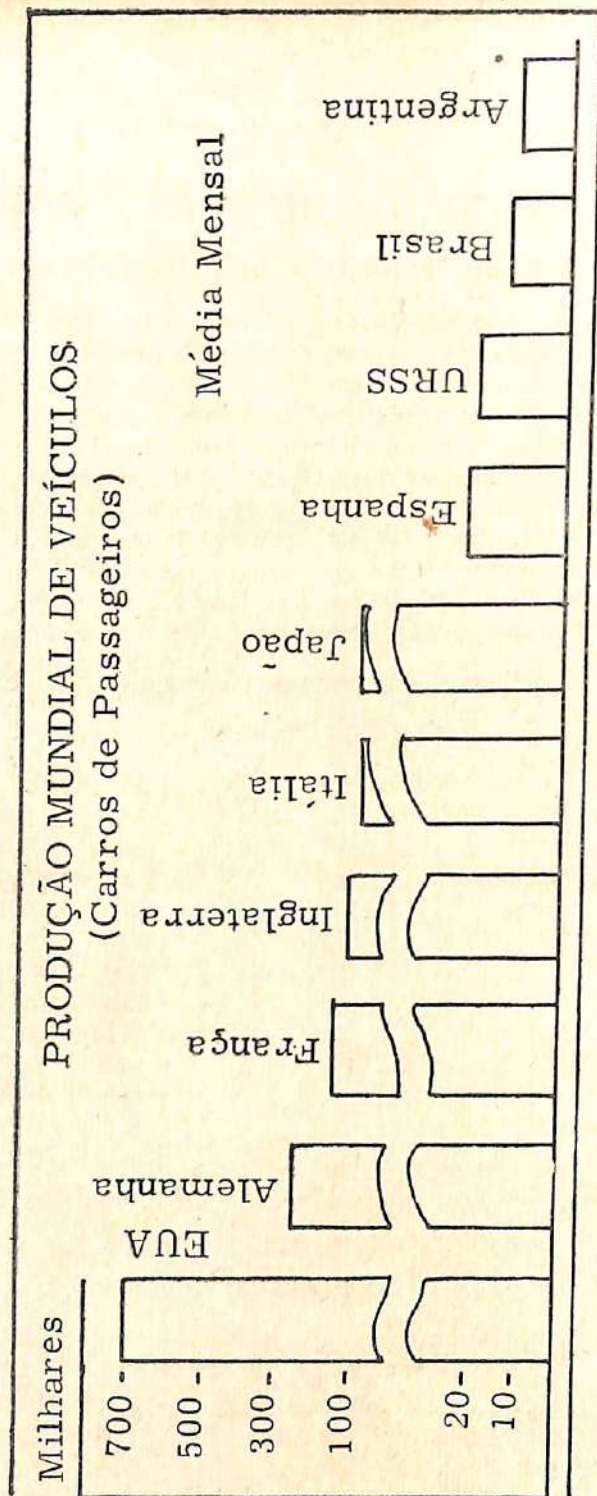
(Carros de Passageiros)

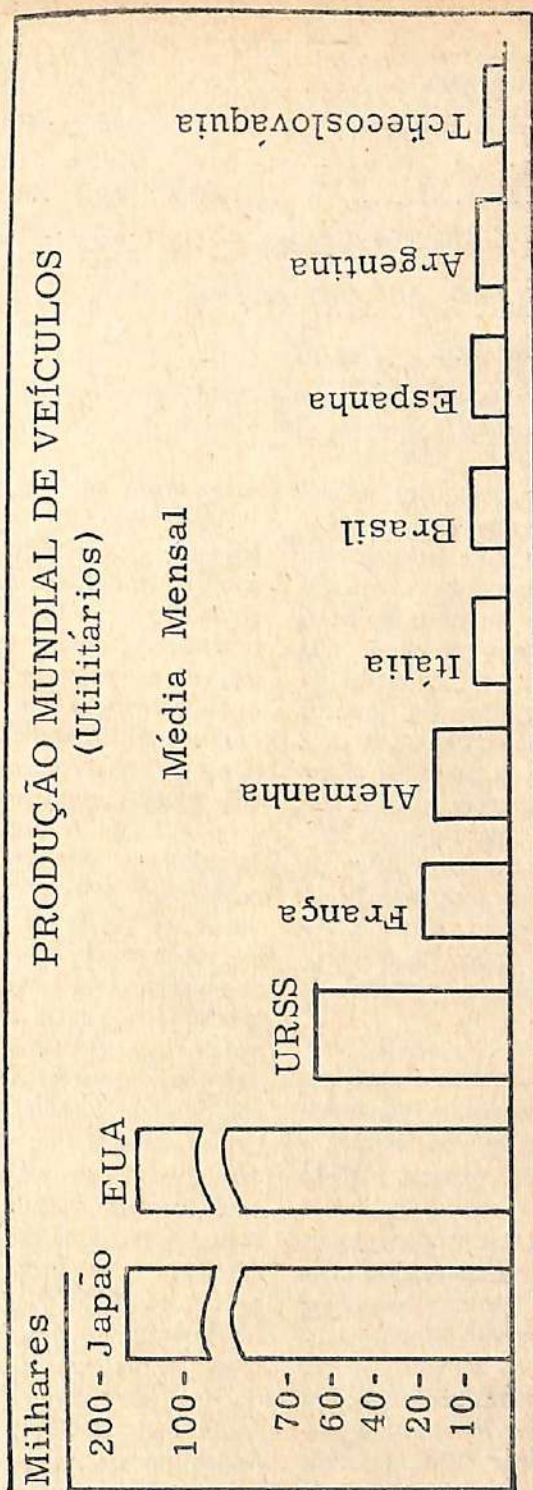
	MILHARES	MÉDIA MENSAL		
		1966	1967	1966 (1)
Estados Unidos		717,0	620,0	700,0
Rep. Fed. da Alemanha		236,0	191,0	215,0
França		146,8	146,0	140,0
Inglaterra		133,6	129,3	130,0
Itália (1)		106,9	119,9	120,0
Japão		73,1	114,6	150,0
Canadá		58,5	60,1	60,0
Austrália (3)		24,5	24,7	25,0
Espanha		21,2	23,4	24,0
União Soviética		19,2	21,0	,
Brasil (3)		11,3	11,7	14,0
Argentina (3)		11,4	11,1	11,0

PRODUÇÃO MUNDIAL DE VEÍCULOS

(Utilitários)

	MILHARES	MÉDIA MENSAL		
		1966	1967	1966 (1)
Japão		120,2	149,8	160,0
Estados Unidos		144,0	128,0	150,0
União Soviética		68,9		
Inglaterra		36,6	32,1	30,0





França	21,9	21,5	15,0
Rep. Fed. da Alemanha	18,4	15,4	18,0
Canadá	16,7	18,9	19,0
Itália	7,0	8,6	9,0
Brasil	7,5	7,1	9,0
Espanha	7,2	6,9	7,0
Austrália	5,9	5,8	6,0
Tchecoslováquia	4,1	4,4	4,0

Fonte: Monthly Bulletin of Statistics, ONU —

(1) Estimativa SCRIPTA com base na média aritmética de diversos meses

(2) Não computada a produção para o exército

(3) Computada a montagem.

locação na de utilitários. Finalmente, outra revelação é a colocação do Brasil e a da Argentina na produção de automóveis, e a do Brasil também na de utilitários. A América Latina, só citada nos índices negativos ou naqueles da produção de produtos primários está assim, representada por dois países entre os 12 maiores, numa atividade que requer grande técnica e maiores investimentos. Observe-se ainda, que os índices de nacionalização da indústria brasileira são de 99% no peso dos veículos, o maior índice de nacionalização da indústria mundial de veículos.

Explicações — Muito rápida e superficialmente, pois o manancial analítico é para outros estudos e não para o nosso espaço, pode-se dizer sobre o Japão que é um país industrial há muitos anos, com tradição no mercado internacional de bens fabris, e com uma taxa de crescimento global altíssima e constante há vários anos. Sobre a União Soviética explica-se em poucas palavras como um problema de programação socialista que, como se sabe não dá ênfase

à produção de bens de consumo exclusivamente. Quanto à Espanha, Brasil e Argentina aparecerem entre os grandes, na verdade uma elite de apenas 12, os que se surpreendem formam entre aqueles que só vêem aspectos negativos, que desconhecem a tradição industrial da Espanha e o impulso industrial do Brasil e da Argentina nos últimos vinte anos. Segundo a nossa fonte, o Monthly Bulletin of Statistics, da ONU, os veículos construídos sobre chassis importados ou montados com a ajuda de peças importadas não foram computados. Os carros de passageiros são veículos a motor utilizados como viaturas com capacidade inferior a oito pessoas não computando motocicletas. Os veículos comerciais ou utilitários são caminhões ligeiros e pesados, ônibus, furgões, veículos essenciais, tratores de rodas para transporte e reboques. Não são computados os tratores industriais e agrícolas e o material de empresas de construção. Embora o Monthly Bulletin, inclua no Brasil a indicação de "computada a montagem", a parte importada na produção nacional de veículos é desprezível.

CARTA SEMANAL DA ALIANÇA PARA O PROGRESSO

OPINIÃO DO SECRETÁRIO DA OEA

A América Latina deve encarregar-se do próprio esforço de desenvolvimento, diz Galo Plaza, Secretário-Geral da Organização dos Estados Americanos. Ao iniciar-se a Segunda Década de Desenvolvimento, a América Latina deve empreender um reexame minucioso da Aliança para o Progresso, crê o Chefe da OEA.

Para um programa de ação geral, no discurso proferido em Washington na semana passada, Plaza apelou para os países latino-americanos membros da Aliança no sentido de seguirem três etapas:

- Avaliar objetivamente o que já foi realizado desde o início da Aliança.
- Redefinir os objetivos do desenvolvimento para a década vindoura.
- Tomar a iniciativa na orientação do programa de desenvolvimento cooperativo neste Hemisfério.

Plaza ressaltou que falava "como cidadão da América Latina e do mundo que no momento está servindo às nações das Américas na qualidade de Secretário-Geral da Organização dos Estados Americanos". Seu discurso equivaleu a uma declaração de filosofia pessoal sobre o que se apresentará à América Latina no próximo decênio.

Durante a Primeira Década do Desenvolvimento — a década da Aliança — a América Latina "desenvolveu esforços tremendos" e realizou uma grande parcela, apesar de graves problemas do comércio em termos desfavoráveis, inflação e falta de pessoal qualificado e treinado, declarou ainda Plaza.

"Pela primeira vez", disse o Secretário-Geral, "a Política Nacional de cada país orientou-se para o desenvolvimento". A integração física andou a passos largos, salientou Plaza; o esforço interno dos países latino-americanos excedeu de muito às expectativas iniciais; e houve "espetacular progresso" no aumento da matrícula escolar. Mesmo na difícil área da integração econômica "instrumentos básicos e prazos... foram estabelecidos".

Não obstante, declarou Plaza, muitas das metas mínimas da Aliança não foram alcançadas. "Isto", disse ele "é basicamente antes uma avaliação da dura realidade do mundo em que vivemos do que da inadequação ou incapacidade dos países latino-americanos de atingir os seus objetivos".

Plaza enumerou alguns dos problemas crônicos que continuaram a afligir a América Latina durante a última década: instabilidade política; crescentes encargos de reem-

bólso de dívidas; insuficiente renda das exportações; tarifas discriminatórias contra as mercadorias latino-americanas em alguns dos principais mercados mundiais.

"No conjunto da região", observou Plaza, "houve pouco progresso nos programas destinados a assegurar uma distribuição mais justa da renda e a corrigir os desequilíbrios sociais". As reformas básicas nos sistemas tributários, administrativos e de propriedade da terra foram bloqueadas pelos "setores internos com interesses assentados". A necessidade da liderança latino-americana no esforço de desenvolvimento é primordial a tudo o mais, julga Plaza. São indispensáveis decisões "que, na essência, forma e oportunidade, somente os governos podem tomar".

Uma solicitação partida do Brasil e apoiada pelo Chile, para convocação do Comitê Especial para Coordenação Latino-Americana

(CECLA) dentro dos próximos meses é, assevera Plaza, um passo dado na direção certa.

Mas as nações desenvolvidas — Plaza mencionou especificamente os Estados Unidos e o Canadá — devem também redobrar os esforços para auxiliar o desenvolvimento do Hemisfério. Por sua vez, as organizações internacionais devem encontrar os caminhos para acelerar o fluxo da ajuda técnica às nações em desenvolvimento sem ampliar "a burocracia internacional". A principal tarefa é, disse Plaza, coordenar os programas de organização mais cerradamente e com eficiência.

Declarou Plaza, "a década de setenta, será a Década do Desafio". Nesse período, esforços mais fortes deverão ser feitos para reestruturar o comércio mundial, aumentar o fluxo de financiamento do desenvolvimento e ao mesmo tempo aliviar a carga do alto custo do financiamento externo.

A DEFESA NACIONAL é a sua Revista de estudos e debates profissionais. **É a sua tribuna.** MANDE-NOS SUAS COLABORAÇÕES!



Relação dos assinantes que pagaram NCr\$ 5,00

Mar Fernando do Nascimento F. Tá- vora	Ten-Cel Joaquim Rodrigues C. Júnior
Gen Antônio do Amaral Bragança	Ten-Cel Jacinto Silveira Fernandes
Gen Antônio Hamilton Mourão	Ten-Cel Murilo Edgar Gudó
Gen Thomaz A. Câmara	Maj Armando Gonçalves
Cel Estevão Alves Corrêa Filho	Maj Thomaz Lourenço Taboada
Cel Alexandre Neyde O. Lima Telles	Maj Luiz Felipe Garcia Savagt
Cel Otávio Ferreira Queiroz	Maj Reginaldo Corrêa Moreira
Cel Yedo Jacob Blanth	Maj Leone de Silveira Lee
Cel Flávio Edmundo G. de Oliveira	Maj Valter de Mendonça Souto
Cel Waldo Chagas Nogueira	Maj Alvaro Maciel G. Pinto
Cel José Sá Martins	Maj Willy Moreira Bandeira de Melo
Cel Alayr Frederico Werner	Maj Floriano Batista de Oliveira
Cel Sílvio Cristo Misco	Maj Braz Carielo de Almeida
Cel Geraldo de Queiroz Almeida	Maj Hudson Silva
Cel José Pereira Lima Neto	Maj Raphael Magalhães Dias
Cel Adão Braz Chmielewski	Maj João Vicente Roberti Ismael Nunes
Cel Celso dos Santos Meyer	Maj Sady Antônio de Araújo
Cel Arídio Martins de Magalhães	Maj Cláudio Sérgio Petry da Silva
Ten-Cel Danilo Aírton Araújo	Maj Jorge Silveira
Ten-Cel Roberto dos Santos	Maj Danton Renato Dias
Ten-Cel Udo Jensen	Maj João Luiz Pinho Baptista
Ten-Cel Aloysio José Beller	Maj Ubirajara de Azevedo
Ten-Cel Ludwg Michels dos Santos	Maj Francisco de Assis Casteliano de Lucena
Ten-Cel Afonso Augusto de Tolêdo Navarro	Maj João Magalhães de Souza
Ten-Cel Amadeu de Paula Castro Filho	Maj Paulo Mendes Fernandes
Ten-Cel Milton Molinaro	Maj Canuto Tupy Caldas
Ten-Cel Waltencir dos Santos Costa	Maj Danton Eifler Nogueira
Ten-Cel Afonso Augusto	Maj João Luiz Pinho Batista
Ten-Cel Násio Dias	Maj Willy Moreira Bandeira de Melo
Ten-Cel Edú Luiz Gomes Franco de Souza	Maj Sílvio Guimarães Valle
Ten-Cel Clóvis Cunha Viana	Maj Walter de Mendonça Souto
Ten-Cel Demócrito Corrêa Cunha	Maj Humberto Barbosa de Castro
Ten-Cel Fidelis Chaves Silveira	Maj Nedi Cruz Aliano
Ten-Cel Orey Machado Borba	Maj Ezir Araújo Lima
Ten-Cel Alberto Azevedo de Oliveira	Maj André Lourenço Rodrigues
Ten-Cel Osvaldo Muniz Oliva	Maj Carlos Oliveira
Ten-Cel Renato Martins Pova	Maj Valfredo Dantas de Oliveira e Silva
Ten-Cel Sérgio Mario Pasquali	Maj Ruben Del Nero
Ten-Cel Wenceslau Braga dos Santos	Maj Alceu Leal
Ten-Cel Helio Lourenço Cerrati	Maj Darcy Piovenzano
Ten-Cel Luiz Macksen de Castro Rodrigues	Maj Cyro Silveira Martins
Ten-Cel José Lanter Peret Antunes	Maj Victor José Lindner
Ten-Cel Adonis Rodrigues Gui- marães E. Santos	Cap Agnaldo Del Nero Augusto
	Cap Cosme Nunes
	Cap Helio Borba

- Cap Jayme de França Dória
 Cap Luiz Sebastião Malvasio
 Cap Arno Mario Muller
 Cap Carlos Eduardo de A. Munhões
 Cap Luiz José Cardoso
 Cap José de Souza Corrêa
 Cap Antero João de O. Viana
 Cap Pedro Paulo C. Estigarrilha
 Cap Neljair da Silva Guimarães
 Cap Carlos Alberto Barcellos
 Cap Carlos Leite Pereira Ibiapina
 Cap Antônio Carlos A. de Souza
 Cap Rui Freitas Gomes
 Cap Ernio Adão da S. Reck
 Cap Jefferson de Oliveira Mattei
 Cap José Brante Teixeira
 Cap Agnelo Costa Cruz
 Cap Pedro Alexandrino do B. Dnart
 Cap João Batista Lourinho da Ponte
 Cap Maurizil Othon Neves Gonzaga
 Cap Lusouir Ramão Freitas
 Cap Lecy José de Oliveira
 Cap Carlos Eurico Silva Soares
 Cap Paulo Fernandes Rodrigues
 Cap Carlos Xavier Filho
 Cap Luiz Henrique Gomes Pires
 Cap Luiz Bruscathe Ramos
 Cap João Crisóstomo de Sousa
 Cap Murillo Silva de Sousa
 Cap Pedro Augusto da Silva Neto
 Cap Edson Castro Borges
 Cap Uzemir Ramos Camargo
 Cap Gilberto Serra
 Cap Luiz Carlos Maria Hallier
 Cap Altino Pacheco Castilhos
 Cap José Plínio Monteiro
 Cap Amazinho Hermogenes Lins
 Cap Paulo Cezar de Lima Alves
 Cap Antônio Maria Claret da Silva
 Cap Edison Vieira Cunha
 Cap Periassú Ferreira Mattos
 Cap Ivam Costa
 Cap Roberto Luiz d'Avila Saraiva
 Cap Carlos Luiz Herédia
 Cap Roberto Silva Duarte de Oliveira
 Cap Hernesto Werneck da Silva Filho
 Cap Saul Joaquim Bonetti Guimarães
 Cap Antônio Aparício Ignácio Domingues
 Cap José Antonio Gomes da Rocha
 Cap Joel Lopes da Silva
 Cap Antônio João de Oliveira Viana
 Cap Louraldino Pereira Monteiro
 Cap Mariano Domingues Mendonça
 Cap Leuzinger Lira de Sousa
 Cap Luciano Barreto Prado
 Cap Olavo de Vasconcelos Pinheiro
 Cap Adhemar Lopes Rodrigues
 Cap Paulo Ernesto Meissner
 Cap Lázaro de Amorim Francisco Soares
 Cap Marcelo Leal
 Cap Raimundo Newton da P. Albuquerque
 Cap Afonso de Moura Fé
 Cap José Bitencourt Calou
 Cap Antônio Maria Claret da Silva
 Cap José Luiz Junqueira Alvarenga
 Cap Rui Caravero Machado
 Cap Luiz Marques Tavares
 Cap Rodolfo Ervin Meurer
 Cap Ramiro da Cunha Melo Filho
 Cap Isaac Sukerman
 Cap Nelson Agripino Gomes
 Ten Arismar Dantas de Oliveira
 Ten Nei de Sousa
 Ten Airtton Biss Regis
 Ten Felipe Martins Dias
 Ten Rubens de Antoni
 Ten José Gabriel de Souza Filho
 Ten Aécio Flávio Pretes Odilon
 Ten Mario Colvera Leite
 Ten Ferdinando Bezerra Lima
 Ten Mario Sérgio Santa Rosa
 Ten José Pioli Silveira
 Ten João Maria de Medeiros
 Ten Abrão José Melhem
 Ten Pedro Rocha
 Ten Hércio Rodrigues
 Ten Renaldo Quintas Magioli
 Ten Carlos Salomão Forma
 Ten Maurileno Jocundo de Oliveira
 Ten José Siqueira Barros
 Ten Aloísio Gois da Silva
 Ten Akira Shizuno
 Ten Jurandi Ferreira da Silva
 Ten Horácio Tertuliano dos Santos
 Ten Alexandre Advincula
 Ten Celestino Firmino de Sousa
 Ten Dorgival Viana Santos Júnior
 Ten Dr. Ivon Araújo do Nascimento
 Ten Maurício Ferreira Wanderley
 Ten Orlei Moraes dos Santos
 Ten Airtton Costa Rodrigues
 Ten Sebastião José da Silva
 Ten Waldemar Aires Pereira
 Ten Tito Monteiro de Castro Filho
 Asp Cirleu Maria de Amorim
 Asp Péricles de Andrade Machado
 Subten Selvino José Gassola
 Subten José dos Santos
 Sgt Antoninho Padilha de Lima
 Sgt João José Áustria de Araújo
 Sgt José Ferreira Pimentel
 Sgt José Lúcio de Freitas
 Sgt Francisco Almeida Alves
 Sgt Francisco Pereira de Amorim

Sgt Francisco Mangas da Costa
Sgt João Lemes da Silva
Sgt Jorge Mayncz
Sgt Aldomiro Lima
Sgt Goal Itália Guimarães
Sgt Valdir da Silva Sprada
Sgt Aristides Luiz Guareri
Sgt Sidney Garcia Blum
Sgt Gercino Librelato
Sgt Miguel Angelo Bernardini
Sgt Raul Oliveira Rodrigues
Sgt Elizio Ramos de Siqueira
Sgt João Ercides Comim
Sgt Junot Marques da Silveira
Sgt Danton Gomes Carvalho
Sgt Eudes Luiz Costa
Sgt Ivan Nascimento
Sgt Odilion Ferreira da Costa
Sgt Sérgio Manhargo Bettanzos
Sgt José Carlos Caputo Amaro
Sgt Olímpio da Silveira Mazário
Sgt Ciriaco Pires Prudêncio
Sgt Sérgio Manhargo Bettanzos
Sgt Antônio Carvalho
Sgt Paulo Sousa
Sgt Helio Batista de Castro
Sgt Adazir João Pozzebon

Sgt Wanderlei Henrich
Sgt Dilvio Silveira de Moura
Sgt José Carlos Rodrigues
Sgt Francisco de Paula Silva e
Silva
Sgt João Pedro Dal Caro
Sgt Ismar Trindade Samuel
Sgt Jissuy Pereira de Oliveira
Sgt Antônio C. Mesquita de Amaral
Cb Waldir de Oliveira
Cb Alberi Alves de Oliveira
Cb Delço Antônio Vieira
Cb João Roque Lopes
Cb Sérgio Jerônimo Minosso
Cb Matheus David de Sousa

Estabelecimento Central de
Finanças

Dr Murilo Maranhão Goliez
Wilber Gross Library
Es Veterinária do Exército
Sr^a Satiko Ito
Livraria J. Leite
Ten Cypriano Ferreira Cezar
Prof José Denizard M. de Alcântara

DE "O GLOBO"

A VIDA DEPOIS DOS 40

JAMAIS APOSENTE O SEU DIAFRAGMA

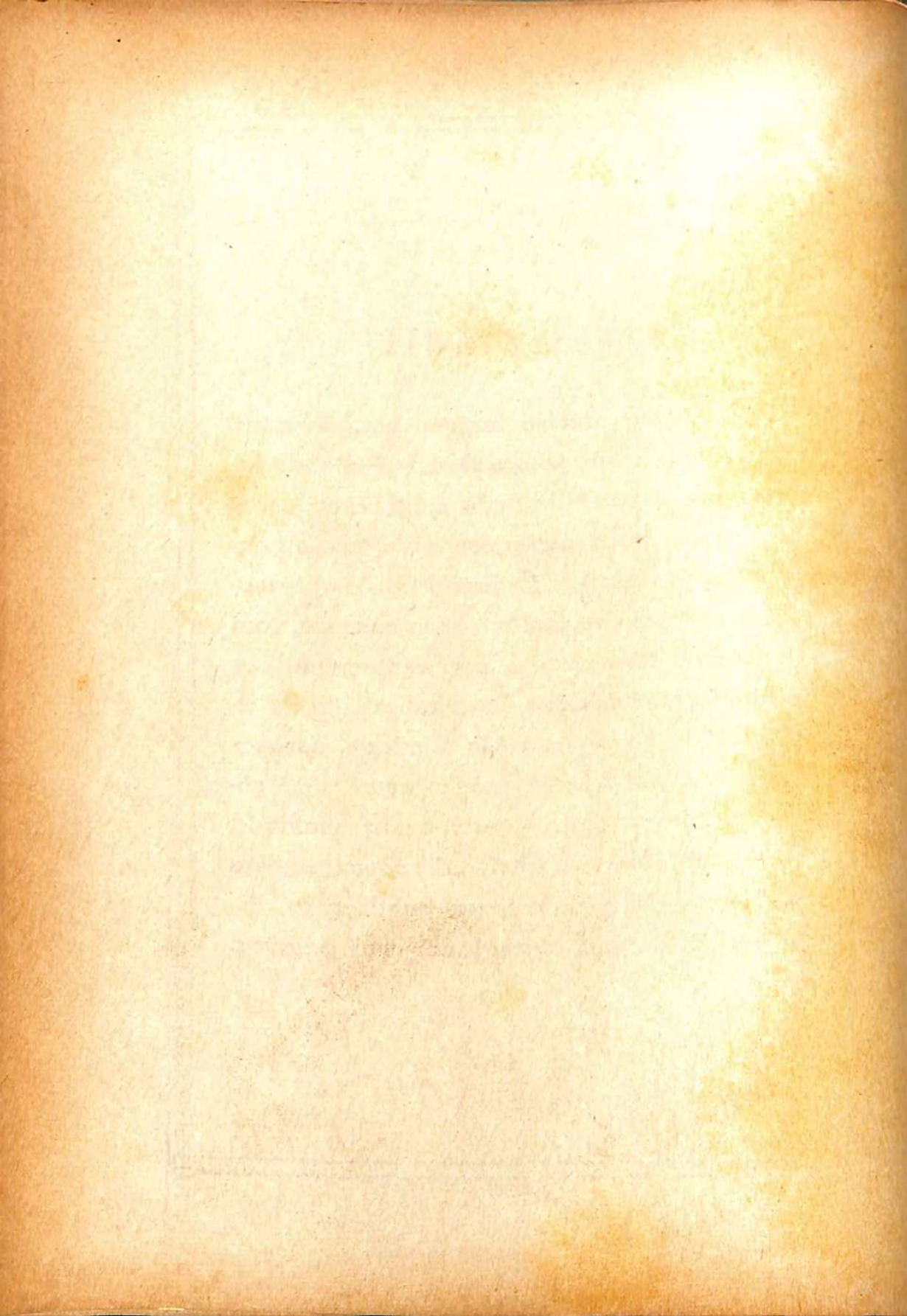
DR. MÁRIO FILIZZOLA

Respirar é ato instintivo como beber ou comer, que fazemos sem cuidado, preocupação ou método. Obedecemos a uma ordem imperiosa que vem de dentro de nós, e que não admite recusa. Devemos encher os nossos pulmões de ar, e devemos expelir, depois, o nosso conteúdo pulmonar. Podemos viver muitos dias sem comer, alguns dias sem beber, mas não podemos viver sem respirar, prova da extraordinária importância do oxigênio para a alimentação química de nossas células. Podemos nos suicidar pela fome ou pela sede, mas, quem seria capaz de morrer por deixar de respirar voluntariamente? Entretanto, até mesmo esse maravilhoso mecanismo pode vir a apresentar defeitos de regulação e de automatismo. A vitalidade celular se reduz, muitas células morrem por falta de oxigênio, e outras apresentam sinais de envelhecimento prematuro por carência de oxigênio. E, o organismo, forçado a trabalhar com "mistura pobre" de oxigênio, acaba exibindo sinais de envelhecimento prematuro. Muitas causas podem levar o organismo a sofrer a carência de oxigênio: asma, bronquites, broncoectasias, enfisema pulmonar, fumo, pulmonites, poeiras, alergenias, impurezas do ar, cardiopatias, posturas viciosas, falta de ginástica, relaxamento do diafragma e, principalmente, o nosso desinteresse pelo consumo de oxigênio. Perdemos o prazer de respirar, e nos abandonamos à má postura, que nos encoiva o peito e nos curva a coluna vertebral para a frente, relaxando o abdome e o diafragma, e nos conduz ao envelhecimento prematuro. O diafragma, inativo e inativado, dificulta o retorno do sangue venoso e facilita a estagnação do sangue nos membros inferiores. Jamais deveríamos aposentar o nosso diafragma! Esse poderoso músculo campanular divide os órgãos do tórax (pulmões e coração) dos órgãos do abdome (fígado, estômago, baço, pâncreas, rins e intestinos) e é o responsável, quando se contrai, pelo enchimento dos pulmões, no ato da inspiração, e, também pelo reflexo do soluço (contração súbita do diafragma, seguida de violenta penetração de ar nos pulmões). Reduzir o funcionamento do diafragma é o mesmo que reduzir o abastecimento de oxigênio às células do nosso organismo. Entretanto, é

a essa carência vital que nos levam as condições de vida moderna, com suas emoções e angústias que nos comprimem o peito, reduzem as nossas inspirações, mudam o nosso comportamento instintivo e adulteram os nossos reflexos automáticos. A vida civilizada nos amedronta, e acabamos por desaprender de respirar, e o medo, essa emoção assassina, aprisiona e comprime a nossa respiração e reduz o abastecimento vital de oxigênio para nossas células. Os músculos torácicos, atônicos ou espasmódicos, o diafragma destreinado, a tensão nervosa, o medo crônico e a angústia, somados com a fome, o cansaço, a fadiga crônica, a alimentação inadequada, as infecções, os focos infecciosos, os alergenos, as toxinas e as impurezas do ar acabam, finalmente, por reduzir nossa preciosa produção de pensamentos, memórias, emoções e atividades muscular e glandular. Mas, embora um tanto desmoronados, nem tudo está perdido para nós. Temos, ainda, a nosso favor, o nosso precioso cérebro, que nos distingue das pedras, das estátuas, das árvores e dos autômatos. Podemos extrair de nós mesmo as soluções para as nossas próprias dificuldades. Possuímos o mecanismo de feedback, introduzido por Norbert Wiener em seus autômatos cibernéticos. E, assim, dotados da capacidade de corrigir os nossos próprios defeitos, descobrimos, afinal, que para sobrevivermos temos a necessidade de reaprender e respirar. E, atingida a consciência de que o abastecimento de oxigênio é a principal necessidade de nosso organismo, compreendemos deixar de fumar e passamos a rejuvenecer. Vencemos, afinal, a angústia e o medo, que, por tanto tempo, nos haviam agrilhado. E, nossas inspirações, antes curtas e insuficientes, se fazem, agora, mais amplas, fortes e profundas, como convêm ao oxiabastecimento de nossos órgãos. O velho espirômetro, o medidor de fluxo aéreo de Wright, o espirógrafo de Dirken, e o Capacitance Respirometer de Volward-Domeier medem a nossa oxigenação celular e, conseqüente, o grau de nosso envelhecimento prematuro. Cuidemos de manter o treino muscular de nosso diafragma, se desejamos preservar a vitalidade de nossos órgãos, aparelhos e sistemas! Os exercícios respiratórios nos poderão proteger do envelhecimento prematuro. Qualquer pessoa poderá fazer exercícios respiratórios, mesmo, e, principalmente, as pessoas doentes. Aprenda a expelir o ar residual de seus pulmões e pela contração de seu diafragma, e combata o envelhecimento! Aprenda a respirar corretamente e não faça economia de oxigênio para as suas células! Seja prudente, aprenda a ser perdulário de oxigênio! Jamais aposente o seu diafragma!

REPRESENTANTE!

A Revista precisa manter ligação mais constante e íntima com o senhor. Pretende fazê-lo, mas necessita da sua máxima cooperação. Assim, para iniciarmos nova fase de entendimento entre a Redação e o Representante pedimos-lhe comunicar-se conosco, com a possível brevidade e preferentemente por carta, informando-nos detalhadamente da situação da Revista na sua Unidade. Esperamos, também, a sua colaboração, não somente no tocante a sugestões para melhoria da nossa "A Defesa Nacional", como também no envio de matéria para publicação. Estamos às ordens, aguardando sua palavra.





C O R R F A

CLUBE DE OFICIAIS REFORMADOS E
DA RESERVA DAS FORÇAS ARMADAS

SEDE PRÓPRIA — AVENIDA PRESIDENTE VARGAS
N.º 583 — 2.º andar, ZC 00 — RIO DE JANEIRO —
GUANABARA — Tels.: 243-9391 e 223-4007

Há mais de meio século O CORRFA distribui proteção
à família militar



BENEFÍCIOS

(Pécúlios, Pensões e Seguros)

PECÚLIOS :	Valor NCr\$
MAR DEODORO ...	3.000,00
ALM TAMANDARÉ ..	5.000,00
PENSÕES :	
TIPO A	150,00
TIPO B	300,00
SEGUROS :	
TIPO A	4.000,00
TIPO B	10.000,00

CARÊNCIA

(A contar do mês de inscrição)

PECÚLIOS :	
1/3	após 12 meses
1/2	após 24 meses
Integral	após 36 meses
PENSÕES :	
1/2	após 36 meses
Integral	após 48 meses
SEGUROS :	
Integral	após 60 dias

"A DEFESA NACIONAL"

O Sr. Ministro do Exército, em Aviso n.º 373-D/6-GB, de 25 de novembro de 1968, resolveu reiterar o Aviso n.º 99, de 21 Jan 47, a respeito da importância e da significação que tem "A DEFESA NACIONAL", e cujo teor é o seguinte:

"1. Reiterando, vinte e um anos depois, os conceitos e as recomendações do Aviso n.º 99, de 21 Jan 47, do então Ministro da Guerra, General Canrobert Pereira da Costa, a respeito da importância e da significação que tem "A Defesa Nacional" para a cultura profissional e geral dos militares do Exército, cumpro o dever de congratular-me com a sua atual Diretoria pelos beneméritos esforços que está empreendendo para a consolidação do prestígio crescente dessa mais antiga e mais conceituada Revista brasileira de assuntos militares e gerais.

2. Ela continua a merecer não apenas o apoio da Alta Direção do Exército, como, particularmente, o interesse e a contribuição de todos os oficiais, subtenentes e sargentos, como fator preponderante da atualização dos conhecimentos e dos estudos imprescindíveis ao preparo próprio, o que constitui não apenas amor à profissão, como virtude militar, em todos os Exércitos.

3. Os que são assinantes, leitores e colaboradores de "A Defesa Nacional" recomendam-se, por isso mesmo, como militares preocupados com o seu próprio preparo profissional e com o prestígio da cultura do Exército.

4. Esta recomendação deve ser transcrita, obrigatoriamente, nos boletins internos de todos os escalões de comando e da administração do Exército."

(Av. n.º 373-D/6-GB, de 25 Nov 68, do Ministro do Exército.)

Preço deste exemplar

NCr\$ 1,00

S Ge Ex
IMPRESA DO EXERCITO
RIO DE JANEIRO — 1969

